

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ROSALVA DE JESUS DOS REIS

**RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU: limites e possibilidades à
sustentabilidade ambiental**

São Luís
2019

ROSALVA DE JESUS DOS REIS

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU: limites e possibilidades à sustentabilidade ambiental.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cláudia Maria da Costa Gonçalves

São Luís

2019

Reis, Rosalva de Jesus dos

Reserva Extrativista Marinha de Cururupu: limites e possibilidades à sustentabilidade ambiental / Rosalva de Jesus dos Reis. – São Luís, 2019.

266 f.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudia Maria da Costa Gonçalves

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2019.

1. Reserva extrativista (RESEX) – Cururupu. 2. Sustentabilidade ambiental. 3. Meio Ambiente - Políticas públicas. I. Reis, Rosalva de Jesus dos. II. Título.

CDU 551.435.33: 504.03 (812.1)

ROSALVA DE JESUS DOS REIS

RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU: limites e possibilidades à sustentabilidade ambiental.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Cláudia Maria da Costa Gonçalves (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dra. Salviana de Maria Pastor Santos Sousa
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Juarez Soares Diniz
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dra. Ana Rosa Marques
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

A Fabrício José dos Reis, meu filho, meu maior tesouro, meu maior desafio.
Ao meu pai Raimundo Ângelo dos Reis (*in memoriam*), eternamente nas minhas boas lembranças e no meu coração.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa exigiu de mim tempo, determinação, disciplina e muitas renúncias, e, ao longo do processo, senti alegrias, dúvidas, angústias e desesperos. Em todos esses momentos, fui testemunha da presença de Deus ao meu lado. Considero o meu doutoramento uma conquista coletiva e contei com o apoio de pessoas muito estimadas, às quais agradeço:

- Raimundo Angelo dos Reis (*in memoriam*), meu pai e Delma Lúcia Ribeiro Almeida dos Reis, meus maiores exemplos de caráter, boa orientação, amor e dedicação aos filhos;
- Meus irmãos queridos, Carlos Alberto Ribeiro Almeida, Luís Alberto Ribeiro Almeida, Rosanil do Carmo dos Reis, Rosiel Antonio dos Reis, Rosangela dos Reis, Ronise dos Reis (*in memoriam*), Rosivan dos Reis e Ernandes Marques.
- Prof.^a Dra. Cláudia Maria da Costa Gonçalves pela competente, criteriosa e responsável orientação;
- Professores do PPGPP - UFMA, que contribuíram para a ampliação dos meus conhecimentos;
- Luciano da Silva Façanha, Arlete Lobo Falcão, Celso Gomes, Giovanni de Farias Seabra, Cláudia Neu e Thaís Guimarães, amigos queridos, que sempre torceram pelas minhas conquistas;
- Professores do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN UFMA): Reginaldo Manoel Almeida Moraes (*in memoriam*), Ulisses Denache Vieira Sousa, Raimundo Inácio Araujo, Beatriz de Jesus Sousa, José Angelo Cordeiro Mendonça, José Alberto Pestana, Ana Maria Lima, Raimundo Pedro Nery dos Santos e Arimatéa Abreu, com os quais partilhei importantes momentos da minha vida profissional;
- Professores do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão (DHG-UEMA), pelo apoio e incentivo constante, especialmente Helidacy Correa e Cláudio José Souza;
- Colegas do Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas - UFMA, turma 2015, pela salutar convivência, partilha de conhecimentos,

alegrias, angústias e pelo crescimento como profissional e pessoa. De modo especial, agradeço a Claudicea Durans, Carlos Wellington Martins, Karenina Fonseca, Lorena Saboia Soares e Inaldo Bata;

- Aos comunitários de Guajerutua, São Lucas, Peru, Caçacueira e Lençóis, que tão bem me receberam;
- Técnicos do ICMBio, pelas importantes informações disponibilizadas;
- Representantes das colônias e sindicatos de pescadores de Cururupu e Apicum-Açu;
- Raquel Pires Costa, revisora deste trabalho. Mais que uma amiga, uma irmã presenteada pela vida.
- A equipe de jornada de campo: Ulisses Denache Vieira Souza, Rosangela Maria Paixão Pinheiro, Esron Alex Gonçalves Magalhães, Reydne Carlos Costa Amaral Neto, Matheus Moura Garcês e Natália Almeida. E àqueles que a essa equipe se juntaram: Deusdedit Carneiro Leite Filho (Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão), professor Reinaldo Paul Pérez Machado (USP) e André Santos (IFMA e FAPEMA).
- Gestores do município de Cururupu, pela excelente recepção e por terem disponibilizado importantes informações sobre a criação da RESEX.
- Heric Santos Hossoe, pela acolhida quando fui aluna especial do PPGPP – UFMA e pela ajuda prestada durante a minha preparação ao processo seletivo no qual fui aprovada.

RESUMO

Analisa-se as possibilidades e limitações existentes para a sustentabilidade ambiental na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, Unidade de Conservação criada em 2004 e situada no litoral ocidental maranhense, configurada em arquipélago, onde predomina o ecossistema de manguezal, que dá suporte às atividades econômicas locais. Esse ecossistema é importante para a reprodução e o desenvolvimento de espécies locais e é importante, também, para aves migratórias em seu deslocamento entre hemisférios. A população tradicional que habita a RESEX dedica-se, predominantemente, à pesca artesanal, atividade econômica envolta em uma série de contradições políticas, socioeconômicas e ambientais. Faz-se uma abordagem sobre a questão ambiental na Terra e no Brasil, para, em seguida, tratar das questões específicas da RESEX. Explana-se sobre os fenômenos que levaram às discussões que se substanciaram a partir do Século XX para os dias atuais e como o Brasil se situou dentro desse contexto mais amplo. Trata-se, ainda, das derivações do debate sobre a questão ambiental, em nível mundial e no Brasil. Os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa foram: compatibilização de dados dos Censos de 2000 e 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no banco de dados Agregados por Setores Censitários, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Foram realizadas observações não participativas e entrevistas semiestruturadas com moradores da Reserva, representantes de instituições locais como Colônia de Pescadores, Sindicato de Pescadores e Associação de Moradores, com técnicos do órgão gestor e órgãos na esfera municipal e da Capitania dos Portos do Estado do Maranhão (Apêndice A). A análise dos dados deu-se a partir da análise do discurso (FOUCAULT, 2014) e das concepções de campo, *habitus* e capital, de acordo com Bourdieu (1989 e 2004). Para o reconhecimento dessa dinâmica ambiental, foram feitas observações diretas, comparações de imagens de satélites do início dos anos 2000 e da década atual; contou-se com a história oral e foram feitas aquisições de dados em campo a partir do uso de um equipamento GPS de navegação Garmim GPS 76CSx e o modelo Etrex Venture HC, ambos com interface para SIG's. Sobre a RESEX, abordam-se os processos políticos e os interesses que resultaram no processo de criação da unidade de conservação. A partir dos relatos e análise de documentos oficiais, analisam-se as contradições inerentes ao processo citado. Ao tratar do dia-a-dia da RESEX, dedicou-se uma parte à atividade pesqueira, principal geradora de renda no local e na qual todas as famílias estão envolvidas. Analisaram-se as ações de diversas instituições que atuam e ou deveriam atuar na RESEX. Nas entrevistas realizadas com os moradores locais, procurou-se apreender a percepção que possuem da unidade de conservação e do órgão gestor.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Comunidades Tradicionais. Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. Lugar. Pesca.

ABSTRACT

There are analyzed the possibilities and limitations for environmental sustainability in the Marine Extractive Reserve of Cururupu, Conservation Unit established in 2004 and located in Maranhão west coast, set in the archipelago, where predominates the mangrove ecosystem, which supports local economic activities. This ecosystem is important for the reproduction and development of local species and is also important for migratory birds in their displacement between hemispheres. The traditional population that inhabits the RESEX dedicates predominantly to artisanal fisheries, economic activity wrapped in a series of political contradictions, socioeconomic and environmental. It makes an approach on environmental issues on Earth and in Brazil, to then address the specific issues of RESEX. There are explained the phenomena that led to discussions that substantiated from the century. XX to the present day and how Brazil was situated within this broader context. It is also approached the leads of the debate on environmental issues, globally and in Brazil. The methodological procedures used in the research were: data compatibility of Census 2000 and 2010, made available by the Brazilian Geography and Statistics Institute (IBGE) in the database aggregates by sectors Census, bibliographic and documentary research. There were made non-participatory observations and unstructured interviews with residents of the Reserve, representatives of local institutions such as Colônia de Pescadores, Sindicato de Pescadores and Associação de Moradores, with technicians of the managing organ and organs at the municipal level and the Capitania dos Portos do Estado do Maranhão (Appendix A). Data analysis took place from discourse analysis (Foucault, 2014) and field, *habitus* and capital conceptions, according to Bourdieu (1989 and 2004). For the recognition of environmental dynamics, direct observations were made, satellite images of comparisons of the early 2000s and the current decade; about RESEX, there were approached political processes and the interests that resulted in the creation of the protected area. From the reports and analysis of official documents, there were analyzed the contradictions inherent to the mentioned process. When RESEX's day-to-day was approached, there were discussed the fishing industry, the main generator of income in place and in which all the families are involved. There were analyzed the actions of various institutions which act or should act in RESEX. In interviews with local residents, the aim was to apprehend the perception that they have about the conservation unit and the managing organ.

Keywords: Sustainability. Traditional Communities. Marine Extractive Reserve of Cururupu. Place. Fishing.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Biomias brasileiros	46
Figura 2	Matopiba	54
Figura 3	Mapa de localização	86
Figura 4	Ancoradouro na comunidade de Caçacueira	87
Figura 5	Comunidade de Caçacueira	87
Figura 6	Ancoradouro da comunidade de Peru	88
Figura 7	Barco pesqueiro da comunidade de Peru.....	88
Figura 8	Ancoradouro da comunidade de São Lucas	89
Figura 9	Dunas e lagoas da comunidade de Lençóis	89
Figura 10	Comunidade de Lençóis	90
Figura 11	Ancoradouro da comunidade de Guajerutiua	90
Figura 12	Comunidade de Guajerutiua	91
Figura 13	Cronograma dos Programas.....	114
Figura 14	Litoral Maranhense	119
Figura 15	Mapa Amazônia Legal	121
Figura 16	Mapa de Classificação Climática do Maranhão	123
Figura 17	Manguezal na zona urbana de Cururupu	126
Figura 18	Mapa de ocupação da região no período de Sesmarias	128
Figura 19	Ponte sobre apicum em Caçacueira.....	132
Figura 20	Avanço das areias na Ilha de Lençóis	136
Figura 21	Memorial Rei Sebastião.....	142
Figura 22	Oficina de mapeamento participativo.....	144
Figura 23	Produção (t) nacional de pescado nos anos em 2008 e 2009, discriminada por estado.....	149
Figura 24	Zangaria.....	156
Figura 25	Principais artes de pesca utilizadas na RESEX	158
Figura 26	Elaboração da base cartográfica para o mapeamento	187
Figura 27	Direção predominante dos ventos no arquipélago de Maiaú	188
Figura 28	Poço comunitário de Lençóis.....	191
Figura 29	Ilha de Lençóis	201

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Matrículas em todos os níveis de ensino no município de Cururupu -MA, 2005-2017	96
Gráfico 2	Quantidade de domicílios particulares permanentes ou pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (2000 - 2010)	170
Gráfico 3	Mulheres alfabetizadas responsáveis por domicílios particulares permanentes (2000 - 2010)	170
Gráfico 4	Homens alfabetizados responsáveis por domicílios particulares permanentes (2000-2010)	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Ocorrências de queimadas nos biomas brasileiros – período anual, 2017	57
Quadro 2	Focos de queimadas por estado – período anual, 2017	57
Quadro 3	Metas e indicadores do Programa de Educação Ambiental	108
Quadro 4	Metas do Subprograma de Organização Comunitária	109
Quadro 5	Metas e indicadores do subprograma de elaboração do Plano de Proteção da RESEX	111
Quadro 6	Metas e indicadores do Programa de Comunicação	112
Quadro 7	Demonstrativo da produção de pesca no Brasil 2008-2009	149
Quadro 8	Demonstrativo da produção de pesca no Brasil 2010-2011	150
Quadro 9	Total de anos de estudos das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (2000-2010)	171
Quadro 10	Rendimento nominal mensal por pessoa responsável por domicílio particular permanente	172
Quadro 11	Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento).....	172
Quadro 12	Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário (2000)	173
Quadro 13	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário (2010)	173

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Cururupu – MA.....	94
Tabela 2	Distribuição das embarcações no litoral maranhense	151
Tabela 3	Produção de pescado no estado, por município e arte de pesca em 2005.....	153
Tabela 4	População Residente.....	169

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMREMC	- Associação de Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu
APA	- Área de Proteção Ambiental
BB	- Banco do Brasil
BIC-UEMA	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UEMA
BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
BPA	- Batalhão de Polícia Ambiental
BPC	- Benefício de Prestação Continuada
CCDRU	- Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CF	- Constituição Federal
CNPT	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	- Conselho Nacional dos Seringueiros
CODEVASF	- Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COLUN	- Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão
CONAMA	- Conselho Nacional de Meio Ambiente
DNOCS	- Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DSG	- Divisão de Serviços Geográficos do Exército
EIA	- Estudo de Impacto Ambiental
Embrapa	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FLONA	- Floresta Nacional
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
GEDERS	- Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	- Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano
IEA	- Instituto de Estudos Amazônicos
IMESC	- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	- Instituto Nacional De Pesquisas Espaciais

LabMet-UEMA	- Laboratório de Meteorologia da Universidade Estadual do Maranhão
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social
MMA	- Ministério do Meio Ambiente
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMS	- Organização Mundial da Saúde
OMT	- Organização Mundial de Turismo
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OPP	- Oficina de Planejamento Participativo
PIB	- Produto Interno Bruto
PIBEX	- Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Universidade Estadual do Maranhão
PMDBBS	- Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros por Satélite
PNMA	- Política Nacional de Meio Ambiente
PROECOTUR	- Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
RESEX	- Reserva Extrativista
RGP	- Registro Geral de Pesca
RIMA	- Relatório de Impacto Ambiental
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMA	- Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA	- Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	- Unidades de Conservação
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UFPE	- Universidade Federal de Pernambuco
UICN	- União Internacional para a Conservação da Natureza
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
ZEE	- Zoneamento Econômico Ecológico
ZMFC	- Zona de Manejo Florestal Comunitário
ZMUC	- Zona Marinha de Uso Compartilhado
ZP	- Zona Populacional

ZR	- Zona de Recuperação
ZUC	- Zona de Uso Comunitário
ZUCON	- Zona de Uso Conflitante
ZUP	- Zona de Uso Primitivo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	BREVE ITINERÁRIO DA QUESTÃO AMBIENTAL	36
3	A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU	70
3.1	A Lei de Criação da RESEX quanto aos critérios de sustentabilidade para ela estabelecidos	70
3.2	O Processo de criação da RESEX de Cururupu e suas contradições socioambientais	94
3.2.1	A partir da fala dos participantes	98
3.2.2	A partir dos documentos oficiais	104
4	O DIA-A-DIA NA RESEX	118
4.1	Ambiente Fisiográfico	118
4.2	O Lugar	127
4.3	A Pesca	147
5	AS AÇÕES INSTITUCIONAIS NA RESEX	160
5.1	De instituições federais	161
5.2	De entidades representativas dos pescadores	173
6	A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE	179
6.1	O conhecimento sobre essa categoria de Unidade de Conservação ..	180
6.2	Mudanças	182
6.3	Problemas	190
6.4	Potencialidades	198
7	CONCLUSÃO	203
	REFERÊNCIAS	212
	APÊNDICES	220
	ANEXOS	229

1 INTRODUÇÃO

O estudo da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (RESEX de Cururupu) para a elaboração de tese de doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), resulta de uma trajetória de experiências acadêmicas e docentes referentes ao litoral maranhense e a estudos e projetos desenvolvidos em unidades de conservação.

Na segunda metade da década de 1980, ocorreu a primeira viagem ao litoral cururupuense como atividade de campo do Curso de Geografia da UFMA, coordenada pelo Prof. Antonio Cordeiro Feitosa. Na oportunidade, visitou-se a Ilha de Mangunça, Caçacueira e Peru. A atividade tinha como objetivo identificar elementos de origem natural como relevo litorâneo, cobertura vegetal, elementos da dinâmica costeira (ventos, marés) e aspectos socioeconômicos, investigados a partir de entrevistas.

Na Especialização Geografia Aplicada ao Planejamento Ambiental, cursada na UFMA de setembro de 1991 a julho de 1992, estudou-se uma unidade de conservação. O trabalho final foi intitulado Problemas Ambientais na Área do Parque Estadual do Bacanga.

Como professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), realizou-se uma visita técnica com acadêmicos do Curso de Geografia, no segundo semestre de 2012, às comunidades de Guajerutiua, Peru e Caçacueira.

Orientaram-se duas monografias e vários projetos de iniciação científica e de extensão na Área de Proteção Ambiental do Maracanã, a saber:

- Educação Ambiental em Unidades de Conservação: conhecendo a APA do Maracanã por meio de uma abordagem prática com os alunos do 9º ano do Centro Educacional Sagrados Corações. Monografia de conclusão da graduação em Geografia - UEMA, em 2010.
- Impactos Socioambientais no Rio Maracanã. Monografia de conclusão da graduação em Geografia - UEMA, em 2012.
- Gestão ambiental participativa na Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã: a fase da sensibilização. Projeto realizado de janeiro a dezembro de 2007, realizado sem ajuda financeira para os acadêmicos, pois o programa institucional de bolsas de extensão só foi

implantado na UEMA no final de 2007, para realização dos projetos em 2008.

- Potencialidades econômicas da Área de Proteção Ambiental (APA) da região do Maracanã. Projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UEMA (BIC-UEMA), cota novembro de 2007 a outubro de 2008.
- Gestão ambiental participativa na Área de Proteção Ambiental (APA) do Maracanã: a fase da sensibilização II. Projeto do Programa Institucional de Bolsa de Extensão da UEMA (PIBEX-UEMA), realizado de março a julho de 2008.
- Conhecendo a APA do Maracanã. Projeto do PIBEX-UEMA, cota 2008-2009;
- Conhecendo a APA do Maracanã II. Projeto do PIBEX-UEMA, cota 2010-2011;
- Uso e cobertura do solo na APA do Maracanã: subsídios para o zoneamento ambiental. Projeto do BIC-UEMA, cota 2010-2011.

No mestrado, realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) no período de 2003 a 2005, elaborou-se a dissertação intitulada Costa Sudeste do Município de São Luís-MA: análise e proposta para gestão ambiental. Apesar da investigação não ocorrer em uma unidade de conservação, o trabalho não se distanciou da temática ambiental.

As visitas realizadas ao litoral cururupuense, a elaboração da monografia de especialização e da dissertação, a vivência de pesquisa e a atuação acadêmica resultaram na ampliação das leituras da questão ambiental e, especificamente, das unidades de conservação e no conhecimento de como ocorrem relações políticas, administrativas e socioeconômicas nesses espaços protegidos por lei.

A escolha da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu para estudo deu-se por um conjunto de situações: a vivência relatada é um local pouco estudado pelos geógrafos; como cururupuense tem-se a oportunidade de contribuir para a produção de conhecimento sobre o lugar, considerando a importância social e econômica que ele tem para as comunidades que ali vivem e o destaque dessa porção do litoral maranhense, tanto em âmbito local como internacional.

Despertado o interesse para o estudo do lugar, buscaram-se estratégias para efetivar a pesquisa. A sistematização da pesquisa bibliográfica, documental e no banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ocorreu, predominantemente, na sala do Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade (GEDERS), nas dependências da UEMA, Campus Paulo VI. As etapas de campo propostas para a pesquisa foram dispendiosas, pela necessidade de se terem, ao dispor, veículos como automóveis (para chegar até as sedes municipais e dessas aos portos) e barcos para realizar o trajeto nas ilhas que compõem o arquipélago da reserva extrativista (RESEX).

As condições materiais para realização da pesquisa de campo ocorreram a partir do desenvolvimento de projetos de pesquisa, a saber:

- População e economia na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. Projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/UEMA, cota 2015-2016.
- População e ambiente natural na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, projeto realizado com 2 alunos do Colégio Universitário da Universidade Federal do Maranhão (COLUN/UFMA), por meio do Edital nº 09/2015 – PROCIENCIA, da Fundação de Amparo ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA). Realizado no período de 05/10/2015 à 05/10/2016.
- Reserva Extrativista Marinha de Cururupu-MA: limites e possibilidades para uma gestão ambiental participativa. Projeto do PIBIC/UEMA, cota 2016-2017.
- Avaliação dos impactos socioambientais da implantação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. Projeto contemplado no Edital nº 40/2015 – APP Universal, da FAPEMA. Foi realizado, no período de 05/12/2016 à 05/12/2018, por equipe formada por professores do COLUN, Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Monte Castelo e acadêmicos da UEMA.

As bolsas e auxílios captados por esses projetos foram essenciais para o deslocamento e permanência temporária até o local de estudo.

O recorte temporal utilizado nessa pesquisa é do início dos anos 2000 (quando começam se articular ações no sentido criar a RESEX) até dezembro de 2018. O único acontecimento destacado fora desse período é a reunião do Conselho

Gestor da unidade de conservação que ocorreu nos dias 24 e 25 de abril de 2019, realizada na sede do município de Cururupu. A situação política que se instalou no Brasil, a partir de janeiro de 2019, com a posse do atual presidente e repercussão em várias áreas, incluindo a ambiental, não será analisada nesse trabalho.

Colocado o percurso acadêmico e profissional realizado e os motivos que culminaram na escolha do local e temática dessa pesquisa, aborda-se, a seguir, a forma como o trabalho está estruturado e a metodologia utilizada no mesmo.

As relações das populações humanas com a natureza tornaram-se predominantemente desarmônicas ao longo da história. A noção de dominação da natureza pelos humanos levou a uma série de problemas que avançam e comprometem o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida. Passou-se a conviver com os chamados problemas ambientais, que foram intensificados com a urbanização e a industrialização. Essa é uma realidade decorrente da expansão do sistema hegemônico, o capitalismo, que impele as pessoas a um consumismo cada vez maior. Faz-se necessário, então, uma intensa exploração de matéria-prima e uma decorrente geração de resíduos.

O surgimento e crescimento das cidades é um fenômeno mundial. Tanto nos países centrais, quanto nos periféricos, a população concentra-se nas cidades. Convém destacar que ainda há países com população predominantemente rural. No Brasil, 86,6% da população reside nas cidades (IBGE, 2019). Entre os problemas urbanos, estão: ilhas de calor, poluição do ar, poluição sonora. Há algumas diferenças significativas no processo de urbanização dos países, considerando o grau de desenvolvimento econômico dos mesmos. Nos países periféricos, a urbanização tem ocorrido de forma mais acelerada, pautada num grande êxodo rural. A população concentrada nas cidades carece, grandemente, de moradias adequadas, sistema de transportes, saúde e educação eficiente e a oferta de empregos fica aquém das necessidades daqueles que precisam de uma ocupação remunerada.

A indústria moderna exige um valor sempre crescente de matéria-prima para um mercado consumidor cada vez mais amplo. Isso acarreta numa exploração de elementos naturais e um volume muito grande de resíduos. Essa situação fica intensificada com a vida útil sempre menor dos produtos. Essa é a lógica de consumo do sistema capitalista: produzir mais, gerar mais consumo, mais lucros,

mais riquezas. Os interesses econômicos têm ficado em primeiro lugar, em detrimento da preservação e conservação ambiental.

No mundo capitalista, a industrialização e o modelo de urbanização predominante, fenômeno que não para de avançar, têm impactado de forma significativa o ar, as águas, os solos, a cobertura vegetal, a fauna e, por consequência, as populações humanas.

Diegues (1995, p. 31-32) assim elenca esses problemas:

- efeito estufa e as mudanças no equilíbrio energético global (dissolução das calotas polares, aumento previsível do nível dos oceanos com a inundação das cidades costeiras, etc);
- ruptura da camada de ozônio da atmosfera e suas consequências;
- destruição de florestas e extinção maciça de espécies de animais e plantas;
- poluição crescente da atmosfera e das águas alterando os processos químicos globais
- erosão dos solos agricultáveis e destruição dos recursos dos solos levando a desertificação;
- crescimento exorbitante das metrópoles, gerando graves problemas de ordem ambiental, social, econômica e cultural.

Ross (2001) destaca o caráter social do homem que, ao sofisticar os mecanismos de extrair da natureza os recursos, pode alterar de modo significativo a funcionalidade harmônica dos ambientes naturais. Para ele, o conhecimento técnico e científico dos séculos XVIII, XIX e XX e início do século XXI (duas primeiras décadas), alavancados pelo capitalismo, colocou definitivamente os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza de outro. Aprofundando a análise, afirma-se: os interesses do capital de um lado e a preservação da vida de outro.

O avanço dos problemas ambientais levou ao que ficou conhecido, no Século XX, como a crise ambiental. A partir de então, o ambiente entrou na pauta de discussões internacionais e não mais saiu. Entre as ações que derivaram dessas discussões, estão: a criação de parques; a realização de congressos e convenções; e o surgimento de organismos para tratar da questão ambiental.

Bressan (1996, p. 25-30) faz uma abordagem cronológica dos principais acontecimentos, em nível internacional e nacional, que contribuíram para a formação de uma consciência ecológica. Entre os inúmeros exemplos, podem ser destacados:

- A criação do Parque Nacional de Yellowstone (EUA, 1872);
- O Congresso Internacional para a Proteção da Natureza (1923);

- A Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais (1940);
- O surgimento da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) em 1956;
- A criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (década de 60).

A década de 70 do século XX é considerada por muitos autores, entre eles está Bursztyn (1994), como aquela que marcou a tomada de consciência sobre os problemas ambientais. E, a partir de então, começaram a se estruturar as ações que objetivam minimizar ou impedir os problemas citados e, por conseguinte, proporcionar melhor qualidade ambiental e de vida.

Destaca-se que a tomada de consciência dos problemas ambientais por si só não leva a mudanças, mas representa o primeiro passo para o que se pretende mudar. O reconhecimento das situações deletérias e suas consequências negativas na qualidade de vida é um motivador no caminho para as ações concretas. Foi o que aconteceu, tanto internacional quanto nacionalmente, salvaguardando as devidas diferenças.

Como marco desse momento está a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, realizada em 1972. Esta foi a primeira grande reunião, com participação de chefes de Estado e de repercussão internacional, realizada para tratar de questões ambientais. O posicionamento dos países ante as discussões resultou da situação que cada um estava no contexto econômico mundial. Naquele momento, cada país integrava um dos três blocos existentes: Primeiro Mundo, composto pelos capitalistas desenvolvidos; Segundo Mundo, integrado pelos socialistas e o Terceiro Mundo, mais numeroso, onde se situavam os países subdesenvolvidos. Esses últimos estavam mais preocupados em se aproximar economicamente dos desenvolvidos que discutir sobre poluição e outras mazelas pelas quais o ambiente estava passando.

Para além de servir aos interesses de países hegemônicos, implícitos nas discussões e documentos do evento, a ONU contribuiu de forma decisiva para colocar os problemas ambientais na pauta permanente das discussões na Terra.

As conferências da ONU contribuíram para popularizar a noção de sustentabilidade. É importante destacar que outros eventos, estudos realizados em

diversas instituições e pesquisadores mundo afora foram protagonistas nesse processo histórico, que tem passado por mudanças, reconfigurando-se conforme a conjuntura.

A partir da reunião em Founex, preparatória para Estocolmo (1972), surge uma proposta chamada de ecodesenvolvimento,

que tem por princípio o desenvolvimento baseado nas potencialidades de cada ecossistema, em ecotécnicas apropriadas às populações locais, na participação das populações locais, na redução do desperdício, na reciclagem dos resíduos, etc. (DIEGUES, 1995, p. 33).

Wettstein (1992, p. 200) é incisivo quando se refere ao ecodesenvolvimento, destacando a participação popular. Segundo o autor “o ecodesenvolvimento só terá êxito se vier a se enriquecer com a valentia, a imaginação e o empenho do povo”.

Como preparação para a Conferência, foi encomendado um relatório conhecido como Brundthland e, ainda, *Nosso Futuro Comum*, coordenado pela médica Gro Harlem Brundtland. Nele, uma concepção tornou-se mais popular que aquela proposta pelo ecodesenvolvimento. Foi a de desenvolvimento sustentável, assim expresso: “[...] é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46).

Becker *et al.* (1995, p. 53) assim se refere ao desenvolvimento sustentável: “Seria um processo de mudança onde a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades das gerações atuais e futuras”.

O conceito de desenvolvimento sustentável parte do princípio de que o uso dos recursos ambientais deve respeitar a manutenção dos processos vitais dos ecossistemas. Ao mesmo tempo em que se baseia nas potencialidades e vocações naturais dos ecossistemas, pressupõe uma distribuição equitativa dos benefícios do crescimento econômico.

Uma grande atividade produtiva pode coexistir com a pobreza disseminada, e isto constitui um risco para o meio ambiente. Por isso o desenvolvimento sustentável exige que as sociedades atendam às necessidades humanas, tanto aumentando o potencial de produção quanto assegurando a todos as mesmas oportunidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 47).

O capitalismo é um sistema onde se verificam inúmeras desigualdades socioeconômicas entre os países e no interior de muitos deles. Portanto, assegurar “a todos as mesmas oportunidades” é um dos grandes desafios da humanidade haja vista situações extremas como: pessoas morando em palácios e outras na rua; analfabetos de um lado e pessoas escolarizadas, com níveis de pós-graduação de outro; sujeitos com acesso aos melhores tratamentos de saúde existentes e outros sem condições de comprar medicamentos. Diante de tantas desigualdades, historicamente tem havido lutas pelos direitos dos cidadãos, derivando em políticas sociais, tanto nos países centrais quanto nos periféricos.

A partir de então, com base nas premissas do desenvolvimento sustentável, protocolos são assinados, órgãos são criados, cursos de graduações e pós-graduações são implantados, leis são elaboradas, políticas públicas implementadas. Os debates referentes à preservação e conservação ambiental foram ocorrendo tanto em níveis locais como em nível internacional.

Entre os eventos promotores de debates mais amplos estão as conferências internacionais sobre o meio ambiente promovidas pela ONU. Além da conferência de Estocolmo (Suécia/1972) outras foram realizadas no Rio de Janeiro (Brasil/1992), Joanesburgo (África do Sul /2002) e Rio de Janeiro (Brasil/2012). Grandes reuniões, também promovidas pela ONU, tiveram as questões ambientais em destaque. Alguns exemplos: A Cúpula para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2015 em Nova York, onde foram estabelecidos os Objetivos do Milênio; e a Assembleia para o Meio Ambiente, em Nairobi (Quênia), em 2017.

As conferências terminam com a elaboração de documentos que registram os acordos firmados entre os países e os prazos estabelecidos para o alcance dos objetivos propostos. Há países que se recusam a assinar documentos. Um caso emblemático foi quando os Estados Unidos da América não assinaram o protocolo de Quioto, que trata das mudanças climáticas na Terra.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, os países periféricos intensificaram seus questionamentos sobre a sua situação diante do desenvolvimento econômico mundial. Estavam bem claras as diferenças entre as condições socioeconômicas das populações do Primeiro Mundo (assim chamado

naquele momento), em relação ao Terceiro Mundo; ou ainda, entre os países do Norte e os países do Sul¹.

Entre as estratégias utilizadas pelos países centrais para “explicar” o subdesenvolvimento, houve a elaboração do informe intitulado *Limites do Crescimento*, elaborado pelo Clube de Roma, em 1971. Esse clube foi criado em 1968, na Academia de Lincei, em Roma. Conforme abordado por Franco (2000, p. 157), de acordo com o informe, “se o crescimento demográfico e econômico continuasse a longo prazo, inevitáveis efeitos catastróficos iriam ocorrer em meados do próximo século, como escassez de recursos, poluição, fome, doenças, culminando em grande mortandade, ocasionando uma diminuição da população e chegando aos índices do início do século XX”. De acordo com Franco (2000), para Meadows, o propositor do informe, era necessário uma política mundial de controle do crescimento, o chamado “crescimento zero”.

O *Limites do Crescimento* foi amplamente contestado por diversos motivos. Tinha um aspecto malthusiano, ao creditar à população numerosa de um país a responsabilidade pelo seu subdesenvolvimento e, a partir do “crescimento zero”, a situação de desigualdade permaneceria. Os ricos continuariam ricos e os pobres continuariam pobres.

A insatisfação dos países periféricos refletiu-se na postura que os mesmos adotaram na Conferência. Em Estocolmo (1972), perceberam-se claramente as diferenças entre os países. Os industrializados mostravam-se, nos discursos e documentos, preocupados com a poluição urbano-industrial e a diminuição da qualidade de vida em alguns países do Terceiro Mundo. Esses, por sua vez, desejavam o crescimento econômico, mesmo que implicasse na degradação do meio ambiente (DIEGUES, 1995).

Nas décadas seguintes à Estocolmo - 1972, a noção de desenvolvimento sustentável esteve presente nos discursos governamentais, nas leis², nos debates travados em eventos científicos, artísticos e culturais, nos livros e artigos. Por outro lado, houve a permanência e, em alguns casos, a intensificação de condições de vida degradantes refletidas em situações como a fome sistemática e a falta de

¹ Nesse trabalho fez-se a opção pelos termos países centrais e países periféricos para se referir àqueles que encontram-se nas melhores situações socioeconômicas e aos que, embora detentores de grandes riquezas naturais e grande produção econômica, têm grandes problemas sociais, respectivamente.

² No caso do Brasil, podem ser citadas a Constituição Federal de 1988 (Art. 225) e a Lei Federal nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente.

acesso à água potável; uma exploração desenfreada de biomas. Os ambientes marinhos e oceânicos são reconhecidos como grandes repositórios de resíduos, notadamente plásticos. E contraditoriamente, o Produto Interno Bruto (PIB) de muitos países cresceu. É o caso do Brasil. De acordo com Alves (2007, p. 2),

Na segunda metade do século XX a população mundial teve o maior crescimento de todos os tempos, passando de 2,5 bilhões em 1950, para 6,1 bilhões no ano 2000 [...] Houve, portanto, um crescimento da população de quase duas vezes e meia, enquanto o PIB mundial cresceu cerca de sete vezes, representando, também, um crescimento econômico inigualável.

Apesar de todo o discurso e da grande divulgação dos paradigmas do desenvolvimento sustentável mundo afora, as situações de desigualdades e de degradação continuaram. Reforça-se a ideia de que há um desenvolvimento insustentável.

Entre países, continuou-se a verificar um grupo mais destacado econômica e socialmente. São denominados de centrais, industrializados e, ainda, de Primeiro Mundo. O outro grupo, dos países periféricos, menos industrializados, continua convivendo com baixos índices sociais e apresentando problemas gravíssimos como fome sistemática e mortes por doenças que já são curáveis. Tais problemas não combinam com o grau de desenvolvimento científico e tecnológico que a humanidade chegou. Internamente, muitos países apresentam uma série de contradições espaciais, socioeconômicas e ambientais. É o caso do Brasil.

O que foi preconizado pelo desenvolvimento sustentável, na década de 70 (Séc. XX), não correspondeu à totalidade da realidade empírica. Outra noção começa a se estruturar: sustentabilidade.

Nesse trabalho, optou-se pela concepção de sustentabilidade defendida por Freitas (2012, p.41):

eis o conceito proposto para o princípio da sustentabilidade: trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.

Freitas (2012) não desconhece a importância do conceito de desenvolvimento sustentável, mas sugere que se deva ir além:

Trata-se de progresso histórico, digno de nota. Entretanto, indispensável aperfeiçoar esse conceito, com o fito de deixar nítido que as necessidades atendidas não podem ser aquelas artificiais, fabricadas ou hiperinflacionadas pelo consumismo em cascata (FREITAS, 2012, p. 47).

Ele chama atenção à necessidade de se “adotar uma série mais completa de elementos”, ao invés da tríade proposta no conceito (FREITAS, 2012, p. 47). Segundo o autor, as demandas a serem consideradas devem ser aquelas relacionadas ao bem-estar físico e psíquico, a longo prazo, acima do simples atendimento às necessidades materiais. Destaca que “É preciso que o conceito seja pronunciadamente incluyente, política e socialmente, numa expressão, incorpore “a justiça ambiental” (FREITAS, 2012, p. 48), em sentido amplo. O autor citado ainda se refere à reação das populações excluídas ou reprimidas; cedo ou tarde, elas reagirão contra a repressão.

Freitas (2012) entende a sustentabilidade nas dimensões social, ética, ambiental, econômica e político-jurídica.

O Brasil não ficou à parte das discussões e tomada de decisões referentes à questão ambiental. Ao longo desse percurso, o país adotou posturas diferenciadas. Sua participação em Estocolmo-72 foi bastante questionada porque ele manifestou estar mais preocupado com o crescimento econômico do que com a preservação e conservação ambiental.

A participação do Brasil na primeira Conferência (Estocolmo 72) foi duramente criticada. E, para atender as pressões internacionais, o governo federal criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), no âmbito do Ministério do Interior. Para Bursztyn (1994, p. 87), “foi um ato quase simbólico de um poder público que pouco prezava, na prática, o meio ambiente. Por mais de uma década aquela instituição vegetou, num segundo plano, em termo de importância no conjunto de ações governamentais”.

Nenhum país poderia ficar alheio à questão ambiental, mas alguns países possuem características que os colocam como destaque em nível mundial. É o que acontece com o Brasil, em decorrência de características como: a quinta maior extensão territorial da Terra, população residente numerosa, extenso e diversificado litoral, solos agricultáveis, climas favoráveis à agropecuária, águas doces de superfícies e águas subterrâneas consideráveis e uma diversidade de biomas (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Pampas). Cada bioma

possui sua diversidade biológica e cultural. No Bioma amazônico estão a maior floresta equatorial e a maior bacia hidrográfica da Terra.

Todos esses biomas estão sob forte impacto das ações antrópicas, o que tem comprometido a sustentabilidade.

Ao longo de sua história, o Brasil elaborou uma legislação ambiental e implementou políticas públicas, caracterizando três momentos distintos, conforme abordagem de Cunha e Coelho (2003). O primeiro momento vai de 1930 a 1971, marcado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais. O segundo estende-se de 1972 a 1987 e é caracterizado pelo ápice da ação intervencionista do Estado. O terceiro período se inicia em 1988 e vai até 2003, marcado pelos processos de democratização e descentralização decisórias e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável.

Convém destacar, ao longo desse percurso, a criação de unidades de conservação e órgãos (ministérios, secretarias, institutos) para tratar de aspectos ambientais.

A questão ambiental exposta até o momento surge como um imperativo da sociedade capitalista urbano-industrial.

Apesar das situações acima citadas, existem outras experiências de se relacionar com a natureza que foge a essa lógica. Faz-se referência às comunidades tradicionais, aqui compreendidas a partir da conceituação de Diegues (2001, p.22), com a qual se tem concordância:

Estamos utilizando a noção de “sociedades tradicionais” para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

Como exemplos de comunidades tradicionais, estão “os caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas” (DIEGUES, 2001. p. 22).

Essas comunidades mostram que é possível utilizar os recursos de origem natural para a manutenção dos grupos humanos sem o comprometimento daqueles. Elas são responsáveis pela preservação de grandes porções dos

ecossistemas brasileiros. Normalmente, foram deixadas à margem do processo macro de produção do espaço geográfico brasileiro, que tem sido excludente, de grande segregação sócio-espacial, de negação de direitos, entre eles o direito à terra. E apesar das negligências institucionais, as comunidades tradicionais resistem ao tempo e à estrutura política, social, econômica e ambiental imposta a elas.

No Brasil, a criação de Unidades de Conservação (UC) de proteção integral (que não permitem a dominialidade das terras por particulares) tem provocado alguns impactos negativos às comunidades tradicionais. Muitas delas têm que sair do lugar onde tradicionalmente habitam e mantêm o seu modo vida. Em contrapartida, estas comunidades são essenciais para a existência de outro tipo de unidade, as Reservas Extrativistas.

O Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, instituiu as RESEX no país, e assim dispõe sobre elas:

Art. 1º. As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2º. O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social (BRASIL, 1990).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), as reservas extrativistas estão incluídas no grupo de Unidades de Uso Sustentável e são assim conceituadas:

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000a).

As Reservas Extrativistas surgiram no Brasil, na década de 90 (Século XX), a partir da luta dos seringueiros amazônicos para a legalização de suas terras e para que pudessem continuar exercendo suas atividades, tradicionalmente estabelecidas, em um território definido e, assim, minimizar os conflitos com os donos das grandes propriedades.

O processo de criação da RESEX de Cururupu ocorreu de forma diferenciada das primeiras RESEX, situadas na Região Norte. Enquanto essas derivaram de lutas populares, a de Cururupu surgiu a partir de uma iniciativa do

poder público municipal. No entanto, houve uma boa receptividade da idéia por parte da população local, constituída, predominantemente, por famílias de pescadores artesanais.

A Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, instituída pelo Decreto Federal s/nº, de 02 de junho de 2004, está situada no litoral ocidental maranhense. Essa porção também é conhecida como Costa de Rias e Reentrâncias Maranhenses. Está num arquipélago situado no município de Cururupu. Ela abrange, ainda, uma pequena parte do município de Serrano do Maranhão. A RESEX é composta pelas seguintes comunidades: Caçacueira, Peru, São Lucas, Guajerutiua, Bate-vento, Valha-me-Deus, Lençóis, Iguará, Porto do Meio, Mirinzal, Retiro, Porto Alegre e Mangunça. Para essa pesquisa foram selecionadas as comunidades de Guajerutiua, Peru, São Lucas, Caçacueira e Lençóis. A escolha das quatro primeiras citadas deve-se ao conhecimento prévio, abordado no início desse tópico, e ao fato de se ter nascido em Cururupu. A proximidade geográfica entre elas também, facilita acesso e otimiza os recursos financeiros. Lençóis foi selecionada pela visibilidade que possui em relação às demais e por se conhecerem na sede de Apicum-Açu (município por meio do qual o acesso é mais rápido até a ilha) pessoas que podem intermediar o diálogo com moradores da localidade e, assim, possibilitar a organização da logística necessária para a efetivação das etapas de campo.

Realizar uma pesquisa dessa natureza é um desafio. São longas distâncias terrestres de São Luís até os municípios de Cururupu e Apicum-Açu e desses até as comunidades, navegando por canais e baías. As condições ambientais condicionam o primeiro semestre do ano ao melhor período para navegar. Os ventos fortes são comuns no segundo semestre tornando mais arriscada a navegação. Além dessas situações, tornam-se necessários contatos prévios para definição da hospedagem e de alguém para acompanhar no percurso realizado nas comunidades para aplicação das entrevistas e observações da paisagem natural e construída pelas pessoas.

De acordo com Ab'Saber (2002), essa porção onde se encontra a RESEX integra o litoral amazônico. Apresenta uma extensa e contínua faixa de manguezais. Esse ecossistema é de extrema importância ecológica e social; como um "berçário natural" de espécies que vivem e ou se reproduzem em ambiente marinho e de estuário. Os manguezais são ecossistemas situados em locais de clima tropical e subtropical, onde há contato da água do mar com a água de rio ou na linha de costa.

São berçários naturais para inúmeras espécies de aves, peixes, crustáceos, moluscos e mamíferos marinhos. Conforme destacado por Mello e Mochel ([200-]) sua função ecológica é ligada à produtividade primária, constituindo-se o berçário de muitas espécies que vivem na região oceânica adjacente e nas águas estuarinas.

A população beneficia-se do ambiente natural por meio da pesca de peixes, moluscos, crustáceos.

Ilhas, baías, praias, dunas, pontas fazem parte da natureza da RESEX, que está na rota de aves migratórias hemisféricas.

A RESEX está em um dos sítios Ramsar situados no Brasil, assim definidos por sua importância no que tange à ecologia, botânica, zoologia, limnologia e hidrologia e com o intuito de promover a conservação e o uso racional das zonas úmidas e de seus recursos por meio de ação nacional e cooperação internacional.

Diante do exposto, questiona-se: **quais aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais favorecem ou dificultam a sustentabilidade ambiental na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu?**

Analisam-se as contradições e as determinações verificadas processo de busca da sustentabilidade para melhor compreensão das situações e dos fenômenos ali identificados.

Outras questões nortearam a pesquisa: **são desenvolvidas ações no sentido de garantir a proteção aos meios de vida e cultura local? O uso dos recursos ocorre de forma a garantir a sustentabilidade? Existem o monitoramento, a fiscalização e a educação ambiental? Se existem, de que forma tem ocorrido no local? Houve mudança no padrão de vida da população após a implantação da RESEX? Como a comunidade local percebe a RESEX?**

Além de comunidades tradicionais e sustentabilidade, já citadas, utiliza-se também a categoria lugar, aqui compreendido a partir da abordagem de Castrogiovanni (2002) e Santos (1996).

Para Santos (1996, p. 215), existem três totalidades. A primeira é o mundo; a segunda é o território, materializado por um país, um estado. O lugar é a terceira totalidade,

onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa.

Castrogiovanni (2002, p. 84) faz referência à relação entre espaço local e espaço global

Estudá-lo é fundamental, pois ao mesmo tempo em que o mundo é global, as coisas da vida, as relações sociais se concretizam nos lugares específicos. E como tal a compreensão da realidade do mundo atual se dá a partir dos novos significados que assume a dimensão do espaço local. A globalização e a localização, fragmentando o espaço, exigem que se pense dialeticamente esta relação.

Para Santos (1996, p. 252), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”.

A opção pela categoria lugar é pautada na observação de relações de solidariedade, companheirismo, pela singularidade de arranjos sociais e ecológicos e pelo conhecimento que a população local tem do fragmento do espaço onde vive.

Essa é uma pesquisa quali-quantitativa, cujos procedimentos metodológicos utilizados para sua efetivação foram:

1. Compatibilização de dados dos Censos de 2000 e 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no banco de dados Agregados por Setores Censitários, para verificar o comportamento dos dados que refletem a qualidade de vida.

É importante destacar o significado de setor censitário (Anexo A):

O setor censitário é a unidade territorial estabelecida para fins de controle cadastral, formado por área contínua, situada em um único quadro urbano ou rural, com dimensão e número de domicílios que permitam o levantamento por um recenseador (IBGE, 2017).

As comunidades de São Lucas e Guajerutiua são compostas por dois setores censitários. Nas demais, há apenas um setor. Considerando o fato de que, de um período censitário para outro (2000 para 2010) não houve fragmentação, nem fusão de setores, fica adequado fazer comparações de dados. Foram selecionadas as seguintes variáveis:

a) do domicílio: espécie e tipo, características dos domicílios particulares permanentes ocupados, como quantidade de banheiros;

b) dos moradores: número de pessoas, o responsável pelo domicílio, alfabetização e rendimento.

A comparação dos dados censitários permite analisar como as variáveis selecionadas apresentavam-se antes da criação da RESEX (dados do censo de 2000) e como elas estavam em 2010 (período posterior à criação da unidade de

conservação). É possível identificar se ocorreram avanços, retrocessos ou permanência das situações investigadas.

As informações sobre forma de abastecimento de água, destino do lixo, existência ou não de energia elétrica, apesar de estarem disponíveis nos Agregados, foram obtidas por meio das entrevistas.

2. Pesquisa bibliográfica, constando de levantamento e análise de material bibliográfico (teses, dissertações, artigos, documentários, relatórios técnicos) que fundamentou as temáticas e ampliou o conhecimento sobre o local pesquisado.

3. Pesquisa documental, compreendendo levantamento da documentação cartográfica e de sensoriamento remoto que focalize a Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. Foram analisados também decretos, leis, resoluções, portarias e atas das reuniões que antecederam a criação da unidade de conservação, das reuniões do Conselho Gestor e da Associação de Moradores.

4. Com o propósito de chegar a uma compressão mais real de como os moradores da reserva compreendem as relações que ocorrem naquele ambiente, entende-se ser a metodologia qualitativa a mais adequada.

Entre as diversas formas de abordagem técnica na pesquisa qualitativa, destaca-se a entrevista. Segundo Richardson (1999, p. 207), “a entrevista é uma técnica importante que permite o desenvolvimento de uma estreita relação entre as pessoas. É um modo de comunicação no qual determinada informação é transmitida de uma pessoa A para uma pessoa B”. Nessa pesquisa optou-se pela entrevista semi-estruturada.

Foram realizadas 57 (cinquenta e sete) entrevistas com moradores da Reserva; representantes de instituições locais como Colônia de Pescadores, Sindicato de Pescadores e Associação de Moradores, com técnicos do órgão gestor e órgãos na esfera municipal e Capitania dos Portos do Estado do Maranhão (Apêndice A).

5. A análise dos dados deu-se a partir da análise do discurso (FOUCAULT, 2014). Utilizou-se a técnica interpretativa com a intenção de facilitar o surgimento do conteúdo latente por trás do discurso desenvolvido. Nesse percurso, tentou-se identificar os procedimentos de controle e delimitação do discurso, haja vista que aquele que fala está inserido numa grade complexa, formada, segundo Foucault (2014, p. 9), “pelo tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado

ou exclusivo do sujeito que fala”. Nos dados levantados, tentou-se identificar os procedimentos de exclusão: interdição, separação, rejeição e oposição do verdadeiro ao falso. A necessidade dessa identificação está pautada no fato destacado por Foucault (2014, p. 21): “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”.

6. Para compreender as manifestações sociais na RESEX e suas relações com aspectos de ordem econômica, cultural e ecológica, utilizou-se o referencial teórico de Pierre Bourdieu (1989 e 2004) com destaque para as concepções de campo, *habitus* e capital.

A RESEX não é uma ilha, o que parece um paradoxo porque ela constitui-se, naturalmente, em um arquipélago. A afirmativa é explicada pelo fato de que essa unidade de conservação se relaciona com outros espaços, mais amplos, nacionais e internacionais. Ela não está isolada.

Na organização socioeconômica da RESEX, foi possível identificar diversas conformações de campo e um deles com características bem peculiares, *habitus* bem marcados, expressos no intermédio das manifestações coletivas e individuais e sistemas simbólicos que “[...] cumprem a sua função política de instrumentos de imposição e legitimação de dominação, para assegurar a dominação de uma classe pela outra (violência simbólica) [...]” (BORDIEU, 1989, p. 11).

Entre as diversas formas de poder, está o poder simbólico, que, para Bourdieu (1989, p.9), “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido social do mundo”.

7. Várias atividades foram desenvolvidas *in loco*. A saber:

- a) observação não participativa;
- b) realização de entrevistas;
- c) registro fotográfico;
- d) Oficina de Mapeamento Participativo.

8. O ambiente é aqui entendido como resultado do comportamento e das inter-relações entre os animais humanos, animais não humanos (nesse caso, com destaque para peixes, crustáceos, mariscos, pássaros e aves), marés, campos de dunas, ventos e manguezais. Para o reconhecimento dessa dinâmica ambiental, foram feitas observações diretas, comparações de imagens de satélites no do início

dos anos 2000 e da década atual; contou-se com a história oral e foram feitas aquisições de dados em campo a partir do uso de um equipamento GPS de navegação Garmim GPS 76CSx e do modelo Etrex Venture HC, ambos com interface para SIG's.

Para o alcance dos objetivos propostos anteriormente, foram utilizados métodos e técnicas inerentes ao uso das geotecnologias, tais como:

- Aquisição, tratamento e projeção de imagens de satélite (LANDSAT 08) sensor OLI para a área de estudo, utilizando técnicas para a elaboração das cartas imagem e extração de informações como suporte a cartografia desenvolvida;
- Uso de técnicas de chave de interpretação e de composição colorida RGB, mais especificamente 5R 4G 3B e 7R 5G 4B, para elucidar os alvos a serem identificados nas imagens de satélite;
- Obtenção das cartas topográficas da Divisão de Serviços Geográficos do Exército (DSG) para o ano de 1988, como fonte de obtenção de elementos toponímicos e um retrato do uso e da cobertura para a referida década;
- Coleta em campo de pontos com equipamento de navegação por GPS, em 10 de Julho de 2018 e posterior representação da distribuição espacial dos pontos coletados;
- Realização de oficina sobre elementos cartográficos com a comunidade escolar do ensino fundamental de 1 ao 4º ano.
- Análise, interpretação dos dados levantados e elaboração do trabalho final.

O texto está estruturado em cinco capítulos. A primeira parte aborda a questão ambiental no espaço planetário. Explana-se sobre os fenômenos que levaram às discussões que se substanciaram a partir do Século XX para os dias atuais e como o Brasil se situou dentro desse contexto mais amplo. Trata-se, ainda, das derivações do debate sobre a questão ambiental, em nível mundial e no Brasil.

A RESEX de Cururupu começa a ser tratada no segundo capítulo. Nele, abordam-se os processos políticos e os interesses que resultaram no processo de criação da unidade de conservação. A partir dos relatos e análise de documentos oficiais, analisam-se as contradições inerentes ao processo citado.

O dia-a-dia na RESEX integra o terceiro capítulo. Dedicou-se uma parte à atividade pesqueira, principal geradora de renda no local e na qual todas as famílias estão envolvidas.

Diversas instituições atuam e/ou deveriam atuar na RESEX. Essas ações serão analisadas no quarto capítulo.

Entre os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa está a entrevista semi-estruturada. A maioria das entrevistas foi realizada com os moradores locais. Nelas, procurou-se apreender a percepção que os moradores possuem da unidade de conservação e do órgão gestor. Essa abordagem é feita no quinto capítulo.

Na conclusão, reinteram-se as análises realizadas na presente pesquisa, tendo em vista os questionamentos que nortearam a construção do objeto de estudo.

2 BREVE ITINERÁRIO DA QUESTÃO AMBIENTAL

A ideia de sustentabilidade vem se constituindo, primordialmente, da segunda metade do século XX para os dias atuais, a partir das relações desarmônicas estabelecidas entre os seres humanos e os elementos de origem natural do espaço.

A concepção de sustentabilidade é pautada nas discussões sobre os chamados problemas ambientais e a necessidade de eliminá-los ou minimizá-los. Serão abordadas diversas concepções que surgiram nesse percurso histórico e as derivações práticas dessas discussões em nível planetário. Será dada ênfase ao Brasil, destacando-se as ações que refletem preocupação com os componentes ambientais; a postura nos grandes eventos internacionais de discussões da temática ambiental; a constituição do seu arcabouço legal; a criação das Unidades de Conservação (UC) e, por fim, as Reservas Extrativistas (RESEX).

À proporção que o sistema capitalista vai se consolidando, é imposta uma concepção de que as pessoas devem consumir cada vez mais. Consumo esse que implica numa intensa exploração de matéria-prima e na geração de resíduos.

A exploração dos recursos naturais, que existe desde os primórdios da humanidade, tornou-se mais intensa a partir da chamada Revolução Industrial. Essa exploração tomou proporções fenomenais com o consumismo exacerbado peculiar ao capitalismo. A partir do advento da indústria moderna, na Inglaterra, final do Século XVIII, os produtos passaram a ser confeccionados em estabelecimentos específicos para esse fim, denominados fábricas; a produção passou a ser em série; o trabalho desenvolvido com grande utilização de máquinas, grande volume de matéria-prima e para um mercado consumidor cada vez mais amplo.

A industrialização, nos moldes capitalistas, e o modelo de urbanização predominante, fenômeno que não para de avançar, têm impactado de forma significativa o ar, as águas, os solos, a cobertura vegetal, a fauna e, por consequência, as populações humanas.

Segundo Bernardes e Ferreira (2003), a forma de exploração realizada pelo capitalismo tem afetado diretamente o meio ambiente, resultando em impactos negativos irreversíveis ou de difícil recuperação.

Ross (2001) destaca o caráter social do homem que, ao sofisticar os mecanismos de extrair da natureza os recursos, podem alterar de modo significativo

a funcionalidade harmônica dos ambientes naturais. Para ele, o conhecimento técnico e científico dos Séculos XVIII, XIX e XX, alavancados pelo capitalismo, colocou definitivamente os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza de outro. Aprofundando a análise, afirma-se: os interesses do capital de um lado e a preservação da vida de outro.

A inferência do ser humano no ambiente tem provocado significativas alterações, resultando em uma série de problemas, como: acúmulo de lixo e esgotos, poluição das águas, poluição sonora, poluição visual, chuvas ácidas, escassez de água adequada ao consumo humano e perda de fertilidade dos solos (desertificação).

Diegues (1995, p. 31-32) assim elenca esses problemas:

- efeito estufa e as mudanças no equilíbrio energético global (dissolução das calotas polares, aumento previsível do nível dos oceanos com a inundação das cidades costeiras, etc);
- ruptura da camada de ozônio da atmosfera e suas consequências;
- destruição de florestas e extinção maciça de espécies de animais e plantas;
- poluição crescente da atmosfera e das águas alterando os processos químicos globais
- erosão dos solos agricultáveis e destruição dos recursos dos solos levando a desertificação;
- crescimento exorbitante das metrópoles, gerando graves problemas de ordem ambiental, social, econômica e cultural.

A continuidade dos problemas citados levaria o planeta a um empobrecimento ou até a sua aniquilação.

Martine (1996) assim hierarquiza os problemas ambientais globais: efeito estufa, depleção da camada de ozônio, acúmulo de lixo tóxico, perda da biodiversidade e esgotamento dos recursos naturais não-renováveis.

Recentemente, depara-se com a veiculação de notícias sobre o lixo nos mares e oceanos (AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE, 2014; GIRARDI, 2018). Esses ambientes constituem-se em grandes depósitos de materiais descartados pelos humanos, comprometendo a vida das espécies características desses locais ou a eles associadas.

De acordo com Brasil (2005), dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que quase metade da população mundial (2,6 bilhões de pessoas) não conta com serviço de saneamento básico e que uma em cada seis pessoas (cerca de 1,1 bilhão de

peças) ainda não possui sistema de abastecimento de água adequado. As projeções da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que, se a tendência continuar, em 2050 mais de 45% da população mundial estará vivendo em países que não poderão garantir a cota diária mínima de 50 litros de água por pessoa.

Diante desse contexto de degradação ambiental e, conseqüente, prejuízo de qualidade de vida, começam a se intensificar os debates referentes à preservação ambiental.

Em nível mundial, foram criados parques; congressos, conferências e convenções foram realizadas e surgiram vários organismos para tratar da questão ambiental. Todos esses acontecimentos foram importantes para a formação e consolidação de uma consciência ecológica.

Para Becker *et al.* (1995, p. 54),

O ecodesenvolvimento se configura como um outro conceito, propondo o uso da biomassa como fonte do desenvolvimento sustentável. Trata-se de substituição da floresta, sem queimada, por plantações racionais e do seu processamento local para obter vários tipos de produtos, sobretudo, químicos e farmacêuticos.

Diante de situações como o reconhecimento da real degradação dos recursos, da pobreza no Sul, e da necessidade de uma eficiência global “economizando a ecologia” por meio de um modelo de consumo nos países centrais diferente dos países periféricos, surge

O ecodesenvolvimento com uma concepção ecocêntrica sobre a relação homem-natureza, tem como imperativo o co-desenvolvimento dos humanos com a natureza; propõe-se, assim, não a economizar a ecologia mas a “ecologizar o sistema social”, obtendo uma soma positiva (sinergias) com o planejamento de processos produtivos miméticos aos ecossistemas, particularmente no que diz respeito à energia eficiente, à informação e à cultura (BECKER *et al.*, 1995, p. 133).

Ao longo desse trajeto, a concepção de ecodesenvolvimento foi superada pela de desenvolvimento sustentável, defendido pela comissão Brundtland, que tinha como objetivo reexaminar os problemas críticos do meio ambiente e desenvolvimento do planeta e formular propostas realistas para solucioná-las. Entre os problemas apontados, estavam:

o aumento da erosão do solo e a expansão das áreas desérticas; florestas desaparecendo; poluição do ar crescente e ameaçando a camada de ozônio; fracasso nos programas de desenvolvimento; aumento da toxidade dos resíduos produzidos pela indústria e agricultura nas cadeias alimentares e áreas de mananciais (FRANCO, 2000, p. 159-160).

O desenvolvimento sustentável está baseado na necessidade de uma relação mais harmoniosa com a natureza, de forma duradoura e capaz de se adaptar às condições de mudanças, otimizando o potencial do meio ambiente em satisfazer as necessidades das populações, gerando, de forma continuada, níveis de vida mais elevados. O crescimento, no entanto, é limitado, procurando sempre equilibrar a distribuição de renda e baseando-se na participação das comunidades humanas.

As populações devem ser efetivamente integradas na elaboração e execução dos planos de gerenciamento do meio ambiente. Daí a necessidade de participação democrática dentro de um estilo de desenvolvimento que possibilite a tomada de decisão quanto aos tipos e formas de uso dos recursos naturais (DIEGUES, 1995, p. 35).

É comum colocar o crescimento demográfico na pauta das discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento econômico. Não foi diferente no relatório:

Se os números aumentam, pode aumentar a pressão sobre os recursos, e o padrão de vida se elevará mais devagar nas áreas onde existe privação. A questão não é apenas o tamanho da população, mas também a distribuição dos recursos; portanto, o desenvolvimento sustentável só pode ser buscado se a evolução demográfica se harmonizar com o potencial produtivo cambiante do ecossistema (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 47).

A ideia de desenvolvimento sustentável divulgada no relatório pelos países centrais, capitaneado pelos Estados Unidos da América, fica contraditória quando se analisa as relações estabelecidas entre eles, principalmente no âmbito comercial.

Após intensa exploração dos seus recursos naturais e níveis elevados de poluição, os países centrais transferiram para os periféricos suas indústrias mais poluidoras; instalaram empresas mineradoras que, quando causam sérios danos ambientais, não tomam as medidas necessárias para bem repará-los. É comum uma remuneração da mão-de-obra em valores mais baixos que nas matrizes além de contar com matéria-prima abundante e barata.

Os países centrais promovem um comércio internacional desvantajoso com os países periféricos, são grandes poluidores e devastadores, transferem problemas ambientais para além fronteira a partir de suas empresas transnacionais, lucram enormemente e conclamam a todos para discutir medidas de proteção ambiental. É um contra-senso.

Ao longo do tempo, a expressão desenvolvimento sustentável foi recebendo críticas. Falar em desenvolvimento sustentável é considerar que existe um desenvolvimento insustentável. Apesar de todo o discurso e da grande propagação dos paradigmas mundo afora, as situações de desigualdades e de degradação continuaram.

Entre países, continuou-se a verificar um grupo mais destacado socioeconomicamente. São denominados de centrais, industrializados e, ainda, de Primeiro Mundo. O outro grupo, dos países periféricos, menos industrializados, continua convivendo com baixos índices sociais e apresentando problemas gravíssimos, como fome sistemática e mortes por doenças que já são curáveis. Tais problemas não combinam com o grau de desenvolvimento científico e tecnológico que a humanidade chegou.

Verifica-se que, a partir da segunda metade do século XX, países periféricos como Brasil, Chile e Argentina tiveram ganhos sociais como aumento da expectativa de vida e índice de desenvolvimento humano. No entanto, ainda há muito a ser conquistado, e há muitos outros países em situações bem mais desfavoráveis que os citados (IBGE, 2019b).

Internamente, muitos países apresentam uma série de contradições espaciais, socioeconômicas e ambientais. É o caso do Brasil, cujas contradições são reflexos da formação do país a partir da ocupação portuguesa.

Da grande concentração de renda que existe no Brasil deriva uma série de problemas que permanecerão, caso não haja uma mudança na estrutura política, social e econômica no país.

Em relação aos aspectos ambientais, têm-se exemplos globais e locais, como: elevação das temperaturas no planeta, avanço da desertificação e supressão desenfreada das florestas tropicais e equatoriais.

Diante das situações colocadas, falar em desenvolvimento sustentável ficou muito contraditório. O conceito não correspondia ao que a realidade concreta apresentava.

Muitos optaram pelo termo sustentabilidade, e propõem considerar aspectos mais amplos responsáveis por situações muito desiguais e com repercussão social e espacial bem amplas.

Em nível mundial, pode-se tomar como exemplo a peregrinação de refugiados em vários continentes. Esses deslocamentos humanos, em massa, sob condições extremamente precárias, sem garantias de boa receptividade no local de chegada, com muitos riscos de mortes, é reflexo de situações estruturais e ou conjunturais política, econômica e socialmente excludentes.

Diante do exposto, Freitas (2012, p.41) opta pelo uso de sustentabilidade e assim se refere a ela:

eis o conceito proposto para o princípio da sustentabilidade: trata-se do princípio constitucional que determina, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo e precavido, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar.

Freitas (2012, p. 41) elenca

os elementos indispensáveis para um conceito operacional de sustentabilidade eficaz, a saber: (1) a natureza de princípio constitucional diretamente aplicável, (2) a eficácia (encontro de resultados justos, não mera aptidão para produzir efeitos jurídicos), (3) a eficiência (o uso de meios idôneos), (4) o ambiente limpo (descontaminado e saudável), (5) a probidade (inclusão explícita da dimensão ética), (6) a prevenção (dever de evitar danos certos), (7) a precaução (dever de evitar danos altamente prováveis), (8) a solidariedade intergeracional, com o reconhecimento dos direitos das gerações presentes e futuras, (9) a responsabilidade do estado e da sociedade e (10) o bem-estar (acima das necessidades materiais).

Algumas situações postas pela realidade concreta expressam a importância dos elementos citados acima. Se a VALE, maior empresa mineradora do Brasil, agisse conforme o exposto, situações como a dos municípios mineiros de Mariana e Brumadinho, não teriam acontecido. Refere-se ao rompimento de barragens de rejeitos de minérios (em 2012, no primeiro município citado e 2019, no segundo), que desencadeou uma série de danos às populações humanas; aos animais não humanos; à rede hidrográfica e sua biota associadas à história e à memória local e, provocou, entre outros fenômenos, a desterritorialização de inúmeras famílias.

Na situação de Mariana e Brumadinho, identificam-se as dimensões da insustentabilidade.

Para Freitas (2012, p. 58-65), a sustentabilidade possui múltiplas dimensões. São elas:

- a) Social - “na dimensão social da sustentabilidade, abrigam-se os direitos fundamentais sociais” (v.g, art. 6º CF/88); para ele, sustentabilidade não pode estar apartada das garantias, dos cidadãos, de educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados;
- b) Ética - A dimensão ética refere-se “no sentido de que todos os seres possuem uma ligação intersubjetiva e natural, donde segue a empática solidariedade como dever universalizável de deixar o legado positivo na face da terra”;
- c) Ambiental - “ao direito das gerações atuais sem prejuízo das futuras, ao ambiente limpo em todos os aspectos (ecologicamente equilibrado, como diz o art. 225 da CF)”;
- d) Econômica - Essa dimensão:

evoca, aqui, a pertinente ponderação, o adequado ‘trade-off’ entre eficiência e eficácia, isto é, o sopesamento fundamentado em todos os empreendimentos (públicos e privados), dos benefícios e custos diretos e indiretos (externalidades) (FREITAS, 2012, p. 67);

- e) Político-Jurídico - Na proposição desta dimensão:

evoca o sentido de que a sustentabilidade determina, com eficácia direta e imediata, independentemente de regulação, a tutela jurídica do direito ao futuro e, assim, apresenta-se como dever constitucional de proteger a liberdade de cada cidadão (titular de cidadania ambiental e ecológica), nesse status, no processo de estipulação intersubjetiva do conteúdo intertemporal dos direitos e deveres fundamentais de gerações presentes e futuras, sempre viável diretamente (FREITAS, 2012, p. 67).

Mais adiante, retomar-se-ão essas dimensões ao se analisar a sustentabilidade na RESEX de Cururupu, nos itens 4, 5 e 6.

Freitas (2012) propõe uma ideia de sustentabilidade considerando o economicamente viável, socialmente justo, ecologicamente equilibrado, culturalmente diverso e politicamente correto.

A partir de Estocolmo (1972), surgiu uma quantidade significativa de organizações não governamentais (ONGs) e proliferaram organizações partidárias com plataformas ecológicas.

A crescente conscientização por parte do poder público e as pressões dos grupos civis organizados e dos partidos de ideologia verde tiveram um papel importante nesse processo. O surgimento da sociedade civil como um terceiro sistema de poder, unindo-se ao Estado e aos poderes econômicos, deve ser visto como um evento muito importante no último quartel desse século (NERFIN, 1987). Convém destacar que essa relação do Estado com a sociedade pode representar mais um mecanismo de controle do que de parceria propriamente dito. A denominação de Partido Verde não é garantia de que haverá lutas concretas em defesa da preservação e conservação do ambiente.

Os debates continuaram e em 1992 ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O evento reuniu no Rio de Janeiro “mais de 140 países com representação oficial, representações e entidades governamentais, empresariais, não-governamentais e mais de 8 mil jornalistas” (CAMPOS, 1996, p. 24-25). A conferência ficou conhecida como Eco-92 e Cúpula da Terra.

Nesse encontro, ficou patente que a humanidade havia chegado a um momento de decidir. Ficar com o modelo político vigente, que aprofunda as divisões econômicas e provoca a deterioração dos ecossistemas ou seguir outro rumo buscando a melhoria do padrão de vida dos pobres e a proteção do meio ambiente (FRANCO, 2000).

A Conferência Rio-92 produziu cinco documentos, dois acordos internacionais, duas declarações e um programa de ação para o desenvolvimento sustentado (CAMPOS, 1996).

Entre os documentos do Rio-92 está a Agenda 21 (ou Programa 21), que aponta, em seus quatro capítulos, orientações, caminhos e princípios a serem seguidos pelos governos e seus parceiros sociais, na busca de sociedades socialmente mais justas e ecologicamente equilibradas. Nota-se claramente a inter-relação entre meio ambiente, desenvolvimento econômico, pobreza e qualidade de vida (CAMPOS, 1996). Segundo o mesmo autor, uma das grandes conquistas do Rio-92 foi a constatação de que problemas ambientais e sociais estão intimamente ligados. É obvio que as mudanças não ocorrerão de uma hora para outra. Há um

longo caminho a ser percorrido para a concretização do que é decidido nas conferências.

Considera-se importante que antes de se abordar o que efetivamente tem sido realizado no Brasil para proteger o ambiente, tratar da composição ambiental, com destaque para os componentes de origem natural e alguns dos problemas ambientais.

O Brasil é um país continental. Possui 8.513.844 km (IBGE, 2010) e uma grande extensão tanto no sentido norte-sul (N-S), como no sentido leste-oeste (L-O). Ele se estende de 5 16' de latitude N até 33 45' de latitude S, situando-se em duas faixas de latitudes (baixas e médias), portanto, em duas zonas climáticas: tropical e temperada do sul. Na porção tropical do Brasil, ocorre o clima equatorial e tropical. Esse último, com suas variações conforme a proximidade ou distância em relação ao mar, disposição do relevo e à distância em relação à Linha do Equador. Na porção meridional do país ocorre o clima subtropical. Além desses climas, ocorre o semi-árido, no Nordeste do país. A configuração climática do Brasil, as formas de relevo e os tipos de solos são responsáveis por uma série de arranjos, inter-relações que derivam em paisagens denominadas biomas, por uns, e domínios morfoclimáticos, por outros.

Existem vários conceitos de biomas. Aqui, destacam-se dois:

- Biomas para Conti e Furlan (2005, p.137) “são identificados como a comunidade madura ou associação de espécies dominantes numa determinada condição climática vigente”.
- Associação espacial das formações e associações vegetais, também chamados biomas, dependente de diferentes elementos e fatores, entre os quais se destacam o clima e o solo (TROPPEMAIR, 1989).

Cada bioma ocorre em um determinado tipo de clima. A partir desse elemento de origem natural, ocorrem relações e inter-relações entre as formações vegetais, a fauna e a hidrografia. Essa porção do espaço, assim configurada, mantém particularidades que a individualizam.

Ab'Saber (2003, p. 11-12) expande a visão de bioma quando considera outros elementos nesse arranjo espacial. E, em vez de bioma, ele utiliza a expressão domínio.

entendemos por domínio morfoclimático e fitogeográfico um conjunto espacial de certa grandeza territorial – de centenas de milhares a milhões de quilômetros quadrados de área – onde haja um esquema coerente de feições de relevo, tipos de solo, formas de vegetação e condições climático-hidrológicas. Tais domínios espaciais, de feições paisagísticas e ecológicas integradas, ocorrem em uma espécie de área principal, de certa dimensão e arranjo, em que as condições fisiográficas e biogeográficas formam um complexo relativamente homogêneo e extensivo.

Para além da dimensão ecológica, cada bioma possui também uma dimensão econômica, política e social, definida a partir da maneira como os mesmos são utilizados e aos fins aos quais os seus recursos são destinados.

O Brasil é um país que, por sua dimensão territorial e situação geográfica, possui quase todas as paisagens ecológicas do mundo tropical, conforme destacado por Ab'Saber (2003, p. 10): “O território brasileiro, devido a sua magnitude espacial, comporta um mostruário bastante completo das principais paisagens ecológicas do Mundo Tropical”. Essa realidade coloca o Brasil num papel de destaque no cenário internacional pela biodiversidade existente, entre outros aspectos.

Essas paisagens ecológicas, denominadas biomas e domínios, são contempladas em diversas leis vigentes no país, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei n 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a Lei dos Crimes Ambientais. Convém destacar a consistência da legislação brasileira no que se refere à proteção e conservação. Apesar da robustez da legislação, são verificadas ações que comprometem a sustentabilidade dos biomas e alguns estão quase extintos, como é o caso da Mata Atlântica. O Brasil possui os seguintes biomas: Amazônia, Cerrados, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal (Figura 1).

A Amazônia ocupa a maior extensão no território brasileiro, com 4.196.943 milhões de km² (IBGE, 2004). Originalmente ocupava a região Norte, o Norte do Mato Grosso e o Noroeste do Maranhão. Esse bioma é encontrado também no Peru, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Suriname e Guiana Francesa. O clima predominante é o equatorial (com altas temperaturas o ano todo e chuvas intensas e bem distribuídas ao longo do ano). A formação vegetal dominante é a floresta.

Figura 1 – Biomas brasileiros

Fonte: IBGE (2017).

Segundo o Ministério de Meio Ambiente (BRASIL, 2017), a floresta amazônica possui “2.500 espécies de árvores (ou um-terço de toda a madeira tropical do mundo) e 30 mil espécies de plantas. As estimativas situam a região como a maior reserva de madeira tropical do mundo”.

Conti e Furlan (2005, p. 162), chamam a atenção para o conhecimento que se tem sobre as riquezas amazônicas: “a biodiversidade das florestas amazônicas ainda é pouco conhecida. Até o momento, a flora foi mais estudada nas proximidades das grandes cidades”.

No bioma amazônico, está situada a bacia amazônica, que “é a maior bacia hidrográfica do mundo: cobre cerca de 6 milhões de km² e tem 1.100 afluentes”. A bacia é composta por rios perenes, caudalosos e de várias colorações de águas: brancas, pretas, cristalinas. Eles servem de vias para o deslocamento das populações humanas. O Amazonas lança “ao mar cerca de 175 milhões de litros d’água a cada segundo” (BRASIL, 2017).

Na bacia amazônica encontram-se usinas hidrelétricas como Tucuruí e Belo Monte. O principal rio desta bacia é o Amazonas, que nasce nos Andes

peruanos e, no Brasil, desloca-se pela planície do mesmo nome, no sentido Oeste-Leste até desaguar no Golfão Amazônico.

O bioma amazônico concentra uma grande biodiversidade, composta não apenas de espécies vegetais, mas inúmeras espécies animais como peixes, pássaros, répteis. As riquezas minerais também se destacam. Nela, está a maior jazida de ferro do mundo, na Serra de Carajás, no Pará. São encontrados também estanho, manganês, alumina, nióbio, entre outros.

A diversidade cultural é bastante perceptível na Amazônia. São indígenas, ribeirinhos, seringalistas. Indígenas com uma cultura de utilizar a floresta, os rios, o solo de forma harmônica, sem causar danos que comprometessem a perenidade do mesmo. Essas comunidades são verdadeiras guardiãs da floresta. Ao longo dos séculos elas têm conseguido tirar o seu sustento sem provocar alterações significativas, que resultasse num comprometimento dos ciclos ecológicos. Em contrapartida, apesar de toda riqueza verificada, a Amazônia tem apresentado baixos índices socioeconômicos.

A riqueza natural da Amazônia se contrapõe dramaticamente aos baixos índices socioeconômicos da região, de baixa densidade demográfica e crescente urbanização. Desta forma, o uso dos recursos florestais é estratégico para o desenvolvimento da região (BRASIL, 2017).

Com toda a riqueza já conhecida e muito ainda por conhecer, a Amazônia carece de ações mais eficazes do poder público, nos três níveis (federal, estadual e municipal), no sentido de cuidar da biodiversidade ali existente. São inúmeros os casos de exploração ilegal de madeira, contaminação dos corpos hídricos em decorrência da exploração mineral, o contrabando de espécies animais, entre outros exemplos. A expansão agropecuária na região acontece com grandes extensões de áreas desmatadas e com conflitos grandes conflitos com comunidades tradicionais e nações indígenas.

O monitoramento de focos de queimadas e de desmatamento na Amazônia não tem sido acompanhado de uma fiscalização capaz de coibir de forma significativa os crimes ambientais identificados. A quantidade de fiscais, policiais ambientais, policiais federais e integrantes das forças armadas, considerando a área fronteira, é insuficiente para a imensidão amazônica.

O bioma Caatinga ocorre na área de domínio do clima semi-árido, que possui altas temperaturas e chuvas escassas e mal distribuídas, “cujo volume anual de umidade está abaixo de 700 mm” (CONTI; FURLAN, 2005, p. 174).

A caatinga ocupa uma área de cerca de 844.453 quilômetros quadrados, o equivalente a 11% do território nacional. Engloba os estados Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais.

Rico em biodiversidade, o bioma abriga 178 espécies de mamíferos, 591 de aves, 177 de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 de peixes e 221 abelhas. Cerca de 27 milhões de pessoas vivem na região, a maioria carente e dependente dos recursos do bioma para sobreviver (BRASIL, 2017).

Estudiosos como Furlan e Conti (2005) não incluem o Maranhão na área de ocorrência do clima semi-árido. O mesmo ocorre com os estudos do Laboratório de Meteorologia da Universidade Estadual do Maranhão (LabMet-UEMA), cujos mapas de pluviosidade e temperaturas estão disponíveis no Atlas do Maranhão (p.31-35) produzido por esse laboratório em 2002. Essa pesquisa alinha-se a eles e contesta a inserção do Maranhão no bioma Caatinga. Nesse Estado, não há ocorrência do clima semi-árido. Como está situado numa área de transição entre o a aridez de grande parte do Nordeste, o clima tropical do Centro-Oeste e a abundância de chuvas do equatorial, característico do norte do país, o Maranhão possui no seu território biomas e ecossistemas comuns a essas três regiões. No caso da Caatinga, existem apenas “manchas”, ou seja, pequenas porções de indivíduos (vegetais) e de forma descontínua.

Esse bioma apresenta uma heterogeneidade tanto na fisionomia, quanto na composição florística (ROMARIZ, 1996). De uma maneira geral, “a caatinga é constituída por elementos lenhosos, que perdem as folhas na estação seca, e que se acham mais ou menos dispersos sobre um solo, em geral, raso e quase pedregoso” (ROMARIZ, 1996, p. 26). “A biodiversidade da caatinga ampara diversas atividades econômicas voltadas para fins agrosilvopastoris e industriais, especialmente nos ramos farmacêutico, de cosméticos, químico e de alimentos” (BRASIL, 2017).

Apesar das potencialidades, a pobreza no semi-árido brasileiro é uma constante. Em muitas análises, essa situação é creditada aos rigores do clima. Mas, concordando com Nimer (1989), a seca é um fenômeno que tem explicação e pode ser previsto.

Além da previsibilidade da seca, existem tecnologias que podem tornar o Sertão Nordestino uma área de grande produtividade agrícola, tanto de produtos naturalmente adaptados ao clima local, como produtos de outras regiões climáticas como é o caso da uva, cultivada no vale do rio São Francisco. O sistema de cisternas para armazenamento da água da chuva também é uma experiência exitosa. Essas ações aliadas à assistência técnica adequada, acesso ao crédito em condições favoráveis à sua quitação, à valorização do conhecimento das populações locais sobre o bioma, poderiam contribuir para a redução dos problemas socioeconômicos comuns nessa porção do país.

Quando há vontade política e ações efetivas, as condições ambientais não são empecilhos à elevação das condições de vida da população local. E as comunidades sertanejas têm mostrado, ao longo do tempo, que é possível viver em condições consideradas adversas por muitos.

A porção central do Brasil caracteriza-se pela ocorrência do clima tropical semi-úmido (com dois períodos bem distintos: seco e chuvoso) e pelo relevo planáltico, que se constitui no maior divisor de águas do país. No Planalto Central brasileiro nascem rios que compõem as bacias hidrográficas do Amazonas, Tocantins-Araguaia, Paraná e São Francisco. Esta porção do país era dominada pelos Cerrados.

O Cerrado é o segundo maior bioma da América do Sul, ocupando uma área de 2.036.448 km², cerca de 22% do território nacional. A sua área contínua incide sobre os estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, Rondônia, Paraná, São Paulo e Distrito Federal, além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas (BRASIL, 2017).

O domínio dos Cerrados, em sua região nuclear, ocupa predominantemente maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies aplainadas de cimeira, e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados em níveis que variam entre 300 e 1700 m. (AB'SABER, 2003, p.117)

Do ponto de vista da diversidade biológica, o Cerrado brasileiro é reconhecido como a savana mais rica do mundo, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas. Cerca de 199 espécies de mamíferos são conhecidas, e a rica avifauna compreende cerca de 837 espécies. Os números de peixes (1200 espécies), répteis (180 espécies) e anfíbios (150 espécies) são elevados. O número de peixes endêmicos não é conhecido (BRASIL, 2017).

Os Cerrados são habitados por inúmeras comunidades de indígenas, quilombolas, geraiszeiros, ribeirinhos, babaqueiras, vazanteiros que conhecem a

biodiversidade local, e têm uma história de utilização dessa biodiversidade com poucos danos à mesma.

A Mata Atlântica ocupava uma área que se estendia do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul, acompanhando o sentido do litoral e se estendendo mais para o interior nas regiões Sudeste e Sul. Por sua situação geográfica e riqueza, foi o primeiro bioma a ser explorado de forma sistemática pelos colonizadores portugueses. Possui “Características fisionômicas semelhantes às matas amazônicas” (CONTI; FURLAN, 2005, p.172). “Guardam a maior biodiversidade por hectare entre as florestas tropicais” (CONTI; FURLAN, 2005, p. 173). Algumas espécies: canelas, capuivas, paus-de-santa-ritas, figueiras, jequitibás, cedros, quaresmeiras, ipês, cássias, palmeiras e embaúbas.

Mata Atlântica é formada por um conjunto de formações florestais (Florestas: Ombrófila Densa, Ombrófila Mista, Estacional Semidecidual, Estacional Decidual e Ombrófila Aberta) e ecossistemas associados como as restingas, manguezais e campos de altitude, que se estendem originalmente por aproximadamente 1.300.000 km² em 17 estados do território brasileiro (BRASIL, 2017).

Atualmente, esse bioma encontra-se na forma de manchas, fragmentos descontínuos, notadamente em locais de difícil acesso, como as regiões serranas. Apesar dessa situação, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2017),

estima-se que na Mata Atlântica existam cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 35% das espécies existentes no Brasil), incluindo diversas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Essa riqueza é maior que a de alguns continentes (17.000 espécies na América do Norte e 12.500 na Europa) e por isso a região da Mata Atlântica é altamente prioritária para a conservação da biodiversidade mundial. Em relação à fauna, os levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes.

A vegetação é de importância para a manutenção do ciclo hidrológico, fertilidade do solo, equilíbrio do clima, proteção de encostas serranas e possui belezas cênicas.

Os Pampas situam-se no Brasil meridional e se estendem por territórios da Argentina e Uruguai. Nessa porção, ocorre o clima subtropical, caracterizado por quatro estações bem definidas, grande amplitude térmica anual, temperaturas amenas, alto índice pluviométrico e ocorrência de neve, geada e granizo.

Para Romariz (1996, p.18), os Pampas

São caracterizados, principalmente, pela presença de gramíneas, cuja altura, em geral, varia de 10 a 50 cm aproximadamente, constituindo uma cobertura que pode ser quase contínua ou apresentar-se sob a forma de tufos, deixando, nesse caso, alguns trechos de solo a descoberto.

Os Pampas não ocorrem em todos os estados da Região Sul. “O Pampa está restrito ao estado do Rio Grande do Sul, onde ocupa uma área de 176.496 km² (IBGE, 2004). Isto corresponde a 63% do território estadual e a 2,07% do território brasileiro” (BRASIL, 2017).

Conforme destaca Conti e Furlan (2005, p.186), os pampas do Rio Grande do Sul são constituídos, predominantemente, “de formações herbáceas, com extensos banhados ao redor de lagos e lagunas na região costeira e campos naturais de gramíneas no interior, entremeados por matas subtropicais e florestas de araucária [...]”.

Estimativas indicam valores em torno de 3000 espécies de plantas, com notável diversidade de gramíneas, são mais de 450 espécies (campim-forquilha, grama-tapete, flechilhas, brabas-de-bode, cabelos de-porco, dentre outras). Nas áreas de campo natural, também se destacam as espécies de compostas e de leguminosas (150 espécies) como a babosa-do-campo, o amendoim-nativo e o trevo-nativo. Nas áreas de afloramentos rochosos podem ser encontradas muitas espécies de cactáceas. Entre as várias espécies vegetais típicas do Pampa vale destacar o Algarrobo (*Prosopisalgorobilla*) e o Nhandavaí (*Acaciafarnesiana*) arbusto cujos remanescentes podem ser encontrados apenas no Parque Estadual do Espinilho, no município de Barra do Quaraí.

A estrutura da vegetação dos campos – se comparada à das florestas e das savanas – é mais simples e menos exuberante, mas não menos relevante do ponto de vista da biodiversidade e dos serviços ambientais. Ao contrário: os campos têm uma importante contribuição no sequestro de carbono e no controle da erosão, além de serem fonte de variabilidade genética para diversas espécies que estão na base de nossa cadeia alimentar (BRASIL, 2017).

O menor bioma brasileiro, o Pantanal, está situado nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A área é drenada pelo rio Paraguai e seus afluentes, que inundam periodicamente o local. Nela ocorre o clima tropical, com estação seca pronunciada. Na depressão pantaneira, está um complexo de formações vegetais que vão de arbóreas a rasteiras. É um reduto da fauna, não apenas brasileira, mas mundial. “Florestas, cerrados, campinas higrófilas ocorrem em mosaicos habitados pela mais rica avifauna do planeta” (CONTI; FURLAN, 2005, p. 187).

De acordo com Romariz (1996, p.44), o Pantanal "é uma baixada, cuja altitude média é de cerca de 100m. Ocupa uma área de aproximadamente de 100 km [...]. Nos períodos de cheia dos rios, grande parte da área é inundada, especialmente junto às confluências dos principais cursos d'água".

Estudos indicam que o bioma abriga os seguintes números de espécies catalogadas: 263 espécies de peixes, 41 espécies de anfíbios, duas mil espécies de plantas já foram identificadas no bioma e classificadas de acordo com seu potencial, e algumas apresentam vigoroso potencial medicinal (BRASIL, 2017).

Assim como a fauna e flora da região são admiráveis, há de se destacar a rica presença das comunidades tradicionais como as indígenas, quilombolas, os coletores de iscas ao longo do Rio Paraguai, comunidade Amolar e Paraguai Mirim, entre outras. No decorrer dos anos, essas comunidades influenciaram diretamente a formação cultural da população pantaneira.

Apesar da riqueza e importância dos biomas brasileiros, a exploração desses ambientes tem ocorrido de forma a comprometer a sustentabilidade dos mesmos e sem considerar as populações humanas associadas a eles.

Ao longo da exploração econômica no país, a partir da colonização portuguesa, predomina um modelo que não tem privilegiado as populações humanas locais. Essas ficam à margem das riquezas produzidas a partir da exploração dos recursos. Tem-se observado pouco cuidado com o uso sustentável dos recursos.

Na Amazônia, a supressão indiscriminada da cobertura vegetal acarreta em processos erosivos. A intensidade e o volume das chuvas nesse bioma e a existência, no local, de uma bacia sedimentar são condições que aceleram a erosão em solos desnudos ou com cobertura vegetal rarefeita.

Nas últimas décadas, a Amazônia tem se constituído em uma fronteira agrícola, cuja produção é destinada à exportação e à indústria, predominantemente. Esse tipo de agricultura é denominado agronegócio. Conti e Furlan (2005) assim elencam as consequências desse tipo de cultivo: destruição da biodiversidade, destruição do solo, mudanças climáticas, estresse e doenças.

Becker (1995, p. 137) destaca a Amazônia como

objeto de poderosa geopolítica estatal associada ao capital privado nacional e internacional, nas últimas décadas, a Amazônia configurou-se como grande fronteira de recursos nacionais. Caracteriza-se pela presença de um imenso patrimônio natural fixo e um processo de ocupação extremamente móvel, decorrente da rapidez e da escala de apropriação dos recursos induzida pelo estado, de uma apropriação monopolista e pouco produtiva da terra, que oscila com a conjuntura econômica e política, e de formas de produção e relações sociais híbridas e conflitantes.

Entre os problemas sociais da Amazônia, Becker (1995, p. 138) ressalta:

o problema fundiário de dificuldade de acesso à terra e aos recursos, a expropriação física e cultural de populações autóctones e pequenos produtores, a mobilidade de mão-de-obra, o impacto ambiental das formas de ocupação predatórias, a ausência de representação e participação política, etc.

É nesse contexto de planejamento territorial (se assim se pode chamar), que muitas comunidades tradicionais e nações indígenas vão tendo ameaçados seus modos de vida e os recursos que lhes mantêm.

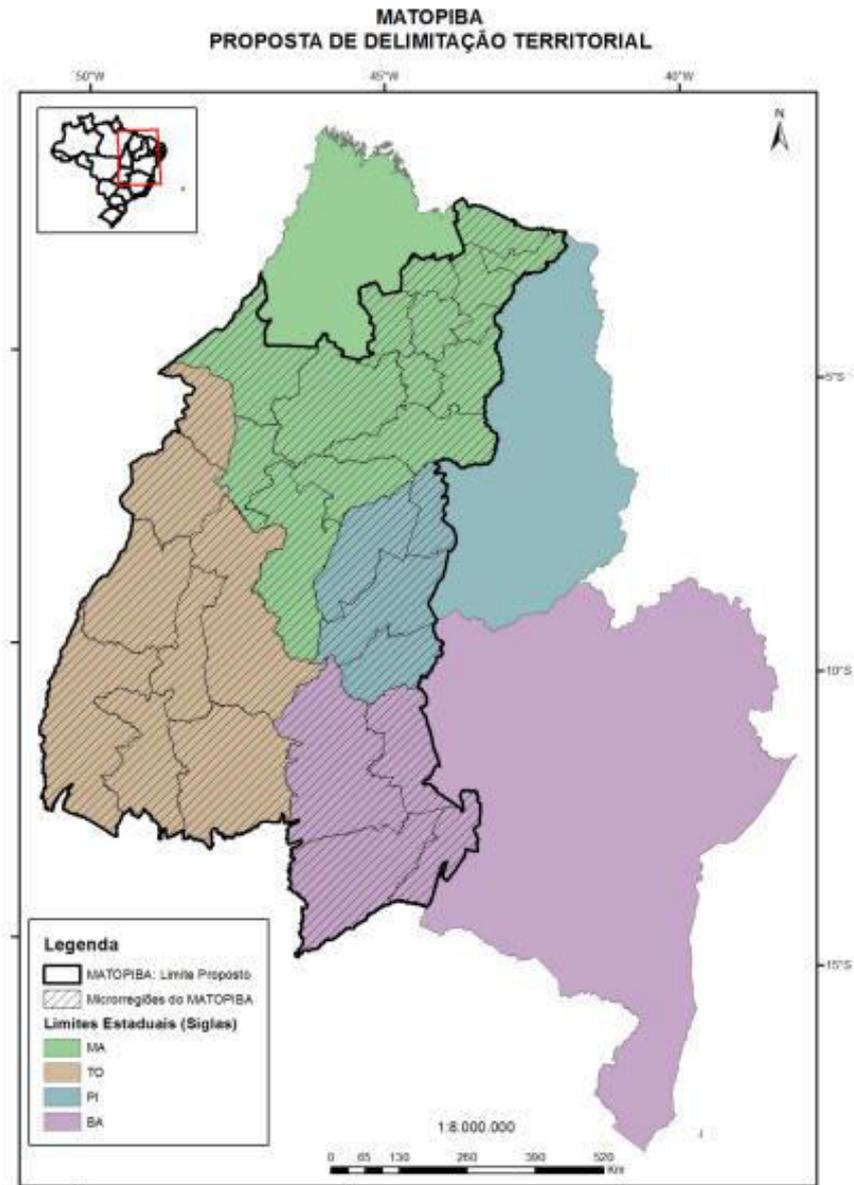
As primeiras RESEX do país foram criadas na Amazônia, como resposta às dificuldades que os seringueiros estavam encontrando para continuar exercendo o extrativismo, dificuldades essas representadas pela expansão das atividades agropastoris em grandes fazendas e pelo avanço para as terras indígenas e outros trechos da floresta como os seringais.

Na Caatinga, conforme dados do MMA (BRASIL, 2017), tem ocorrido um desmatamento acelerado nesse bioma em decorrência do consumo de lenha nativa pra fins domésticos e industriais, do sobrepasteio e a conversão para pastagens e agricultura.

Os Cerrados brasileiros têm sofrido grandes alterações em decorrência da progressiva ocupação de novas áreas para a expansão da criação de gado e o cultivo de grãos.

Uma das áreas mais recentes dessa expansão é chamada de MATOPIBA (Figura 2), junção das siglas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. De acordo com EMBRAPA (2017), “região considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, o Matopiba compreende o bioma Cerrado dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras”.

Figura 2 – Matopiba



Fonte: EMBRAPA (2017).

A expressão MATOPIBA resulta de um acrônimo criado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Essa expressão designa uma realidade geográfica que recobre parcialmente os quatro estados mencionados, caracterizada pela expansão de uma fronteira agrícola baseada em tecnologias modernas de alta produtividade (EMBRAPA, 2017).

O MATOPIBA é um projeto governamental de expansão da fronteira agrícola para 31 microrregiões e 337 municípios dos quatro estados que compõem a região. Ele é resultado de um acordo de cooperação técnica entre celebrado entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2014.

Da forma como é posto pelos órgãos governamentais, o projeto trará desenvolvimento para a região onde está situado; apresentando, apenas, aspectos positivos. A partir de uma análise mais ampla, percebe-se a outra face: o projeto vai se desenvolver nos últimos trechos de Cerrados; vai alterar a organização econômica e social de comunidades tradicionais como quilombolas, roceiros tradicionais, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas e indígenas e provocará alterações na biodiversidade ecológica a partir da introdução de monoculturas.

Agricultura que deixa à margem médios e pequenos produtores é uma das heranças do modelo econômico desenvolvido no período colonial brasileiro. Holanda (1995) refere-se ao período em que o café substituiu a cana-de-açúcar e não deixou espaço para as culturas de subsistência. A valorização era para as culturas que atendiam ao mercado externo.

O projeto MATOPIBA tem entrado na pauta de discussões de muitas entidades e eventos, como o Encontro Nacional de Geógrafos ocorrido em São Luís, em julho de 2016.

O Brasil é um país rico em águas superficiais e subterrâneas, mas os usos inadequados tornam esse recurso bastante ameaçado. E mesmo quando a degradação do corpo hídrico chega a níveis alarmantes, como no emblemático caso de Mariana, em Minas Gerais, pouca ação efetiva é verificada. Em 2015, houve o rompimento de uma barragem da mineradora Samarco, subsidiária da VALE, e o rio Doce recebeu os rejeitos de minérios que estavam represados. Os danos ambientais causados nunca foram encarados com o empenho e a ação devida considerando a gravidade do fato, não apenas para a biota como para as populações rurais e urbanas que dependem do rio.

A Mata Atlântica, bioma mais devastado do Brasil, tem sido explorada de forma sistemática para atender a interesses externos desde os primórdios da colonização do Brasil. As primeiras causas de devastação nesse bioma foram a extração do pau-brasil, a agricultura de cana-de-açúcar (no Nordeste) e o cultivo de café (no Sul e Sudeste). Depois, somaram-se a esses fatores, a urbanização e a industrialização. A costa brasileira e as áreas adjacentes correspondem à porção mais urbanizada do país e com grande população absoluta.

[...] são mais de 145 milhões de habitantes em 3.429 municípios, que correspondem a 61% dos existentes no Brasil. Destes, 2.481 municípios possuem a totalidade dos seus territórios no bioma e mais 948 municípios estão parcialmente inclusos (SOS MATA ATLÂNTICA, 2017).

De acordo com a Fundação SOS Mata Atlântica (2017), “restam 8,5% de remanescentes florestais acima de 100 hectares do que existia originalmente. Somados todos os fragmentos de floresta nativa acima de 3 hectares, tem-se atualmente 12,5%”.

Poletto (2017) enfatiza que a forma como o colonizador colocou-se diante dos índios brasileiros, trouxe prejuízos inestimáveis ao ambiente natural e, por consequência, às comunidades humanas, quando assim se refere:

perdeu, com isso, a chance de contar, de forma mais profunda, com as ricas culturas, com os valores e a sabedoria dos povos que aqui viviam há muito tempo, há milênios. Eram e continuam sendo povos que sabiam conviver com a Mata Atlântica: viver nela e com ela, sem destruí-la; sendo parte dela, na verdade (POLETTTO, 2017, p. 31).

Os Pampas, tradicionalmente, têm sido utilizados para a criação de gado. Com a introdução e o aumento progressivo das monoculturas e das pastagens com espécies exóticas, tem ocorrido rápida degradação e descaracterização das paisagens dos pampas (BRASIL, 2017).

A biodiversidade é de importância vital nos Pampas,

seja perda de espécies de valor forrageiro, alimentar, ornamental e medicinal, seja pelo comprometimento dos serviços ambientais proporcionados pela vegetação campestre, como o controle da erosão do solo e o sequestro de carbono que atenua as mudanças climáticas, por exemplo (BRASIL, 2017).

Os impactos negativos da agropecuária também estão presentes no Pantanal Matogrossense. Silva, Abdon e Pott (2007), destacam que o “Bioma Pantanal, ainda se apresentava bastante conservado, com 88,46% de sua área ocupada coberta por vegetação natural, contra 11,54% de área antrópica”. Já em momento posterior, de acordo “com o Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS, realizado com imagens de satélite de 2009, o bioma Pantanal mantém 83,07% de sua cobertura vegetal nativa” (BRASIL, 2017).

Outra realidade bastante danosa aos biomas brasileiros é a ocorrência das queimadas. Em muitos trechos do país, as características climáticas favorecem o fenômeno. Na época da estiagem, algumas formações vegetais têm facilidade para incinerar naturalmente, como é o caso dos Cerrados. Em outros, as queimadas são provocadas. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) realiza

monitoramento das queimadas no país. Em 03 de julho de 2017, os dados eram os seguintes:

- O Brasil apresentava 18.222 focos.

Quadro 1 – Ocorrências de queimadas nos biomas brasileiros – período anual, 2017.

Cerrado	8226
Amazônia	6086
Mata Atlântica	2330
Caatinga	699
Pantanal	656
Pampa	215

Fonte: INPE (2017).

Em todas as formas de monitoramento (por mês, ao ano, em 48 horas) os cerrados estão em primeiro lugar.

Os focos por Estados apresentavam-se assim:

Quadro 2 – Focos de queimadas por estado – período anual, 2017.

MT	5354	MG	847	RS	296	SE	74
TO	2388	SP	557	SC	221	AC	57
MA	1480	RR	552	RJ	157	RN	52
PA	1165	PR	471	CE	144	PB	35
MS	1045	PI	406	PE	109	DF	17
BA	988	AM	362	AL	92	AP	9
GO	899	RO	360	ES	85		

Fonte: INPE (2017).

Existem várias experiências no Brasil de exploração econômica de forma a garantir os menores danos possíveis ao ambiente. Em relação à agricultura, pecuária, exploração madeireira, experiências essas realizadas em propriedades particulares e em instituições governamentais como as áreas de cultivo da EMBRAPA.

Algumas situações precisam ser observadas. A Amazônia brasileira carece de vigilância e monitoramento eficazes a fim de não a deixar suscetível a interesses e ações externas. Espécies locais já foram patenteadas por outros países. Mineradoras estrangeiras se instalam, em parceria ou não com empresas nacionais com incentivos governamentais e exploram, no sentido mais perverso do termo, solo, subsolo e comunidades humanas.

A Constituição Federal, de 1988, no artigo 225, assegura a preservação de vários biomas brasileiros, mesmo não utilizando essa denominação.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (BRASIL, 1988).

Os Cerrados ficaram de fora dessa proteção legal. Mas, é neles que tem ocorrido a expansão do agronegócio, cuja produção destina-se, predominantemente, ao mercado externo e à indústria.

De acordo com Porto Gonçalves (1995), a questão ambiental brasileira reflete o processo de formação política, social e econômica do país. Ele destaca o caráter antropocêntrico na relação Homem-Natureza no Brasil. Esse caráter fica bem nítido ao se analisar o que ele denomina de aspectos definidores da formação social e territorial brasileira, que são:

- Formação do Estado-Nação com raízes na expansão mercantil-colonial europeia do Século XVI;
- Plantation de cana-de-açúcar. O produto agrícola era de alto valor econômico no mercado internacional, mas pelos imperativos climáticos não podia ser cultivado em solo europeu;
- Tratamento dado ao indígena pelo colonizador, esses sendo considerados selvagens e empecilhos ao “progresso da civilização”;
- Apropriação concentrada das terras. Inicialmente, por meio do sistema de Sesmarias.
- Distribuição populacional desigual;

Esses aspectos definidores acarretaram uma série de consequências de ordem ambiental, assim destacada por Porto Gonçalves (1995): empobrecimento do solo, perda inestimável da biodiversidade e desequilíbrio ambiental.

A partir da colonização portuguesa no Brasil, começa a se configurar uma elite que valorizava a produção para o mercado externo; o cultivo de produtos em grandes propriedades rurais, com técnicas que comprometiam a fertilidade dos solos, com a utilização de mão de obra escrava (inicialmente indígena e depois, negra, constituídas de pessoas trazidas do continente africano). Soma-se a esses aspectos, o tratamento dado ao índio. Ao considerar o indígena como inferior,

selvagem e entrave ao desenvolvimento pretendido, os colonizadores desmereceram todo o conhecimento que os indígenas possuíam sobre a natureza, conhecimento sobre as plantas, animais, ciclos biológicos e a relação estabelecida entre eles e a natureza. Relação da qual derivam impactos ambientais negativos de pequeno porte e uma biodiversidade num nível de conservação que chamou atenção e cobiça internacional.

Para Holanda (1995), a origem dos problemas nacionais está no passado colonial. A sociedade brasileira formou-se a partir do trabalho escravista, cujo sistema desvalorizou o trabalho manual e favoreceu aventureiros (colonizadores do Novo mundo) que desejavam propriedades sem custo, sem ônus. Os portugueses viram na escravidão uma forma de ganhar dinheiro sem trabalhar.

Os primeiros grupos humanos que foram escravizados foram os índios, por características identificadas pelo colonizador e pela necessidade que esse tinha de mão-de-obra. Conforme Ribeiro (1995), os índios eram considerados como trabalhadores ideais para o transporte de carga e pessoas por terras e águas, para o cultivo e preparo dos alimentos, para caça e pesca. Teve importante papel nas guerras aos outros índios e aos negros quilombolas.

No processo de aprisionamento dos índios, a Igreja Católica teve importante papel a partir das chamadas missões. Colonizador e Igreja eram aliados no processo “civilizatório” dos índios que aqui habitavam livremente. De acordo com Ribeiro (1995, p. 100),

Milhares de índios foram incorporados por esta via à sociedade colonial. Incorporados não para se entregarem nela na qualidade de membros, mas para serem desgastados até a morte, servindo como bestas de carga a quem deles se apropriava. Assim foi ao longo dos séculos, uma vez que cada frente de expansão que se abria sobre uma área nova, deparando lá com tribos arredias, fazia delas, imediatamente um manancial de trabalhadores cativos e de mulheres capturadas para o trabalho agrícola, para a gestação de crianças e para o cativo doméstico.

Grande parte dos indígenas fugiu das propriedades. Com um vasto conhecimento dos locais, não foi difícil para eles fugirem para lugares distantes das propriedades onde estavam sendo cativos. Muitas ações foram empreendidas, em toda porção colonizada do país, para capturar os fugitivos. Essas ações eram denominadas guerras justas, expedições punitivas (CABRAL, 1992).

O índio resistiu às imposições dos colonizadores. Há que se considerar o choque existente a partir do contato entre grupos humanos tão opostos. A

organização política, social, econômica do índio, sua relação com o sagrado, com o divino era totalmente diferente da organização e relação imposta a eles. Conforme destaca Ribeiro (1995, p. 34):

Essa resistência se explica pela própria singeleza de sua estrutura social igualitária que, não contando com um estamento superior que pudesse estabelecer uma paz válida, nem com camadas inferiores condicionadas à subordinação, lhes impossibilitava organizarem-se como um Estado, ao mesmo tempo que tornava impraticável sua dominação.

A história da formação da sociedade brasileira é marcada pela violência. Assim como o índio foi submetido a condições desumanas pelo colonizador, que considerou as terras invadidas como suas e tudo o que nelas existiam, outro sujeito foi desterrado, trazido para então colônia e submetido, por três (03) séculos, a um doloroso processo de escravidão: o africano negro.

Para substituir a mão-de-obra, os colonizadores passaram a comprar africanos, aqui escravizados. Eles foram submetidos a uma rígida jornada de trabalho. Conforme destaca Porto Gonçalves (1995), possuíam média de vida muito baixa e era necessária constante reposição.

De acordo com Ribeiro (1995, p. 161),

Os primeiros contingentes de negros foram introduzidos no Brasil nos últimos anos da primeira metade do séc. XVI, talvez em 1538. Eram pouco numerosos porém, como se deduz pelas dificuldades que tem os historiadores em documentar esses primeiros ingressos. Logo a seguir, entretanto, com o desenvolvimento da economia açucareira, passaram a chegar em grandes levas. A caçada de negros na África, sua travessia e a venda aqui passaram a constituir o grande negócio dos europeus, em que imensos capitais foram investidos e que absorveria, no futuro, pelo menos metade do valor do açúcar e, depois, do ouro.

O negro era, então, uma mercadoria de alto valor para todos os sujeitos envolvidos no sistema, desde a captura ao trabalho nas propriedades rurais.

A abolição da escravatura (em 1888) e a Lei de Terras (de 1850) não foram representativas no campo social, nem ambiental. A partir da Lei, o acesso à terra passou a ser por meio de compra; escravos não possuíam dinheiro para fazer a aquisição.

A abolição não foi acompanhada de uma reforma no sistema de propriedade de terra. Escravos e descendentes ficaram ao largo do desfrute pleno dos direitos efetivos de cidadania e das condições dignas de vida (PORTO GONÇALVES, 1995).

Conforme abordado por Holanda (1995), a sociedade brasileira tem como pilares o latifúndio escravocrata e família patriarcal cuja herança, não superada pela abolição, contribui para o atraso do Brasil.

A transição do trabalho escravo para o assalariado valorizou outro tipo de migrante, o europeu. Os recém libertos não tiveram nenhum tipo de proteção por parte do governo imperial. Uma das conseqüências desse processo foi a ocupação de espaços considerados marginais às vilas e freguesias, como as encostas dos morros, as margens de rios, córregos, a beira mar. Esses locais se constituíram, depois, nas favelas, palafitas, e outros tipos de submoradias.

A ruptura do Brasil rural para o Brasil urbano foi marcada pela abolição da escravatura e com o surgimento de cidades que tiveram suas benfeitorias realizadas com dinheiro proveniente do tráfico negreiro. A vida na cidade se desenvolvia de forma anormal e prematura, com predomínio do ruralismo. O engenho funcionava como uma micro sociedade e os homens que vinham para a cidade tinham uma certa importância no campo e traziam consigo as concepções daquele ambiente (HOLANDA, 1995).

Antes dos anos 30 (Século XX), existiam no Brasil “arquipélagos sócio-econômicos”, expressão usada pelo geógrafo Manoel Correa de Andrade. A destinação de recurso não ocorria da mesma forma no território nacional. Alguns lugares eram privilegiados em detrimento de outros, com destaque para o sistema comercial-seringalista da Amazônia, a agroindústria da Zona da Mata nordestina, o sistema algodoeiro-pecuarista extensivo do Sertão Nordestino, o sistema latifundiário-cacaueiro e o baronato do café. Essa forma de organização econômica resultou na estruturação de um poder local e regional, tradicionalmente nas mãos de famílias oligárquicas e de “coronéis” e “caudilhos” (PORTO GONÇALVES, 1995).

Esse se tornou um ambiente propício para as práticas de clientelismo e populismo, em que os mais empobrecidos passam a ser mercedores de favores e não possuidores de direitos.

Para Ferreira (1996), hierarquia, paternalismo repressão e autoritarismo, características da formação da sociedade brasileira, têm implicações na questão ambiental do país. O caráter paternalista implica em uma sociedade formalista onde regras e regulamentos se sobrepõem aos fatos. A burocracia estatal e a hierarquia da Igreja foram predominantes em todos os momentos, em conformidade com as mudanças na elite dominante. O patrimonialismo se sobrepõe às características

anteriormente citadas. Ele está relacionado a práticas concretas de controle social como clientelismo, patronato ou cooptação.

As implicações das características citadas acima podem ser vistas em situações como órgãos governamentais e empresas estatais poluindo o ambiente. Isso é um paradoxo, pois o Estado exige a proteção e conservação ambiental e, em muitas situações, esconde ou tenta esconder os problemas que ocorrem em sua própria estrutura.

Convém destacar o papel dos militares no processo de formação política, social, econômica e territorial do país. Tiveram papel de destaque na Guerra do Paraguai (1865-1870), no processo de ocupação do território. No governo Vargas, representaram o ideário de segurança e desenvolvimento. Estiveram presentes em grandes obras de expansão como a construção de Brasília e construção de estradas para o Centro-Oeste e Amazônia. O Golpe Militar (em 1964) não pode deixar de ser citado pelo seu caráter geopolítico e por todas as suas consequências.

Os processos de urbanização e industrialização do país foram dois outros fenômenos com grandes impactos ambientais negativos. Entre alguns aspectos, podem ser destacados a ênfase nas indústrias siderúrgicas, metalúrgicas e automobilísticas.

A instalação de inúmeras montadoras estrangeiras foi acompanhada da construção de um sistema viário para atender à demanda de veículos automotivos que passaram a ser produzidos. As estradas ficaram concentradas, inicialmente, no Sudeste. Depois expandiram-se para o Sul e, mais tarde, para o Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Concomitante aos processos de industrialização e urbanização, intensificaram-se as migrações internas. Inicialmente, o Sudeste caracterizou-se como a região de maior atração e o Nordeste o oposto, a região de maior número de emigrantes.

Porto Gonçalves (1995) aborda, também, o que chamou de condicionantes sócio-geográficas da questão ambiental brasileira na atualidade. O modelo de industrialização pautado na substituição das importações começa a mostrar seus limites e a abertura da economia ao capital estrangeiro é a opção da elite econômica. Com isso, os interesses das velhas oligarquias latifundiárias, do grande capital internacional e da burguesia nacional eram atendidos.

Em 1965, a Volkswagen instala-se no país e nele há a assimilação do padrão cultural de consumo do Primeiro Mundo por uma pequena parte da população. A riqueza é simbolizada na posse de eletrodomésticos e no uso de automóveis.

O caminho para a modernização econômica a partir da industrialização foi pautado na exclusão social e na falta de preocupação e cuidado com o ambiente.

Esses acontecimentos dão-se em plena Guerra Fria e se expandiram no país, contrários e adeptos aos ideais socialistas. Esses últimos eram chamados de comunistas, expressão que adquiriu um tom pejorativo, associada a concepções como ateísmo. Ser ateu num país predominantemente católico soava como uma heresia, um distanciamento de Deus.

Conforme o exposto, verifica-se que a questão ambiental no Brasil está relacionada à questão social e democrática. Ela reflete o modelo econômico alicerçado na propriedade privada e na utilização da natureza como mercadoria para obtenção de lucro, sem considerar sua função ecológica.

O modelo de industrialização implantado no país, com grande concentração espacial, trouxe uma série de problemas ambientais. Entre os problemas gerados, Porto Gonçalves (1995) destaca a poluição do ar e da água, que compromete a saúde da população, principalmente a mais pobre porque habita os locais mais poluídos, em decorrência da baixa valorização desses lugares.

A construção de grandes usinas hidrelétricas, de Brasília e grandes estradas estimulou o crescimento do setor da construção civil.

Dos anos 60 (Século XX) em diante, o crescimento da população urbana brasileira tornou-se mais acelerado que o crescimento da população absoluta. Na década de 70 (do mesmo século), a população urbana supera a população rural. Cidades surgindo e se expandindo sob a égide de um modelo excludente resultaram num processo de favelização, verificado até os dias atuais.

Compondo um quadro de cidade pautada em critérios de pouca ou nenhuma preocupação ambiental está o uso predominante do transporte individual para atender a poderosa indústria automobilística. O transporte coletivo sempre esteve aquém das reais necessidades de deslocamentos da população.

As cidades brasileiras contam, predominantemente, com a ausência ou precariedade de políticas efetivas para saúde, saneamento básico, habitação, educação.

O litoral brasileiro é a porção mais urbanizada do país. Suas particularidades o tornam de grande valoração econômica e alvo da chamada indústria de lazer. Áreas serranas e litorâneas foram escolhidas para a construção de suas residências. Para tal, houve a apropriação de espaços antes ocupados por comunidades de pescadores, lavradores.

Ao mesmo tempo o “preço para turista” ensejando uma elevação do custo de vida e uma especulação imobiliária desenfreada que a curto prazo leva à destruição dessas comunidades e de seu meio ambiente. A pesca artesanal em crise; o crescimento das práticas predatórias da pesca industrial; a alteração do curso regular do movimento dos rios e do trabalho das marés, em virtude da construção de diques, pontes, marinas, aterros e até mesmo de praias particulares para hotéis e mansões, trazendo como consequência as inundações, o assoreamento de canais e o desaparecimento de aldeias são alguns exemplos desses impactos ambientais, sem falar na intensificação do lançamento de esgotos diretamente no mar (PORTO GONÇALVES, 1995, p. 324-325)

A organização do espaço agrário brasileiro também acarretou em sérios problemas ambientais. É um espaço de tradicional concentração fundiária, cuja modernização deu-se, predominantemente, em relação às técnicas utilizadas. Os avanços que ocorreram quanto ao acesso à terra e nas relações de trabalho ainda não foram suficientes para acabar com os conflitos no campo brasileiro e as situações de trabalho análogo ao escravo.

Esse modelo privilegia a produção voltada para a indústria e mercado externo. A grande empresa agrícola normalmente é monocultora. Esse tipo de propriedade, de cultivo especializado, com técnicas intensivas tem se expandido no país, em áreas do Nordeste e Norte. E onde ela se instala, entre as consequências está a redução da área de cultivo voltada para o mercado interno, situadas nas médias e pequenas propriedades. Para Becker (*apud* PORTO GONÇALVES, 1995, p. 326) “os pobres do campo é que produzem para alimentar os pobres da cidade”. Aqueles vivem à margem dos financiamentos bancários, da assistência técnica, dos benefícios fiscais.

Contraopondo-se a esse modelo excludente, estavam as Ligas Camponesas, e estão trabalhadores organizados no movimento dos trabalhadores rurais sem terra, o MST, que lutaram e lutam não apenas pela posse da terra, mas por condições de fazê-la produzir e assegurar o bem-viver para a coletividade que nela habita.

No processo de ocupação de novas terras por grandes propriedades agrícolas e pecuárias, os Cerrados e a Amazônia têm passado por intensa degradação ambiental.

Tornou-se comum os conflitos entre empresas madeireiras e agropecuárias com as populações tradicionais; conflitos entre posseiros e grileiros, posseiros e fazendeiros, em muitos casos, com uso de extrema violência, chegando a assassinatos. Alguns desses casos tiveram repercussão nacional e, outros, internacional, como é o caso do seringueiro Francisco Alves Mendes Filho, mais conhecido como Chico Mendes.

Nascido em 1944, em Xapuri, no Estado amazônico do Acre, Chico Mendes lutou contra o tradicional sistema de exploração da borracha que destinava os seringueiros a uma permanente pobreza.

Ele integrou o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasília, e chamou atenção nacional e internacional para a situação da região, onde se verificava, a partir dos anos 70 (Século XX), a expansão da pecuária, a especulação imobiliária, o desmatamento e as dificuldades de acesso aos seringais.

Os “empates às derrubadas” foram ações de enfrentamento em que sindicalistas e suas famílias se contrapunham à derrubada da floresta, desmontando os acampamentos dos peões e parando as motosserras.

A luta de Chico Mendes pela garantia de direitos trabalhistas, pelo acesso aos seringais pelas populações que tradicionalmente viviam da floresta e dela cuidavam rendeu-lhe prêmio concedido pela ONU, medalha na Inglaterra, concessão de entrevista e tema de documentário (MEMORIAL CHICO MENDES, 2019).

Em 1985 ocorreu o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, sob a coordenação de Chico Mendes (MEMORIAL CHICO MENDES, 2019). Uma das derivações do evento foi a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros, que, representando os seringueiros, elaborou a proposta de criação das Reservas Extrativistas.

Chico Mendes incomodou tanto que foi assassinado em 22 de dezembro de 1988.

Como homenagem, o órgão do governo federal que gere as unidades de conservação, incluindo as RESEX, é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Se um outro possível histórico se abre hoje para a Amazônia e a humanidade, isto se deve ao fato de não ser exclusivamente a lógica econômica que governa o mundo. A resistência dos caboclos da Amazônia, dos seringueiros, castanheiros, das populações ribeirinhas, dos povos indígenas e dos pequenos produtores rurais, estabelecendo pontes com outros movimentos sociais, sobretudo com setores do movimento ambientalista do Primeiro Mundo, vem apontando a alternativa de uma outra geografia amazônica (PORTO GONÇALVES, 1995, p. 329).

Os debates sobre a questão ambiental se tornam-se de extrema importância no momento atual considerando, entre outros, os posicionamentos públicos do Presidente da República, recém empossado. Ele considera que o Brasil possui uma extensão territorial muito grande de áreas indígenas; afirma que é preciso flexibilizar as leis ambientais; segundo ele, existe uma indústria de multa praticada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação (ICMBio). O remanejamento de funções de alguns órgãos, como tirar da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a responsabilidade da demarcação das terras indígenas, enfraquece mais ainda a efetivação de garantias de direitos às nações indígenas.

As situações colocadas acima refletem a necessidade de um Estado mais atuante na proteção ambiental do país. O Brasil possui uma legislação ambiental robusta, clara, objetiva, abrangente, que veio se constituindo ao longo do tempo e ganhando robustez na contemporaneidade.

Foi somente no século XX que a preocupação com o meio ambiente resultou, no Brasil, na elaboração e implantação de políticas públicas com caráter marcadamente ambiental, especialmente a partir da década de 1970, quando aumenta a percepção de que a degradação do planeta pode ter efeitos irreversíveis e catastróficos. Cunha e Coelho (2003) propõem uma periodização do processo de elaboração e implementação das políticas ambientais brasileiras. Para eles são três os grandes momentos da história das políticas ambientais no Brasil:

- a) de 1930 a 1971: marcado pela construção de uma base de regulação dos usos dos recursos naturais. Os códigos florestal, das águas e das minas foram promulgados (1934). Foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (1959). Foram criados o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1963, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (1967). Como resultado de políticas estruturadoras, houve a criação de parques

nacionais e áreas florestais protegidas: Parque Nacional de Itatiaia (1937), Floresta Nacional (FLONA) de Caxuanã (1961) e mais 26 unidades de conservação.

b) de 1972 a 1987: ápice da ação intervencionista do estado. Surgiram inúmeros órgãos, como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) em 1973, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) em 1974, Ministério do Desenvolvimento, Urbanização e Meio Ambiente em 1985; foi instituída pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente a obrigatoriedade do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Foram criadas estações biológicas federais, parques nacionais e áreas de proteção ambiental (APA's) e florestas nacionais (FLONAs). Formulação da Política Nacional de Meio Ambiente (1981). 76 unidades de conservação foram criadas nesse período.

c) de 1988 até 2003: marcado pelos processos de democratização e descentralização decisórias e pela rápida disseminação da noção de desenvolvimento sustentável. Leis foram promulgadas, como a Lei dos Crimes Ambientais (1995) e Lei dos crimes relativos aos agrotóxicos e à poluição (1989). Foram criados órgãos ambientais, como a Secretaria de Meio Ambiente (1990) e a Agência Nacional de Águas (2000). Foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC - 2000) e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (2001). Houve a formulação da Política Nacional dos Recursos Hídricos (1997) e estímulos à elaboração do Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE). Criação de 119 unidades de Conservação.

Nesse percurso de elaboração de políticas ambientais (regulatórias e estruturadoras), no que se refere ao tema em questão nessa pesquisa, convém destacar a Constituição Federal, a Política Nacional de Meio Ambiente e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o Decreto nº 98.897 (BRASIL, 1990).

No artigo 225 da Constituição Federal, de 1988, tem-se: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2000a).

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei 6938, de 30 de agosto de 1981, é considerada um marco nas políticas regulatórias no país. Destaca-se:

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: (BRASIL, 1981).

Entre os princípios da PNMA, estão:

I-ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
 III- planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;
 IV-proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
 VI-incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;
 X-educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981).

Nos objetivos da PNMA (Art. 4º), que se relacionam com o que é estabelecido para uma RESEX, destacam-se:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
 III - ao estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais;
 IV - ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais;
 VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida; (BRASIL, 1981).

A PNMA dispõe sobre o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e estabelece as funções dos diversos órgãos. O SISNAMA é composto por órgão superior, órgão central, órgãos seccionais e órgãos locais. O Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) é órgão consultivo e deliberativo e tem por finalidade assessorar, estudar e propor ao Conselho de governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e recursos naturais. O IBAMA e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade são os órgãos executores da política. Compete ao CONAMA, entre outros:

“Art. 8º, VII - estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos” (BRASIL, 1981).

Entre os instrumentos da PNMA, destaca-se:

Art. 9º. VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas; (BRASIL, 1981).

As Reservas Extrativistas surgiram no Brasil, na década de 90 (Século XX), a partir da luta dos seringueiros amazônicos para a legalização de suas terras e para poderem continuar exercendo suas atividades, tradicionalmente estabelecidas, em um território definido e, assim, minimizar os conflitos com os donos das grandes propriedades.

Conforme abordado por Cunha e Coelho (2003, p. 71)

Tanto as reservas como os assentamentos extrativistas eram uma resposta às demandas dos seringueiros reunidos a partir de 1985 em torno do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que tinham como objetivo central resolver os conflitos entre seringueiros autônomos e grupos antagônicos beneficiados pelos incentivos governamentais à implantação de projetos agropecuários e madeireiros na Amazônia.

O movimento dos seringueiros e instituições apoiadoras do mesmo pressionaram o governo federal, e esse instituiu um decreto de criação. A partir de então, as Reservas Extrativistas passam a integrar as políticas públicas federais de cunho ambiental, ficando sua gestão a cargo do IBAMA. Atualmente o órgão gestor das RESEX é o ICMBio.

As RESEX estão concentradas na Amazônia e no litoral brasileiro. Entre elas está a RESEX Marinha de Cururupu, situada no estado do Maranhão, cuja abordagem iniciar-se-á no próximo capítulo.

3 A RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU

A criação das primeiras RESEX brasileiras é resultado de problemas vivenciados, lutas e conquistas de comunidades tradicionais amazônicas. Problemas de estrutura fundiária, avanço predatório do agronegócio e pauperização da população local. Lutas das comunidades para continuar na terra e tirar da floresta o seu sustento garantindo a sustentabilidade da mesma. Conquistas por apresentar um novo tipo de unidade de conservação, viável e necessário, e ter resultado na publicação do Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, que institui as RESEX no país.

Nesse capítulo, abordam-se a legislação referente a essas unidades de conservação, a importância das comunidades tradicionais e como ocorreu o processo de criação da RESEX de Cururupu.

3.1 A Lei de Criação da RESEX quanto aos critérios de sustentabilidade para ela estabelecidos

A partir da consolidação das leis ambientais no país (abordada no item 2), expande-se a proteção legal de locais que passaram a ser denominados de áreas protegidas, a saber: topo de morros, nascentes e margens de rios, manguezais e as unidades de conservação.

A primeira unidade de conservação criada no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia, na Região Sudeste, em 1937. Dois outros parques foram criados em 1939: Parque Nacional do Iguaçu (Paraná) e Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Rio Grande do Sul). Vinte anos depois é que novos outros parques foram criados no Brasil, nas outras macrorregiões.

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), assim conceitua unidade de conservação (UC):

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000a).

Por conservação, a Lei citada assim se refere:

Art. 1º, II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000a).

As unidades de conservação, por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, foram reunidas em dois grupos:

1 - Unidades de Proteção Integral, constituídas por: Parque Nacional, Estação Ecológica, Reserva Biológica, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre. “O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nessa Lei” (BRASIL, 2000a).

2 - Unidades de Uso Sustentável, constituídas por: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Reserva de Proteção Ambiental, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural, Floresta Nacional e Reserva Extrativista. “O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000a).

Alguns exemplos de UC: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, Estação Ecológica Serra das Araras, Monumento Natural Arquipélago de São Pedro e São Paulo, Reserva Biológica do Gurupi, Área de Proteção Ambiental do Maracanã, Floresta Nacional de Carajás e Reserva Extrativista do Quilombo do Frechal.

A Lei citada no Art. 1º, § XI assim dispõe sobre uso sustentável: “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000a).

As Reservas Extrativistas estão incluídas no grupo de Unidades de Uso Sustentável. De acordo com o SNUC,

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000a).

Ainda sobre o que estabelece o SNUC:

§ 1º A Reserva Extrativista é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A Reserva Extrativista será gerida por um Conselho Deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área.

§ 4º A pesquisa científica é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento.

§ 5º O Plano de Manejo da unidade será aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

§ 6º São proibidas a exploração de recursos minerais e a caça amadorística ou profissional.

§ 7º A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis e em situações especiais e complementares às demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista, conforme o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade (BRASIL, 2000a).

Toda a unidade de conservação deve possuir o seu Plano de Manejo. E deve contar com ações de fiscalização, monitoramento e educação ambiental. O SNUC traz a seguinte concepção de manejo e plano de manejo:

Art. 1º. [...].

VIII – manejo: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

[...]

XVII – plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade; (BRASIL, 2000a).

Muitas UC foram criadas no Brasil e seus Planos de Manejo ainda não foram elaborados. É o caso da APA do Maracanã, situada em São Luís. Em outros casos, os planos demoraram vários anos para serem elaborados. Foi o que

aconteceu com a RESEX de Cururupu, cuja situação será abordada adiante. É esse documento, elaborado por técnicos do órgão gestor, que vai nortear as ações e o zoneamento em cada UC.

Fiscalização, monitoramento e educação ambiental são ações que, para alcançar o êxito desejado, precisam caminhar juntas. É importante que as populações humanas das UC tenham conhecimento da importância de sua criação e sejam partícipes na sua conservação. O monitoramento, que é de responsabilidade dos órgãos gestores, tem sido condicionado pela disponibilidade de recursos financeiros, técnicos e humanos. Não são poucas as unidades criadas que não contam com um monitoramento eficaz.

A educação ambiental é um tema transversal e não uma disciplina específica. Como tema, deve ser abordado em todos os níveis de ensino, conforme a legislação estabelece. A Constituição Federal de 1988, Art. 225, assim expõe: “VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;” (BRASIL, 1988).

Há uma política específica referente à questão, a Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela lei 9.795, de 27 de Abril de 1999. De acordo com essa política, a educação ambiental no Brasil é de incumbência do poder público, das instituições educativas, dos órgãos do SISNAMA, dos meios de comunicação de massas, das empresas, entidades de classe e da sociedade como um todo. No âmbito formal, ela deve se integrar à Educação Básica, Educação Superior, Educação Especial, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos. Foi estabelecida, também, a Educação Ambiental Não-Formal.

Ao passo que a lei apresenta um leque de possibilidades, permitiu, ao longo do tempo, dúvidas em relação ao que deve ser abordado nos diferentes níveis de ensino e pelas diferentes instâncias (governamental e privada).

É inegável que ocorreram muitos avanços no país no tocante à educação ambiental, expressos em ações de qualificação como Cursos de Pós-Graduação; na realização de eventos, como seminários, simpósios, conferências; na elaboração e implementação de programas em instituições de ensino, empresas, associações, igrejas, sindicatos; elaboração de material gráfico e audiovisual como livros, cartilhas, vídeos.

Quando a educação e o monitoramento são ineficazes, a fiscalização torna-se muito mais necessária. E quando o peso na penalização é grande, a

receptividade da população é, predominantemente, negativa como se percebeu na RESEX estudada.

Uma modalidade de gestão que bem se aplica às RESEX é a gestão ambiental participativa, pela possibilidade de envolvimento de múltiplos sujeitos sociais. Mesmo que na formulação da política essa participação tenha sido limitada, na execução da mesma ela é de extrema importância.

O Decreto 98.897, de 30 de janeiro de 1990, instituiu as RESEX no país, e assim dispõe sobre elas:

Art. 1º. As reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista.

Art. 2º. O Poder Executivo criará reservas extrativistas em espaços considerados de interesse ecológico e social (BRASIL, 1990).

A partir do Decreto citado acima, as RESEX passam a integrar o Plano Nacional de Meio Ambiente. E enquanto política ambiental do governo federal, foi implementada, inicialmente, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT). Com a divisão do IBAMA, a gestão ficou a cargo do ICMBio.

O Decreto que criou as RESEX não foi uma iniciativa governamental. Ele é fruto de uma luta travada, no Norte do país, região amazônica, pelos seringueiros em defesa dos seus direitos e em defesa da floresta. Essa luta, intensificada nos anos 1980, teve a adesão de uma Organização Não Governamental (ONG), o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), situado na Região Sul do Brasil. E, conforme abordado no item anterior, a organização dos seringueiros ganhou projeção internacional.

No Brasil, as Reservas Extrativistas estão na contra-mão da idéia de UC sem a interferência humana, como é a concepção dos Parques.

Legalmente, os parques brasileiros são

áreas de domínio público, constituídos por ecossistemas naturais (em menor escala, por ecossistemas modificados), em geral de grande beleza cênica, e tem como objetivo preservar a natureza, em especial, a fauna, a flora e os monumentos naturais, além de proporcionar oportunidade para a pesquisa científica, a educação ambiental, o lazer e o turismo ecológico (BRITO; CÂMARA, 1998, p. 82).

De acordo com a Lei que instituiu o SNUC têm-se:

Art. 11. O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

§ 1º O Parque Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

§ 3º A pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas, bem como àquelas previstas em regulamento.

§ 4º As unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal (BRASIL, 2000a).

A restrição às moradias e a criação dos parques em áreas habitadas gerou uma série de conflitos, que serão abordados a seguir.

O modelo norte-americano de criação de unidades de conservação, copiado pelos países do Terceiro Mundo, traz uma ideia de parques destinados à contemplação, à observação. Diegues (2001, p. 13) destaca: “A concepção dessas áreas protegidas provém do século passado, tendo sido criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a *vida selvagem* (*wilderness*) ameaçada, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial, destruidora da natureza”. Por essa concepção, as populações humanas não integram a natureza e são danosas a ela. Portanto, “Para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde esse pudesse admirá-la e reverenciá-la” (DIEGUES, 2001, p.13).

Essa concepção foi absorvida em muitos lugares sem considerar as especificidades locais. “Esse neomito, no entanto, foi transposto dos Estados Unidos para países do Terceiro Mundo, como o Brasil, onde a situação é ecológica, social e culturalmente distinta” (DIEGUES, 2001, p.14).

Entre as particularidades do Brasil no processo de criação dos parques estão as localidades escolhidas. Grande parte dos parques brasileiros foi criada em locais habitados pelas chamadas populações tradicionais ou, como prefere Diegues (2001), comunidades tradicionais.

Considera-se importante uma discussão sobre populações tradicionais, visto que a legislação pertinente às RESEX utiliza esse termo e, ainda mais, porque sem essas populações não há esse tipo de unidade de conservação.

A produção intelectual existente sobre populações tradicionais é extensa e traz diversas abordagens; outros termos também surgiram nessas abordagens, como populações nativas, populações tribais, povos tribais, populações indígenas e comunidades tradicionais.

Convém destacar alguns documentos de abrangência internacional e nacional sobre as populações citadas. São eles: a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em Genebra em 1989, e o Decreto Federal 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

A Convenção da OIT trata de povos tribais da seguinte forma:

Artigo 1º.

1. A presente convenção aplica-se:

- a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;
- b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

3. A utilização do termo "povos" na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional (BRASIL, 2004).

Quanto aos aspectos relacionados aos valores e práticas sociais:

Artigo 5º.

Ao se aplicar as disposições da presente Convenção:

- a) deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados e deve-se levar na devida consideração a natureza dos problemas que lhes sejam apresentados, tanto coletiva como individualmente;
- b) deverá ser respeitada a integridade dos valores, práticas e instituições desses povos;
- c) deverão ser adotadas, com a participação e cooperação dos povos interessados, medidas voltadas a aliviar as dificuldades que esses povos experimentam ao enfrentarem novas condições de vida e de trabalho (BRASIL, 2004).

Quanto à responsabilidade governamental sobre as populações citadas:

Artigo 7º.

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação dos povos interessados, com a sua participação e cooperação, deverá ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões onde eles moram. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões também deverão ser elaborados de forma a promoverem essa melhoria.

3. Os governos deverão zelar para que, sempre que for possível, sejam efetuados estudos junto aos povos interessados com o objetivo de se avaliar a incidência social, espiritual e cultural e sobre o meio ambiente que as atividades de desenvolvimento, previstas, possam ter sobre esses povos. Os resultados desses estudos deverão ser considerados como critérios fundamentais para a execução das atividades mencionadas.

4. Os governos deverão adotar medidas em cooperação com os povos interessados para proteger e preservar o meio ambiente dos territórios que eles habitam (BRASIL, 2004).

No Brasil, a Convenção da OIT foi promulgada pelo Decreto Federal nº 5.051, de 19 de Abril de 2004 (BRASIL, 2004).

Em âmbito nacional, tem-se o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007), que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2007).

Observa-se que há um aparato legal significativo referente às populações humanas denominadas de povos tribais, populações e comunidades tradicionais. Os instrumentos legais citados acima reconhecem suas particularidades e estabelecem

a garantia de direitos, conforme as suas especificidades; e direitos universais como qualquer outro grupo ou cidadão.

Diegues (2001, p. 22) destaca como tradicionais os seguintes grupos: “Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitianteiros e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas”.

Guardadas as especificidades, segundo Diegues (2001, p. 21-22), essas sociedades possuem traços comuns que se caracterizam:

- a) pela dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um modo de vida;
- b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) pela reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;
- i) pela tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Os indígenas não são considerados como “populações tradicionais” considerando o reconhecimento ao direito histórico e cultural desde antes da colonização europeia; por questões étnicas. A eles se aplica uma legislação específica.

Serão destacados alguns conceitos:

- Povos nativos: Ela se aplica àqueles povos que vivem em áreas geográficas particulares que demonstram, em vários graus, as seguintes características comumente aceitas:
 - a) ligação intensa com os territórios ancestrais;

- b) auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos;
- c) linguagem própria, muitas vezes não a nacional;
- d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;
- e) sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência (DIEGUES, 2001, p. 17).

- Sociedades tradicionais: [...] estamos utilizando a noção de “sociedades tradicionais” para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES, 2001, p. 22).

Apesar da especificidade dos indígenas, tanto nos aspectos legais quanto históricos, culturais e étnicos, Diegues (2001) considera os mesmos como populações tradicionais dado os aspectos comuns a outras sociedades, já citados

Do ponto de vista empírico, é possível identificar populações tradicionais como aquelas que se baseiam no trabalho familiar, visando principalmente ao próprio sustento, embora possam estar vinculadas ao mercado. Outro aspecto específico dessas comunidades é a utilização das chamadas tecnologias de baixo impacto, como o extrativismo, a pesca e a lavoura de pequena escala, o que possibilita a inclusão de populações indígenas presentes e passadas nesta categoria (ARRUDA, 1997, p. 262).

O surgimento das populações tradicionais está ligado ao processo, já abordado, de organização do espaço geográfico brasileiro.

As populações alijadas dos núcleos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeros variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que neles persistem (ARRUDA, 1999, p.82).

Little (2004) traz importante contribuição ao analisar a origem do termo povos tradicionais. Questiona a pertinência de um fundamento empírico e destaca a dimensão fundiária como tal. Ele enfoca três elementos dessa dimensão referentes aos povos tradicionais: o regime de propriedade comum, de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva. Alerta, porém, que as semelhanças na questão fundiária não implicam necessariamente em semelhanças nos outros planos da prática sociocultural - religioso, identitário, cosmológico e linguístico, por exemplo.

Em relação ao que ele chama de sociogênese do conceito de povos tradicionais e seus usos, destaca:

No contexto das fronteiras em expansão, o conceito surgiu para englobar um conjunto de grupos sociais que defendem seus respectivos territórios frente à usurpação por parte do Estado-Nação e outros grupos sociais vinculados a este. Em um contexto ambientalista, o conceito surgiu a partir da necessidade dos preservacionistas de lidar com todos os grupos sociais residentes ou usuários das unidades de conservação de proteção integral, entendidos aqui como obstáculos para a implementação plena das metas dessas unidades. Noutro contexto ambientalista, o conceito dos povos tradicionais serviu como forma de aproximação entre socioambientalistas e os distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, assim gerando formas de co-gestão de território. Finalmente, o conceito surgiu no contexto dos debates sobre autonomia territorial, exemplificado pela Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), onde cumpriu uma função central nos debates nacionais em tomo do respeito aos direitos dos povos (LITTLE, 2004, p. 282).

Retomando a discussão sobre os parques, esses são unidades que não permitem a dominialidade particular das terras. As pessoas não podem habitar os parques. Essa situação gerou uma série de conflitos entre as autoridades constituídas e as comunidades tradicionais. E, quando essas são vistas como inimigas do processo de preservação ambiental, os conflitos se agravam.

Essa é uma ideia contraditória ao que se percebe na prática. Lugares habitados por populações tradicionais apresentam um nível de conservação ambiental mais elevado que em muitos outros lugares, notadamente, naqueles onde são praticadas atividades agropastoris de forma intensiva, em grandes propriedades.

Nesses países, mesmo nas florestas tropicais aparentemente vazias, vivem populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, de pescadores artesanais, portadores de uma outra cultura (chamada nesse trabalho de *tradicional*), de seus mitos próprios e de relações com o mundo natural distintas das existentes nas sociedades urbano-industriais. Ora, a legislação brasileira que cria os parques e reservas prevê, como nos Estados Unidos, a transferência dos moradores dessas áreas, causando uma série de problemas de caráter ético, social, econômico, político e cultural (DIEGUES, 2001, p. 14).

A maior parte das áreas ainda preservadas do território brasileiro são habitadas com maior ou menor densidade por populações indígenas ou por comunidades rurais “tradicionais” – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, caipiras – para as quais a conservação da fauna e da flora é a garantia de sua perenidade. O processo de expansão das fronteiras agrícolas e extrativas da sociedade brasileira, por sua vez, reproduz e se pauta por um modelo de ocupação do espaço e de uso dos recursos naturais gerador da degradação ambiental e de enormes custos sociais (ARRUDA, 1999, p. 90).

Existem alguns casos em que as populações que habitavam o lugar antes da criação do parque puderam nele permanecer. É o caso do Parque Estadual do Bacanga, em São Luís. Vários sítios estão situados no interior do parque e até uma espécie de vila. Os moradores estão cientes de que não podem praticar nenhuma atividade danosa à UC. E também, não pode haver expansão das moradias. Nesse aspecto, não tem havido no interior do parque, mas no seu entorno sim. O avanço já fez com que a área original do Parque fosse legalmente reduzida.

A ideia de parque como refúgio é reflexo da concepção de desenvolvimento que tem a sociedade urbano-industrial, antropocêntrica e consumista. O consumo cada vez mais crescente desta sociedade acarreta significativos impactos socioambientais. “O modelo em questão prima pelos interesses privados (econômicos) frente aos bens coletivos (meio ambiente), consubstanciando-se em uma visão antropocêntrica de mundo, gerador de fortes impactos socioambientais” (GUIMARÃES, 2003, p. 84).

O desenvolvimento pensado e buscado pelas sociedades ditas modernas contrapõe-se aquele praticado pelas sociedades tradicionais. Guimarães (2003) destaca vários aspectos:

- A acumulação e concentração crescente de capitais resulta, também, em uma crescente desigualdade social em nível nacional e mundial;
- Massificação cultural. Os modelos culturais norte-americanos e europeus são considerados únicos e universais. As demais culturas são consideradas como entraves ao desenvolvimento;
- A qualidade de vida está atrelada à capacidade de consumo individual.

Para que a qualidade de vida ideal seja alcançada, as pessoas têm que consumir cada vez mais. Isto implica numa maior exploração de recursos naturais e maior geração de resíduos.

Custa a essa sociedade, que vê as populações humanas separadas da natureza, entender que existem outras que mantêm uma relação mais harmônica (com os ecossistemas). O próprio contexto político, econômico e social fez com que essas sociedades passem a desenvolver práticas conservacionistas, conforme aborda Diegues (2001, p.14-15),

São populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos. Com isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra.

Como destaca Guimarães (2003, p. 89),

A razão instrumental decorrente dessa visão de mundo concebeu este desenvolvimento refletindo, e, como reflexo das relações de dominação entre indivíduos humanos, entre classes sociais e entre Ser Humano-Natureza, calcado naquelas concepções isolacionistas, particularizadas e parcializadas, que justificam a separação ser humano-sociedade-natureza baseada em posturas antropocêntricas.

Alguns questionam se as populações tradicionais são realmente conservacionistas:

A política ambiental vigente, ao ignorar o potencial conservacionista dos segmentos culturalmente diferenciados que historicamente preservaram a qualidade das áreas que ocupam, tem desprezado possivelmente uma das únicas vias adequadas para alcançar os objetivos que se propõe (ARRUDA, 1999, p. 90).

No caso dos povos tradicionais do Brasil, uma grande semelhança pode ser detectada nas distintas formas de propriedade social, que as afastam da razão instrumental hegemônica com seu regime de propriedade baseado na dicotomia entre o privado e o público. Todavia, a razão histórica a elas subjacente incorpora alguns elementos que muitas vezes são considerados como públicos - isto é, bens coletivos -, mas que não são tutelados pelo Estado; ou seja, essa razão histórica introduz coletividades que funcionam em um nível inferior no plano do Estado-Nação (LITTLE, 2004, p. 259).

Alguns problemas decorrentes da criação de parques no Brasil: unidades sem a presença humana; impacto político-territorial e fundiário considerando as dimensões (tamanho) de determinadas unidades; problemas sociais e étnicos pela expulsão das populações.

No caso das RESEX, a presença das populações humanas e suas atividades econômicas, tradicionalmente realizadas, são condições essenciais para sua existência enquanto UC.

As Reservas Extrativistas surgiram no Brasil, na década de 90 (Século XX), a partir da luta dos seringueiros amazônicos para a legalização de suas terras e para poderem continuar exercendo suas atividades, tradicionalmente estabelecidas, em um território definido. E, assim, minimizar os conflitos com os donos das grandes propriedades.

Conforme abordado por Cunha e Coelho (2003, p. 71),

Tanto as reservas como os assentamentos extrativistas eram uma resposta às demandas dos seringueiros reunidos a partir de 1985 em torno do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que tinham como objetivo central resolver os conflitos entre seringueiros autônomos e grupos antagônicos beneficiados pelos incentivos governamentais à implantação de projetos agropecuários e madeireiros na Amazônia.

Posteriormente, as RESEX passam a ser criadas em outros espaços fora da Amazônia. Essas unidades são protegidas pelo poder público e são, formalmente, de propriedade da União, com concessão de uso às populações extrativas por meio de uma associação.

A organização dos seringueiros para proteger o lugar onde habitam e assim poder continuar praticando suas atividades e poder viver a seu modo foi de extrema importância, e um dos desdobramentos dessa luta foi a criação das RESEX. Little (2004), ao se referir ao movimento, destaca a importância do lugar para as comunidades tradicionais.

Outro exemplo da importância do lugar para os povos tradicionais é o dos seringueiros do Acre. Com a construção e subsequente asfaltamento da BR 364, madeireiros e fazendeiros invadiram as florestas do Acre, ocupadas e exploradas pelos seringueiros desde a época do ciclo da borracha. Com a derrubada indiscriminada da floresta, os seringueiros viram sua fonte de sustentação ameaçada: pouco servia ter acesso a suas terras tradicionais sem sua cobertura florestal. A estratégia política dos chamados empates foi implementada: os seringueiros colocavam-se na frente dos madeireiros para impedir os trabalhos de derrubada do bosque (Mendes, 1989). À raiz dessas lutas, o sindicato dos seringueiros surgiu para depois se transformar em um movimento nacional com reivindicações territoriais na forma das reservas extrativistas (a ser tratadas mais à frente). O que vale assentar agora é como a defesa de um lugar foi a semente de um movimento com dimensões nacionais. (LITTLE, 2004, p. 264-265).

Leff (2010, p. 92) destaca o caráter inovador do surgimento das RESEX a partir da organização e luta dos seringueiros:

Há experiências de lutas sociais de reapropriação cultural da natureza que são movimentos emblemáticos dessa recriação histórica, como a dos seringueiros no Brasil, que de luta sindical para comercialização da borracha, por meio de uma longa história, chegaram a inventar conceito de reserva extrativista e estão avançando para um novo modo de produção, uma nova racionalidade produtiva, mostrando que é possível viver bem, e não apenas sobreviver, em harmonia com a natureza que habitam.

Cunha e Coelho (2003) referem-se a críticas sofridas pelas RESEX amazônicas quanto ao paradigma de desenvolvimento considerado adequado para

a região. Apontam os críticos a fragilidade do extrativismo vegetal como base econômica. Consideram que a economia extrativa sucumbirá à economia de mercado. Os autores ainda apontam algumas contradições reveladas pelo processo de formulação e implementação das reservas extrativistas:

- a) apesar de reconhecer formalmente a compatibilidade das práticas extrativas com os objetivos da conservação da floresta tropical na Amazônica, a legislação que regula a existência dessas unidades de conservação determina a fixação de planos de utilização, muito mais voltados para atender aos critérios de utilização de recursos naturais previstos na legislação brasileira do que nas práticas concretas das populações extrativas e, muitas das vezes, em confronto com estas práticas;
- b) a necessidade de se promover a melhoria do padrão geral de vida das populações extrativas reforça a ideia de que o movimento dos seringueiros focalizava muito mais a regulamentação fundiária do que a proteção de um modo de vida;
- c) as tensões entre sistemas de propriedade estatal e de propriedade comum, criando muitas vezes uma situação de indefinição de responsabilidades e competências quanto à regulação permanente das formas de acesso e uso dos recursos naturais nestas unidades de conservação (CUNHA; COELHO, 2003, p.73-74).

Cunha e Coelho (2003) destacam, ainda, que as contradições podem ser percebidas em ações voltadas para a permanência de algumas relações sociais e ecológicas e ações voltadas para mudanças.

Nesse aspecto, Diegues (2001) ressalta o conflito em que vivem as comunidades tradicionais: permanecerem autênticos ou assimilarem elementos da modernidade.

Por um lado, se a fidelidade a esses “traços socioculturais” lhes dá um certo poder de negociação com o Estado, por outro, lhes inibe o caminho de qualquer transformação sociocultural posterior inviabilizando seu devir como sociedades e culturas diferenciadas com direitos específicos (DIEGUES, 2001, p. 23)

A cultura ocidental hegemônica impõe às comunidades tradicionais a condição de imutabilidade como legitimadora de sua identidade.

Nessa pesquisa utilizar-se-á o termo comunidades tradicionais conceituado por Diegues (2001), conforme citado anteriormente. A RESEX de Cururupu está bem situada nesse conceito, considerando seus aspectos ecológicos, sociais, econômicos e históricos.

A Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (Figura 3), instituída pelo Decreto s/nº, de 02 de junho de 2004, está situada no litoral ocidental maranhense. Essa porção também é conhecida como Costa de Rias e Reentrâncias Maranhenses. Está num arquipélago situado no município de Cururupu. Ela abrange, ainda, uma pequena parte do município de Serrano do Maranhão. A RESEX é composta pelas seguintes comunidades: Caçacueira, Peru, São Lucas, Guajerutiua, Bate-vento, Valha-me-Deus, Lençóis, Iguará, Porto do Meio, Mirinzal, Retiro, Porto Alegre e Mangunça. Para essa pesquisa, foram selecionadas as comunidades de Caçacueira (Figuras 4 e 5), Peru (Figuras 6 e 7), São Lucas (Figura 8), Lençóis (Figuras 9 e 10) e Guajerutiua (Figuras 11 e 12).

Parte do litoral ocidental maranhense foi transformada em APA, em 11/06/1991, por meio do Decreto Estadual nº 11.901 (MARANHÃO, 1991a). Há uma sobreposição da RESEX de Cururupu na Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses. Os dois entes governamentais têm que chegar a um acordo para que a porção da RESEX seja retirada do espaço da APA. Essa é uma demanda que existe desde 2004 e ainda não foi resolvida. Esse fato denota a falta de diálogo e tomada conjunta de decisões por parte do executivo estadual e federal.

Figura 3 - Mapa de localização

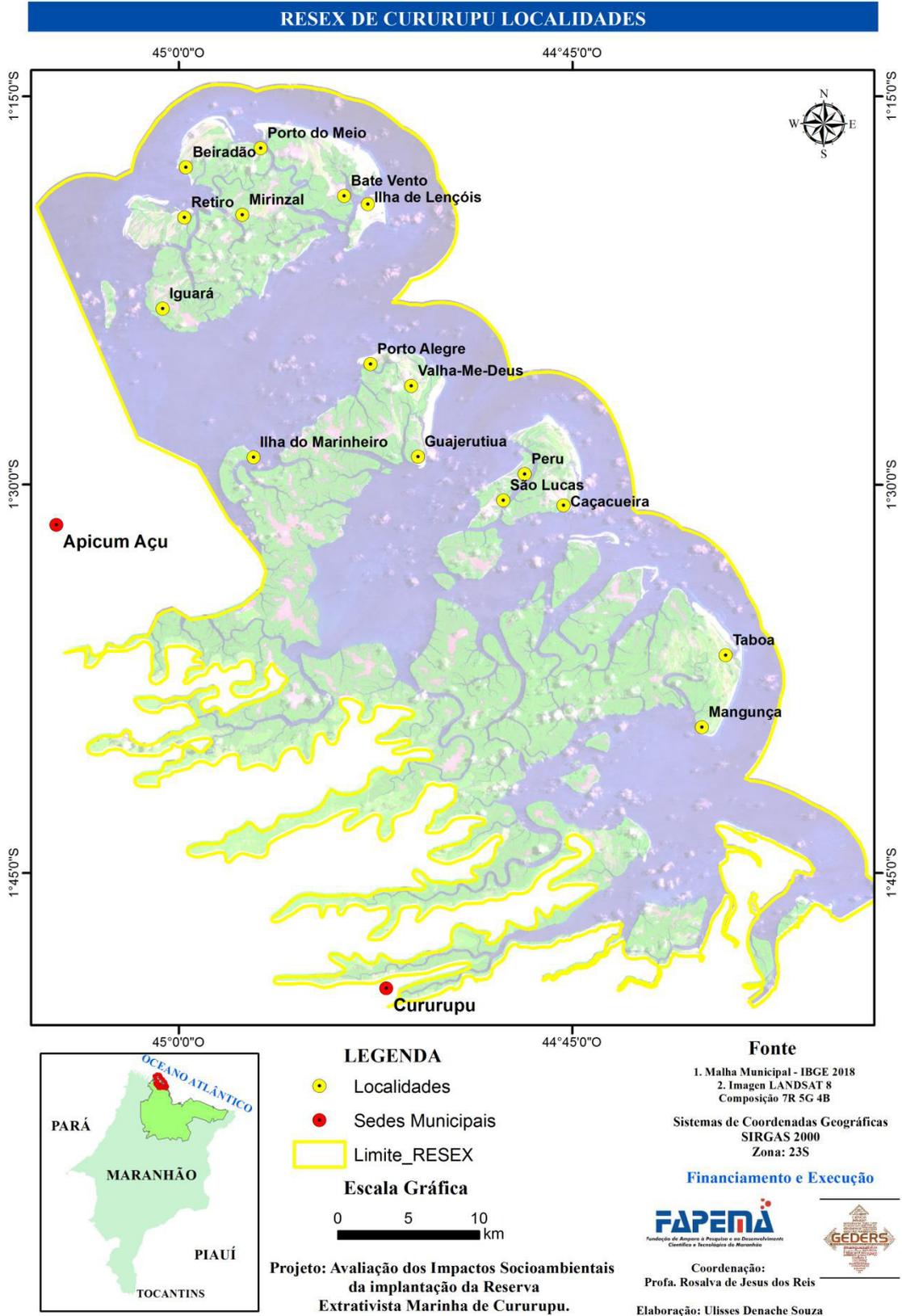


Figura 4 - Ancoradouro na comunidade de Caçacueira



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (junho de 2017).

Figura 5 - Comunidade de Caçacueira



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Janeiro de 2018).

Figura 6 - Ancoradouro da comunidade de Peru



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Maio de 2016).

Figura 7 - Barco pesqueiro da comunidade de Peru



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Junho de 2017).

Figura 8 - Ancoradouro da comunidade de São Lucas



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Maio de 2016).

Figura 9 - Dunas e lagoas da comunidade de Lençóis



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Abril de 2018).

Figura 10 - Comunidade de Lençóis



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Fevereiro de 2016).

Figura 11 - Ancoradouro da comunidade de Guajerutua



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Junho de 2017).

Figura 12 - Comunidade de Guajerutiua



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Janeiro de 2018).

A RESEX possui uma extensão de, aproximadamente, 185.046 hectares, com 94,25% do seu território no município de Cururupu. Pelo decreto de criação da UC, a beirada de Serrano do Maranhão integra a mesma. Eduardo Borba, em entrevista, afirmou que essa é uma das pendências quanto aos limites da RESEX. Segundo ele, foi um erro incluir Serrano na RESEX.

A região onde está situada a RESEX é composta de estuários, ilhas, manguezais, baías, restingas, dunas, manguezais, sendo, esse último, o ecossistema predominante na RESEX.

Para Ab'Saber (2002), essa porção do litoral maranhense integra o litoral amazônico por suas características fisiográficas.

Os manguezais são ecossistemas situados em locais de clima tropical e subtropical, onde há contato da água do mar com a água de rio ou na linha de costa. São berçários naturais para inúmeras espécies de aves, peixes, crustáceos, moluscos e mamíferos marinhos. Conforme destacado por Mello e Mochel ([200-]), sua função ecológica é ligada à produtividade primária, constituindo-se o berçário de muitas espécies que vivem na região oceânica adjacente e nas águas estuarinas.

De acordo com o Laudo Biológico elaborado pelo IBAMA como subsídio à implantação da RESEX, “Os aglomerados de ilhas, intercaladas pelas baías de

Lençóis, Guajerutua, do Capim, Caçacueira e Mangunça formam arquipélagos isolados, distribuídos conforme a disposição de suas respectivas baías” (DISCONZI, 2002, p. 15). Ainda segundo o mesmo laudo, “Há na região uma hidrovia natural, tratando-se de uma via interna natural de navegação costeira, mas somente para pequenas embarcações, pilotadas por mestres de navegação” locais (DISCONZI, 2002, p. 15).

A Resex de Cururupu está em um dos sítios Ramsar, que são áreas naturais selecionadas com base na significância internacional em termos de ecologia, botânica, zoologia, limnologia e hidrologia.

A Convenção de Ramsar é um acordo intergovernamental, que tem o intuito de promover a conservação e o uso racional das zonas úmidas e de seus recursos por meio de ação nacional e cooperação internacional. Ramsar é o nome da cidade, no Irã, na qual a Convenção foi assinada, em 1971.

As zonas úmidas têm como aspecto fundamental a água em ambientes de rios, lagoas, litoral, mangues e recifes de corais. Elas são definidas, dessa forma, na própria Convenção em seu art. 1º, § 1º e § 2º:

Para efeitos desta Convenção, as zonas úmidas são áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima com menos de seis metros de profundidade na maré baixa. Para efeitos desta Convenção, as aves aquáticas são pássaros ecologicamente dependente das zonas úmidas (RAMSAR, 1971).

A década de 70 do Século XX marcou o início das discussões e ações sistemáticas no sentido de enfrentar a chamada crise ambiental. Entre as ações empreendidas está a criação da Convenção Ramsar. Como motivos da convenção podem ser citados o desaparecimento de aves que vivem em ambientes aquáticos; e a degradação desses ambientes.

Convém destacar que a degradação e, num quadro mais grave, a destruição das áreas úmidas compromete não apenas as aves consideradas aquáticas, mas há o comprometimento de toda a biota ali existente, com impactos de ordem econômica e cultural.

Em virtude do avanço da degradação, em 1971 foi criada a Convenção de Ramsar, no Irã, com o objetivo de amparar, em nível internacional, as regiões consideradas úmidas em toda a Terra, criando medidas de proteção possíveis para o uso sadio, de modo que cada Estado-membro assumira as responsabilidades

específicas a respeito das áreas incluídas na lista da Convenção. Ela ficou conhecida também como a Convenção sobre as Zonas Úmidas.

No Brasil, ambientes fluviais, lacustres, costeiros e marítimos estão incluídos nessas zonas. O país possui uma extensa rede hidrográfica e um dos maiores litorais da Terra. E parte desse litoral, na qual está o litoral maranhense, está na rota das aves migratórias internacionais.

De acordo com o MMA (BRASIL, 2019), “O Brasil adotou, até 2017, como diretriz para a indicação de áreas úmidas a serem incluídas na Lista de Ramsar, que tais áreas correspondam a unidades de conservação”. A partir de 2018, o conceito foi ampliado para criar sítios em âmbito regional, incluindo UC e outras áreas de importância internacional.

O Brasil possui 25 sítios, sendo 23 em unidades de conservação e dois regionais (Rio Negro e Estuário do Amazonas e seus Manguezais). A introdução dessas áreas na Lista de Ramsar facilita ao Brasil a obtenção de apoio para o desenvolvimento de pesquisas, o acesso a fundos internacionais para o financiamento de projetos e a criação de um cenário favorável à cooperação internacional (BRASIL, 2019). Em contrapartida, o país tem que garantir a manutenção das características ecológicas de cada sítio.

No Maranhão, os 3 sítios estão em UC. São eles: APA da Baixada Maranhense, Parque Estadual Marinho Parcel de Manuel Luiz e APA das Reentrâncias Maranhenses, onde está situada a RESEX de Cururupu.

A Convenção de Ramsar contribuiu para que os países signatários reconhecessem a importância que as zonas úmidas têm para o equilíbrio ecológico de ordem global e não apenas no âmbito de cada país.

A RESEX de Cururupu reúne todos os critérios que respaldam a criação de uma UC dessa categoria. É um local de grande importância ecológica considerando o seu ecossistema predominante que são os manguezais; ambiente que é um verdadeiro berçário natural de espécies de peixes, crustáceos, moluscos, aves. A importância desse ecossistema toma proporção planetária por estar na rota de aves migratórias, servindo de pouso para elas. É uma região litorânea com estuários, baías, ilhas, pontas, canais, praias. As condições naturais são propícias à pesca, que é a atividade econômica mais praticada no local, de forma predominantemente artesanal. Os pescadores locais se enquadram como comunidade tradicional. A tradição dá-se pelo tempo de ocupação, pelas relações de

cooperação estabelecidas entre eles, pelo conhecimento dos ciclos naturais (de marés), abundância ou escassez das espécies capturadas, pelo sentimento de pertencimento ao lugar.

A criação da RESEX de Cururupu teve um processo que se diferencia das primeiras reservas criadas na Região Norte do país. Enquanto essas derivaram de lutas populares, a de Cururupu surgiu a partir de uma iniciativa do poder público municipal, conforme será visto no item seguinte.

3.2 O Processo de criação da RESEX de Cururupu e suas contradições socioambientais

Considera-se importante a apresentação do município onde a RESEX estudada encontra-se, antes de se tratar do seu processo de criação. Cururupu está situado no litoral ocidental maranhense; foi elevado à categoria de município por meio da Lei Provincial n 120, de 03 de outubro de 1841, tendo sido desmembrado do município de Guimarães (IBGE, 2019). De acordo com o último Censo Demográfico, sua população absoluta era de 36.652 pessoas (IBGE, 2010).

Serão apresentados alguns dados de ordem demográfica, econômica e social sobre Cururupu.

De acordo com o Atlas Brasil (2016), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) registrado em 2010 foi de 0,612, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A educação foi a dimensão que contribuiu menos, com índice de 0,525, e tem se apresentado da seguinte forma (Tabela 1):

Tabela 1- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Cururupu – MA

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,160	0,312	0,525
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	11,87	20,88	36,27
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	46,58	88,50	96,09
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	17,56	38,87	84,55
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	8,80	18,05	46,68
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	1,64	7,36	25,11

Fonte: Atlas Brasil (2016).

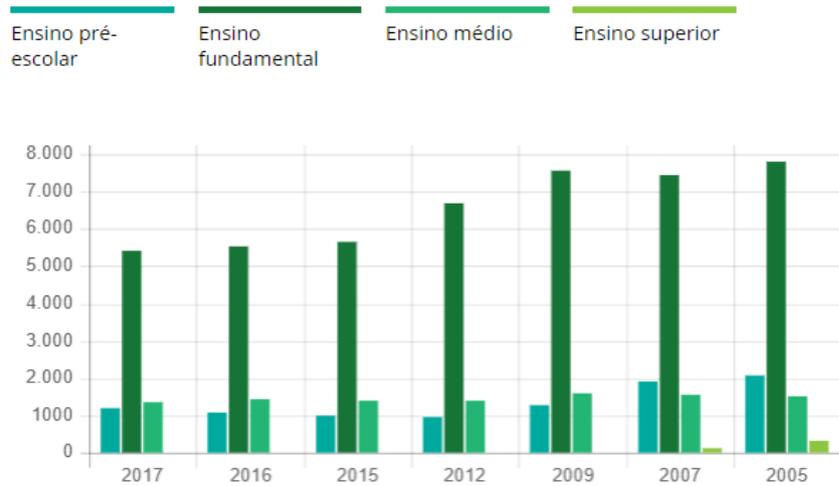
Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.6 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 3.7. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 36 de 217. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 57 de 217. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.8 em 2010. Isso posicionava o município na posição 105 de 217 dentre as cidades do estado e na posição 3870 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2019a)

De acordo com os dados observados na Tabela 1, à proporção que a idade aumenta, diminui o percentual de escolarização. Ao longo dos períodos censitários observados, houve o aumento da escolarização nos níveis fundamental e médio, salvaguardando algumas diferenças conforme a faixa de idade. Em 2010, 96,09 % das crianças de 5 a 6 anos frequentavam a escola. Esse é um percentual muito favorável. No entanto, o percentual de jovens de 18 a 20 anos com o Ensino Médio completo foi de apenas 25,11. Essa última situação compromete a qualificação do jovem que quer ingressar no mercado de trabalho, pois sem a Educação Básica completa fica mais difícil a disputa para profissões e ocupações mais valorizadas economicamente.

A educação em Cururupu ainda tem muito o que melhorar, pois seus índices não são os mais favoráveis no Estado e, muito menos, no país. De acordo com o IBGE (2019), em relação à taxa de escolarização de 6 a 14 anos, Cururupu ocupa a 3870^a posição entre os 5570 municípios brasileiros; e 105^a posição entre os municípios maranhenses.

No âmbito municipal, são observadas situações diferenciais. Pode-se tomar como exemplo a RESEX estudada. Não há escolas de Ensino Médio em nenhuma comunidade visitada. Os reflexos dessa situação serão abordados no item 6. O comportamento da quantidade de matrículas efetuadas de 2005 até 2017 pode ser visto no gráfico 1:

Gráfico 1 – Matrículas em todos os níveis de ensino no município de Cururupu-MA, 2005-2017.



Fonte: IBGE (2019a).

Observa-se uma grande diferença na quantidade de matrículas efetuadas no ensino fundamental em relação ao número do Ensino Médio. Algumas situações podem ser apontadas como contribuintes para essa situação: a inserção do jovem no mercado de trabalho (normalmente, para contribuir na renda familiar), casamento e gravidez na adolescência.

Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,29%. Na UF, essa taxa foi de 1,53%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período (ATLAS BRASIL, 2016). Em 2010, observou-se um número correlato entre homens e mulheres e uma população urbana correspondente a um pouco mais do dobro da população rural. A RESEX apresenta uma situação diferenciada, conforme se observa na Tabela 2. Somente um setor censitário de São Lucas teve crescimento populacional de 2000 para 2010. Em todos os outros houve redução. A menor foi em Caçacueira (0,43%) e a maior foi em São Lucas (76,8%).

Na análise da estrutura etária, observa-se que houve uma redução na quantidade de pessoas na faixa etária correspondente aos menores de 15 anos. De 12.486 em 2000, passou para 9905 em 2010. A redução da taxa de natalidade é uma realidade no Brasil. De meados do século passado para os dias atuais, ela, progressivamente, tem diminuído por uma série de fatores. O município de Cururupu tem acompanhado esse fenômeno.

De acordo com o banco de dados cidades, do IBGE (2019a), a pirâmide etária do município ainda é muito próxima do formato que bem caracterizou os países subdesenvolvidos: base larga e estreitamento em direção ao topo. Já se

percebe um discreto estreitamento na base (no intervalo de zero a 4 anos), o que indica a redução da natalidade. O topo ainda aparece bem estreito, indicando pouca mudança na expectativa de vida. Convém lembrar que o Brasil está em processo de mudança demográfica, onde, progressivamente, tem ocorrido a redução da natalidade e um aumento da expectativa de vida.

O salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,8 salários mínimos, o que representa a 63^a posição no estado (considerando os 217 municípios) e o 1º na microrregião (IBGE, 2019a). Na RESEX de Cururupu, conforme dados dos Agregados organizados nos quadros 9 e 10 (p. 171 e 172), o rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis pelos domicílios é menor do que a média municipal.

A mortalidade infantil refere-se ao falecimento de crianças antes de completarem um ano. Essa é uma idade em que o organismo está mais suscetível a enfermidades. Por isso, o estudo diferencial, fora da taxa de mortalidade bruta.

A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 17.61 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 6.3 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 64 de 217 e 120 de 217, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1549 de 5570 e 520 de 5570, respectivamente (IBGE, 2019a).

A mortalidade infantil reflete uma série de situações desfavoráveis no lugar, entre eles, as condições de esgotamento sanitário.

Apresenta 2.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 12.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 177 de 217, 202 de 217 e 118 de 217, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 5125 de 5570, 5330 de 5570 e 4630 de 5570, respectivamente (IBGE, 2019a).

Conforme dados observados no gráfico 1 e quadros 11 e 12, nem todos os domicílios particulares permanentes da RESEX possuíam banheiros em 2010. A melhor situação era em Peru: 51 domicílios e 51 banheiros. Em todas as outras comunidades, houve um aumento na quantidade de domicílios com banheiros, exceto em um setor de São Lucas. Em 2010, um setor de S. Lucas possuía 3 (três) domicílios sem banheiro e Caçacueira apresentou a maior quantidade, 14 (quatorze).

Os dados apresentados acima mostram um município e a RESEX com grandes desafios para que a qualidade de vida de sua população seja considerada boa.

3.2.1 A partir da fala dos participantes

Para a compreensão do processo de criação da RESEX de Cururupu, contou-se com informações concedidas, por meio de entrevista, em 01 de junho de 2017, pela Coordenadora de Pesca da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agrário, Abastecimento e Pesca. Ela é turismóloga, natural da ilha de Caçacueira e gestora da unidade desde o segundo semestre de 2018. Contou-se, ainda, com relatos de ex-conselheiros do Conselho Gestor da Unidade, residentes no local e material bibliográfico de Teixeira e Pereira (2016). A aproximação com a gestora municipal fez-se por intermédio de uma funcionária do IBAMA-MA.

É importante destacar alguns aspectos do contexto político nacional, estadual e municipal no qual se deu o processo que culminou na criação da RESEX.

A governadora do estado do Maranhão era Roseana Sarney Murad. No Ministério do Meio Ambiente, estava seu irmão, José Sarney Filho. A família Sarney, com décadas de forte tradição política no Maranhão, tem, na região de Cururupu, uma de suas bases. E no ministério das Minas e Energia esteve Edson Lobão, aliado da família Sarney.

Algumas políticas de incentivo ao Turismo local deixaram Cururupu em foco naquele momento.

Teixeira e Pereira (2016) destacam uma conjugação de fatores na criação da RESEX de Cururupu. São eles:

- Implementação da Agenda 21 local no município de Cururupu;
- A inserção do município de Cururupu em um polo de ecoturismo no Estado;
- A intervenção de agentes ambientais e técnicos do CNPT-IBAMA;
- Apoio do poder local;
- Adesão de trabalhadores sindicalizados a participar e legitimar a demanda.

A Agenda 21 é um dos documentos que derivaram da Rio-92. A sua versão local foi implantada no Maranhão em 1999 e no município de Cururupu, em 2000. "Em Cururupu a agenda 21 se deu por meio de iniciativas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, sendo criada a Comissão pela Câmara Municipal (legislativo)" (TEIXEIRA; PEREIRA, 2016, p.197).

No ano 2000, o governo do Estado do Maranhão implantou na região de Cururupu o Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo no Maranhão, o Plano Maior. A partir do mesmo, é criado o Polo Ecoturístico da Floresta dos Guarás, com destaque para os aspectos de origem natural existentes. Na localidade, Cururupu ficou em evidência por ser considerado, pelo governo do Estado, como a principal entrada para o Polo. Outros aspectos contribuíram para fundamentar a escolha: a inserção da região na APA das Reentrâncias Maranhenses, área de reconhecida importância local e planetária, sendo um Sítio Ramsar.

Além desse conjunto de políticas e ações setoriais, Teixeira e Pereira (2016) chamam a atenção para o contexto político (citado acima) e seus desdobramentos na região onde está inserida a RESEX.

Foi durante a gestão de Sarney Filho que o Parque Estadual Marinho Parcel de Manuel Luiz, na região de Cururupu, e a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense foram incluídas na lista da Convenção Internacional sobre Áreas Úmidas, a "Convenção Ramsar", no ano de 1999 (TEIXEIRA; PEREIRA, 2016, p. 201).

Em 1999, o Governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento firmaram acordo para financiar o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR). Esse programa contemplou, inicialmente, o Pólo das Reentrâncias Maranhenses e, inserido nesse, o Polo Floresta dos Guarás. A região de Cururupu ficou em evidência com essas ações.

Foi na gestão do ministro do Meio Ambiente Sarney Filho que foi instituído o SNUC e promulgada a Lei n 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais e, ainda, como Lei da Vida.

Outra ação de impacto direto em uma ilha que integra a RESEX, a Ilha de Lençóis, foi o convênio firmado pela UFMA e Ministério de Minas e Energia para geração de energia eólica. Naquele momento, quem respondia pela pasta ministerial era Edison Lobão.

No âmbito municipal, a informação mais comum é de que a demanda para criação da RESEX surgiu como iniciativa do governo municipal, na pessoa do Prefeito José Amado.

Mary Jane Fonseca, em entrevista concedida em 1 de junho de 2017, assim relata o início dos trabalhos e a sua participação:

Na verdade eu sou formada em Turismo, era estagiária no IBAMA. Na época eles estavam procurando técnicos para trabalhar na criação, nos primeiros estudos, que na época era a CNPT que era responsável. Agente foi trabalhar inicialmente em Carutapera e Cururupu. Agente priorizou Cururupu porque já era um pedido do Prefeito Zé Amado feito para o Ministro de Meio Ambiente que era Sarney Filho (que agora tá aí de novo!³). Assim, eu nunca tinha ouvido falar de RESEX; nem sabia o que era, fui para o CNPT e eles perguntaram como eu era daqui [...] se não queria trabalhar aqui. Aí foi eu e Kátia ficamos trabalhando os dois estudos, né. Aí nos fizemos o levantamento Socioeconômico; Kátia ficou responsável. Tinha uma Bióloga de Brasília – Gustavo Visconde – responsável pelo laudo Biológico e, eu fiquei com o inventário turístico das ilhas. Foram 03 documentos necessários, um Levantamento Socioeconômico; Laudo Biológico e Inventário Turístico (Mary Jane Ferreira, 2017).

Das primeiras reuniões até a assinatura do decreto de criação da RESEX, passaram-se 6 (seis) anos. Segundo Mary Jane Fonseca (2017), durante esse período, a partir das visitas técnicas realizadas por técnicos do IBAMA, foram elaborados o Laudo Sócio-Econômico, o Laudo Biológico e o Inventário Turístico.

Sobre quanto tempo ficou no órgão, ela respondeu: “Eu fiquei até 2009. Sai do ICMBio em 2009. Aí depois de mim ficou Marcelo e depois Eduardo” (Mary Jane Fonseca, 2017).

Teixeira e Pereira (2016) destacam um trecho da entrevista realizada em 14 de março de 2007, com Kátia Barros, àquela época, coordenadora do CNPT-MA. Na entrevista, ela se reporta à participação efetiva do prefeito de Cururupu no processo de criação da RESEX:

A prefeitura de Cururupu, por meio da Secretaria de Agricultura, na época [...] eles entraram com o pedido ao IBAMA de Brasília, pedindo que fosse vista a possibilidade de criar uma reserva extrativista, isso em 1998. Em 1999, começam as primeiras visitas [...] O IBAMA só começou a responder isso no final de 1999. Claro que isto está dentro de uma conjuntura. Até então, o CNPT funcionava muito com a própria operacionalização ligada à (os técnicos de Brasília é que fazem a vistoria). Essa foi feita pelos técnicos de Brasília e São Luís. Eu entrei em 99. Eu entro logo depois das primeiras vistorias. E na primeira visita tem alguns senões: foi feita uma visita do IBAMA com a prefeitura, e nessa primeira visita foi esclarecido o que era uma reserva extrativista, como ela funcionava e foi dada a oportunidade

³ José Sarney Filho foi ministro do Meio Ambiente de janeiro de 1999 até março de 2002. Retornou ao Ministério em maio de 2016 e ficou até abril de 2018.

para as populações de fazerem um abaixo-assinado pedindo a reserva. A gente que veio depois, eu e Mary, a gente acha que é um processo que já nasce fragilizado (TEIXEIRA; PEREIRA, 2016, p. 193).

As duas técnicas entrevistadas fazem referência a atuação do Prefeito José Amado. Esse, em entrevista concedida a G. Teixeira, assim se colocou:

Não partiu de mim, passaram a conhecer meu espírito ambientalista e sabiam que iriam ter apoio: o IBAMA solicitava e a gente apoiava. Nós criamos aqui um ambiente para isso, o IBAMA percebendo este nosso trabalho, essa nossa preocupação com a preservação disseram: 'olha Sr. Prefeito, nós estamos querendo uma reserva, você precisa assinar um documento solicitando um estudo, sua viabilidade, que o pleito vai ser encaminhado.' Então nós criamos este ambiente favorável para que se desse início ao trabalho de criação da Reserva (TEIXEIRA; PEREIRA, 2016, p. 197).

Dois moradores da RESEX que já integraram o Conselho Gestor da unidade e participaram das discussões que culminaram na criação da UC também destacam alguns momentos do processo. Lailson Araújo (2016), morador de Lençóis, entrevistado em 20 de fevereiro de 2016, afirma que em 2001 e 2002 foram realizados estudos no local. Ele demonstrou grande conhecimento do processo e um enorme entusiasmo com a RESEX. Roberto Louzeiro (2016), em entrevista concedida no mesmo dia que Lailson Araújo (2016), afirmou que foi procurado por técnicos do IBAMA para reunir a comunidade, a fim de estabelecer diálogos a respeito da criação de uma reserva no lugar. Ele atendeu prontamente a solicitação.

As iniciativas de diálogos com o órgão competente (na época, o IBAMA) para analisar a viabilidade de criação de uma Reserva Extrativista em Cururupu iniciaram-se em 1998. No ano seguinte, começaram as reuniões com a população local. Em uma delas, em outubro de 1999, foi criada a Associação dos Moradores de Guajerutiua, embrião da Associação de Moradores da Reserva Extrativista de Cururupu (AMREMC).

De acordo com Mary Jane Fonseca (2017), inicialmente, ocorreram “dificuldades para reunir as comunidades”. Para facilitar a compreensão sobre a nova realidade que se apresentava, foi elaborada uma cartilha.

Fica claro que a iniciativa de propor a criação de uma UC dessa categoria, Reserva Extrativista, não surgiu da comunidade local. A iniciativa foi externa, realizada por outros sujeitos, alheios ao lugar, o que se difere das primeiras

RESEX criadas no país, na Amazônia brasileira, conforme já abordado. Contudo, Kátia Barros, citada por Teixeira e Pereira (2016) assim se refere:

A gente veio depois, eu e Mary, a gente acha que é um processo que nasce fragilizado; talvez ele tenha dado certo porque existia nas populações não um desejo de criar uma unidade de conservação, mas existia o mais importante que era o desejo de conservar aqueles recursos e continuar usando eles de uma forma sustentável. Então esse desejo, a gente nota desde quando a gente entra, que ele já existia, partindo da comunidade; eles tinham muita preocupação com a pesca predatória, eles tinham muita preocupação com a questão do mangue, do mangue utilizado pra carvão, das encostas, das praias, rios (TEIXEIRA; PEREIRA, 2016, p. 193-194).

Perguntada sobre como se deu processo e os diálogos junto às comunidades, Mary Jane Fonseca (2017) a respondeu:

A época vieram dois técnicos do IBAMA, um de São Luís outro de Brasília que já tinha certa experiência sobre RESEX. E aí agente foi fazer as reuniões com as comunidades. No início foram 07 comunidades só, de Caçacueira até Porto Alegre; as lá de cima não estavam. Mas agente achou que deveria entrar todas as ilhas.

Sobre a receptividade nas comunidades, Mary Jane Fonseca (2017) diz:

Primeiro assim, a gente achou muita dificuldade a principio. Antes eles conheciam era o IBAMA e a gente vinha como IBAMA porque o ICMBio ainda não existia. Então a face do IBAMA que eles conheciam era só da fiscalização, então eles tinham muito medo, quando dizia que era o barco do IBAMA... pescador tinha muito medo; porque tinha a ideia da fiscalização, da multa. Então teve comunidade que agente não conseguia sair do barco. Agente marcava reunião e não conseguia sair do barco, não aparecia ninguém.

Ela se refere a questões político-partidárias presentes também nas comunidades visitadas:

E tem uma outra coisa, também que é “o lixo partidário”. Aqui é muito forte e destrói muito as organizações; tem muita ingerência política e tudo isso a gente tinha que ir com muito cuidado. Porque a gente não podia dizer que era um grupo ou outro. Essa ingerência política até hoje ainda interfere bastante. Mas aí a gente foi tentando avançar, marcava pela igreja (Mary Jane Fonseca, 2017).

Os técnicos contaram com ajuda da Igreja Católica, na concessão de espaço físico para as reuniões e da Prefeitura Municipal de Cururupu, que indicou

peças em diversas ilhas para eles contatarem. Procuraram, também, os capatazes⁴ da Colônia e do Sindicato dos Pescadores.

Mas a principio foi difícil. Porque não era muito diferente. Se tu for em algumas comunidades e perguntar o que é RESEX, tem uns que vão dizer que gostam outros que não gostam, porque tem regras; outros acham que não melhorou nada, outros [...] se tu falar do Bolsa Verde eles vão logo fazer associação do Bolsa Verde com a RESEX. Vão logo dizer: Ah, a RESEX foi boa porque trouxe o Bolsa Verde. Aí quando fala das regras de uso, acordo de Gestão a maioria não gosta; mas a gente não pode fazer nada também. No próprio Município, se tu fores perguntar ninguém sabe o que é RESEX [...] É mais conhecida fora do que dentro do município (Mary Jane Fonseca, 2017).

E aí assim, agente foi falar de RESEX, na verdade nem eu acreditava. Eu devo ter convencido, porque na verdade eu não acreditava que ela sairia tão rápido, porque tem uns processos que ficam se arrastando por muito tempo. E aí depende da vontade política, as vezes o processo fica parado em Brasília, as vezes na própria assembleia do estado eles embargam. E aí ela saiu em 2004 (Mary Jane Fonseca, 2017).

Ficou claro, a partir das fontes consultadas e entrevistas realizadas, que as comunidades locais não foram as primeiras protagonistas no processo de criação da UC, mas a ideia externa foi aceita e, a partir de então, as comunidades passaram a ser partícipes. Tal realidade relaciona-se ao que Foucault (2014) considerou como o discurso verdadeiro.

[...] o discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que pronunciava a justiça e atribuía a cada qual sua parte; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para a sua realização, provoca a adesão dos homens e se tramava assim o destino (FOUCAULT, 2012, p. 14).

Os técnicos que conclamaram as comunidades à discussão são legitimados pelo órgão que representam, pela formação que possuem. Discutir conservação ambiental, a comunidade como protagonista e com uma perspectiva de um futuro melhor, foi considerado como verdade.

⁴ De acordo com a atual secretária do Sindicato dos Pescadores de Cururupu, não existe mais a figura do capataz. Segundo ela, o capaz tinha uma função de representar a instituição nas comunidades fazendo, entre outras coisas, o recolhimento da contribuição financeira.

3.2.2 A partir de documentos oficiais

Em 02 de junho de 2004, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o Decreto que instituiu a RESEX de Cururupu. Alguns integrantes das comunidades que compõem a unidade estiveram presentes na solenidade em Brasília. Lailson James Silva Araújo (2016) reporta-se, demonstrando muita emoção, ao acontecimento. Ele destaca o reconhecimento das belezas naturais e a cultura local como critérios para escolha do lugar e a visibilidade que esse passa a ter a partir da criação da unidade.

O Decreto traz as Coordenadas Geográficas e os limites da unidade, o objetivo da criação da RESEX, a indicação do órgão competente para administrar a unidade. A publicação no DOU ocorreu no dia 3 de junho de 2004.

A AMREMC foi criada em 13 de Outubro de 2002, conforme Ata da Reunião (Anexo B). Participaram da reunião de criação moradores das seguintes comunidades: Iguará, Mirinzal, Retiro, Porto do Meio, Bate-Vento, Lençóis, Porto Alegre, Valha-me-Deus, Guajerutua, Ponta Seca, São Lucas, Peru e Caçacueira. Além dos representantes das comunidades citadas, participaram, também, integrantes do Projeto Gestão Integrada para as Ilhas de Cururupu; do CNPT-IBAMA; da Colônia de Pescadores de Cururupu; do Sindicato dos Pescadores de Cururupu; da Agenda 21 de Cururupu; da Secretaria de Turismo e Meio Ambiente e o Prefeito Municipal de Cururupu.

A primeira comunidade escolhida para sediar a associação foi Valha-me Deus.

Em 2010, foi celebrado o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) entre a AMREMC e o ICMBio (Anexo C). Por esse instrumento legal, a AMREMC tem participação efetiva na gestão da UC, tornando-se parceira do órgão gestor e Conselho Deliberativo e cujas ações devem ser pautadas pelos instrumentos normativos existentes para a RESEX.

Entre as cláusulas do CCDRU, destaca-se:

Na Cláusula Quarta – Do Plano de Utilização e do Plano de Manejo, tem-se:

As atividades a serem desenvolvidas na área concedida serão regidas pelo Plano de Utilização, documento que estabelece as regras de uso dos recursos naturais e de conveniência dos beneficiários, aprovados pelo Conselho Deliberativo da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, e

cujo teor deverá observar o que dispõem o Plano de Manejo, a legislação vigente e os regulamentos da Unidade de Conservação (CCDRU, 2010).

Cabe à AMREMC, denominada de Concessionária, entre outras, as seguintes obrigações: preservar, recuperar, defender e controlar o imóvel cedido, usar os recursos de forma sustentável, supervisionar a área concedida, assegurando o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis e garantir às famílias beneficiárias o direito ao uso da área.

Por meio da Portaria de nº 35, de 20 de maio de 2011, o ICMBio criou o Conselho Deliberativo da RESEX de Cururupu, cuja finalidade está expressa no

Art. 1 – Criar o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu, com a finalidade de contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo da Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação (ICMBio, 2011, p. 79).

O Conselho é composto por integrantes de órgãos governamentais e da sociedade civil, na qual estão incluídos representantes (titular e suplente) de cada comunidade que integra a RESEX, a AMREMC e o Sindicato de Pescadores de Cururupu. A presidência do Conselho é de responsabilidade de um servidor do ICMBio, que é o órgão gestor da unidade.

O Regimento Interno do Conselho deliberativo da RESEX, elaborado em 24 de agosto de 2011, foi aprovado no mesmo ano, conforme consta na Resolução nº 01, de 25 de outubro de 2011 (Anexo D). É composto das seguintes instâncias: Presidência, Secretaria Executiva, Tesouraria, Plenária, Câmara Técnica e Grupo de Trabalho.

Observando um documento do ICMBio-MA intitulado “Memórias do Conselho Deliberativo entre os anos de 2011 e 2017”, pode-se constatar a grande participação dos conselheiros (representantes das comunidades) nas reuniões da entidade.

As competências do Conselho estão contidas no

Art. 4 - São competências do Conselho, sem prejuízo daquelas constantes no artigo 20, do Decreto 4.340-2002:

- I – elaborar, aprovar, alterar e implementar o seu regimento interno;
- II – acompanhar a elaboração, aprovar e acompanhar a implementação e revisão do plano de manejo da RESEX, garantindo o seu caráter participativo e a clareza do seu conteúdo;
- III – buscar a integração da RESEX com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com seu entrono;

- IV – acompanhar o orçamento do ICMBio e de outras fontes de recursos destinados à RESEX de Cururupu;
- V – buscar e decidir termos de parceria com OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), na hipótese de gestão compartilhada da Unidade e rescindir o contrato se houver irregularidade;
- VI – discutir e decidir sobre ações, obras e empreendimentos causadores de impacto na RESEX e no seu entorno;
- VII – buscar a integração da população tradicional da Unidade com a população do entorno;
- XIX – acompanhar a implementação das políticas públicas na RESEX de Cururupu.

Outro importante instrumento legal elaborado para a RESEX de Cururupu é o Acordo de Gestão, aprovado pela Portaria nº 122, de 6 de novembro de 2014.

O anexo da citada portaria destaca normas referentes:

- À pesca, no que tange às embarcações, ao tipo de pesca, aos petrechos e à introdução de nova arte ou tecnologia.
- Às especificações dos apetrechos de pesca permitidos;
- Às normas de cata de caranguejos e demais mariscos;
- Ao que é permitido e vedado em relação à flora, ao manguezal (especificamente), aos animais domésticos e às aves residentes e migratórias;
- Às zonas de uso restrito;
- Às carvoarias, ao lixo, à poluição sonora, à realização de festas;
- À pesquisa científica realizada na UC, ao uso de imagem e o uso do solo (ICMBio, 2014).

Vários documentos legais citados acima referem-se ao Plano de Manejo. Esse importante instrumento de gestão para toda e qualquer unidade de conservação foi publicado em 2018, portanto 14 anos após a institucionalização da RESEX, e, coincidentemente na gestão de Sarney Filho, de novo à frente do Ministério de Meio Ambiente.

Conforme destacado na apresentação do documento, o Plano de Manejo

Para além de um documento técnico, é o reflexo de um processo que soma o conhecimento tradicional, as práticas de conservação ambiental e as possibilidades de desenvolvimento local – trabalhando assim para perpetuar o modo de vida tradicional em harmonia com o meio ambiente (ICMBio, 2016, p.6).

O trabalho para a elaboração do Plano de Manejo ocorreu em 2015, sendo realizado por equipe composta por: 1 Engenheiro Florestal, 2 Biólogos, 2

Oceanógrafos, 4 Geógrafos e 1 Engenheiro Ambiental. Teve como base a Instrução Normativa do ICMBio 01-2007 e o Roteiro Metodológico para Elaboração de Planos de Manejo de Florestas Nacionais. De acordo com o exposto na apresentação, foram 50 dias de trabalhos de campo, 15 reuniões abertas e 4 Oficinas de Planejamento Participativo (OPPs).

O documento apresenta um extenso diagnóstico. A partir do objetivo geral da RESEX, nele são destacadas a missão, a visão de futuro e os objetivos da UC, assim expressos:

a missão da UC ficou definida como: Garantir, nesta porção do litoral maranhense, onde se insere a Reserva Extrativista de Cururupu, os estoques pesqueiros regionais para a manutenção do modo de vida da população local e um ambiente equilibrado, por meio do uso sustentável dos recursos naturais (ICMBio, 2016, p. 226-227).

Dessa forma, a visão de futuro da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu:

A Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, caracterizada pela diversidade e abundância dos recursos naturais, com um ambiente costeiro equilibrado, que permita a reprodução do modo de vida tradicional e assegure os estoques pesqueiros para usufruto das presentes e futuras gerações (ICMBio, 2016, p. 227).

Sendo assim, os objetivos específicos da RESEX são:

- Manter os ambientes costeiros, como manguezais, restingas e praias, para provisão dos serviços ecossistêmicos;
- Conservar as espécies marinhas, tais como tartarugas-marinha (*Cheloniemydas*), (*Dermochelys coriácea*), (*Eretmochelysimbricata*) (*Lepidochelysolivacea*), (*Carettacaretta*); cetáceos (*Sotaliaguianensis*); mero (*Epinephelusitajara*); cação espadarte (*Pristis* sp.), entre outros;
- Valorizar e fortalecer os saberes tradicionais relacionados às artes de pesca, carpintaria naval e as manifestações culturais típicas;
- Promover o desenvolvimento de programas de pesquisa e monitoramento, tais como avifauna, animais marinhos ameaçados, estoques pesqueiros, manejo do mangue e dinâmica costeira, visando subsidiar a gestão e o manejo da Unidade de Conservação;
- Garantir a reposição dos estoques pesqueiros das espécies de camarão e peixes para usufruto da população beneficiária;
- Manter os bancos/estoques de mariscos;
- Diminuir a mortalidade das espécies acidentalmente capturadas durante as pescarias;
- Conservar a biodiversidade da flora nativa, com a manutenção da cobertura vegetal e serviços ecossistêmicos (ICMBio, 2016, p. 227-228).

O Plano de Manejo elenca uma série de projetos e subprojetos que devem ser desenvolvidos, a saber:

1- Programa de Consolidação de Limites

Tem como objetivo “Subsidiar a revisão dos limites continentais da RESEX de Cururupu para realizar o ajuste necessário no limite oficial dessa UC” (ICMBio, 2016, p. 258). O documento assim fundamenta o programa: “Durante a elaboração do Plano de Manejo da RESEX Cururupu verificou-se inconsistências nos limites cartográficos na porção continental da RESEX” (ICMBio, 2016, p. 257). Essa porção continental é conhecida localmente como beirada. No decreto de criação, integra a RESEX a beirada de Cururupu e Serrano do Maranhão.

Outra questão sobre os limites da RESEX já tinha sido abordada em sessão anterior (3.1) como uma necessidade. Há uma sobreposição da RESEX na Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses, que é uma extensa unidade de conservação situada no litoral ocidental. É necessário que o órgão ambiental do Estado do Maranhão e o ICMBio dialoguem e promovam as ações necessárias para a solução do problema.

2 - Programa de Educação Ambiental

Seu objetivo é

Capacitar a população local para a mitigação das ameaças diretas e adoção de práticas ou comportamentos que ajudem na conservação da fauna e flora local e do ambiente como um todo, a partir de ações educativas que abordem os assuntos relacionados com a conservação do meio ambiente, assim como o cumprimento das regras do Acordo de Gestão (ICMBio, 2016, p. 260)

Para melhor compreensão da proposta a ser desenvolvida nesse programa, destaca-se o Quadro 3:

Quadro 3 - Metas e indicadores do Programa de Educação Ambiental

Atividades	Metas	Indicadores
1	Abordar toda a temática de educação ambiental em todas as comunidades da RESEX.	Lista de presença
2	Realizar pelo menos um trabalho que contemple os pescadores do entorno.	Registro fotográfico
3	Elaborar e divulgar o material informativo sobre a RESEX em todos os portos da região.	Material elaborado e registro fotográfico da divulgação
4	Realizar pelo menos um trabalho de sensibilização sobre o consumo do mero, em todos os portos da região.	Registro fotográfico
5	Elaborar e divulgar o material didático em todas as comunidades.	Material elaborado
6	Capacitar todas as comunidades da RESEX para o cumprimento do Acordo de Gestão.	Lista de presença

Fonte: ICMBio (2016, p. 262).

Esse é um programa muito adequado para a realidade local por diversos aspectos. Já existe uma prática de cuidado com a limpeza das comunidades a partir do Programa Bolsa Verde (ver item 6), que deve ter sua concepção ampliada para além do benefício concedido. A educação ambiental deve trabalhar com os comunitários a concepção de limpeza como uma das ações de conservação e não como uma barganha.

Outra realidade que pode ser trabalhada é a utilização de técnicas danosas de captura que comprometem os ciclos reprodutivos de espécies. A compreensão da importância desses ciclos pode representar, junto com outras ações, um passo importante para a sustentabilidade ecológica.

3 - Programa de Fortalecimento Comunitário, Gestão Participativa e Qualidade de Vida

“Fortalecer a organização social dos pescadores e pescadoras artesanais, valorizando atividades sustentáveis ao mesmo tempo em que se estimula a participação na gestão da UC e o incremento na qualidade de vida local” (ICMBio, 2016, p. 262). Esse é o objetivo desse programa, que é composto pelos seguintes sub-programas: Organização Comunitária, Gestão Participativa e Saneamento Básico

As metas do sub-programa Organização Comunitária podem ser observadas no quadro abaixo:

Quadro 4 - Metas do Subprograma de Organização Comunitária

Atividades	Metas	Indicadores
1	Estabelecer o programa.	Programa estabelecido e quantitativo de jovens engajados.
2	Aumento no número de pescadores profissionalmente regulamentados.	RGPs emitidos, para os comunitários participantes, após a execução do Programa.
3	Realização de 2 capacitações com foco específico nas mulheres.	Listas de presenças e registros fotográficos.
4	Realização de 5 capacitações para as comunidades tradicionais.	Listas de presenças e registros fotográficos.

Fonte: ICMBio (2016, p. 264).

A gestão ambiental participativa é um modelo que bem se adequa a esse tipo de unidade de conservação pelo fato de ser habitada por uma comunidade, que pode ser parceira do órgão gestor. Conforme destaca Cunha e Coelho (2003, p. 66),

Depois de um período em que as iniciativas de regulação estiveram centralizadas junto às instituições governamentais, o cenário das décadas de 1980 e 1990 foi sendo crescentemente marcado pela busca de modelos alternativos de participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisões de políticas e também na implementação de programas e projetos com caráter ambiental.

O ICMBio pode estabelecer parcerias com a AMREMC, com os sindicatos e colônias e com as escolas para a implementação desse programa, assim como o de educação ambiental. Nessas parcerias, são viáveis a participação das comunidades nas reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX, reuniões no âmbito restrito de uma comunidade e da Associação. Percebe-se uma disposição ao diálogo.

4 - Programa para o fomento do turismo de base comunitária

Esse projeto visa

estimular o desenvolvimento do turismo de base comunitária, entendido como uma atividade potencialmente harmônica com os objetivos da UC e com o interesse da comunidade local. Com motivações ecológicas, culturais e recreativas, o turismo de base comunitária pode ser uma importante forma de geração de renda (ICMBio, 2016, p. 267).

Essa modalidade de Turismo é bem apropriada ao lugar pela valorização da comunidade local e por, teoricamente, resultar em baixo impacto ambiental. Para Coriolando (2012), o turismo comunitário possui dois movimentos. O primeiro envolve lugares e pessoas que estão fora do turismo formal e convencional e buscam formas de inserção na produção de serviços alternativos, a partir da valorização da cultura e dos valores locais. O segundo movimento é realizado pelos turistas que buscam conhecer culturas e modo de vida de comunidades consideradas tradicionais.

O Turismo de base comunitária é pautado em atividades locais não artificializadas ou estilizadas e têm como centro das ações a própria comunidade com seus afazeres domésticos, com suas festas. O resultado da inserção na cadeia produtiva do turismo se reverte em benefícios à comunidade, elevando o seu padrão de vida.

No capítulo 6, referente à percepção da comunidade sobre a RESEX, serão retomadas as discussões sobre o Turismo de Base Comunitária.

5 - Proteção da RESEX

Tem como diretrizes “Contribuir com o cumprimento da legislação ambiental em vigor, enfatizando a condição de área protegida da UC e da dimensão punitivo-criminal da caça, da pesca ilegal e das restrições quanto à criação de bovinos” (ICMBio, 2016, p. 269). Seus subprogramas são: Elaboração do Plano de Proteção da RESEX e Retirada de Bovinos.

Atividades, metas e indicadores do primeiro subprograma citado estão no quadro a seguir:

Quadro 5 – Metas e indicadores do subprograma de elaboração do Plano de Proteção da RESEX

Atividades	Metas	Indicadores
1	Elaboração do Plano de Proteção da RESEX	Plano de Proteção da RESEX
2	Realizar pelo menos 03 fiscalizações anualmente a partir da elaboração do Plano de Proteção	Relatórios de fiscalização
3	Ter informações sistematizadas sobre a captura e caça de aves após o início do Programa	Banco de informações sobre a captura e caça de aves
4	Ter o mapeamento das rotas de tráfico após o início do Programa	Mapeamento do tráfico de aves realizado
5	Realizar pelo menos uma fiscalização anual para combater a caça de aves	Relatório de fiscalização
6	Realizar pelo menos duas fiscalizações anuais para combater a captura e o comércio de aves	Relatório de fiscalização
7	Ter informações sistematizadas sobre a pesca do mero	Banco de informações sobre a pesca do mero
8	Realizar pelo menos uma fiscalização anual para o combate da pesca do mero e a sistematização das informações sobre a pesca	Relatório de fiscalização e informações sistematizadas em banco de dados.
9	Realizar pelo menos uma fiscalização por ano para averiguar o cumprimento do Acordo de Gestão.	Relatório de fiscalização

Fonte: ICMBio (2016, p. 270).

As unidades de conservação têm que contar com ações de fiscalização para impedir, dificultar ou, ainda, minimizar as ações danosas ao seu ambiente. Uma das grandes dificuldades enfrentadas no país é o número insuficiente de funcionários do órgão gestor para realizar as ações. Situações específicas de determinadas unidades, como grande extensão territorial e locais de difícil acesso (áreas serranas, florestas, arquipélagos) dificultam ainda mais a fiscalização.

A RESEX de Cururupu é constituída em um arquipélago. O deslocamento até ele e entre as ilhas que o constitui não é uma tarefa fácil para um grupo pequeno de fiscais. Na etapa de campo, realizada em 02 de junho de 2017, teve-se a oportunidade de acompanhar a chegada do chefe da reserva e equipe na ilha de Caçacueira para, no dia seguinte, iniciarem a fiscalização em várias comunidades. Eram só três servidores. Há a necessidade de um aparato maior, constituído de pessoas, equipamentos e embarcações.

Ações mais eficazes inibiriam a pesca predatória, a captura de aves e a entrada de embarcações de outras localidades. A parceria com outros órgãos, como Batalhão de Polícia Ambiental (BPA) e a Marinha do Brasil é uma alternativa viável para fiscalizações com maior abrangência espacial.

6 - Programa de Comunicação

Seu objetivo é

a difusão das restrições legais do território protegido da UC, de modo a coibir a presença de pescadores de outros municípios, facilitar as ações de educação ambiental com as populações do entorno e divulgar a Reserva para o meio acadêmico e outros interessados, como a demanda turística, por meio, principalmente, da AMREMC. Para que esta tenha conhecimento das atividades envolvendo a UC e repasse as devidas informações para as comunidades (ICMBio, 2016, p. 272).

No quadro demonstrativo do programa, identificam-se metas que envolvem as pesquisas desenvolvidas pelas universidades. Considera-se essa aproximação entre academia, órgão gestor e comunidades de extrema importância.

Quadro 6 – Metas e indicadores do Programa de Comunicação

Atividades	Metas	Indicadores
1	Elaboração da página da UC e/ou da Associação de Moradores na web	Página da UC disponível na web
2	Realizar ao menos 1 atividade de apresentação da UC para as comunidades do entorno, como escolas municipais, cursos de graduação ou turma de interessados.	Consolidação dos canais de comunicação entre RESEX e sociedade, como a afixação de material informativo nos principais portos do entorno, centros urbanos e capital estadual.
3	Demandas de pesquisa divulgadas para pelo menos duas Universidades	Registro de comunicação com Universidades e Projetos de Conservação;

Fonte: ICMBio (2016, p. 273).

A divulgação de informações sobre a RESEX e situações a ela relacionadas é uma forma de torná-la mais conhecida. O conhecimento pode levar ao reconhecimento da importância socioecológica, pode despertar o interesse em visitar o lugar, em estudar a unidade.

7- Programa de Gestão e Administração

Visa otimizar a gestão da RESEX, estruturando os protocolos e procedimentos existentes, assim como sistematizando os procedimentos administrativos conforme normas de gestão do ICMBio, especialmente aqueles relacionados às particularidades da UC em campo. Nesse mesmo programa, cabe identificar quais são as outras instituições, públicas ou privadas, que podem ajudar na gestão e desenvolvimento da RESEX. Ainda espera-se evidenciar a necessidade de incremento da mão de obra destinada à gestão do território da UC (ICMBio, 2016, p.273).

8- Programa de Pesquisa

Seu objetivo é “produzir dados científicos que preencham as lacunas de conhecimento identificadas no Plano de Manejo e que não foram tratadas nas estratégias ou em outros Programas” (ICMBio, 2016, p.275).

Esse programa é constituído do Subprograma da Fauna. Sua meta é a

Realização de pelo menos um estudo contemplando as seguintes lacunas de conhecimento citadas acima, como: monitoramento do camarão-da-malásia; inventário da fauna e da flora existentes na Floresta Ombrófila da Ilha de Mangunça e Ilha das Moças; inventário florístico das florestas de manguezais e diagnóstico de áreas vulneráveis à erosão costeira (ICMBio, 2016, p.276).

Os pesquisadores das universidades podem se constituir em excelentes parceiros para a realização desses estudos. Tanto na UFMA quanto na UEMA, existem profissionais como biólogos, geógrafos, engenheiros florestais e oceanógrafos, que podem contribuir grandemente, dado a realização de pesquisas ao longo da costa maranhense, inclusive em parcerias com instituições como o Museu Emílio Goeldi.

9 - Programa de Apoio a Navegação

Suas diretrizes são:

Levantar informações necessárias para o conhecimento sobre a movimentação dos bancos de areia, canais, pontos de interesse e perigo para a navegação. Além de avaliar a inserção dos naufrágios da região no contexto ecoturístico da RESEX e incentivar a regularização das embarcações da RESEX (ICMBio, 2016, p. 278).

A segurança de quem navega nas águas da RESEX deve ser uma das ações prioritárias na gestão da unidade. São furos, canais e extensas baías, cujas condições de navegabilidade são dificultadas no segundo semestre (época de fortes ventos) e durante as chuvas intensas (concentradas no primeiro semestre do ano). Essas situações e outras como a localização e extensão de bancos de areia, que passam ao largo do olhar dos navegadores não habituais, devem ser mais conhecidas.

Os programas acima citados, que constam no Plano de Manejo da RESEX, devem ter o seguinte cronograma:

Figura 13 – Cronograma dos Programas

Programas de Sustentabilidade	Prazo de início
Programa de Consolidação de Limites	curto (12 meses)
Programa de Educação Ambiental	curto (12 meses)
Programa de Fortalecimento comunitário, Gestão Participativa e Qualidade de Vida	médio (36 meses)
Programa Turismo de Base Comunitária	longo (60 meses)
Programa de Proteção da RESEX	curto (12 meses)
Programa de Comunicação	médio (36 meses)
Programa de Gestão e Administração	curto (12 meses)
Programa de Pesquisa e Monitoramento	médio (36 meses)
Programa de Apoio a Navegação	médio (36 meses)

Legenda curto (12 meses) médio (36 meses) longo (60 meses)

Fonte: ICMBio (2016, p. 281).

Um importante elemento do Plano de Manejo é o Zoneamento, que consiste na divisão da UC conforme os usos, características e necessidades já existentes e considerando também o que deve ser restringido ou permitido em cada porção.

No contexto de uma Reserva Extrativista, a efetividade do zoneamento é condicionada à participação social ao longo do processo. Somente por meio da participação ativa dos comunitários é que se pode compreender as dinâmicas socioambientais da UC e as necessidades da população (ICMBio, 2016, p.281).

O zoneamento é um dos instrumentos de gestão que deve ser largamente conhecido, principalmente pelos comunitários. Uma das formas de fazer a divulgação é por meio de mapas. Considera-se que as representações cartográficas

devem ser reproduzidas e entregues aos pescadores e estudantes, na AMREMC, sindicatos e colônias de pescadores. Os projetos podem ter interfaces interessantes. Por exemplo, o zoneamento pode ser tratado nas ações de educação ambiental e um dos assuntos do projeto Comunicação. E não apenas a comunidade local tem que ter esse conhecimento, mas aqueles do entorno e os visitantes visto que ele:

é um instrumento pontual e regional, cuja finalidade é, justamente, dividir a porção territorial em zonas regionais de acordo com os padrões característicos do ambiente e sua aptidão de uso, devendo-se levar em conta os fatores ambientais existentes; e constitui um instrumento indispensável para se conciliar os imperativos do desenvolvimento econômico com a necessidade de se proteger e melhorar as condições locais (BRITO; CÂMARA, 2002, p. 255).

Foram estabelecidas 8 zonas com as seguintes denominações e definições:

1- Zona de Uso Primitivo (ZUP)

“Definição: Zona voltada à manutenção do ambiente natural com a menor influência humana possível, visando à proteção dos habitats e dos serviços ecológicos desempenhados pelos manguezais” (ICMBio, 2016, p. 283).

2- Zona de Manejo Florestal Comunitário (ZMFC)

Definição: Zona voltada ao manejo sustentável dos recursos madeireiros e não madeireiros fundamentais para a manutenção do modo de vida tradicional. É constituída por uma franja marginal de 200 metros ao longo das margens dos manguezais interiores da UC - de onde os beneficiários extraem a madeira necessária à manutenção de seu modo de vida tradicional, como a construção de apetrechos de pesca, ranchos e casas (ICMBio, 2016, p. 283).

3- Zona de Uso Comunitário (ZUC)

Definição: Zona voltada à manutenção do modo de vida tradicional da população extrativista local, correspondendo às áreas exploradas e apropriadas pelas comunidades – constituindo assim parte de seu território. É a zona que reúne as características mais valorizadas pela atividade turística - como praias, dunas e restingas no entorno das comunidades (ICMBio, 2016, p.284)

4- Zona Populacional (ZP)

Definição: Zona correspondente a área ocupada pelas comunidades e localidades povoadas da RESEX, destinada à receber os equipamentos de infraestrutura necessários ao apoio à gestão e incremento da qualidade de vida da população local (ICMBio, 2016, p. 285).

5- Zona de Uso Conflitante (ZUCON)

Definição: Zona correspondente às áreas onde são desenvolvidas atividades conflitantes com os objetivos e normas da RESEX, como a pecuária extensiva de bovinos. Esta zona também contempla as áreas de salinas ativas (Iguará e Ilha das Moças) existentes na RESEX, entendendo-se que tais salinas correspondem a uma atividade antiga, tradicional e necessária para a subsistência da população (conservação do pescado). Porém, devido à proibição de extrativismo mineral contida no SNUC, a construção de novas salinas torna-se proibida (ICMBio, 2016, p. 286).

6- Zona de Recuperação (ZR)

Definição: Zona voltada à recuperação do equilíbrio do ambiente degradado e/ou modificado, visando o restabelecimento dos serviços e dinâmicas ambientais originais. 287 b) Descrição dos limites: Refere-se às áreas de apicuns modificados para a instalação de salinas, atualmente desativadas, localizados próximos a Bate Vento, Ilha do Tucum e Porto do Meio. (ICMBio, 2016, p. 286-287).

7- Zona Marinha de Proteção (ZMP)

“Definição: Zona marinha destinada à preservação ambiental e manutenção dos estoques pesqueiros.” (ICMBio, 2016, p. 287).

8- Zona Marinha de Uso Compartilhado (ZMUC)

“Definição: Zona marinha destinada ao uso compartilhado dos recursos pesqueiros entre a população beneficiária extrativista local.” (ICMBio, 2016, p. 288).

Além da definição, no documento, para todas as zonas são descritos seus limites, o objetivo geral, os objetivos específicos, as normas e a área total.

Conforme citado anteriormente, há uma sobreposição da RESEX de Cururupu na APA das Reentrâncias maranhenses. Há que se considerar, também, o Parque Estadual Marinho Parcel de Manuel Luiz, situado nas águas oceânicas de Cururupu. Próximo, encontram-se outras duas unidades: a APA da Baixada Maranhense e a RESEX de Frechal. Esse conjunto de unidades sobrepostas e próximas fez com que o Plano de Manejo optasse por um Mosaico de unidades, cuja criação é prevista pelo SNUC.

Quando ocorre a sobreposição de áreas protegidas, sejam ou não da mesma categoria, o SNUC determina a criação de mosaicos, conforme Art. 26 da Lei 9985/2006 [...].

Assim, o mosaico tem como objetivo a ampliação das ações de conservação para além dos limites das UCs. [...]

O SNUC estabelece que o conjunto de unidades de conservação só passa a ser tratado como mosaico após seu reconhecimento por ato do MMA, a pedido dos órgãos gestores das unidades. [...]

Vendo que a RESEX Marinha de Cururupu encontra-se sobreposta à APA das Reentrâncias Maranhenses, compartilhando das mesmas espécies e ecossistemas e está situada em área próxima à APA das Baixada Maranhense e Parque Estadual Marinho do Parcel Luis, também compartilhando boa parte da biodiversidade, e seguindo a determinação do SNUC, sugere-se a criação do mosaico incluindo a RESEX de Cururupu e APA das Reentrâncias Maranhenses ou estas duas adicionadas do Parque Estadual Marinho do Parcel Luis e a APA das Baixada Maranhense.” (ICMBio, 2016, p. 291).

Posto o arcabouço legal que contempla a RESEX de Cururupu, serão abordados, a seguir, aspectos do cotidiano das comunidades da UC.

4 O DIA-A-DIA NA RESEX

Nesse capítulo, inicialmente, serão destacadas algumas características do litoral maranhense e a porção desse onde está situada a RESEX de Cururupu, porção essa que integra a Amazônia Legal, a maior região geoambiental do país, caracterizada por um clima quente e úmido. A borda litorânea da Amazônia Legal é constituída por manguezais, principal ecossistema da RESEX. Mar e manguezais servem de suporte à produção econômica da população tradicional ali situada.

Abordam-se elementos da infraestrutura do lugar, da organização social e economia, com destaque para a pesca artesanal.

4.1 Ambiente Fisiográfico

O Estado do Maranhão, situado em uma área de transição biogeográfica, possui diversos biomas e ecossistemas comuns a três macrorregiões brasileiras, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Entre eles, podem ser citados: florestas, cocais, manguezais, cerrados, campos e restingas.

Grande parte dessas áreas integra as unidades de conservação existentes no Estado. São parques, reservas, áreas de proteção ambiental (APA's), tanto federais quanto estaduais.

Entre as unidades está a Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, situada no litoral ocidental maranhense.

O Maranhão possui cerca de 640 km de linha costeira, desconsiderando as reentrâncias (baías, golfo), destacando-se entre uma das maiores no país.

Essa diversificada e extensa costa tem como limites o baixo Parnaíba a leste e o baixo Gurupi a Oeste.

A costa maranhense apresenta significativas diferenças espaciais, tomadas por base para dividi-la em Costa de Rias e Costa de Dunas ou Litoral de Rias e Litoral de Dunas (Figura 14).

Ria corresponde a uma área

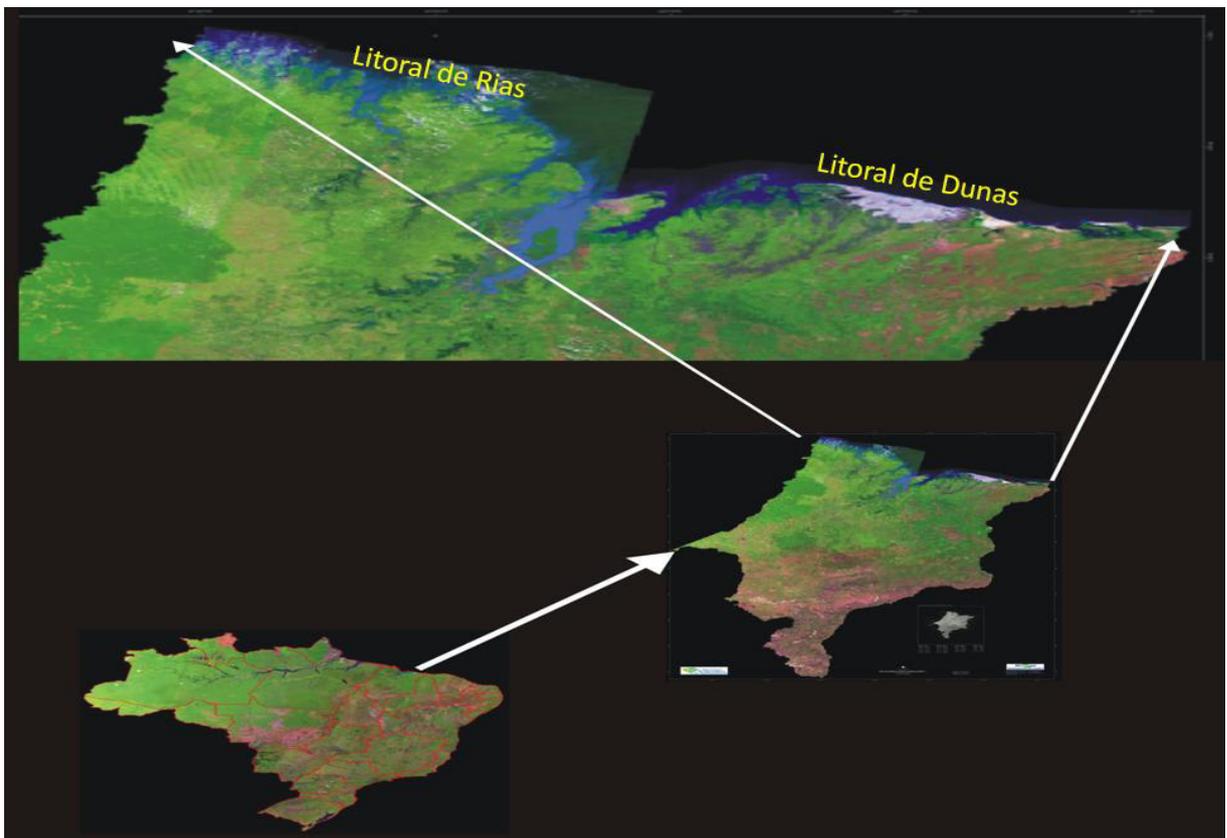
Originada de uma imersão do litoral com a conseqüente invasão do mar nos vales modelados pela erosão fluvial [...], a característica mais importante é a de apresentar rios com foz totalmente afogada em virtude de transgressões marinhas [...] (GUERRA; GUERRA, 2003, p. 543-544).

A Costa de Dunas estende-se do Baixo Parnaíba, no município de Araiões, até o rio Peria, em de Primeira Cruz. A paisagem dominante é de campo de dunas, considerado por Ab'Saber (2002, p. 94) como “o mais amplo e notável campo de dunas costeira de todo o país”. Na mesma ocorrem grandes massas de sedimentos arenosos gerados por ação eólica costeira, formando um campo de aproximadamente 1.500 km² (AB'SABER, 2002) nos municípios de Barreirinhas, Tutóia, Santo Amaro e Primeira Cruz.

A região é mais conhecida como Lençóis Maranhenses, cuja beleza cênica e extensão foram motivos para a transformação do mesmo em Parque Nacional dos Lençóis, instituído em 02 de junho de 1981, pelo Decreto Federal nº 86.060. Os Lençóis fazem parte do roteiro turístico nacional, tendo um alto fluxo anual de visitantes (MARANHÃO, 1991b).

Convém destacar que a área do Parque é menor que a área total ocupada pelos “lençóis” de areia.

Figura 14 – Litoral Maranhense



Fonte: Miranda (2005).

Em contraste marcante com a Costa de Dunas está a Costa de Rias, que é a mais extensa e estende-se do rio Peria até o baixo Gurupi. É a porção mais recortada onde são encontrados golfo, baías, pontas, enseadas, estuários, ilhas e extensos manguezais (FEITOSA, 1983). Estes últimos, segundo Ab'Saber (2002, p. 94-98), “mascaram uma costa de rias, um tipo de ecossistema de planícies de marés tropicais desenvolvido em lodaçais costeiros salinos”. Para ele, o suporte ecológico dessa vegetação costeira depende de grandes massas de argila visitadas pela salinidade das marés.

Essa área é também conhecida como Reentrâncias Maranhenses. E parte da mesma foi transformada em APA, em 11/06/1991, por meio do Decreto Estadual nº 11.901 (MARANHÃO, 1991a).

A porção das Reentrâncias Maranhenses, situada a oeste do meridiano de 44° W, integra uma região de planejamento mais ampla que é a Amazônia Legal⁵ (Figura 15).

No Estado do Maranhão, encontra-se um dos limites dessa macrorregião de planejamento, que é o meridiano de 44 graus oeste. 188 municípios maranhenses integram a Amazônia Legal, o que corresponde a cerca de 80% da superfície do estado (MARANHÃO, 2011).

Ab'Saber (2002), considerando as feições geomorfológicas, compartimenta a costa brasileira em 6 partes, a saber: Litoral Equatorial Amazônico, Litoral Setentrional do Nordeste, Litoral Oriental do Nordeste, Litoral Leste, Litoral Sudeste e Litoral Sul.

⁵ “Amazônia Legal do país, com uma extensão total de aproximadamente 5.020.000 km². A Amazônia Legal foi criada inicialmente como área de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953. Atualmente, ela corresponde à área dos Estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), acrescidos da totalidade do Estado de Mato Grosso e dos municípios do Estado do Maranhão situados a oeste do meridiano 44° O. Em sua configuração atual, equivale a área de atuação da SUDAM” (IBGE, 2019). Referências Jurídicas/Administrativas da Amazônia Legal: Lei 1.806, de 06 de janeiro de 1953 (criação da SPVEA); Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966 (extinção da SPVEA e criação da SUDAM); Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977; Medida Provisória nº 2.146, de 04 de maio de 2001; Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007.

Figura 15 – Mapa Amazônia Legal



Fonte: amazon.org.br/mapas/.

De acordo com Ab'Saber (2002), o litoral ocidental maranhense integra o litoral equatorial amazônico. Um dos fundamentos dessa inserção é a faixa contínua de manguezal do Pará ao Maranhão e os recortes litorâneos com golfos baías, ilhas, rias.

O litoral amazônico, situado na posição equatorial e subequatorial, estende-se por setores de três Estados brasileiros: Amapá, Pará e Maranhão. Trata-se de um macrossetor da linha de costa brasileira, com aproximadamente 1.850 quilômetros de extensão (excluindo reentrâncias), dominado por tipos de costa baixa, um golfo de origem complexa e diferentes planícies de maré tropicais fixadas por manguezais (AB'SABER, 2002, p. 58).

“A definição de uma ‘Amazônia Legal’ é parte de uma macroestratégia de integração da região à economia nacional e desenvolvimento sustentável, fomentando políticas públicas específicas para todo seu território” (ICMBio, 2016, p. 14).

Existem vários instrumentos de gestão para a Amazônia Legal, entre eles está o Macro Zoneamento Ecológico Econômico da Amazônia Legal (MacroZEE), constituído de 10 Unidades Territoriais (ou zonas) para a região. Cururupe integra o

território *Fortalecimento das capitais costeiras, regulamentação de mineração a apoio à diversidade de outras cadeias produtivas*. Corresponde a uma extensa área do Pará e Maranhão. Nesse último, a faixa litorânea do território vai desde a leste do Golfão maranhense até o rio Gurupi.

No Maranhão, estão em curso as atividades do ZEE estadual, que é coordenado pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). De acordo com informações do órgão, as atividades estão divididas em duas etapas. A primeira, que está em processo de realização, contempla o bioma amazônico (IMESC, 2019), onde a RESEX está inserida.

A região onde se encontra a RESEX de Cururupu e região adjacente apresenta características fisiográficas que vão do bioma amazônico a ecossistemas marinho-costeiros, com destaque para os manguezais. Sobre a Amazônia, Ab'Saber (2003, p. 65) destaca:

No cinturão de máxima diversidade biológica do planeta – que tornou possível o advento do homem – a Amazônia se destaca pela extraordinária continuidade de suas florestas, pela ordem de grandeza de sua principal rede hidrográfica e pelas suas variações de seus ecossistemas, em nível regional e de altitude. Trata-se de um gigantesco domínio de terras baixas florestadas, disposto em anfiteatro, enclausurado entre a grande barreira imposta pelas terras cisandinas e pelas bordas dos planaltos Brasileiro e Guianense.

Convém salientar que a porção amazônica no espaço maranhense corresponde à borda oriental desse bioma, já se aproximando dos Cerrados. Portanto, serão percebidas algumas diferenças no conjunto dos elementos de origem natural. Para melhor compreensão das diferenças, tomar-se-á por base o clima. Na porção nuclear da Amazônia os índices pluviométricos são mais elevados, assim como as temperaturas. Segundo Ab'Saber (2003, p. 67),

É importante lembrar que na área nuclear do domínio morfoclimático e fitogeográfico da Amazônia – onde predominam temperaturas médias de 24 a 27 graus – ocorrem chuvas, em geral, superiores a 1700mm, alcançando até 3500mm em três núcleos [...] Praticamente inexistente estação seca no oeste-noroeste da Amazônia e na pequena região de Belém do Para (Edmond Nimer), onde os climas regionais podem ser considerados super úmidos.

No Maranhão amazônico, os elementos climáticos citados são amenizados. De acordo com os estudos do Laboratório de Meteorologia (LabMet) da Universidade Estadual do Maranhão (MARANHÃO, 2002), a partir da aplicação da

Classificação Climática de Torntwaite, o Maranhão possui os climas: clima úmido (B2), clima úmido (B1), clima sub-úmido (C2) e clima sub-úmido (C1), conforme pode ser observado na Figura 12. Na porção ocupada pela RESEX, ocorre o clima sub-úmido (B1), assim descrito:

[...] com moderada deficiência da água no inverno, entre os meses de junho a setembro, megatérmico (A'), ou seja, temperatura média mensal superior a 18 ° C, sendo que a soma da evapotranspiração potencial dos três meses mais quentes do ano é inferior a 48%, em relação à evapotranspiração potencial anual (a') (MARANHÃO, 2002, p. 36).

Figura 16 - Mapa de Classificação Climática do Maranhão



Fonte: Laboratório de Meteorologia da UEMA.

De acordo com UEMA (MARANHÃO, 2002), a temperatura média no norte do estado, é de 26,1°C. Quando ocorrem as chuvas, no período de janeiro a junho, as temperaturas ficam mais amenas devido à quantidade de nuvens. Em relação às precipitações pluviométricas, a RESEX está na faixa que varia de 1200 a 1600mm.

Em trabalho específico para a Amazônia maranhense, Reschke, Eloi e Silva (2011, p. 47-48) assim expõem:

Verificou-se que as menores temperaturas médias do ar por quadrimestre, se configuraram sempre em torno da ilha do Maranhão, tendo-se no primeiro e segundo quadrimestre valores mínimos de até 25,9 °C e no terceiro quadrimestre esta unidade térmica perfaz os mínimos registros com até de 26,7 °C. Com relação as maiores temperaturas médias do ar, observa-se que no primeiro quadrimestre o comportamento é quase homogêneo em toda a área estudada com registros em torno de 26 °C, no segundo quadrimestre as maiores médias térmicas ocorrem em torno do município Imperatriz com até 26,6 °C e no terceiro quadrimestre em torno do município de Zé Doca com até 27,2 °C.

Sobre os índices pluviométricos registrados, destacam:

observa-se que os maiores índices pluviométricos ocorrem em torno da ilha do Maranhão durante o primeiro quadrimestre com registros máximos de até 1533 mm, no segundo quadrimestre os maiores registros se concentram em torno do município de Turiaçu com até 688 mm e no terceiro quadrimestre os maiores índices pluviométricos são observados em torno do município de Imperatriz com até 446 mm. Entretanto, pode-se observar também que os maiores totais pluviométricos anuais geralmente se concentram em torno do município de São Luís com até 2328 mm. Por outro lado, verifica-se que durante o primeiro e segundo quadrimestre os menores índices pluviométricos ocorrem em torno do município de Imperatriz respectivamente com até 931 e 87 mm, no terceiro quadrimestre os menores registros são verificados próximo ao município de Turiaçu com até 125 mm. Pode-se ressaltar também, que os menores totais pluviométricos anuais geralmente se configuram em torno do município de Imperatriz com até 1464 mm. e) Evapotranspiração Potencial: representa uma estimativa da demanda de evaporação. (RESCHKE; ELOI; SILVA, 2011, p. 53).

O clima vai interferir na cobertura vegetal. Na Maranhão, a floresta equatorial amazônica se apresenta menos densa, menos heterogênea e com indivíduos mais baixos em relação à porção core da Amazônia.

Na zona costeira e nos arquipélagos, são os manguezais e sua fauna associada que dominam a paisagem. De acordo com Mochel (2011, p. 93)

A Costa Norte do Brasil, situada na região tropical da América do Sul, é constituída principalmente pela Amazônia Costeira, caracterizada pelos elevados aportes de água doce provenientes de chuvas intensas, das descargas de grandes rios e sob um regime de marés de grande altura (macromarés). Essa região fisiográfica apresenta uma distribuição latitudinal de 4° N, no rio Oiapoque, até 2° 50' S" e uma variação longitudinal de 42° a 53° W, incluindo os estados do Amapá, Pará e Maranhão [...]. O Estado do Maranhão [...] é formalmente classificado como região Nordeste do Brasil, mas a porção ocidental, a partir do Golfão Maranhense, está oficialmente incluída na Amazônia Legal. Considerando os aspectos ambientais, a costa maranhense assemelha-se às do Pará e Amapá [...].

Mochel (2011) destaca algumas características fisiográficas que identificam essa porção do litoral maranhense e a diferencia das demais porções litorâneas brasileiras.

A costa amazônica é peculiar em sua forma, caracterizada por dezenas de baías, estuários e reentrâncias, sendo as maiores a desembocadura do rio Amazonas com seu delta, e o Golfão Maranhense. É na Amazônia Costeira que se estende a maior área contínua de manguezais do mundo (MOCHEL, 2011, p. 92).

Na costa ocidental do Maranhão, no entanto, os manguezais se dispõem frequentemente nas margens das águas estuarinas, com extensas planícies lamosas emersas durante as marés baixas. Marismas hipersalinos, apicuns, brejos de água doce e florestas de várzea geralmente ocorrem por trás da faixa de manguezais, em direção à terra firme (MOCHEL, 2011).

O litoral ocidental é, portanto, bastante recortado e os manguezais se estendem ao longo da costa, formando franjas ou recuando por trás de pequenas praias areno-lodosas, além de penetrarem as desembocaduras dos rios por dezenas de quilômetros (MOCHEL *et al.*, 2001).

Tal fato é bastante observado na região estudada. Pode-se tomar como referência a sede do município de Cururupu, distante da linha de costa, onde são observados manguezais ao longo do rio Cururupu (Figura 17).

Figura 17 – Manguezal na zona urbana de Cururupu



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Fevereiro de 2016).

Em relação às espécies da flora mais encontradas

Nas reentrâncias maranhenses, *R. mangle* e *L. racemosa* podem ser encontradas na faixa externa, diretamente expostas à ação das marés, enquanto que as duas espécies de *Avicennia* geralmente são encontradas na área mais interna do bosque (FRÓIS-ABREU, 1939 *apud* MOCHEL, 1999, p.99).

Os manguezais constituem-se em ecossistemas de extrema importância ecológica e social. São Áreas de Proteção Permanente (APP's) protegidas por leis federais e estaduais, como o Código de Proteção ao Meio Ambiente do Estado do Maranhão.

Pesquisas e ações de educação ambiental são desenvolvidas por pesquisadores da UEMA e UFMA. A prof.^a Dra. Zafira da Silva de Almeida tem realizado pesquisas no litoral maranhense como a que derivou no livro intitulado Diagnóstico dos Sistemas de Produção Pesqueiro Artesanais do litoral do Maranhão, escrito em parceria com outras autoras. O estudo levou em consideração aspectos de ordem ecológica, econômica e social e é fundamentado da seguinte maneira:

[...] surge a necessidade de um conhecimento mais aprofundado da dinâmica das modalidades de pesca no estado e das relações com a sociedade, economia, tecnologia, bem como das características biológicas e ambientais dos recursos explorados. Esse conhecimento é primordial para um gerenciamento adequado da pesca, pois ao considerar estas diferentes dimensões é possível contribuir de maneira efetiva para o ordenamento do setor, sugerindo estratégias de manejo e gestão integrada, que possibilitem a formulação de políticas públicas visando a pescarias sustentáveis (ALMEIDA *et al.* 2010, p. 15-16).

A prof.^a Dra. Flávia Rebelo Mochel tem realizado projetos de extensão universitária sobre a proteção de manguezais no município de Apicum-Açu, limítrofe à RESEX de Cururupu, cujo porto é intensamente utilizado para o escoamento de grande parte do pescado da UC.

Madian de Jesus Frazão Pereira, prof.^a do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), tem dedicado parte de seus estudos à Ilha de Lençóis, onde desenvolveu projetos intitulados O Imaginário Fantástico da Ilha dos Lençóis: estudo sobre a construção da identidade albina numa ilha maranhense e O Patrimônio da Ilha Encantada do Rei Sebastião: bens simbólicos e naturais no cenário do ecoturismo e das unidades de conservação.

Conforme citado em capítulo anterior, o ambiente de manguezal possui inúmeras importâncias, como a reprodução de espécies endêmicas e servir de abrigo e alimentação para espécies jovens e de pouso para aves migratórias.

4.2 O Lugar

A ocupação da região é bem antiga. Nos registros cartográficos, conforme mapa do período de Sesmarias no Brasil (Figura 18), já aparece a região em destaque. De acordo com Raimundo Lopes (1970) e Cabral (1992), os índios tupinambás eram os habitantes da região antes da ocupação portuguesa.

Figura 18 – Mapa de ocupação da região no período de Sesmarias



Fonte: Planta da sesmaria de Antonio Alves e outros na Vila de São José de Guimarães, no Maranhão (1795).

No texto descrito de aspectos contemplados na planta (Anexo E), pode-se identificar o rio Cabelo de Velha (extenso rio situado no município de Cururupu, que deságua na região do arquipélago constituinte da RESEX). Algumas expressões não são usuais na atualidade, como rio Curupumirim e rio Curupu.

No estudo da ocupação do espaço maranhense, a partir da colonização portuguesa no Brasil, são consideradas 3 frentes principais: a frente litorânea ou do Norte, a frente dos vaqueiros (também conhecida como frente do Sertão e Frente do Sul) e a frente dos Migrantes Nordestinos.

A frente litorânea, empreendida pelos portugueses, foi caracterizada pelo contato violento com os índios, participação efetiva da Igreja Católica, utilização dos vales fluviais como vias de penetração no interior; a agricultura como base da economia (CABRAL, 1992).

[...] havia uma clara meta a alcançar: a ocupação do espaço, todo o espaço ao seu alcance, expandindo, conseqüentemente, o domínio luso sobre o território. Contudo, para concretizar tal meta política, para ocupar o espaço pretendido, foi preciso vencer a resistência dos habitantes locais – os índios (CABRAL, 1992, p. 61-62).

Para vencer a resistência dos índios, foram utilizadas formas, entre elas, aquelas que usavam de extrema violência física. “Para tal, os instrumentos utilizados foram as expedições punitivas, ou guerras justas, as tropas de resgate, a ação dos sertanistas, as expedições de reconhecimento, todos exercidos com requinte de violência [...]” (CABRAL, 1992, p. 62).

O grupo indígena concentrado nessa porção do litoral maranhense era os Tupinambás. E assim como todos os demais grupos do estado, seu destino era a escravidão, a fuga para partes mais interiores do estado ou a dizimação.

O confronto com os Tupinambás que viviam na Ilha de São Luís e no litoral ocidental deu-se de imediato, logo após a chegada dos conquistadores portugueses. Entre os anos de 1616 e 1619, o capitão de Entradas Bento Maciel Parente, nomeado chefe da guerra aos Tupinambás, e Matias de Albuquerque, filho de Jerônimo de Albuquerque, realizaram violentos combates, causando-lhes grande dizimação (CABRAL, 1992, p. 65).

Teixeira e Pereira (2016) destacam que o início do povoamento da área da RESEX ocorreu no final do Século XIX e início do Século XX por imigrantes nordestinos, especialmente cearenses, que estavam fugindo da seca e rumavam, pelo litoral, em direção à Amazônia.

É nesse ambiente natural de características específicas que a população que a ocupou e seus descendentes desenvolveram seu modo de vida, que tem passado de gerações para gerações.

Retomando o conceito de Diegues (2000, p. 22), sobre as comunidades tradicionais,

[...] estamos utilizando a noção de “sociedades tradicionais” para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.

As comunidades da RESEX podem ser consideradas como tradicionais, pelo arranjo dos elementos históricos, culturais e socioeconômicos que possuem.

É característica também a ocupação de seus territórios por várias gerações, a reduzida acumulação de capital, a importância das simbologias, mitos e rituais, o fraco poder político e o conhecimento aprofundado da natureza e seus ciclos (DIEGUES, 2000).

O espaço construído resulta da história das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem-usufruem do lazer. Isto resgata a questão da identidade e a dimensão de pertencimento. É fundamental, nesse processo, que se busque reconhecer os vínculos afetivos que ligam as pessoas aos lugares, às paisagens e tornam significativo o seu estudo (CASTROGIOVANNI, 2002, p. 84).

Conforme exposto na Metodologia, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, cujos conteúdos serão tratados nesse capítulo e nos capítulos 5 e 6. Em muitas falas dos entrevistados, foi possível perceber a condição de pertencimento àquela localidade e como se sentem no lugar onde vivem. Algumas dessas falas estão colocadas no item que trata da percepção da comunidade em relação à RESEX (que se inicia na p. 179).

De acordo com Carlos (1996, p. 20),

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante – identidade – lugar [...] é a porção do espaço apropriável para a vida-apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...].

Destacam-se trechos de entrevistas onde alguns moradores se expressam em relação ao sentimento pelo lugar, como eles percebem esse lugar e o que os liga a ele.

Um pescador de Guajerutua estabeleceu comparações entre a vida no lugar e fora dele:

Correto. Correto, tudo é natural. Hoje a senhora lá em São Luís, a senhora vai comer uma galinha com quinze dias, trinta dias, “ta” bom de comer. Pra que isso? Hormônio. O gado o mesmo, tudo por tudo. A banana, a senhora vê, passa uns dias já tudo pintado, aquilo ali é produto que eles botaram pra amarelar. Adubo na planta “tudin” pra crescer rápido, inclusive aqui na ilha tudo é natural, é uma manga, é o côco, tudo que tem aqui é natural. (Francisco Silva Azevedo, 2017).

Questionou-se outro morador de Guajerutiua: O que mais te atrai aqui? Ele respondeu: “A simplicidade, o ar natural, a beleza da Reserva” (Wellito Carneiro Veras, 2017).

Para outra moradora da mesma ilha, perguntou-se: a senhora gosta dessa vida que tem aqui? Sua resposta foi: “Eu gosto! Da vida que a gente leva. Porque assim todo lugar hoje tem a violência. Porque aqui ainda é um pedaço do paraíso, eu vou lhe dizer” (Dorilene Ferreira, 2017).

Na etapa de campo, em Guajerutiua (julho de 2018), durante as observações de aspectos de ordem ambiental como erosões, o grupo de pesquisadores foi conduzido por um jovem, cuja família é da localidade. Como já está no Ensino Médio, teve que estudar em outro local, no caso, a sede do município. Ele foi enfático em dizer que é só ficar de férias, volta para Guajerutiua. Não manifesta o desejo de passar as férias longe de onde morava até pouco tempo atrás.

Roberto Wagner Ferreira Louzeiro, mais conhecido como Waguinho, mora em Guajerutiua com a esposa. Todos os seus filhos moram em outros lugares. Entre eles, São Luís, mas o casal não manifesta o desejo de ir embora.

Arnaldo da Silva Gomes e sua esposa (“dona” Fátima) moram em Peru. Ele dedica-se à pesca, cuja atividade é desenvolvida em embarcação própria e adquiriu mais duas. Mas, em 2017, ele manifestou a dificuldade de encontrar pessoas para trabalhar com ele. O fato de ampliar a frota confirma o desejo de permanecer em Peru, o que foi expresso verbalmente.

O Sr. Lailson James Silva de Araújo, morador de Lençóis, fala com muita paixão sobre o lugar onde vive. Chega a ser contagiante. Além de manifestar o gosto pelo local, ele acredita na prosperidade, pautada, principalmente, na recepção de visitantes.

Conforme as características e a própria conformação da RESEX em arquipélago, optou-se por utilizar, na análise, a categoria lugar

Conforme as etapas de campo realizadas, pode-se observar e acompanhar relatos sobre relações de solidariedade, companheirismo, parceria, e a concepção de mundo a partir da realidade mais próxima. Um dos exemplos das características citadas é a construção da mureta para dificultar o avanço do mar nas comunidades de Peru e Caçacueira. Foram trabalhos coletivos, que envolveram os homens na realização de um bem comum.

Segundo Castrogiovanni (2002), para se estudar o espaço geográfico, que é planetário, mundial, é preciso que se façam delimitações, recortes que eilegem determinada extensão territorial.

Estes níveis são local, regional, nacional e global. As regras podem ser gerais, os interesses universais, mas concretamente se materializam em algum lugar específico. É o nível do local que traz em si o global, assim com o regional e o nacional (CASTROGIOVANNI, 2002, p. 84).

Há na RESEX um cotidiano bem marcado, presente em todas as famílias, muito pautado pelas condições ecológicas. Para se chegar e sair das comunidades pelo transporte usual, marítimo, fica-se na dependência das marés e não, necessariamente, na hora pretendida. Muitos deslocamentos da equipe de pesquisadores, das sedes municipais de Apicum-Açu e Cururupu até a RESEX, foram realizados de madrugada, em decorrência das marés.

Nas comunidades de São Lucas, Peru e Caçacueira, os apicuns se destacam. Faz parte desse ambiente o avanço do mar nas marés cheias (preamar). O fenômeno se potencializa nas grandes marés. Em Caçacueira, foram construídas duas pontes, possibilitando a circulação de pessoas quando da ocorrência desse fenômeno (Figura 19).

Figura 19 – Ponte sobre apicum em Caçacueira



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Maio de 2016).

Para Damiani (2002, p.164),

relacionar cotidiano e lugar é envolver as relações próximas, ordinárias, singulares à mundialidade. A vida cotidiana, mais íntima, ao mesmo tempo, situa seu lugar na sociedade global. Pela mediação do cotidiano no lugar, somos levados dos fatos particulares à sociedade global.

Os lugares não são ilhas, no sentido de isolamento em relação aos demais. Estão dentro de um contexto mais amplo, de uma totalidade. E as pessoas não estão alheias a esse mundo ampliado e que pode ser observado por meio da televisão, internet, rádio. No entanto, o que é mais próximo, mais sentido, mais perceptível é o que se vivencia na localidade:

As relações entre as pessoas que habitam nesse determinado lugar têm que ser vistas, assim como analisada a perspectiva das forças políticas internas e externas que ali atuam e interferem. Cada fenômeno está articulado a complexas relações que acontecem em outros lugares. A referência para análise tem que ser buscada então nessas complexas articulações, engendradas pelo jogo de forças políticas que dão o tom para as relações sociais, econômicas, culturais, ambientais, e que se materializam no espaço construindo novas paisagens (CASTROGIOVANNI, 2002, p.109).

Santos (1996, p. 93) chama atenção para a inserção das coisas em um contexto mais amplo, mais universal:

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para conhecimento e análise da realidade. Segundo essa idéia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes.

Para Santos (1996, p. 215), existem três totalidades. A primeira é o mundo; a segunda é o território, materializado por um país, um estado. O lugar é a terceira totalidade,

onde fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa.

Castrogiovanni (2002, p. 84) faz referência à relação entre espaço local e espaço global:

Estudá-lo é fundamental, pois ao mesmo tempo em que o mundo é global, as coisas da vida, as relações sociais se concretizam nos lugares específicos. E como tal a compreensão da realidade do mundo atual se dá a partir dos novos significados que assume a dimensão do espaço local. A globalização e a localização, fragmentando o espaço, exigem que se pense dialeticamente esta relação.

Enquanto lugar, a RESEX apresenta as suas particularidades: o seu arranjo econômico a partir das condições ecológicas, as relações sociais, as relações com os elementos de origem natural, a sua história. Esses aspectos que a individualizam não a tornam uma ilha no sentido do isolamento em relação aos demais lugares. Muito pelo contrário, a RESEX integra uma realidade mais ampla que seu espaço físico, realidade essa no nível nacional e internacional.

Para citar alguns exemplos de contextos mais amplos nos quais a RESEX estudada se insere, destacam-se:

- A criação das unidades de conservação surgiu a partir de discussões internacionais;
- A RESEX está inserida em políticas públicas nacionais e estaduais;
- O sistema de pesca que predomina na RESEX faz parte de um contexto nacional que ainda precisa ser superado, substituído, a fim de favorecer mais a população local;
- Alguns elementos culturais, como a lenda do D. Sebastião, têm origens europeias;
- De uma região predominantemente católica e com alguns terreiros de mina, observa-se a presença mais recentes de templos religiosos evangélicos. A expansão das igrejas evangélicas é um fenômeno presente no Brasil nas últimas três décadas;
- O ambiente ecológico da RESEX é importante para espécies animais locais e espécies migratórias e é reconhecido em convenções internacionais como a RAMSAR (abordada em capítulo anterior);
- Não apenas o ambiente ecológico, mas as comunidades da RESEX são contempladas nas legislações ambientais vigentes no Brasil;
- Representantes da AMREMC e do Conselho Gestor têm participado de eventos estaduais e nacionais onde podem trocar experiências com integrantes de outras UC.

Diante do exposto, confirma-se a inserção da RESEX em uma realidade mais ampla, que vai além do lugar, passa pela esfera estadual, nacional e chega à internacional (mundial, planetária).

Para Santos (1996, p. 252), “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”. E no mundo das comunidades estudadas observaram-se, entre outros aspectos, a infraestrutura e o modo de vida associado a ela e aos imperativos ambientais. O que se passará a expor é resultado das informações coletadas em entrevistas, nas observações *in loco* e em informações contidas no Plano de Manejo da UC.

Pode-se perceber nos aspectos que se seguirão o que Bourdieu (1989) denomina de *habitus*, que corresponde a um conjunto de conhecimentos adquiridos e socialmente construídos. Esse sistema de disposições incorporadas ao longo do tempo reflete o diálogo com o meio e do meio com as pessoas, portanto, uma ponte entre o individual e o coletivo.

“[...] o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital [...]” (BOURDIEU, 1989, p. 61).

Passa-se a apresentar características do *habitus* na UC estudada.

- A RESEX é constituída de um grande arquipélago, subdividido em três, cujo principal acesso é por via marítima.⁶ Não há nas comunidades estudadas um porto propriamente dito. Existem apenas ancoradouros que se constituem locais de grande movimento nos horários de embarques e desembarques de pessoas e mercadorias e é comum, junto aos mesmos, a existência de ranchos, exceto na Ilha de Lençóis. Pode-se afirmar que o ancoradouro é o portal de entrada para as comunidades, apesar de cada uma possuir outros acessos.

Em Lençóis há uma especificidade. O ancoradouro tem mudado permanentemente de lugar a partir do avanço das dunas. Observou-se, na ilha, uma rua inteira tomada pela areia, onde parte de postes de iluminação pública e cobertura de algumas casas ainda puderam ser vistos (Figura 20).

⁶ Algumas ilhas, principalmente as oceânicas, têm acesso rotineiro por via aérea. É o caso do arquipélago de Fernando de Noronha (no estado de Pernambuco).

Figura 20 - Avanço das areias na Ilha de Lençóis



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Julho de 2018).

Junto aos ancoradouros, normalmente, há grupos de pescadores em roda de conversa. Alguns desses locais recebem nomes. Em Caçacueira, são chamados de Mirante e Difusora, uma alusão à duas redes de televisão do Estado do Maranhão. Em Guajerutiua, o local é denominado “Rola cansada”. Segundo os próprios moradores, entrevistados no local em 2017 (Apêndice A), esse nome está relacionado à idade da maioria dos frequentadores da roda (em sua maioria, idosos).

Em uma das etapas de campo foi possível participar de uma roda em Guajerutiua, em que se aproveitou a oportunidade para entrevistar 07 (sete) pescadores presentes (Apêndice A), cujo conteúdo está colocado nos capítulos 4, 5 e 6.

- Todas as comunidades possuem um templo católico, cujos santos padroeiros⁷ são festejados. Essas são grandes festas em cada localidade. Em Peru, Caçacueira e Guajerutiua, há uma grande área livre em frente a cada igreja. Registros da festa de Santo Antônio, padroeiro de Caçacueira, e Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Peru, são veiculados em redes sociais como *Facebook*.

⁷ Os santos padroeiros são Santo Antônio, em Caçacueira; Nossa Senhora da Conceição, em Peru; São Lucas, em São Lucas; São Pedro, em Guajerutiua e São José, em Lençóis.

- A região onde a RESEX de Cururupu está situada tem grande potencial para geração de energia eólica. No entanto, esse potencial é pouco utilizado. Somente na Ilha de Lençóis ocorre a utilização da energia eólica. Nas demais comunidades, a energia é gerada por motores a partir da queima do óleo diesel, e tem horário estabelecido para iniciar e encerrar a oferta durante o dia. As comunidades dependem da ajuda da Prefeitura Municipal de Cururupu para fazerem o sistema (através da queima do diesel) funcionar. Sobre esse fato, Roberto Wagner Ferreira Louzeiro (2016) destaca: “O vice-prefeito fez um acordo com a comunidade para não faltar energia. Ele adquiriu três motores [...]”.

Algumas famílias possuem motores e, portanto, têm a autonomia de decidirem pelo tempo diário de utilização da energia.

A implantação da energia eólica, em Lençóis, resulta de um convênio entre a UFMA e o Ministério das Minas e Energia. Em uma das etapas de campo, teve-se contato com uma equipe da universidade que estava realizando manutenção no sistema.

De acordo com Wlysses de Jesus Oliveira Santos (2018), se a energia for taxada, é mais uma despesa para os comunitários e pesará no orçamento doméstico.

- Não existe água de superfície, exceto nas lagoas de Lençóis, quando o período chuvoso favorece. As comunidades são abastecidas por poços. Existem os comunitários e alguns moradores possuem poços em suas residências.

De acordo com Lailson James Silva de Araújo (2018), quando o período chuvoso favorece o aparecimento de muitas lagoas, a comunidade costuma deixar uma delas para abastecimento local. Na lagoa reservada ficam proibidos os banhos (tanto por comunitários como por visitantes) e a utilização por animais.

Segundo informações disponibilizadas no Plano de manejo da RESEX,

Quanto ao abastecimento de água para consumo, 78% declaram consumir água de boa qualidade, ao passo que 22% pensam o contrário – considerando-a ruim por ser barrenta ou salobra. Cerca de 97% da água é captada em poços ou nascentes e apenas 3% é comprada envazada em cidades; 63,2% dos entrevistados declaram fazer algum tipo de tratamento da água destinada ao consumo, sendo a filtração, fervura e cloração os métodos mais usuais; 62% dos entrevistados possuem instalação sanitária no domicílio, mas o escoamento destes efluentes é rudimentar – feito em fossas negras, valas ou diretamente nos cursos d’água; (ICMBio, 2016, p. 51).

Helena da Costa Alves Ferreira (2017), moradora de Guajerutiua, quando questionada sobre o tratamento e consumo de água, disse:

Olha, o consumo de água aqui, eles já tão comprando mais é água mineral, pois quando no inverno a água sempre pesa um pouquinho. Ela fica assim “meia” grossa. Mas água aqui é boa e é a única praia que a água é boa. Aqui em casa mesmo você jura que é água mineral.

Francisco da Silva Azevedo (2017), também de Guajerutiua, enfatizou sobre a água: “É do poço, mas tem casa que tem motorzinho que puxa ligada”. Questionado sobre a disponibilidade de água ao longo do ano, ele destacou: “Diminui no verão, em dezembro ele ‘ta’ lá em baixo, todos eles aí. Diminui, mas não seca. Faz limpeza, os agentes de saúde continuam dando remédio pra colocar na água”. Ele foi questionado, ainda, sobre a ocorrência de dengue. Respondeu: “Deu, deu dengue, deu shikungunya e deu zica. As três”.

Mas, para Wellito Carneiro Veras (2017): “essas doenças deram, mas acho que devido porque a gente frequenta ‘aqui’ muito Cururupu. E tava essa epidemia em Cururupu, e trouxeram. Mas daqui do lugar mesmo, se teve, se alguém pegou aqui foi pouco”.

Quando Wellito Carneiro Veras (2017) disse Cururupu, estava fazendo referência à sede do município.

- O Programa Bolsa Verde tem se constituído em um grande incentivo à limpeza das comunidades. Em mutirões periódicos, o lixo era recolhido, queimado ou enterrado. O verbo está sendo utilizado no passado porque ao final da pesquisa (dezembro de 2018) soube-se que o benefício estava suspenso. Esse programa será retomado nos capítulos 5 e 6.

- Todas as escolas existentes na RESEX são municipais. Portanto, a oferta de ensino é só até o nono ano. A comunidade com maior número de alunos inscritos é Caçacueira. A menor quantidade está em Peru. Em Guajerutiua existem duas edificações. Mas, durante todo o período de pesquisa, só uma funcionava. Em Lençóis, a escola era situada em uma rua onde todas as casas foram soterradas. Atualmente, a escola funciona numa casa na rua em frente ao ancoradouro.

- O serviço de saúde ocorre de forma bem precária no local. Há postos de saúde em todas as comunidades estudadas, que contam com poucos materiais e ficam sob a responsabilidade de um técnico de enfermagem local, na ausência de

médicos e enfermeiros. Segundo os relatos, não há uma regularidade nas visitas de médicos e enfermeiros.

A visão de Lídia Maria Ferreira Monteiro (2017), de Guajerutiua, sobre o serviço de saúde é:

Eu achei que depois desse governo municipal, eu achei que melhorou mais um pouco. O médico todo mês ele “tá” aqui, tem medicamento. A gente adoce mais não é muito, graças a Deus. O problema é mais é febrinha, gripe, é mais essas coisas assim, (simples).

De acordo com Cecília Monteles (2016), há um Posto de Saúde em Lençóis com atendimento realizado por um enfermeiro, que vem da sede de Cururupu e passa cerca de uma semana por mês na ilha. Uma auxiliar de enfermagem, que mora no local, fica responsável pelo posto no restante do mês.

Arnaldo da Silva Gomes (2016) destaca que em Peru, o Posto de Saúde conta com dois enfermeiros, dois agentes de saúde. O médico se faz presente uma vez por mês.

Em Guajerutiua, conforme Roberto Wagner Ferreira Louzeiro (2016), o serviço de saúde fica a cargo de três agentes de saúde e um médico que permanece no lugar uma semana por mês.

Conforme Luti Silva Filho (2016), em São Lucas o posto de saúde funciona de segunda a sexta. “Uma enfermeira vem a cada duas semanas e um médico vem periodicamente e consulta pela manhã”. Não ficou clara a periodicidade do atendimento médico.

Manoel Dias Lima (2017) enfatiza:

Quando era no governo do outro vinha um da Cuba. Vinha pra cá [...] Mas vem médico pra cá pra praia, junto com o ICMBio. Eles dão dois três dias vão embora pra Cururupu e o enfermeiro fica aqui, cuidando da nossa saúde aqui. Tomar uma injeção, tomar um soro, qualquer coisa.

O Plano de Manejo destaca que

Segundo informações da Secretaria de Saúde do município, estão em vigor, para as comunidades da RESEX, os seguintes programas: Programa Saúde na Escola, que trabalha com a saúde bucal das crianças e oferece kits de higiene bucal; Programa Saúde da Família (PSF) e Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), que enviam psicólogos, enfermeiros e nutricionistas com objetivo de orientar os moradores, realizar ou encaminhar para exames clínicos (ICMBio, 2016, p. 115-116).

Nenhum entrevistado fez referência a esses programas.

- Todas as comunidades visitadas realizam festas de Carnaval. Esse é um período em que os nascidos no lugar ou descendentes que moravam fora da RESEX voltam e se acompanham de outras pessoas que vão conhecer a festividade local. Em Peru, Arnaldo da Silva Gomes (2016) mostrou uma espécie de “rancho” onde os visitantes se abrigam no quintal de sua residência.

Em Caçacueira, há desfile de duas escolas de samba: Imperador e Beija-Flor. De acordo com Liliane dos Santos Pereira (2016), “elas desfilam todos os anos com apoio municipal”.

- No sentido de solucionar alguns problemas locais como furtos, assassinatos, consumos de drogas, cada comunidade cria seu “Grupo de Apoio”. Formados por homens, o grupo, na ausência de delegacias e policiais, age expulsando, “dando uma coça” ou levando aquele considerado infrator até a delegacia da sede municipal. As comunidades que mais citaram ações de grupo de apoio foram Caçacueira e Lençóis. No entanto, de maneira informal, em todas as comunidades, São Lucas é citada como a mais problemática quando a questão refere-se à droga.

“As drogas estão se tornando cada vez mais forte” (Luti Silva Filho, 2016). É como se refere ao problema esse morador de São Lucas.

“A comunidade resolve com suas próprias mãos os casos de roubos, assassinatos e etc” (Liliane dos Santos Pereira, 2016). Dessa forma expressou-se uma moradora de Caçacueira sobre o grupo de apoio na ilha onde mora.

- A Ilha de Lençóis é conhecida, também, pela lenda de D. Sebastião, um nobre português que vive encantado na ilha e aparece na forma de um touro em noites de lua cheia. De acordo com Helena Silva (2016), o Rei Sebastião possui tesouros que surgem na areia com a movimentação das dunas e no limite dessas com o mar, aqui denominada de beira. Ouro, anéis, cordões e louças (pratos, xícaras, pires) têm que permanecer na ilha, ninguém pode levá-los. Quem tenta fazê-lo, a embarcação fica encalhada. Ainda, segundo Helena Silva (2016), um grande estrondo antecede a aparição do Rei Sebastião, que pode ser em forma de touro negro com uma estrela na testa ou na forma de um cavaleiro.

Frazão (2009, p. 198), uma das pesquisadoras da temática, assim se refere à lenda:

A Ilha dos Lençóis é considerada uma ilha encantada, enquanto lugar privilegiado para morada de El Rei Dom Sebastião, figura histórica, morto em batalha contra os mouros, nos campos de Alcácer-Quibir, na África, no ano de 1578. Segundo a crença messiânica, difundida em várias partes do Brasil, Dom Sebastião, o jovem rei de Portugal, não morreu, ele haveria se encantado com todo o seu reinado, por sortilégio dos mouros, numa ilha (provavelmente marcada por muitas dunas à semelhança do deserto marroquino onde ocorrera a batalha), e que um dia ele há de emergir do fundo do mar, onde está sediado seu palácio de riquezas, para instaurar seu Império e distribuir bens materiais para os seus adeptos.

A lenda do Dom Sebastião constitui-se num dos sistemas simbólicos mais expressivos não apenas da Ilha de Lençóis, mas da RESEX. Conforme destaca Bourdieu (1989, p. 10),

os símbolos são instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação, eles tornam possível o *consensus* a cerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social [...].

Numa tentativa de manter a lenda viva, o Memorial D. Sebastião foi organizado (Figura 21). Ele era composto por material bibliográfico, fotos, indumentárias e a lista e fotos dos contadores das lendas, chamados de contadores de histórias. Durante as pesquisas, teve-se contato com dois desses contadores de histórias (D. Helena Silva e José Ribamar Ribeiro Araújo, mais conhecido como Xengo). Na última viagem de pesquisa a Lençóis, em julho de 2018, o Memorial tinha ruído. E até o final das pesquisas (dezembro de 2018), não tinha havido nenhuma ação concreta no sentido de reerguer o memorial. Conforme Lailson James Silva de Araújo (2016, 2018), o memorial possuía dupla função: tornar a lenda conhecida pelos visitantes e mantê-la viva, no lugar, principalmente para as gerações mais novas.

Figura 21 - Memorial Rei Sebastião



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Fevereiro de 2016).

Uma simbologia tão forte e que tem despertado o interesse pelo lugar tem a sua reprodução comprometida pela ausência de ações efetivas do poder público e pelo pouco interesse, relatado pela Sra. Helena Silva e o Sr. Lailson James Silva de Araújo, das gerações mais novas. Ao visitar o memorial, não se observou, no rol de contadores e histórias, nenhum jovem.

A Sra. Maria de Jesus Mafra foi entrevistada, em 2016, sobre as ações do CRAS em relação aos albinos de Lençóis. Os albinos cadastrados recebem o Benefício de prestação continuada (BPC), que é de um salário mínimo. A reavaliação ocorre de dois em dois anos.

De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o BPC pode ser concedido para até duas pessoas por família.

Ela destacou algumas dificuldades que ocorrem para a efetivação dos benefícios. São eles: o acesso à ilha, considerando a distância e a equipe reduzida, composta de duas assistentes sociais e uma psicóloga.

Nas etapas de campo em Lençóis (a comunidade mais visitada pelos pesquisadores) já se observa uma quantidade pequena de albinos; teve-se contato direto com apenas 4, realidade que se contrapõe ao que é destacado por parte da imprensa, que passa uma ideia de que a ilha é, predominantemente, ocupada por

albinos. Há até uma denominação bastante divulgada por um grupo de comunicação do estado que é “os filhos da lua”, o que é uma visão estereotipada desse grupo humano.

- Na etapa de campo realizada em Julho de 2018, na Ilha de Lençóis, desenvolveu-se a técnica do mapeamento participativo:

A noção de mapeamento participativo surge, porém, com a marca de uma ambiguidade: construída para dar a palavra às comunidades de base e grupos desfavorecidos – integrando, inclusive, segundo alguns, um projeto territorializado de contra-cultura política – sua realização mostra-se dependente da estrutura de poder na qual ele se instaura. No vasto espectro de experiências conhecidas no mundo, podemos verificar que elas podem estar associadas à afirmação identitária e territorial de grupos subalternos, assim como à fundamentação cognitiva da gestão racional de recursos naturais, a mecanismos de explicitação de conflitos sócio-territoriais e ambientais ou a formas de antecipação dos mesmos para fins de controle estatal do território (ACSELRAD, 2012, p. 9-10).

A oficina foi realizada com os alunos dos dois turnos (matutino e vespertino) matriculados na escola municipal. Eles foram a destacar os componentes da paisagem da ilha que mostrariam aos visitantes. Os elementos contidos nas produções gráficas (desenhos à mão livre) retratam aspectos do cotidiano local, como embarcações, dunas e manguezais (Anexo F), ou ainda, elementos pouco comuns, mas que despertou a curiosidade de várias crianças. Um desenho produzido tem um helicóptero que sobrevoou a ilha (situação rara no lugar). Houve um grande envolvimento na realização da atividade (Figura 22).

- É comum as famílias serem compostas por várias gerações de pescadores. Os ofícios de pescar e navegar são aprendidos bem cedo. Viu-se jovens de 12 anos acompanhando seu pai ao leme.

As crianças são inseridas gradualmente no modo de vida tradicional, de maneira tão sutil que é comum os pescadores dizerem que “aprenderam a pescar sozinhos”, uma vez que o processo de aprendizagem se dá pela observação e inserção progressiva dos jovens no universo de trabalho. Logo, a partir dos 12 ou 13 anos as crianças começam a ser instruídas na vida adulta, aproximando-se mais das atividades do pai ou da mãe (ICMBio, 2016, p. 52).

Figura 22 – Oficina de mapeamento participativo



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Julho de 2018).

Durante uma entrevista em Guajerutua, em 2017, um diálogo sobre embarcações foi se expandindo até chegar na participação dos jovens em algumas atividades.

Perguntou-se: São vocês mesmo que consertam e fazem as embarcações? É aqui mesmo? Quem são os barqueiros?

Todos os pescadores da roda de conversa confirmaram que sim.

Em outro questionamento, foi indagado sobre a participação dos jovens: e vocês têm passado essas técnicas para os mais novos? Eles se interessam em aprender?

Houve uma negativa geral, e alguns complementaram:

- “Acho que botando de dez, acho que meio” (Wellito Carneiro Veras, 2017).
- “Isso tudo aí ‘ta’ se acabando porque ninguém mais quer construir uma embarcação” (Francisco Silva Azevedo, 2017).

A inserção de crianças em outras atividades é destacada, por pescadores de Guajerutua, da seguinte forma:

Se botar uma botar uma criança lá denunciar, vão lá dizer que tão explorando a criança. Aqui teve um rapazinho que (alguém) chamou pra trabalhar de pedreiro, aí denunciaram ele. Porque disseram que tava explorando o pequeno, porque ele tava fazendo só a argamassa pra colocar nas paredes (Manoel Dias Lima, 2017).

Na RESEX de Cururupu a vida de seus habitantes é ditada, em muitos aspectos, pelo mar. Esse enquanto via de acesso, promotor do sustento das famílias e como ambiente de lazer. É pelo mar que as pessoas chegam e saem do lugar; dele é retirado peixes, crustáceos, mariscos, recursos que alimentam as famílias e movimentam a economia local; as praias são opções de lazer para os moradores. O mar, quando enche os apicuns, altera o deslocamento das pessoas nas comunidades. Em Caçacueira foram construídas duas pontes para facilitar o deslocamento das pessoas, de um lado a outro na comunidade, durante as marés cheias.

Outro aspecto a ser destacado é a pesca em alto mar. Dependendo das condições de vento, marés, tamanho e recursos da embarcação, os pescadores saem para seu ofício e não têm a certeza do retorno para os seus lares. As condições materiais limitadas deixam os pescadores mais vulneráveis às condições ecológicas.

A economia local gira em torno da pesca. É comum as famílias serem constituídas por gerações de pescadores. Outras profissões verificadas no local foram de professores e agentes de saúde.

Os recursos naturais existentes que mais geram renda à população local são os peixes e os crustáceos. O uso sustentável desses recursos é comprometido pela manutenção de algumas técnicas de captura incompatíveis com a perenidade dos mesmos e com a carência de uma ação mais efetiva do poder público, quer seja municipal, estadual ou federal.

O dia-a-dia é ditado pelas marés e períodos de reprodução das espécies capturadas. Conforme esses ciclos, os pescadores vão para o mar. Podem passar poucos dias ou semanas longe casa. Exceto aqueles que pescam na costa de suas ilhas e nos igarapés. É o caso das comunidades de São Lucas e Peru que são especializadas na pesca de camarões, utilizando a técnica de zangaria. Dessa forma, os pescadores realizam suas atividades na praia da própria ilha, não havendo necessidade de irem para as baías e alto mar.

A atividade pesqueira é envolta numa série de situações desfavoráveis à população local, a saber:

- Muitos pescadores ainda trabalham em embarcações e utilizam artefatos que não lhes pertencem. De acordo com os relatos, os donos das embarcações moram nas sedes de Cururupu e Apicum-Açu e na capital do estado, São Luís; em Caçacueira, os relatos são de que a maioria dos pescadores trabalha em embarcações próprias;

- Na RESEX são vistos barcos de outras localidades como Pará, Ceará, São Luís (MA) e São José de Ribamar (MA) praticando a pesca. O Capitão dos Portos foi entrevistado sobre essa situação, por meio de documento escrito (Anexo G), onde expressa a posição da Capitania em relação ao fato (o conteúdo da entrevista está no capítulo 5);

- A produção pesqueira gerada na RESEX que aporta na sede municipal de Apicum-Açu destina-se, predominantemente, à outras localidades;

- O pescado que fica nos municípios de Cururupu e Apicum-Açu é de qualidade inferior ao destinado a outros mercados;

- As embarcações dos pescadores locais ficam em desvantagem em relação aos barcos, vistos na RESEX, equipados com radares, (aparelhos de GPS, que localizam os cardumes e as espécies e calculam o peso);

- A ação dos “atravessadores” da produção econômica é pública e constante;

- Há carência de um diálogo articulado entre os diversos sujeitos que vivem na RESEX e aqueles que atuam ou deveriam atuar na mesma.

As informações coletadas nas entrevistas sobre a pesca local estão em consonância com aquelas existentes no referencial bibliográfico consultado.

Do exposto, apreende-se a forma de organização social, elementos da cultura local e foram poucos os relatos que destacaram ações no sentido proteger os meios de vida e cultura local. O que existe é de forma incipiente, pontual, portanto, de abrangência limitada.

Dado a importância socioeconômica da pesca no Brasil, no estado do Maranhão e na RESEX de Cururupu e as diversas questões de ordem histórica, política, institucional, econômica, social e ecológica, o assunto merece um melhor detalhamento, que ocorrerá a seguir.

4.3 A Pesca

Para se analisar a pesca na RESEX de Cururupu, deve-se considerar aspectos sociais, políticos, econômicos e ecológicos locais e nacionais, pois ela está inserida em um contexto (espacial e histórico) mais amplo que remonta ao período colonial brasileiro.

A pesca artesanal teve uma importância fundamental no processo de consolidação do domínio português ao longo do litoral brasileiro. Importância essa decorrente da grande extensão do país e sua porção litorânea e da possibilidade da ocupação por parte de outras nações. Nesse sentido, os pescadores artesanais, situados nas diversas comunidades ao longo do litoral, contribuíram de forma decisiva para atender aos objetivos da Coroa portuguesa.

Durante o Brasil Colônia e Primeiro e Segundo Reinado, a pesca foi regulamentada para pagamento de impostos e domínio do território nacional. Nesse momento, os pescadores de origem indígena, africana, portuguesa e mestiços eram mais numerosos e espacialmente dispersos. Os pescadores armadores compunham a elite dos pescadores na Colônia e Império e desenvolviam a atividade pesqueira com técnicas consideradas modernas.

Todos os pescadores eram importantes ao Estado por exercerem, na sua prática cotidiana, duas funções, conforme aborda Silva (2015, p. 19): “Todos estes denominados pescadores ajudaram, de um lado, a controlar o território, sendo o controle das embarcações estrangeiras a preocupação principal do Estado, e também no controle da navegação [...]”.

Acrescenta a autora:

[...] a pesca, sobretudo as grandes embarcações de extração de baleia, é regulamentada com a finalidade de pagamento de impostos e de exercício de domínio do território nacional do Estado, por meio dos olhos dos pescadores em suas diferentes localidades (SILVA, 2015, p. 19).

Contraditoriamente à importância que tiveram na empreitada colonizadora portuguesa, os pescadores artesanais contemporâneos enfrentam, predominantemente, situações como as destacadas por Silva (2015, p. 20): “[...] estão em núcleos bastante dispersos, são mais numerosos e mais precarizados, produzem em pequena escala e usam pouca tecnologia pelo fato de terem maiores dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas e às políticas públicas”.

Vê-se os pescadores da RESEX de Cururupu no contexto acima citado.

Do Brasil Colônia aos dias atuais, a pesca passou por um processo de institucionalização e normalizações (por meio da criação de leis, decretos, resoluções), órgãos que foram criados para geri-la (tanto em nível governamental, quanto de representatividade dos pescadores). Aqui, destaca-se a Lei Federal 11.959, de 29 de junho de 2009, que regulamenta a pesca no Brasil, normalizando as embarcações e reconhecendo-a como atividade econômica e posto de trabalho.

Apesar dos avanços legais apresentados, a atuação dos órgãos e a organização dos trabalhadores da pesca em entidades (como sindicatos, colônias, federações, confederação), a pesca ainda se situa nos limites da formalidade e informalidade

[...] isso deve a diversos fatores [...] tais como: dificuldade de modernizar o setor, a atividade e os negócios; dificuldade de infra-estrutura de armazenamento e de abastecimento do pescado e dos frutos do mar; dificuldade de vender no mercado ampliado (atacado). A perecibilidade de seu produto e a dificuldade de organizar seu negócio tornam os pescadores vulneráveis negociantes; por isso, a atividade vive atrelada às mãos dos “atravessadores” (comerciantes que realizam a atividade de compra em atacado do pescador e vendem mais caro a outro comerciante – mercado de pescado, supermercado, feiras, restaurantes etc.) (SILVA, 2015, p. 27).

Dados oficiais sobre a pesca no Brasil, contidos no Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura – Brasil – 2008-2009 (BRASIL, 2009) e Boletim Estatístico de Pesca e Aquicultura – 2011 (BRASIL, 2011), proporcionam a identificação da situação do Maranhão no contexto da atividade pesqueira nacional. De acordo com o primeiro documento citado, a pesca brasileira teve um incremento, em relação a 2007, de 7,9% em 2008 e 15, 8% em 2009, sendo que em 2008 a maior parte da produção era representada pela pesca extrativa marinha (46%). A segunda posição era de cultivo de organismos de água doce (24%), seguida da pesca continental (23%) e maricultura (7%).

Em relação à produção de pescado no Brasil em 2008 e 2009, o Maranhão manteve-se na 5ª posição, o que representa um destaque entre os estados que realizam a pesca marinha (Quadro 7).

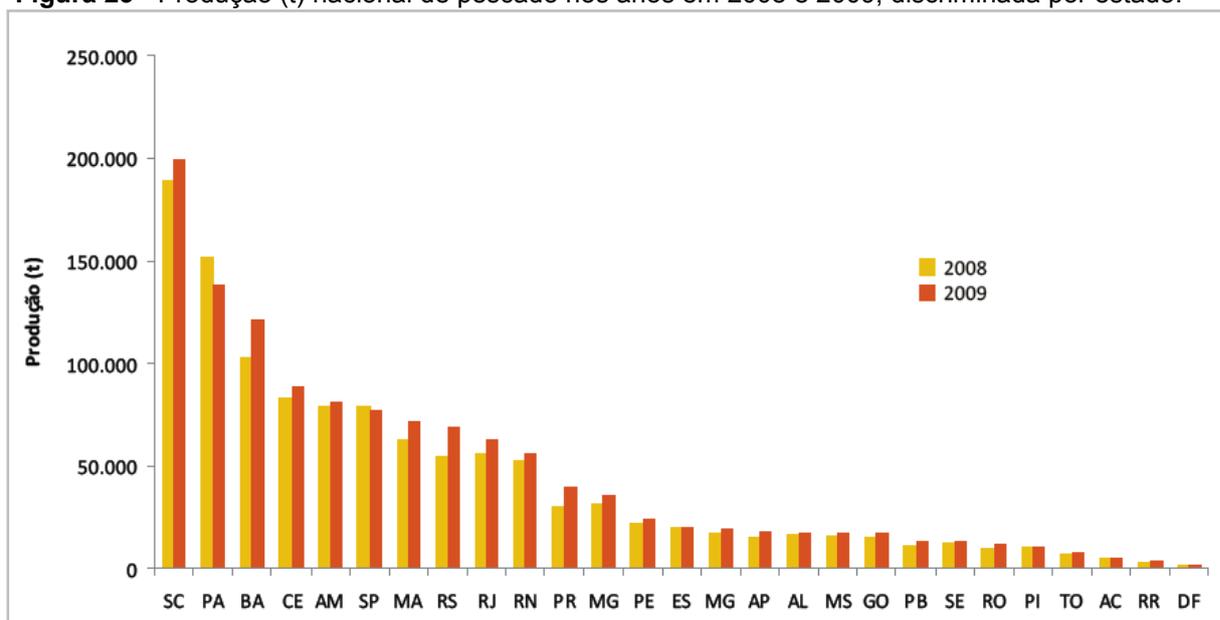
Quadro 7 – Demonstrativo da produção de pesca no Brasil 2008 - 2009.

Posição	Estados	Toneladas	
		2008	2009
1º	Santa Catarina	144.126 ton	148.907 ton
2º	Pará	83.537 ton	92.048 ton
3º	Bahia	66.486 ton	83.537 ton
4º	Rio de Janeiro	40.708 ton	57.090 ton
5º	Maranhão	40.708 ton	41.380 ton

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2008-2009 (BRASIL, 2009).

Em 2008, a região Nordeste foi a mais produtiva, com 32%. Em 2009, sua produção representava 34% da produção nacional.

Em relação à pesca envolvendo as modalidades marinha e continental, o Maranhão continuava se destacando no cenário nacional. Ele ocupava a 7ª posição, tanto em 2008, quanto em 2009.

Figura 23 - Produção (t) nacional de pescado nos anos em 2008 e 2009, discriminada por estado.

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com Brasil (2009), o Maranhão contava, em 2009, com 101.587 pescadores inscritos no Registro Geral da Pesca, o que representava 12,7% dos pescadores nacionais. 52.200 eram do sexo masculino (51,4%) e 49.387 eram mulheres (48,6%). O Maranhão só era superado pelo Pará, com 167.494 pescadores e pela Bahia, com 105.455.

O Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, de 2011, mostra a seguinte situação da produção nacional de pescados:

- Em 2010, o Maranhão ocupava a 8ª posição, atrás de São Paulo (8ª), Rio de Janeiro (6ª), Amazonas (5ª), Bahia (3ª), Pará (2ª) e Santa Catarina (1ª).
- Em 2011, o Maranhão já ocupava a 3ª posição, atrás do Pará (2ª) e Santa Catarina (1ª).

Considerando a produção de pescado oriunda da pesca extrativa marinha, o Maranhão manteve-se na 5ª posição, nos dois anos estudados (2010 e 2011).

Quadro 8 – Demonstrativo da produção de pesca no Brasil 2010-2011.

2010			2011		
Posição	Estados	Toneladas	Posição	Estados	Toneladas
1º	SC	124.977,0	1º	SC	121.960,0
2º	PA	87.585,0	2º	PA	87.509,3
3º	BA	74.043,0	3º	RJ	78.933,0
4º	RJ	54.113,0	4º	BA	59.293,0
5º	MA	43.780,1	5º	MA	44.599,0

Fonte: Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - 2011 (BRASIL, 2011).

O Estado do Maranhão possui o segundo litoral mais extenso do país (640 km, sem contar com as reentrâncias). Em todos os seus municípios litorâneos pratica-se a pesca, cujas principais embarcações podem ser identificadas na tabela 2. O município de Cururupu já se destaca por possuir o maior percentual, 10,6%. Apicum-Açu, município limítrofe à RESEX, possuía 4, 9 %, sendo superado por Turiaçu, São Luís, Tutóia e Humberto de Campos.

Tabela 2 - Distribuição das embarcações no litoral maranhense

Município	Canoa a remo	Canoa a vela	Barco a vela	Biana a vela	Canoa motorizada	Biana motorizada	Barco motorizado	Desembarcado	TOTAL	%
Carutapera	142	7	0	0	15	194	2	0	360	3,9
Luiz Domingues	88	6	0	0	0	44	0	0	138	1,5
Godofredo Viana	100	54	0	0	0	63	7	0	224	2,5
Cândido Mendes	278	37	0	0	6	102	0	0	423	4,6
Turiaçu	408	76	0	0	1	92	0	0	577	6,3
Apicum-açu	280	72	0	2	5	84	1	0	444	4,9
Bacuri	150	22	0	16	17	62	0	14	281	3,1
Cururu	471	241	0	30	0	216	11	0	969	10,6
Porto Rico	227	34	0	9	0	79	0	0	349	3,8
Cedral	202	14	0	75	1	115	7	0	414	4,5
Guimarães	229	87	0	0	1	39	0	16	372	4,1
Bequimão	196	4	0	0	12	8	0	0	220	2,4
Alcântara	242	101	0	0	0	29	0	3	375	4,1
São Luiz	306	71	4	30	3	87	21	6	528	5,8
Raposa	45	2	2	46	0	163	69	1	328	3,6
Paço do Lumiar	62	30	0	26	0	60	0	0	178	1,9
São José de Ribamar	4	36	0	52	10	169	24	3	298	3,3
Icatu	120	118	1	42	6	90	0	8	385	4,2
Axixá	54	5	0	15	0	87	1	4	166	1,8
Humberto de Campos	113	272	0	0	10	76	0	0	471	5,2
Primeira Cruz	199	84	0	10	3	76	0	0	372	4,1
Barreirinhas	4	159	15	0	6	0	39	16	239	2,6
Tutoia	77	449	0	0	7	16	37	13	599	6,6
Araioses	21	161	0	2	49	1	0	0	234	2,6
Água Doce	91	25	0	0	6	0	0	0	122	1,3
Paulino Neves	18	55	0	0	0	0	0	0	73	0,8
TOTAL	4127	2222	22	355	158	1952	219	84	9139	100,0
%	45,2	24,3	0,2	3,9	1,7	21,4	2,4	0,9	100,0	

Fonte: ICMBio (2016).

De acordo com o ICMBio (2016, p. 49),

Na RESEX, o Censo da Pesca (ICMBio, 2009) registrou existência de 295 embarcações, sendo que os cascos e canoas, ambos de pequeno porte, representam mais de 50% das embarcações. Quanto às embarcações de médio porte, motorizadas e aptas ao transporte da produção pesqueira, nota-se a predominância dos botes e bianas [...], representando cerca de 1/3 das embarcações da UC.

“Ressalta-se que dos 995 entrevistados, 502 pessoas não possuem embarcações, 349 possuem e 144 não responderam” (ICMBio, 2016, p. 50).

Essa situação de dependência de embarcações para trabalhar deixa o pescador em desvantagem em relação ao dono e contribui para a situação de precarização de muitos.

Almeida *et al.* (2010), destacam as dificuldades para obtenção de informações sobre a pesca no Brasil. O município de Cururupu faz parte dessa realidade. Nem o poder público municipal conhece sua real produção pesqueira. Não há registros sistemáticos do que a pesca produz no município.

O Maranhão se destaca no contexto da produção de pescados em nível nacional e nesse estado é o município de Cururupu que ocupa uma posição especial.

A tabela 3 mostra a produção do pescado no estado por arte de pesca e município.

Tabela 3 - Produção de pescado no estado, por município e arte de pesca em 2005.

Aparelho de pesca	Carutapera	Luiz Domingues	Godofredo Viana	Cândido Mendes	Turiáçu	Apicum-Açu	Bacuri	Cururupu	Porto Rico	Cedral	Guimarães	Bequimão	Alcântara	São Luiz	Raposa
Arrasto	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Boinha	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,9	31,5
Coleta de caranguejo	13,3	0,0	6,1	10,8	4,7	0,0	7,8	0,0	8,5	0,0	0,8	3,0	0,0	129,3	54,9
Coleta manual	0,0	0,0	2,3	11,3	1,1	0,0	1,2	3,0	57,7	0,0	7,4	24,0	0,0	26,4	281,6
Coleta de ostra	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,8
Coleta de sururu	0,0	0,0	0,0	0,0	0,8	0,0	0,0	0,0	11,4	0,0	0,0	17,8	0,0	0,0	0,0
Curral	223,0	116,7	64,8	97,3	53,5	24,4	5,0	160,8	186,0	78,7	91,8	0,0	16,5	6,4	1,6
Espinhel/Malhadeira	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0
Espinhel	61,0	48,2	41,2	214,9	105,7	166,3	239,9	476,1	7,0	122,4	121,2	30,5	261,7	216,1	237,9
Fuzarca	0,0	19,7	6,0	0,0	4,2	80,6	0,0	42,9	4,4	0,0	17,7	0,0	15,8	1,1	0,0
Gozeira	14,2	0,0	19,4	18,8	68,6	122,0	7,7	780,5	111,4	734,6	58,3	0,0	10,7	52,4	792,5
Linha	4,4	14,1	17,2	11,9	3,6	0,7	0,5	2,7	2,0	18,6	18,1	3,6	1,2	17,3	73,3
Linha/Malhadeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Manzua	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,7	0,0
Malhadeira	1.02,2	63,5	437,0	466,1	450,6	149,5	60,7	641,9	437,4	603,1	134,2	72,2	274,1	886,2	371,4
Muruada	8,2	4,7	22,2	57,2	72,7	329,7	121,4	543,6	236,4	168,2	41,6	3,5	139,1	79,9	0,0
Pargueira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	222,4	0,0
Puçá	4,7	28,6	3,2	36,7	122,4	285,0	116,0	265,7	54,0	32,1	84,6	160,2	195,4	66,1	9,3
Puçá/Malhadeira	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Puçá/Tapagem	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Rede de lagosta	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Rede de camarão	8,8	0,5	32,2	11,3	73,5	3,5	2,2	8,3	3,2	13,6	10,4	0,0	0,6	17,1	0,1
Rede de lance	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	50,8	14,2	0,0	6,1	11,8	9,4	11,2	2,3
Serreira	347,4	100,4	59,8	6,0	106,3	0,2	13,1	153,7	20,6	29,6	94,6	4,1	3,1	196,8	2.300,2
Tainheira	216,0	72,7	94,3	297,5	88,2	38,1	33,9	110,7	44,9	33,1	42,0	63,8	64,8	66,5	48,2
Tapagem	176,6	36,9	46,1	136,9	94,3	116,5	252,4	217,9	283,4	125,6	220,9	68,9	172,8	145,7	78,2
Tarrafa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,9	0,3	0,5	0,9	0,3	16,2	86,5
Zangaria	431,9	198,1	83,2	89,0	158,3	419,9	156,2	313,5	85,6	39,1	54,6	281,6	44,4	12,7	0,5
TOTAL	2.541,6	704,2	935,3	1.465,6	1.408,4	1.736,4	1.017,9	3.773,2	1.568,7	1.998,9	1.005,4	746,0	1.210,3	2.177,4	4.374,7

Fonte: ICMBio (2016).

Almeida *et al.* (2010), destacam as dificuldades para obtenção de informações sobre a pesca no Brasil. O município de Cururupu faz parte dessa realidade. Muitas dificuldades são apontadas para se chegar aos valores reais da produção pesqueira:

A estatística pesqueira sistemática no Maranhão possui enormes fragilidades metodológicas e temporais, assim, o que se apresenta neste estudo é uma compilação de diferentes trabalhos. As primeiras estatísticas foram realizadas de 1965-1975 (Emerciano, 1978), com oscilações e descontinuidades nas décadas de 80 e 90, exceto pelo estudo de Paiva (1997), que reuniu dados sobre a pesca de água doce e de salgada entre 1990-1994 (Almeida *et al.* 2006). Na década de 2000, a Estatística do Desembarque Pesqueiro – ESTATPESCA, liderada pelo IBAMA, foi realizada apenas para os períodos de 2002 a 2003 (PROZEE, 2006), gerando nova lacuna na série histórica de dados estatísticos sobre a pesca maranhense (ICMBio, 2016, p. 57).

Durante as pesquisas, observou-se a carência de um sistema, de um aparato institucional por parte do município para registrar sua produção pesqueira, para tributar o pescado destinado a outros municípios e estados. A pesca também não aparece com destaque nos dados do IBGE, quando da composição do PIB, conforme é destacado por ICMBio (2016, p. 59):

Apesar da expressiva produção pesqueira identificada nos dados ora citados, convém observar que o PIB do município, disponível no site do IBGE e apresentado neste Plano de Manejo para 2012 indica que 26% do produto interno bruto referem-se às riquezas geradas a partir da agropecuária, contudo não consideram a contribuição pesqueira na formação das riquezas do município. O entendimento deste fato caracteriza-se uma inferência, não obstante, pode-se supor que uma eventual ausência de série histórica corrobore para o não dimensionamento da real contribuição da atividade pesqueira no PIB municipal.

Infere-se que o próprio município não sabe da sua real produção oriunda da pesca e, conseqüentemente, recursos que poderiam ser utilizados para melhorar a sua situação socioeconômica não o são.

Ainda existe a situação do município de Apicum-Açu, situado próximo à RESEX, que conjuga situações que contribuem para que grande parte do pescado de Cururupu seja comercializado no seu porto. São elas: a proximidade geográfica com muitas comunidades da RESEX, como Lençóis, estrutura para atracar embarcações e recepção de pescados, com cais, fábricas de gelo, posto de combustíveis, pousadas e atravessadores.

O conjunto de fatores citados tem permitido ao município de Apicum-Açu um destaque regional nos últimos anos. No entanto, é outra situação que contribui para o subdimensionado do pescado de Cururupu.

Uma situação histórica e que permanece na cadeia produtiva da pesca, na RESEX, é a ação constante, permanente dos atravessadores. Existem atravessadores nas próprias comunidades e de outras localidades.

De acordo com o perfil da família beneficiária da RESEX, estabelecido pela Portaria ICMBio, nº 126 de 04 de dezembro de 2014 (ICMBio, 2014a), apenas as famílias que se enquadram no que foi estabelecido podem ter acesso aos recursos da RESEX. No entanto, pescadores do entorno da UC (Porto Rico do Maranhão, Cururupu, Serrano do Maranhão, Bacuri e Apicum-Açu) e de outras localidades (Bequimão, Guimarães) desenvolvem sua atividade laboral na RESEX.

O problema não está apenas em não ser da RESEX, mas em técnicas utilizadas (malha fina, tapagem de igarapé) que são danosas à reprodução das espécies, o que compromete os estoques pesqueiros locais.

O Acordo de Gestão, estabelecido pela Portaria nº 122, de 06 de novembro de 2014 (ICMBio, 2014b) (Anexo H), é um importante instrumento normativo. Nele estão estabelecidos os tipos de pesca permitidos e não permitidos, assim como os apetrechos e as técnicas de captura.

Algumas restrições:

- “Fica proibida a pesca com redes do tipo puçá de arrasto nos meses de abril, maio, junho, para proteger o recrutamento do camarão”.
- “Embarcações de não beneficiários ficam restritas a utilizar a área da reserva apenas para abrigo e abastecimento.”

Alguns exemplos de permissões:

- “Na RESEX, somente será permitida a pesca artesanal que não utiliza tração motorizada para a captura e cujas embarcações não ultrapassem o peso de 10 toneladas líquidas de arqueamento”.
- “Redes do tipo zangaria ou fuzarca, com malha não inferior a 50mm (cinquenta milímetros), desde que fixadas a uma distância mínima de 100m (cem metros) uma da outra, com altura máxima de 2,5m (dois metros e meio) e comprimento máximo de 1 500 m (mil e quinhentos metros)”.

A zangaria é uma das artes de pesca mais controversas que existe nas comunidades pesquisadas. Nas comunidades estudadas, verificou-se que Peru e

São Lucas são aquelas que mais a praticam. Teve-se a oportunidade de chegar na RESEX quando comunitários das duas localidades citadas estavam coletando peixes junto a uma zangaria (Figura 24).

Figura 24 – Zangaria



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Maio de 2016).

Os pescadores da comunidade de São Lucas praticam a pesca, predominantemente, na costa da comunidade, num local denominado de “lavado”, que corresponde à área encoberta e descoberta pela água do mar diariamente conforme a preamar e baixa-mar. Lá, é colocada uma extensa rede de pesca, presa em estacas. Quando a maré está enchendo, a rede fica suspensa; junto com a maré chegam os peixes e crustáceos; os pescadores, então, baixam a rede para que as espécies fiquem capturadas. Como o vão é muito pequeno, os peixes pequenos e de pequeno valor comercial são descartados. Essa situação compromete o ciclo reprodutivo de muitas espécies. O camarão é a espécie de preferência pela grande procura e valor comercial. Na primeira visita à São Lucas, a equipe de pesquisadores teve a oportunidade de observar uma zangaria de cerca de 750 braças. Durante a observação, o grupo era visto com desconfiança por parte das pessoas que ali estavam, e foi orientado a não fotografar e nem filmar a rede. Os

peixes mortos podem ser vistos não apenas na costa, mas na baía e nos canais e igarapés.

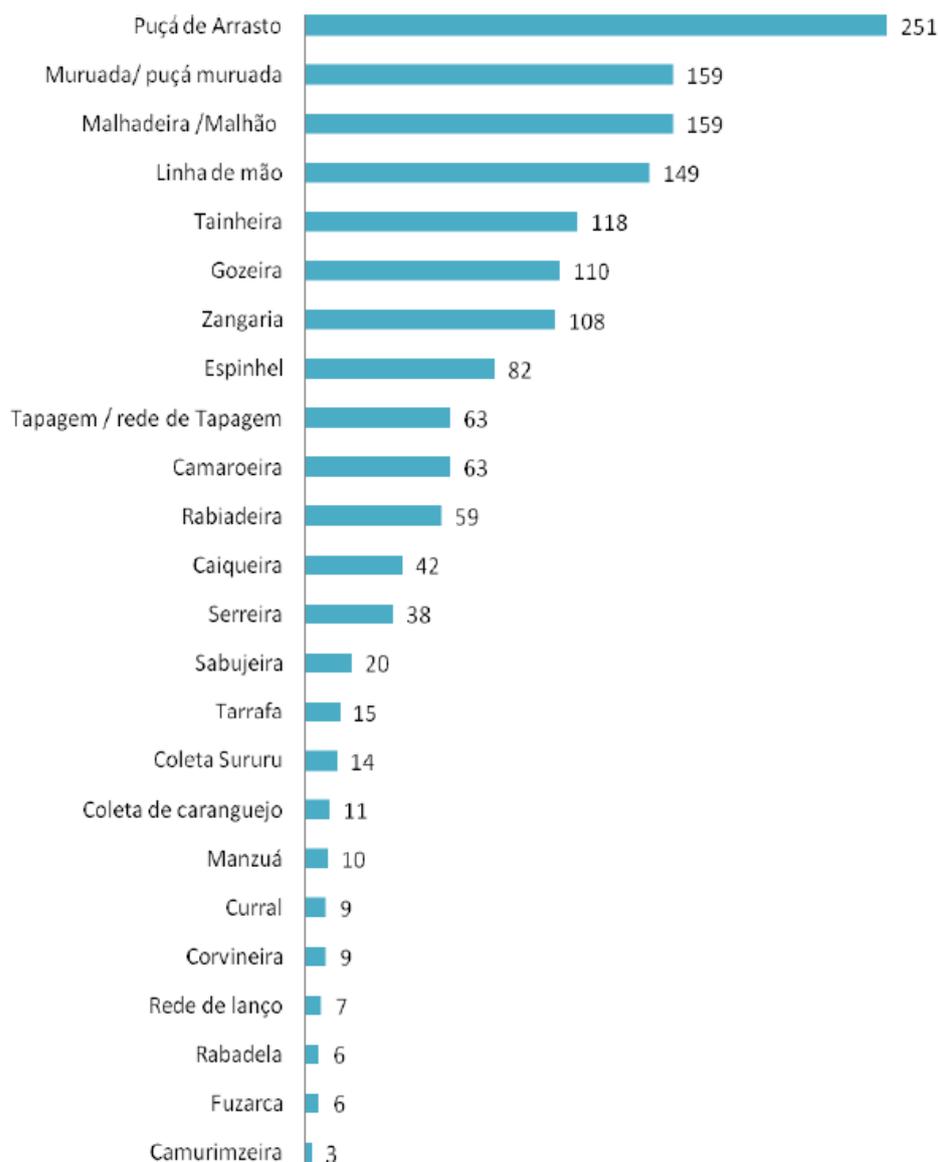
Nas ações de fiscalização do ICMBio, muitas redes são recolhidas e queimadas. Há controvérsias em relação às ações do órgão. O pescador entrevistado em São Lucas, integrante do Conselho Gestor da RESEX, questiona estas ações. Diz ele que não se percebem muitas mudanças positivas a partir da criação da RESEX. Reclama que o desmatamento do mangue não é coibido, mas as zangarias sim.

A atividade pesqueira, em São Lucas, carece de ações efetivas e articuladas entre a comunidade local, os governos (nos seus diversos níveis) e o ICMBio para encontrar soluções viáveis para os problemas gerados pela pesca de zangaria. Tradicionalmente, essa é uma técnica praticada pela comunidade local, assim como em outras localidades na RESEX de Cururupu, a qual é reprimida pelo órgão gestor nos períodos de proibição, pelas consequências negativas geradas. Contudo, é necessário que sejam propostas soluções que atendam à sustentabilidade ambiental, sem o comprometimento da reprodução das espécies, e gere renda o suficiente para contribuir com a fixação da população no lugar e diminua os conflitos entre pescadores e o órgão gestor da Reserva.

Segundo Almeida *et al.* (2010, p. 14), “[...] pouco se conhece sobre a sustentabilidade dos recursos, não havendo, até o momento, estimativas de rendimento máximo sustentável para a maioria dos recursos pesqueiros do Maranhão”. Destaca, ainda a importância de se considerarem aspectos sociais, além das características biológicas e ecológicas dos recursos, quando da adoção de medidas de manejo.

No caso citado sobre a pesca de zangaria, os aspectos sociais não podem ser desconsiderados, pois a atividade envolve a maioria das famílias e seus diversos integrantes (adultos e jovens, homens e mulheres). Quando uma zangaria é apreendida e/ou queimada, interfere na manutenção, no sustento da própria comunidade. Normalmente, as ações do ICMBio se dão por conta do período inadequado (período do defeso) ou porque a malha está fora das especificações.

Outras artes de pesca são praticadas na RESEX e o Censo de Pesca, realizado em 2009 pelo ICMBio, indica quais e quantas são essas artes.

Figura 25 - Principais artes de pesca utilizadas na RESEX

Fonte: ICMBio (2016).

A produção oriunda da arte de puçá de arrasto, a mais citada, é destinada predominantemente à subsistência; a rede é de fácil manuseio e a técnica de baixo custo.

No caso da muruada, há uma delimitação de território para a realização da pesca (normalmente identificados por bandeiras pequenas), cuja dominialidade é adquirida por herança ou negociação.

A tapagem de igarapé ou rede de tapagem é proibida, no entanto, ainda praticada.

Em Peru, fato relatado no item 6.3 (p. 190), em 13 de janeiro de 2017 os pescadores reunidos discutiam, entre outras situações, esse tipo de pesca na comunidade.

A pesca, principal atividade econômica da RESEX, poderia contribuir mais para a arrecadação de tributos municipais e proporcionar melhor qualidade de vida aos pescadores e suas famílias, mas é preciso vencer as situações negativas já expostas.

A contribuição do pescador com o conhecimento do ambiente ecológico e das técnicas de captura é muito importante. No entanto, ele tem que ser tratado de forma mais abrangente no diz respeito à escolarização; recursos para aquisição de embarcações e petrechos de pesca; na ampliação do conhecimento técnico e na organização associativa. Devem ser vistos e tratados como sujeitos de direitos e não apenas como sujeitos de trabalho.

5 AS AÇÕES INSTITUCIONAIS NA RESEX

Após a institucionalização, todas as Unidades de Conservação têm que contar com ações do seu órgão gestor e ações articuladas de outros órgãos para que os objetivos propostos para a unidade sejam alcançados e os direitos dos cidadãos, garantidos.

Todos os cidadãos brasileiros têm direitos sociais assegurados pela Constituição Federal 1988, conforme se destaca abaixo:

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (EC no 26/2000 e EC no 64/2010). (BRASIL, 1988).

A partir das observações *in loco* e de dados oficiais (que serão mostrados adiante) ver-se-á o alcance das garantias dos direitos a que as comunidades fazem jus enquanto integrantes de uma unidade de conservação e enquanto cidadãos como quaisquer outros brasileiros. Pode-se perceber, também, se as ações existentes no local se materializam em monitoramento, fiscalização e educação ambiental. E se, no recorte temporal estudado, ocorreu algo com a qualidade de vida da população.

A sustentabilidade pretendida ou preconizada para as UC deve abranger outras dimensões que não apenas a ecológica, conforme defendido por Freitas (2012). Não se pode perder de vista, por exemplo, as dimensões socioeconômicas. Não adianta o ambiente ser ecologicamente equilibrado se as populações humanas que integram o mesmo não possuem bem-estar ou não terem o bem-viver.

A Constituição Federal de 1988 traz uma visão ampliada de sustentabilidade que, por vezes, não se percebe. Freitas (2012, p. 109) chama à atenção “Sustentabilidade, no sistema brasileiro, é, entre valores, um valor de estatura constitucional. Mais: é ‘valor supremo’, acolhida a leitura da Carta endereçada à produção da homeostase biológica e social de longa duração”. Segundo ele, ao se referir ao desenvolvimento, a Constituição Federal de 1988 se contrapõe ao desenvolvimento vigente, com características predatórias, baseado em injustiças sociais e ambientais. A sustentabilidade de desenvolvimento preconizado pela Constituição Federal de 1988 deve ser pautada em pressupostos sociais, econômicos, ambientais, jurídico-políticos e éticos aceitáveis. Freitas (2012) ainda

destaca que essa visão de desenvolvimento permeia a Constituição Federal de 1988, com destaque para o art. 174, parágrafo primeiro; art. 192; art. 205; art. 218 e art. 219.

portanto, o desenvolvimento, constitucionalmente exigido, é aquele que se deixa tingir pelas cores éticas (ambientais, sociais e econômicas). Qualquer acepção unilateral ou unidirecional resulta em manifesto desacordo com as linhas mestras da Lei Maior (FREITAS, 2012, p. 111).

Serão analisadas as ações de instituições na unidade de conservação. Instituições essas que, pelos imperativos legais, devem realizar ações que contribuam para o alcance dos objetivos da RESEX e a tão pretendida sustentabilidade. Para tal, contou-se com informações oriundas das entrevistas concedidas por representantes institucionais (Capitania dos Portos do Maranhão, ICMBio, Colônia de Pescadores de Cururupu, Sindicato dos Pescadores de Cururupu, Colônia de Pescadores de Apicum-Açu, Sindicato dos Pescadores de Apicum-Açu), pela comunidade local e, utilizou-se, também, dados coletados no banco de dados Agregados por Setores Censitários do IBGE (Anexo A).

5.1 De instituições federais

- A Capitania dos Portos

A Marinha do Brasil e a Capitania dos Portos do Brasil foram criadas em 1848, para regularem a pesca no país. Sobre a Capitania, Silva (2015, p. 29), destaca: “Essa instituição existente até hoje é responsável pela regulamentação e fiscalização das embarcações, Ela passa a fazer o controle da navegação, expulsando navegadores e pescadores estrangeiros nas águas brasileiras”.

Entrevistou-se, em 2017, através de ofício, o Capitão dos Portos do Maranhão, André Luiz Trindade Gomes.

Perguntado sobre as competências da capitania na área da RESEX, ele respondeu: “Compete à Capitania dos Portos do Maranhão a fiscalização do tráfego aquaviário, visando à salva-guarda da navegação e à prevenção da poluição hídrica a partir das embarcações e suas plataformas de apoio” (André Luiz Trindade Gomes, 2017).

Sobre as ações da Capitania na RESEX, ele foi bem sintético: “ações de fiscalização relativas ao tópico anterior” (André Luiz Trindade Gomes, 2017).

Questionou-se sobre a parceria da Capitania com outros órgãos – instituições para atuar na RESEX. Ele respondeu:

Quando são recebidas solicitações, as mesmas são submetidas ao Comando Superior para retificação. Por exemplo, o ICMBio convidou a Capitania para uma audiência pública em Icatu-MA, onde foram abordados os assuntos sobre a criação de RESEX (André Luiz Trindade Gomes, 2017).

Em relação ao contato com os pescadores artesanais, respondeu:

O contato, não específico, ocorre durante as inspeções navais, campanhas educativas e habilitação de pescadores, realizadas nas localidades de jurisdição da Capitania dos Portos do Maranhão. Ocorre, também, no atendimento ao público na Capitania (André Luiz Trindade Gomes, 2017).

Perguntou-se: Nas ações de patrulhamento na costa acidental maranhense, a Capitania tem observado barcos de outros estados e nacionalidades nas águas da RESEX?

O capitão assim respondeu: “A Capitania desenvolve ações de “Inspeção Naval”, de caráter administrativo. As ações de “Patrulha Naval” são realizadas por navios de Grupamento de Patrulha Naval do Norte, sediado em Belém-PA” (André Luiz Trindade Gomes, 2017).

Quanto ao diálogo da Capitania com o órgão gestor da RESEX, o ICMBio, a resposta foi:

A Marinha do Brasil está sempre pronta para atuar em conjunto com os órgãos ambientais. No caso da RESXE de Cururupu, o último apoio solicitado foi em 2012, para ações de fiscalização conjunta. Desde então, a Capitania realiza inspeções navais na área, mas não de forma conjunta (André Luiz Trindade Gomes, 2017).

Ao questionamento “Que problemas podem ser apontados, pela Capitania, como entraves à boa gestão na RESEX?”, o Capitão repetiu as atribuições da Capitania, já citadas, e foi enfático: “Não temos como opinar sobre gestões de RESEX” (André Luiz Trindade Gomes, 2017).

O último questionamento foi: “Já se tem alguma proposta para instalação de um posto da Capitania na região das reentrâncias?” O capitão, assim respondeu: “Até o presente momento, não” (André Luiz Trindade Gomes, 2017).

Mary Jane Costa Fonseca (2017) assim se refere à Capitania dos Portos do Maranhão: “É a única presença do Estado naquela região”. A fala da gestora

municipal decorre da carência de políticas públicas efetivas na RESEX. O Estado se faz presente no local, mas suas ações ficam muito aquém das necessidades e demandas locais, no que diz respeito à saúde, educação, segurança, qualificação profissional, organização econômica, conforme tratado no capítulo 4. A visão da gestora é compartilhada pelos moradores. O capítulo 6 trata da percepção da RESEX pelos sujeitos que moram na localidade. Eles demonstram gostar do lugar, mas reconhecem as carências, notadamente, as de ordem socioeconômicas.

A RESEX está situada em área de jurisdição da Marinha do Brasil. Ela tem desenvolvido ações no sentido de verificar se as dimensões das embarcações estão de acordo com o que é especificado para cada uma e verificar a documentação das embarcações e dos condutores. Além do depoimento citado acima, sobre a instituição, vários outros entrevistados fizeram referência às ações do órgão.

Uma ação da Capitania foi destacada pelo Presidente da Colônia de Pescadores Apicum-Açu, Jocimar Monteiro Gatinho, em entrevista realizada na sede da instituição, em 16 de setembro de 2016. Ele destacou ações referentes à documentação e especificações das embarcações utilizadas; fez referência, também, tanto a ações de conscientização dos pescadores quanto a questões como o seguro das embarcações, documentação e segurança.

- O Programa de Apoio à Conservação Ambiental

Este é um programa mais conhecido na localidade, como Bolsa Verde. Foi instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Tem como objetivos:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, com os seguintes objetivos:

I - incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável;

II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas no art. 3º; e

III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Art. 2º Para cumprir os objetivos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a União fica autorizada a transferir recursos financeiros e a disponibilizar serviços de assistência técnica a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural, conforme regulamento (BRASIL, 2011).

As famílias cadastradas no programa recebem anualmente 4 bolsas de R\$ 300,00.

Na RESEX de Cururupu, a ação do programa bolsa verde materializa –se em um mutirão realizado, predominantemente, pelas mulheres para a limpeza das comunidades. O lixo é recolhido; depois, queimado ou enterrado.

Nas comunidades visitadas, todos citam o programa como um ganho significativo, tanto pela renda transferida às famílias, quanto à limpeza permanente do local.

De acordo com o Plano de Manejo, citando o Relatório Bolsa Verde, 585 famílias beneficiadas são residentes na RESEX de Cururupu (ICMBio, 2016).

Observou-se um protagonismo feminino expresso no poder de organização da comunidade para uma ação coletiva em prol de todos da comunidade. São as mulheres que coordenam o trabalho dos mutirões de limpeza (atividade do Bolsa Verde). O cuidado que, tradicionalmente, elas têm com a casa, é transferido para a comunidade. São elas que convocam para a reunião que antecede a atividade, organizam os grupos, fazem a coleta, junto com jovens e crianças, dão a destinação ao lixo. São poucos os homens que participam dos mutirões, postura que é reflexo da antiga divisão de trabalho entre homens e mulheres, onde existem “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”.

Para Lailson James Silva de Araújo (2016), o sentido do Bolsa Verde foi deturpado. Ele destaca que o objetivo do programa vai além do recolhimento periódico dos resíduos. A concepção do comunitário citado corresponde ao que é expresso no decreto de criação do programa. Uma concepção de conservação mais ampliada deveria ser desenvolvida na RESEX e se refletir em práticas cotidianas no desenvolvimento das atividades econômicas, no consumo, no descarte dos resíduos, entre outros. Um fato que reflete o que foi dito: a concepção desenvolvida sobre os resíduos é tão limitada que as ações param quando os recursos do programa foram suspensos em 2018.

A situação exposta por Lailson James Silva de Araújo é um exemplo do direito (nesse caso, direito a um ambiente limpo) que chega pela mercadorização, e não pela educação.

Quando a educação funciona, evita-se ou minimiza situações como aquelas observadas em Lençóis, em 2016: lixo exposto em alguns trechos, inclusive

na área das dunas. A concepção desenvolvida sobre os resíduos é tão limitada que as ações param quando os recursos são suspensos.

- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

O gestor da Unidade, Eduardo Castro Menezes de Borba, foi entrevistado em dois momentos. O primeiro foi em 24 de março de 2016. Em entrevista concedida em 9 de dezembro desse ano, abordou uma diversidade de questões sobre a RESEX. Inicialmente, conversou-se sobre a sua criação. Ele ainda não estava no órgão quando o processo ocorreu, mas relatou que há registro do mesmo em vários documentos, incluindo atas das reuniões. Em seguida, ele abordou sobre a posse da terra na RESEX, expôs sobre o CCDRU, desapropriação e indenização, direitos e deveres da AMREMC.

Sobre ações e projetos desenvolvidos na RESEX, o gestor destacou: Projeto Especial de Assentamento realizado pelo INCRA, Programa Bolsa Verde, ATER, desenvolvido pelo Ministério da Pesca e Ministério de Desenvolvimento Social, PRONATEC, no município de Cururupu e Programa Mais Médicos.

Em relação aos incentivos às manifestações culturais, disse ter conhecimento sobre a realização de um filme português sobre a Ilha de Lençóis e reportagens jornalísticas; sobre o Turismo, citou a inserção de Cururupu no CONGUARÁS⁸.

Sobre as fiscalizações, o Sr. Eduardo reportou-se à última realizada na RESEX. Em 7 dias de atividades foram lavrados 10 autos, referentes a tapagem de igarapé, uso de rede alta (8m) e zangaria alta. O ICMBio tem realizado 3 fiscalizações por ano com ajuda de policiais do Batalhão de Polícia Ambiental (BPA). A ação do órgão é condicionada a um número limitado de servidores. A RESEX de Cururupu é a maior RESEX marinha do país e, há 4 anos, o órgão conta com um servidor.

As reservas extrativistas são geridas pelo ICMBio. Antes da criação desse órgão, essa era uma função do IIBAMA. Cada RESEX tem um chefe, que pertence ao órgão gestor. Entre as ações que devem ser desenvolvidas na UC, estão o monitoramento, a fiscalização e educação ambiental.

⁸ Conguarás – O Consórcio Intermunicipal da Floresta dos Guarás é composto por 10 municípios da região do litoral ocidental maranhense, conhecida como Floresta dos Guarás. Os municípios que compõem o consórcio são Cururupu, Apicum-Açu, Bacuri, Serrano do Maranhão, Mirinzal, Porto Rico, Cedral, Guimarães, Central e Bequimão.

Durante as pesquisas, não se teve conhecimento de monitoramento por parte de um órgão federal e nem em parceria com a municipalidade ou governo estadual. Muitos pescadores relataram que as espécies de peixes estão diminuindo. Estes relatos seriam confirmados ou não com um eficiente monitoramento.

A fiscalização tem ficado comprometida em decorrência do número limitado de servidores do ICMBio para a realização dessa tarefa, que necessita de recursos financeiros e humanos, além de preparo para lidar com a população local, visto que pode ocorrer o confisco de apetrechos (como redes).

A educação ambiental é estabelecida em legislação específica, lei nº 9795, de 27 de abril de 1999. No nível de formação escolar básico (Educação Básica, dos anos iniciais até o Ensino Médio), ela é um tema transversal.

Na Conferência de Tbilisi, promovida pela UNESCO, em 1977, a educação ambiental foi definida como um processo contínuo no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades, as experiências e a determinação que os tornam aptos a agir, individual e coletivamente, e resolver os problemas ambientais presentes e futuros (DIAS, 2004, p.32).

E enquanto processo, a educação ambiental deve buscar “sensibilizar as pessoas quanto à questão do meio ambiente (como funciona, como dependem dele e como o afetam), levando-as a participar ativamente de sua defesa e melhoria.” (DIAS, 2004, p. 32).

Figueiró (2016) chama atenção para ações ditas de educação ambiental que reforçam o modelo de consumo predominante e, comprovadamente, danoso ao ambiente. Para ele,

Desenvolver um processo de educação ambiental emancipatório na escola de hoje, capaz de desvelar e fazer frente às estratégias mais atuais do modelo produtivo e cultural que hegemoniza a nossa sociedade, é uma das tarefas mais difíceis e mais desafiadoras para a construção de um futuro em que os seres humanos ainda possam ocupar este planeta com algum grau de humanidade (FIGUEIRÓ, 2016, p.80).

Nas UC, a educação ambiental, entre outros aspectos, é um dos instrumentos para o alcance da sustentabilidade. Concorda-se com Silva (2011, p. 13) na utilização do termo educação socioambiental, no que ela destaca “é termo fundamental para a compreensão da produção social do espaço, referenciado no modelo de produção econômico, modernizador, industrial que amplia a destruição do ambiente e acelera a segregação socioespacial”.

No ambiente posto pelas relações institucionais e comunitárias da RESEX, o ICMBIO se insere como um tipo de capital científico.

Esse capital, de um tipo inteiramente particular, repousa, por sua vez, sobre o reconhecimento de uma competência que, para além dos efeitos que ela produz e em parte mediante esses efeitos, proporciona autoridade e contribui para definir não somente as regras do jogo, mas também suas regularidades, as leis segundo as quais vão se distribuir os lucros nesse jogo, as leis que fazem que seja ou não importante escrever sobre tal tema, o que é brilhante ou ultrapassado [...] (BOURDIEU, 2004, p.27).

Considera-se importante destacar algumas falas de moradores da RESEX sobre a atuação de órgão gestor na mesma. As visões sobre o ICMBio são diferenciadas e, em alguns casos, modificaram-se ao longo do tempo. Os relatos sobre o órgão são da seguinte ordem:

- Antes, a visão que se tinha do ICMBio era “embargar a gente”. À proporção que as reuniões foram acontecendo, a visão foi mudando. “A nossa área fica mais protegida.” Sem o ICMBio “hoje, Lençóis estaria tomada por moradores” de fora (Ivaney Silva, 2018).

- Pouca coisa mudou com o ICMBio. Pra mim “tanto faz como tanto fez” (Antonio Nilson Rabelo Araújo, 2018).

Muitos pescadores queixam-se do rigor da fiscalização, realizada pelo ICMBio, com os pescadores da RESEX e a permanência de barcos pesqueiros de outras localidades como Bequimão, Porto Rico que utilizam redes altas.

Segundo Castro Alvares (2016), de Lençóis, há uma grande insatisfação em relação ao ICMBio. Para ele, a restrição à pesca do peixe mero e o uso de alguns artefatos “só serve para os pescadores da RESEX”. Já pescadores de Apicum-Açu e outros lugares fazem a pesca nas águas da RESEX sem grandes problemas. Completa o pescador, “o que adianta fazer as restrições se não há condições de fiscalizar de forma adequada”. Destaca, ainda, que o fato Apicum-Açu não fazer parte da RESEX deixa os pescadores desse município se sentirem mais livres para pescar da forma que querem.

Outro pescador, Josué Monteles, destaca uma relação mais harmônica com o ICMBio. A proximidade com o órgão ocorreu a partir das reuniões preparatórias à criação da RESEX.

Para Roberto Wagner Ferreira Louzeiro (2016), “ao contrário de outras comunidades, Guajerutiua não tem problema com o ICMBio, pois tudo é legal, tanto instrumentos (de pesca), quanto o produto (peixes)”.

Segundo Wlysses de Jesus Oliveira Santos (2018), O ICMBio promove palestras, mas realiza pouca fiscalização. Hélio Ferreira Sousa (2017) relata conflitos de pescadores com o órgão gestor em decorrência do uso de zangaria. Francisco Silva Azevedo (2017) relata como os pescadores de Guajerutiua veem a ação de órgãos como o ICMBio e o IBAMA:

Eles tão tudo encaixado num grupo só, inclusive a placa bem ai, quebraram essa placa [...] Então são de um grupo só, então são uma parceria de todos eles, do Instituto Chico Mendes, do IBAMA, enfim. (pausa longa). Eles marcam uma reunião e aqueles que gostam e confiam ainda comparecem, vão escutar o que eles diz, eles escutam também o que a gente passa pra eles.

Em alguns momentos, a percepção do órgão é secundária em relação ao gestor. É o que se percebe na fala de uma moradora de Caçacueira, referindo-se aos momentos em que ele está na ilha:

Chama o pessoal pra reunião. A ultima vez que ele veio passou uns 3 ou 4 dias fazendo reunião. Veio o pessoal de até Lençóis, São Lucas, Guajerutiua e Perus tudo pra cá. Desde esse tempo que ele não vem. Quando ele vem ele junta o pessoal. Porque as vezes dá algum problema. Porque nós que ganhamos esses 300 reais nós temos o dever de cuidar do meio ambiente. Sabe como é o ser humano, tem sempre alguém que quer ganhar, mas não quer seguir. Mas não quer acompanhar as outras; sempre tem problema, ele vem conversa... Eduardo é uma pessoa muito querida. (Rosanira Nogueira, 2017).

As falas expressam um descontentamento com algumas ações do órgão gestor, o qual representa uma face do poder. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de subverter, é uma crença na legitimidade das palavras e daqueles que a pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 1989, p. 15).

Além de todo o exposto acima, trazem-se dados, disponibilizados pelo IBGE, do banco de dados Agregados por Setores Censitários, específicos das comunidades estudadas, que ajudarão a identificar aspectos do padrão de vida da população local.

Foram selecionadas variáveis referentes à quantidade de habitantes, quantidade e característica de domicílios, escolaridade e rendimento para se

observar a evolução das mesmas de 2000 (antes da criação da RESEX) para 2010 (com a RESEX já implantada). E, ainda, o comportamento em um dos anos citados.

Em relação ao crescimento demográfico, tem-se:

Tabela 4 – População Residente

Setor-Comunidade	Censo 2000	Censo 2010	% de aumento ou decréscimo
23 - Guajerutua	673	462	- 31,3%
24 - Guajerutua	408	253	- 37,9%
27 – Lençóis	455	351	- 22,97%
31 – Peru	330	159	- 51,8%
32 - São Lucas	552	128	-76,8%
33 - São Lucas	275	393	+ 42,9%
34 - Caçacueira	694	691	-0,43%

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

Ao se estabelecer um comparativo entre os dados censitários de 2000 e 2010, conforme banco de dados agregados por setores censitários, percebe-se que a população absoluta nos setores estudados tem diminuído, predominantemente.

A maior redução ocorreu em um setor de São Lucas. Essa comunidade apresenta um fato curioso, um setor diminuiu e o outro aumentou. A menor redução ocorreu na comunidade de Caçacueira. O número é bem próximo, de um período censitário para outro.

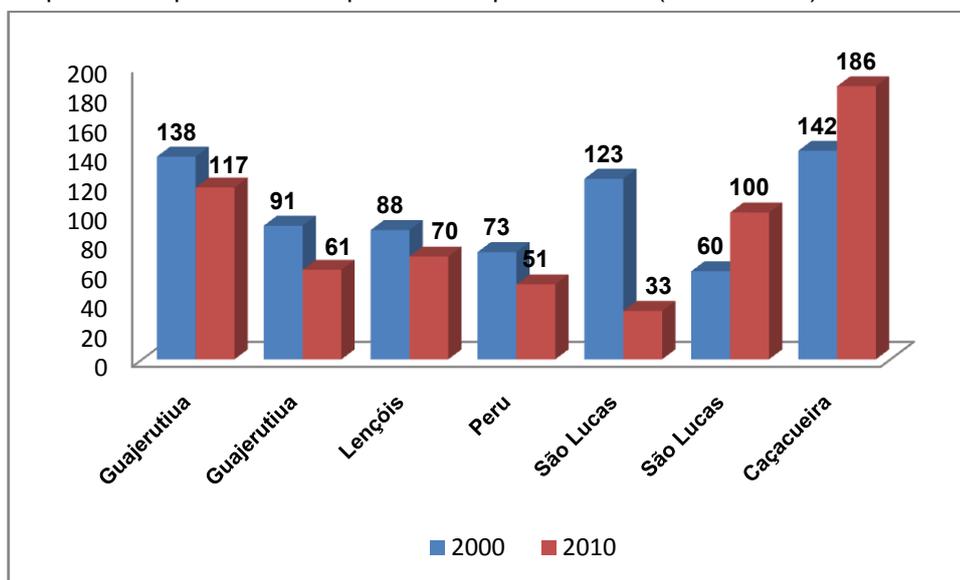
Convém destacar um aspecto que chamou a atenção na comunidade de Caçacueira. Os pescadores entrevistados disseram que a maioria trabalha em suas próprias embarcações e utilizando seus próprios apetrechos. De acordo com Liliane dos Santos Pereira (2016), “todas as embarcações são próprias”. O porto tem um movimento muito grande de embarcações e mercadorias. Observou-se, também, o padrão das edificações. Casas, escolas, estabelecimentos comerciais construídos com tijolos, pintados ou revestidos; alguns de dois pavimentos.

A redução da população absoluta, na maioria das comunidades, reflete a ausência de ações que contribuem para a permanência das pessoas no lugar. Entre elas, está a inexistência de escolas de Ensino Médio.

A quantidade de domicílios particulares permanentes ou pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (Gráfico 2) apresentou crescimento apenas em um setor de S. Lucas e em Caçacueira. Houve uma redução

significativa em um setor de S. Lucas, de 123 para 33 domicílios. Durante as etapas de campo, a equipe pode observar várias casas desabitadas e até em ruínas em São Lucas.

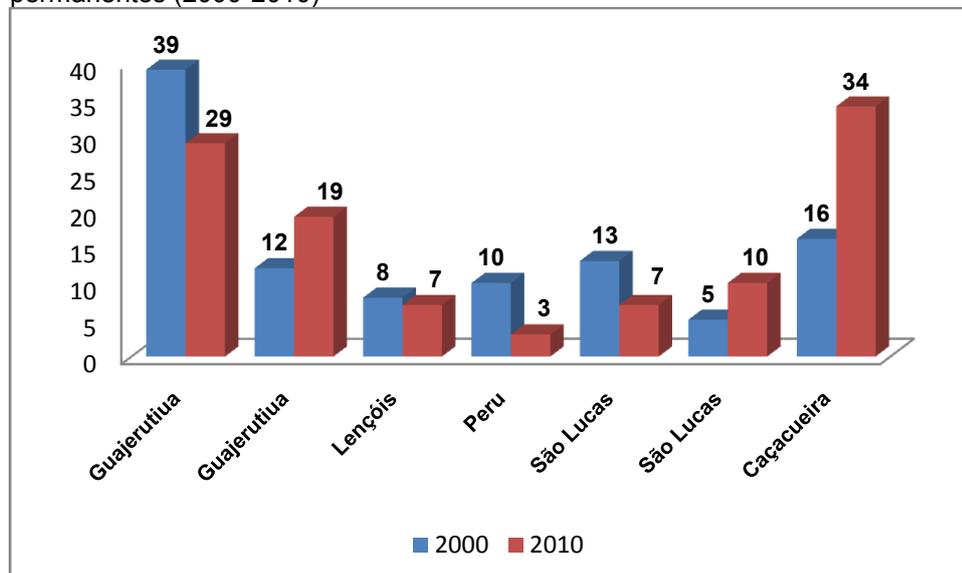
Gráfico 2 - Quantidade de domicílios particulares permanentes ou pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (2000 - 2010)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

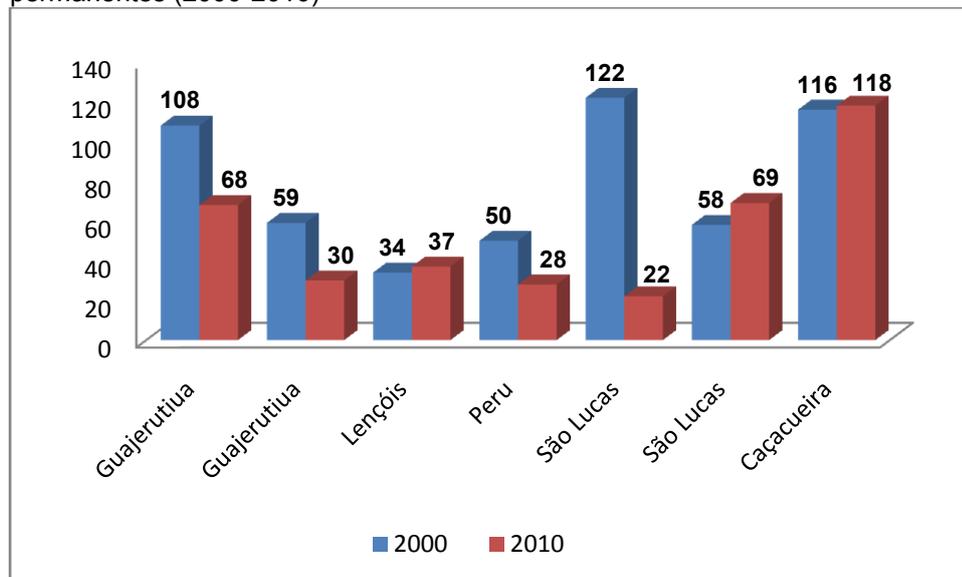
Em relação à escolaridade, foram selecionadas as planilhas com mulheres alfabetizadas responsáveis por domicílios particulares permanentes (Gráfico 3) e homens alfabetizados responsáveis por domicílios particulares permanentes (Gráfico 4).

Gráfico 3 - Mulheres alfabetizadas responsáveis por domicílios particulares permanentes (2000-2010)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

Gráfico 4 - Homens alfabetizados responsáveis por domicílios particulares permanentes (2000-2010)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE

A única comunidade onde foi verificado o aumento no número de mulheres alfabetizadas responsáveis por domicílios foi Caçacueira. Era de 16 em 2000 e passou para 34, em 2010. Em São Lucas, apenas um dos setores apresentou aumento. Em todas as outras, houve redução. Lençóis se destacou por apresentar uma discreta redução, de 8 para 7.

Um comportamento semelhante ocorreu com os homens. As diferenças vão se dar nos números absolutos; Caçacueira sempre demonstrando equilíbrio. Era 116, em 2000, e passou para 118, em 2010. Em Lençóis, também, houve aumento: de 34 para 37.

Quadro 9 - Total de anos de estudos das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (2000-2010)

Setor-Comunidade	2000
23 - Guajerutiua	532
24 - Guajerutiua	243
27 - Lençóis	193
31 - Peru	240
32 - São Lucas	314
33 - São Lucas	115
34 - Caçacueira	407

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

Ao se compararem os dados do quadro 9 com a quantidade de pessoas responsáveis por domicílios (Gráfico 2), constata-se que a maior média de anos de

estudos é verificado em Guajerutua - 3,38 anos. É um valor pequeno muito pequeno.

Quadro 10 - Rendimento nominal mensal por pessoa responsável por domicílio particular permanente

Setor-Comunidade	2000
23 – Guajerutua	195,1232
24 – Guajerutua	154,2418
27 – Lençóis	147,8977
31 – Peru	187,0274
32 - São Lucas	209,8049
33 - São Lucas	199,2333
34 – Caçacueira	156,2042

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

Quadro 11 – Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com rendimento)

Setor-Comunidade	2010
23 – Guajerutua	462,75
24 – Guajerutua	370,04
27 – Lençóis	282,52
31 – Peru	459,56
32 - São Lucas	529,35
33 - São Lucas	391,67
34 – Caçacueira	413,61

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

Os quadros 10 e 11, apesar de apresentarem títulos diferentes, referem-se aos rendimentos dos responsáveis por domicílios particulares permanentes. Comparando as posições em que cada setor censitário se encontrava em cada ano, têm-se as seguintes situações: o setor 23 de São Lucas manteve a primeira colocação. O setor 32 caiu de 2º lugar, em 2000 e para 5º em 2010. Os setores de Guajerutua mantiveram as mesmas posições, 3º e 6º. Peru saiu de 4º lugar em 2000 e foi para 2º em 2010 e Caçacueira foi de 5º para 4º. Lençóis se manteve em último lugar nos dois períodos estudados.

Convém destacar que os primeiros e segundos lugares, nos dois períodos, são especializados na pesca do camarão, produto de grande valoração econômica.

Quadro 12 - Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário (2000)

Setor-Comunidade	2000
23 - Guajerutua	108
24 - Guajerutua	59
27 - Lençóis	34
31 - Peru	50
32 - São Lucas	122
33 - São Lucas	58
34 - Caçacueira	116

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

Quadro 13 - Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário (2010)

Setor-Comunidade	2010
23 - Guajerutua	109
24 - Guajerutua	49
27 - Lençóis	57
31 - Peru	51
32 - São Lucas	30
33 - São Lucas	87
34 - Caçacueira	172

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE.

Todos os domicílios da comunidade de Peru possuíam banheiros em 2010. Em contrapartida, em Lençóis, dos 70 domicílios, 57 contavam com banheiros nesse mesmo ano. Em 2000, a melhor situação era verificada em São Lucas (setor 23): 122 banheiros para 123 domicílios. Nos demais, a diferença era bem maior, como em Lençóis, em que havia 88 domicílios e 34 banheiros.

A existência de banheiros nos domicílios é uma condição básica, por minimizar problemas que acometem as pessoas, gerando doenças às mesmas.

Os dados acima e as situações destacadas no capítulo 4 retratam poucos ganhos sociais nas comunidades estudadas. O sistema de geração e distribuição de energia elétrica, o abastecimento de água, o serviço de saúde, a segurança, a educação pública, o recolhimento do lixo e a economia demonstram pequenas mudanças no padrão de vida da população após a criação da RESEX.

5.1 De entidades representativas dos pescadores

Os pescadores de Cururupu e Apicum-Açu podem se associar a uma das quatro entidades que representam os trabalhadores. Cada município tem uma

Colônia e um Sindicato dos pescadores. Foram entrevistados integrantes da diretoria de cada uma das entidades.

Considerou-se oportuno escutar esses sujeitos para saber como compreendem a RESEX, como se colocam enquanto representantes dos pescadores e diante dos demais órgãos e instâncias governamentais.

- Colônia de Pescadores de Cururupu

Na Colônia de Pescadores de Cururupu, foram entrevistados, em 20 de maio de 2016, a Presidente, Sra. Joana Silva, e o Sr. Valdemir Ferreira Monteiro, com 42 anos de associado, que exerce a função de Coordenador. Algo que chamou bastante a atenção é a duração da gestão anterior na Colônia - 32 anos. Esse fato denota um apego ao poder e a consolidação de um grupo. Eleições foram realizadas em 07 de maio de 2015, mas o presidente da gestão anterior continua exercendo função na diretoria eleita.

Em relação à entidade, foram citadas as seguintes informações: ela possui 86 anos de fundação, possui 2.500 sócios, sendo mais de 50% do litoral. Falaram da falta de apoio do município. Segundo eles, a aproximação só ocorre em períodos de eleição, o que dificulta a realização de programas sociais. Sobre os pescadores, informam que cerca de 50% trabalham por conta própria e a instituição trabalha para garantir a eles a aposentadoria, o auxílio doença e a aquisição da carteira do pescador – Registro Geral de Pesca (RGP)⁹. Nem todos os associados possuem o RGP. A infra-estrutura local não ajuda, “a péssima qualidade da estrada prejudica muito a exportação do peixe”. Os peixes de melhor qualidade são vendidos para São Luís e Belém. Destacaram, ainda, a importância do Porto de Apicum-Açu: “Apicum-Açu se tornou um grande porto, trazendo barcos do Ceará e de Belém”.

- Sindicato dos Pescadores Cururupu

Em 15 de setembro de 2016 foram entrevistados os senhores Ivaldo Santos (presidente) e José Dias de Azevedo (secretário). De acordo com os dois

⁹ O Registro Geral de Atividade do Pescador (RGP) está sítiado na Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura, do Ministério da Pesca e Aquicultura. Recebe inscrições de pescadores profissionais e aprendizes de pesca, que atendem às exigências estabelecidas por legislação específicas, para emissão de documento que torna legal a atividade exercida. A carteira do RGP tem validade de dois anos (Instrução Normativa nº 02, de 25 de janeiro de 2011).

integrantes do sindicato, a instituição foi fundada em 21 de agosto de 1992, e possui 1775 associados, sem contar com os aposentados.

Fizeram referência à colônia de pescadores. Para eles, a colônia “subordina o pescador” por meio de um “cabresto eleitoral”. Em quanto ela passou mais de 3 décadas com uma mesma diretoria, no sindicato, de 4 em 4 anos é publicado edital convocando eleições.

Questionou-se como ficam os direitos dos pescadores diante da atuação duas entidades representativas de uma única classe. Eles disseram que é a “mesma abrangência de direitos”.

O artigo 8º da CF destaca: “É livre a associação profissional ou sindical”, observando-se o seguinte:

Por meio de lutas travadas desde o Século XVI até o XXI e um arcabouço legal e institucional¹⁰ referente à pesca e aos pescadores, foi-se estruturando no Brasil, por meio da Constituição Federal de 1988, decretos, leis, portarias, instruções normativas, medida provisória; criação de órgãos como ministérios, conselhos, secretarias; criação de entidades representativas dos pescadores, como federações e confederação e a institucionalização de planos e programas. Diante da vastidão de direitos assegurados aos pescadores artesanais, considera-se a atuação das colônias e sindicatos da RESEX bastante limitada.

As técnicas de captura¹¹ do tipo tapagem de igarapé, zangaria, muruada, arrasto e malha fina foram citadas pelos entrevistados como responsáveis pela redução de camarões e peixes. Sobre os donos das embarcações, informaram que a maioria reside na sede de Cururupu. Segundo eles, o pescado de Cururupu destina-se, predominantemente, para São Luís (peixes) e Belém (camarões). E, contrariamente ao que foi dito pelos representantes da Colônia de Pescadores, no mercado da cidade são comercializados peixes de alta qualidade.

José Dias de Azevedo (2016) comentou sobre o processo de criação da RESEX. Segundo ele, a população foi “convocada” para participar, mas o IBAMA “levava tudo pronto”. Um ponto positivo que ele destacou foi a “representatividade de todas as ilhas”. A fala desse pescador expressa uma percepção de que foi um processo em que os comunitários estavam ali para legitimar o que já estava pré-estabelecido pelo órgão criador da UC. As pessoas foram ouvidas, mas, conforme já

¹⁰ Conforme destacado em quadro elaborado por Silva (2015, p. 37 a 48).

¹¹ Ver quadro com técnicas de captura – Apêndice B.

abordado sob a perspectiva de Bourdieu (2004), o poder de fala, nesse momento, estava com o órgão. As pessoas não são iguais diante da questão de opinar.

O Sindicato tem dois representantes no Conselho gestor da RESEX.

Foram entrevistados representantes do Sindicato dos Pescadores e Colônia de Pescadores do município de Apicum-Açu. Esse município não integra a RESEX, mas é de grande importância para ela, pois é nele que aporta a maioria das embarcações que pescam no litoral de Cururupu, incluindo a RESEX.

Para Mary Jane Ferreira (2017), cada entidade “se limita a tratar de aposentadoria”. Questionada sobre o diálogo do sindicato e colônia com a gestão municipal, ela respondeu:

Não tem muito não. Embora a gente se dê bem [...] quando a gente precisa [...] Mas quando a gente convida para atuar, eles não querem se indispor com ninguém. Eles se especializaram em aposentadoria [...] Quando a gente convida [...] vamos descer para as praias para fazer tal atividade [...] eles não vão. Agora tem mais uma associação de pescadores. É bem aqui na praça.

Dessa forma, a dimensão social da sustentabilidade preconizada por Freitas (2012) não se materializa em plenitude pela limitação dos direitos sociais dos pescadores.

“Na dimensão social da sustentabilidade, abrigam-se os direitos sociais, que requerem os correspondentes programas relacionados à universalização, com eficiência e eficácia [...]” (FREITAS, 2012, p. 59).

É socialmente justa a aquisição da aposentadoria, sem prejuízo dos outros direitos sociais (Art. 6º, CF).

- Colônia de Pescadores de Apicum-Açu

O presidente Jocimar Monteiro Gatinho foi o responsável pelas informações coletadas na colônia. A instituição foi criada em 15 de novembro de 1997 e conta com dois mil e cinquenta associados. Entre os sócios, há jovens e uma grande quantidade de mulheres. O processo eleitoral para a escolha de novos gestores ocorria de 4 em 4 anos e o último ocorreu em 2013. Atualmente, o período é de 3 em anos. Ele está na presidência desde 2010.

Sobre aspectos diretamente ligados aos pescadores, o presidente destacou a não liberação do seguro defeso nos anos de 2014, 2015 e 2016. A

maioria dos pescadores trabalha no sistema como “companheiros” ou “parceiros”. Esses dividem parte do pescado com quem tem a posse das embarcações.

Aportam em Apicum embarcações de São Luís, Raposa, Belém e outros estados. Carros frigoríficos costumam aguardar o pescado na área do porto.

Questionou-se sobre a tributação do pescado que é comercializado no município. Ele disse que não existe. No início da atual gestão municipal, houve uma tentativa de cobrar, mas as embarcações começaram a migrar. O prefeito desistiu e o que continua é a ação dos “atravessadores”. Foi considerado que a compra do gelo, de alimentação, nos supermercados e diversão, de certa forma já deixa algum dinheiro no lugar.

Segundo o presidente, a colônia já realizou algumas parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de Pinheiro, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil (BB). Frisou que, em casos de financiamentos, só os pescadores legalizados recebem.

Como benefícios advindos da criação da RESEX no município, ele destacou o programa Bolsa Verde, a construção de um conjunto de casas, o ordenamento dos visitantes e a comunicação das irregularidades do que está acontecendo.

O presidente utilizou o exemplo da utilização de mangue para as caieiras. Há diálogos entre o ICMBio e a colônia para conversar com a comunidade a respeito do assunto. Disse, ainda, que mantém contato permanente com o órgão gestor.

- Sindicato dos Trabalhadores na Pesca e Aquicultura do Município de Apicum-Açu

Carlos dos Santos (presidente) e Felipe Louzeiro da Silva (vice-diretor) prestaram as informações sobre o sindicato em 19 de fevereiro de 2016. O presidente citou o problema de sururu (*Mytella guyanensis*). Segundo ele, a espécie “acabou, provocado pelo homem”. Ele se refere às técnicas utilizadas na “cata” do sururu. Considerou que os pescadores locais são desprotegidos pelo poder público, pelo governo, porque não há um acompanhamento técnico e não há tributação local. Assim, o pescado vai para Belém, Bragança, Ceará, São José de Ribamar e São Luís, deixando poucos recursos financeiros no município.

Felipe Louzeiro da Silva (2016) destacou que o pescador “não consegue administrar o que vem pra mão dele”. Ele se referiu aos financiamentos recebidos pelos pescadores, enfocando que a maioria não sabe lidar com o recurso do financiamento. Outra fala foi sobre as embarcações de pesca industrial que são vistas nas águas da região. Ele se manifestou em forma de questionamento: “Prof.^a, como é que nós, pescadores, que contamos só com a nossa experiência, com a lua e as estrelas, podemos competir com barcos com sonda, radar, GPS, que dizem o tamanho do peixe, a quantidade do cardume?”.

Carlos dos Santos (2016) relatou que todas as espécies estão diminuindo no lugar e que, para obter uma quantidade maior de peixes, os pescadores têm que navegar de 15 a 20 milhas mar adentro. Cerca de 70% dos pescadores trabalham em embarcações de outras pessoas.

Alinhado à essa fala do presidente sobre a diminuição das espécies de peixes, está a fala de Francisco Silva Azevedo (2017):

[...] Foi feito uma pesquisa sobre a pescada amarela. Toda espécie está em extinção, todas. Piticaia, bandeirado, pururuca, uritinga (esse nem se ver né Manoel), é a pescada amarela, é corvina, tudo está em extinção. É o camarão graúdo, é o cascudo, só que cuidaram só da pescada amarela, ainda esqueceram os outros. Inclusive todas as espécies estão em extinção, escasso. Antes da Reserva se via muito peixe, agora depois que a Reserva viu só isso aí, cuidou só dessa espécie. Enquanto eles podiam arrumar um projeto para cuidar de todas, saber como né, hoje tudo está daquela maneira [...].

A realidade exposta acima é uma contraposição a um ambiente ecologicamente equilibrado. Foram muitos os relatos de redução de diversas espécies. Essa redução de estoques pesqueiros compromete o equilíbrio ecológico e, por consequência, a cadeia produtiva, visto que espécies de grande valor econômico, como a pescada amarela (*Cynoscion acoupa*) está entre as citadas.

Para Freitas (2012, p. 64-65),

Não se admite, no prisma sustentável, qualquer evasão de responsabilidade humana, vedado o retrocesso no atinente à biodiversidade, sob pena de empobrecimento da qualidade geral de vida. [...] não pode haver qualidade de vida e longevidade digna em ambiente degradado.

Além de questões de ordem socioeconômicas, no que diz respeito à qualidade ambiental, verifica-se, na RESEX, alguns avanços (como a proteção dos manguezais), mas situações de permanência ou agravamento redução de espécies e práticas de captura danosas.

6 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE

É de suma importância saber *como as pessoas percebem a UC* e o órgão responsável por sua gestão, o ICMBio. Para tal, utilizou-se de entrevista como instrumento de coleta de dados junto à população (Apêndice D).

“A percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo” (TUAN, 1980, p. 14). A percepção está relacionada ao contato com os elementos internos e externos da experiência. E as formas de percepção se dão através dos sentidos do corpo humano (visão, tato, audição e olfato), assim como da cultura e o meio ambiente (TUAN, 1980).

Como o local estudado é uma UC, há de se considerar as formas como percebem o ambiente no qual estão inseridos, do qual fazem parte. “O estudo da percepção ambiental é fundamental para a compreensão das inter-relações entre ser humano e meio ambiente, seu comportamento e suas atitudes” (OLIVEIRA; QUEIROZ; SANTOS, 2010, p. 67).

Foram realizadas sete viagens para o arquipélago que compõe a RESEX e uma específica para as sedes municipais de Cururupu e Apicum-Açu. Ao todo, contando com comunitários, integrantes de entidades representativas dos pescadores, gestores municipais e gestor do ICMBio, foram realizadas cinquenta e sete entrevistas semiestruturadas (Apêndice C).

Lençóis foi a primeira comunidade visitada. Para se iniciarem os trabalhos de campo (observações e aplicação de entrevistas), contou-se com ajuda de um casal residente em Apicum-Açu para fazer os contatos com o dono do barco e pousada na Ilha. O filho do barqueiro levou o grupo até as residências das pessoas pelas quais demonstrou-se o interesse em entrevistar. Naquele momento (fevereiro de 2016), foram dois professores e três pescadores. Nas primeiras entrevistas realizadas em Lençóis, algumas pessoas mostraram-se desconfortadas com alguns questionamentos. No sentido de facilitar o diálogo, foi proposta a utilização de pseudônimos (Cecília Monteles, Castro Álvares, Monteiro Lago, Jessé Montelo, Aluízio Azeredo), assim mantidos no texto quando as falas são citadas. À proporção que a pesquisa foi avançando, a equipe de pesquisadores ficou mais conhecida e o contato com as pessoas tornou-se mais fácil; elas foram ficando mais à vontade e não houve mais necessidade do uso de pseudônimos. Gradativamente, foi havendo uma compreensão dos objetivos da pesquisa e a receptividade aumentou. Em julho

de 2017, o grupo de pesquisadores foi convidado a participar de uma reunião com os pescadores da comunidade de Peru, onde foram debatidos temas como a pesca de tapagem de igarapé.

A partir do contato com o chefe da RESEX, no ICMBio-MA em 2016, obteve-se contatos de pessoas nas outras comunidades. A aproximação com os integrantes das entidades representativas deu-se por meio do intermédio de moradores já conhecidos das sedes de Apicum-Açu e Cururupu.

A fala dos comunitários é de importância crucial para o entendimento da realidade local, mesmo que “o poder de produzir uma opinião explícita é muito desigualmente repartido” (BOURDIEU, 2004, p. 83). É importante questionar-se: Quem fala? Quem pode falar? E quem deve calar? Para Bourdieu (2004), não há democracia na produção da opinião.

Ora, nada é mais desigualmente repartido que essa capacidade, e essa constatação choca a boa consciência democrática: todas as pessoas são iguais é dogma. Ora, dizer que todas as pessoas são iguais diante da questão da opinião é um erro, um erro político. Nem todo mundo tem os instrumentos de produção da opinião pessoal (BORDIEU, 2004, p. 83).

As falas expostas a seguir destacarão as concepções que diversos sujeitos possuem sobre a unidade, as mudanças observadas, os problemas existentes e as potencialidades econômicas do lugar.

6.1 O conhecimento sobre esta categoria de Unidade de Conservação

Percebeu-se que as pessoas que integram ou já fizeram parte do Conselho Gestor e da AMREMC ou, ainda, acompanham as atividades da UC desde as reuniões preparatórias à criação, possuem um conhecimento maior sobre o que é uma RESEX, quais os seus objetivos, o que pode ou não ser praticado em uma UC desse tipo. Outras demonstram um conhecimento parcial e há aquelas que manifestam total desconhecimento.

Os lugares de fala de cada sujeito são diferenciados, mas expressam o que Bourdieu (2004) denominou de capital cultural: o conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridos nas experiências familiares, na escola, trabalho e profissão. Ele expressa o conhecimento, o saber que as pessoas têm da RESEX, a partir das experiências.

Serão destacadas algumas concepções:

- Em relação ao conhecimento dos demais comunitários sobre a RESEX, Lailson James Silva de Araújo (2018), de Lençóis, diz: “Eles ainda não sabem o significado” de RESEX. “A gente está trabalhando pra aumentar o conhecimento [...]”.

- Ivaney Silva (2018), de Lençóis, destaca que, inicialmente, o ICMBio era visto apenas como um órgão fiscalizador, cujas ações resultavam em multas e retenção de apetrechos de pesca. À proporção que as reuniões foram ocorrendo, a visão tida do órgão foi mudando. Essa fala reflete uma mudança de concepção a partir de novas experiências e conhecimentos adquiridos.

- “Pouca coisa mudou. Pra mim tanto faz como tanto fez”, é o que diz o pescador Antonio Nilson Rabelo Araújo (2018) em relação à criação da RESEX. Ele não demonstrou nenhum interesse em participar das atividades e reuniões promovidas pelo ICMBio e pela AMREMC.

- O ICMBio promove palestras; porém, pouca fiscalização, na concepção de Wlysses de Jesus Oliveira Santos (2018). Para ele, a “Implantação de leis sobre captura de peixe, guarás, lixo, manguezais”, é a principal mudança, mas podia ter mais fiscalização do ICMBio “ (Wlysses de Jesus Oliveira Santos, 2018). Ele acrescenta que existe muita burocracia pelas associações. Existem muitos pescadores sem regularização e não há mutirão para cadastrar”.

- Rosielem Cereja Campos (2017) afirma possuir pouco conhecimento sobre a RESEX. Essa é uma afirmativa preocupante, visto que, na qualidade de gestora escolar em Caçacueira, ela poderia coordenar ações de educação ambiental junto ao corpo discente, atividades essas que poderiam envolver outros sujeitos da comunidade (como pescadores, integrantes do grupo verde) e externos (integrantes do ICMBio, integrantes das diretorias de Sindicatos e colônias de pescadores.

- Segundo Hélio Ferreira Souza (2017), de Peru, há falta de conhecimento de muitos pescadores sobre o objetivo da RESEX. Além disso, para ele, é difícil a participação dos jovens.

Tentou-se entrevistar um jovem, em Peru, e ele foi enfático em afirmar: “Eu não entendo nada de RESEX”. Já o seu avô nos forneceu várias informações sobre o lugar antes e depois da criação da UC. De acordo com Foucault (2014), é

verdadeira a palavra do avô, considerando o seu conteúdo e a referência a uma história de vida e vivência no lugar que lhe confere autoridade para falar.

Na se teve a oportunidade de avançar no diálogo com o jovem para saber no que reside a sua falta de conhecimento sobre a UC.

Hélio Ferreira Souza (2017) fez referência, como aspecto positivo na RESEX, ao Projeto Pesca Sustentável na Costa Amazônica, a partir de uma cooperação entre a UNESCO e o Fundo Vale¹². Seu objetivo é apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento das cadeias produtivas de camarões e caranguejos. São Lucas, Peru e Igará são as comunidades da RESEX onde o projeto é desenvolvido. Ele teve início em 2015 e algumas ações locais tentam estimular a participação dos jovens.

De acordo com Helena da Costa Alves Ferreira (2017), de Guajerutiua:

Olha o que eu imagino que se aqui tivesse ou que venha ter que melhora muito é educação e a saúde. Se tivesse a educação e a saúde boa mesmo. Que nós tem um posto que trabalhei trinta e poucos anos, trabalhava na saúde mas não tive a felicidade de trabalhar nele depois que reformaram. E a educação é muito fraca, falta muitos professores, um ensino melhor né. E a saúde. Uma quadra para as crianças, pra os jovens se divertir né. Que é só nessa terra medonha ai. Acho que ai melhorava muito.

6.2 Mudanças

Como destaca Tuan (1980, p. 86), “[...] à medida que a sociedade e a cultura evoluem com o tempo, pode mudar a atitude para com o meio ambiente - até inverter-se”.

Entre os aspectos que se destacam na fala dos entrevistados, quando questionados sobre as mudanças que ocorreram no local a partir da implantação da RESEX de Cururupu, estão: a proteção dos manguezais e a limpeza das comunidades a partir do Programa Bolsa Verde e uma maior comunicação entre as comunidades que compõem a RESEX.

Em Lençóis há uma faixa de manguezal que tem dificultado o transporte de areia para o povoado. A supressão do manguezal citado aceleraria um processo que ocorre na ilha, ou seja, a formação de dunas. O fenômeno de formação das

¹² Associação sem fins lucrativos que busca conectar instituições e iniciativas em prol do desenvolvimento sustentável (www.fundovale.org).

dunas tem “empurrado” a comunidade em direção ao canal. A proteção dessa porção de manguezal está ocorrendo por parte da comunidade.

A comunidade de Caçacueira é composta por dois grandes apicuns e uma das faixas de mangue que a margeia é de extrema importância porque faz uma proteção à ação direta das marés. Mesmo tendo essa importância, havia uma exploração, segundo os entrevistados, que poderia comprometer a proteção citada. Há relatos de que com a criação da RESEX, a supressão dessa cobertura vegetal a partir do corte das árvores do manguezal tem ocorrido de forma menos danosa.

Além da retirada do mangue ter diminuído, a limpeza das comunidades também é citada como uma mudança. Tal fato ocorreu a partir da implantação de um programa de transferência de renda, o Bolsa Verde.

O programa Bolsa Verde foi instituído pela Lei federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, cujos objetivos são destacados nos artigos 1º e 2º:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, com os seguintes objetivos:

I - incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável;

II - promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural nas áreas definidas no art. 3º; e

III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional.

Art. 2º Para cumprir os objetivos do Programa de Apoio à Conservação Ambiental, a União fica autorizada a transferir recursos financeiros e a disponibilizar serviços de assistência técnica a famílias em situação de extrema pobreza que desenvolvam atividades de conservação de recursos naturais no meio rural, conforme regulamento (BRASIL, 2011).

As famílias cadastradas no programa recebem anualmente quatro bolsas de R\$ 300,00.

Na RESEX de Cururupu, a ação do Programa Bolsa Verde se materializa em um mutirão realizado, predominantemente, pelas mulheres para a limpeza das comunidades. O lixo é recolhido; depois, queimado ou enterrado.

O consumo e utilização de materiais danosos ao ambiente (como plásticos e vidros), a ausência de ações de reciclagem e reaproveitamento rompe com a concepção de um ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, a dimensão ambiental da sustentabilidade não é considerada. Freitas (2012, p.64) adverte: “O que não faz sentido é persistir na matriz comportamental de degradação

e do poder neurótico sobre a natureza, não somente porque os recursos naturais são finitos, mas porque tal despautério faz milhões de vítimas no caminho.”

Para Dias (2004, p.35), “O ser humano precisa modificar o quadro de insustentabilidade existente no planeta. Para tanto, será necessário buscar um novo estilo de vida baseado numa ética global, resgatar e criar novos valores e repensar seus hábitos de consumo”. Para ele, a educação ambiental levará a essas mudanças por meio do respeito a si próprio, respeito ao próximo e responsabilidade por suas ações, por meio da redução do consumo, reutilização de materiais, reciclagem, repiclagem e reeducação.

Nas comunidades estudadas, todos citam o programa como um ganho significativo, tanto pela renda transferida às famílias, quanto pela limpeza permanente do local. Dorilene Ferreira (2018), de Guajerutiua, assim se refere ao programa:

Através da reserva somos nós os beneficiados pelo programa [...] é de R\$ 300 que a gente recebe de 3 em 3 meses. Este programa ele saiu às reservas de Cururupu então através desse problema ele veio para aqui para a gente conservar a reserva, então conservação através da limpeza e nós fazemos a limpeza de 3 em 3 meses. Tá sujo agora por causa do inverno... eu achei que melhorou. Hoje melhora é uma ajuda que é boa, é ajuda a comunidade, ajuda esse benefício ajuda muito a gente principalmente na parte do nosso filho na escola e a gente já compra qualquer coisa para a gente mesmo para nosso filho porque a gente já confia nesse dinheiro [...]

Outra mudança relatada é a maior comunicação entre as comunidades. Antes havia um isolamento entre elas, ou seja, pouca comunicação, pouco conhecimento do que ocorria em cada uma. As reuniões promovidas durante o processo de criação e a partir da institucionalização da unidade (Conselho Gestor e AMREMC), contribuíram para aproximação das comunidades.

Para Lailson James Silva de Araújo (2016), de Lençóis, “A raiz da RESEX é a Ilha de Lençóis”. Após a sua criação, hoje “Cururupu é um município vigiado por ICMBio, ONG’s, governo federal”. Para ele, é um destaque muito grande para Cururupu e as comunidades, que passaram a ser conhecidas não apenas no país, mas internacionalmente também. A RESEX de Cururupu tem “reconhecimento no mundo como uma UC e é uma área de pesquisa internacional”. Sobre o Turismo, ele diz que está mais controlado, há mais respeito; “antes eles entravam para querer bagunçar”.

Esse é um morador da RESEX que sempre se coloca como partícipe das ações empreendidas para melhorias do lugar e relacionadas à gestão da UC.

Considerando o conceito de turismo pela Organização Mundial de Turismo (OMT)¹³ essa atividade existia no lugar antes da implantação da RESEX. Há que se considerar as limitações de acesso, transporte e acomodações do lugar.

Como pontos positivos, a partir da criação da UC, Lailson James Silva de Araújo (2016) coloca o maior contato entre as comunidades que integram a RESEX, as normas estabelecidas para o lugar e a fiscalização, mesmo que o povo fique de “olhos atravessados”. A fiscalização impediu, entre outras coisas, “a construção de um grande hotel na ilha”. “A ilha é visitada por turistas de todos os lugares do Brasil”. Teve-se a oportunidade de estar com turistas holandeses em visita à ilha (em 2018), que utilizavam uma embarcação particular. A embarcação possuía uma bandeira dos Países Baixos.

A Ilha de Lençóis já foi matéria de reportagem de diversos programas da televisão aberta brasileira, como Globo Repórter, Mais Você e Repórter Mirante (esse último veiculado por rede de televisão maranhense). O destaque é para a paisagem natural e para a simbologia da lenda de D. Sebastião. As outras comunidades, quando são tema de reportagens, normalmente são destacadas pelas belezas naturais e atividade pesqueira.

Para Ivaney Silva (2017), de Lençóis, com a RESEX, “A nossa área ficou mais protegida”. Cita também, como pontos positivos, a preservação do meio ambiente (principalmente em relação ao manguezal), o programa Bolsa Verde (que “trouxe mais preservação pra ilha”) e a posse da terra. “Hoje, Lençóis estaria tomado por moradores” de outros lugares.

- Marilene Ramos Oliveira (2018), de Lençóis, destaca como principais mudanças a posse da terra e a implantação do Programa Bolsa Verde, pela “mobilização de importância promovida” por ele.

- Erivan Ribeiro (2017), de Caçacueira, indica como aspectos positivos após a criação da RESEX: a limpeza da praia (antes as pessoas deixavam restos de peixe e galhos de árvores no porto), o som ter horário para acabar, a proibição de

¹³ De acordo com a ONU e a Organização Mundial do Turismo (OMT), turismo é a atividade do viajante que visita uma localidade fora do seu entorno habitual, por período inferior a um ano, e com propósito principal diferente do exercício de atividade remunerada por entidades do local visitado.

matança de animais com baladeiras e a derrubada do mangue só ocorrer por necessidade. Para ele, “O povo está mais educado”.

- Inaildes Ferreira Fonseca (2017), de Caçacueira, afirma que uma mudança positiva foi o Programa Bolsa Verde. Para ela, “O Apicum está mais limpo”. “Antes, as ilhas eram esquecidas”. Atualmente, há mais contato entre as comunidades.

Para Arnaldo da Silva Gomes (2016), de Peru, ocorreu uma preservação maior após a criação da RESEX. Os pescadores respeitam o órgão ICMBio, porém, não têm uma relação muito boa, pelos instrumentos de pesca recolhidos.

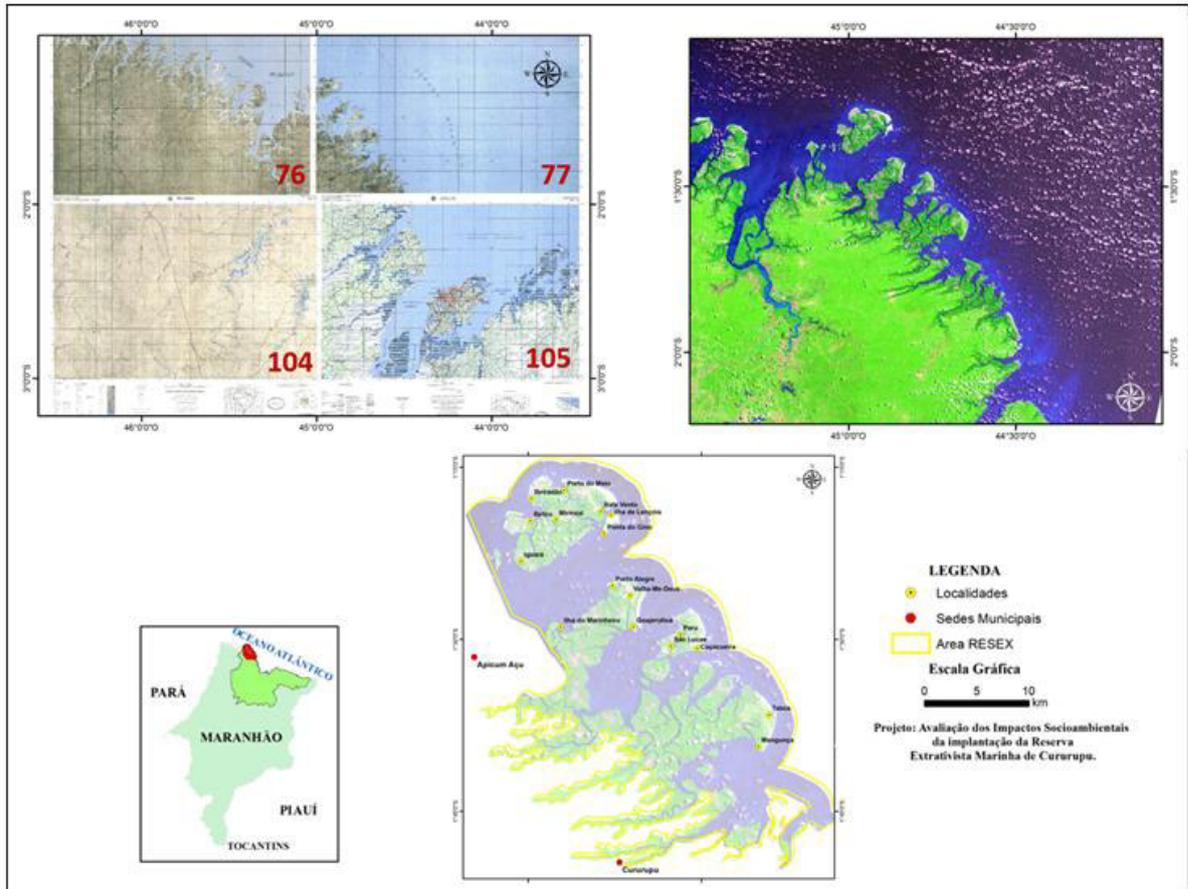
Em Guajerutiua, relata Roberto Wagner Ferreira Louzeiro (2016), tiveram as primeiras reuniões para passar para a população a informação do que seria a RESEX. As reuniões proporcionaram bastante aproximação com as outras comunidades. Segundo ele, essa foi uma das maiores contribuições da implantação da RESEX, proximidade entre as comunidades, um diálogo muito maior.

“Após a criação da RESEX houve avanços, pois tem mais fiscalização e com isso mais preservação no local, tanto no mangue, quanto nos peixes”, é o que relata Liliane dos Santos Pereira (2016), de Caçacueira.

Elenice de Jesus A. Pereira, de Peru, destaca que a RESEX, “estabeleceu normas para os visitantes, limpeza das comunidades”. Parte das normas às quais ela se refere está no Acordo de Gestão da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (Anexo H), elaborado coletivamente, que estabelece normalização para a atividade da pesca, cata de caranguejo e demais mariscos, para apetrechos de pesca e para o uso do manguezal, entre outros.

Após a análise das imagens de satélite Landsat 08 sensor Oli composição 7R 5G 4B e a extração das informações a partir das cartas topográficas 86 / 87 / 104 /105 da Divisão de Serviços Geográficos do Exército (DSG), foram elaborados mapas evidenciando os alvos identificados nas imagens de satélite a partir do comportamento espectral e, das cartas, foi extraída parte da toponímia, posteriormente ainda validada com as informações de campo (Figura 26).

Figura 26 - Elaboração da base cartográfica para o mapeamento.



Fonte: Divisão de Serviços Geográficos (DSG). Carta de 1:100.000. Brasília, 1988.

A área estudada se destaca pela morfodinâmica costeira intensa, em que as principais feições mapeadas (núcleos de povoamento, baías, áreas de dunas, tipos de vegetação, estradas, mangues e praias) apresentam alterações constantes, seja pela dinâmica natural ou pelas condições de vida de suas populações, o que pode ser percebido durante a execução do mapeamento por meio do uso de imagens de sensores remotos.

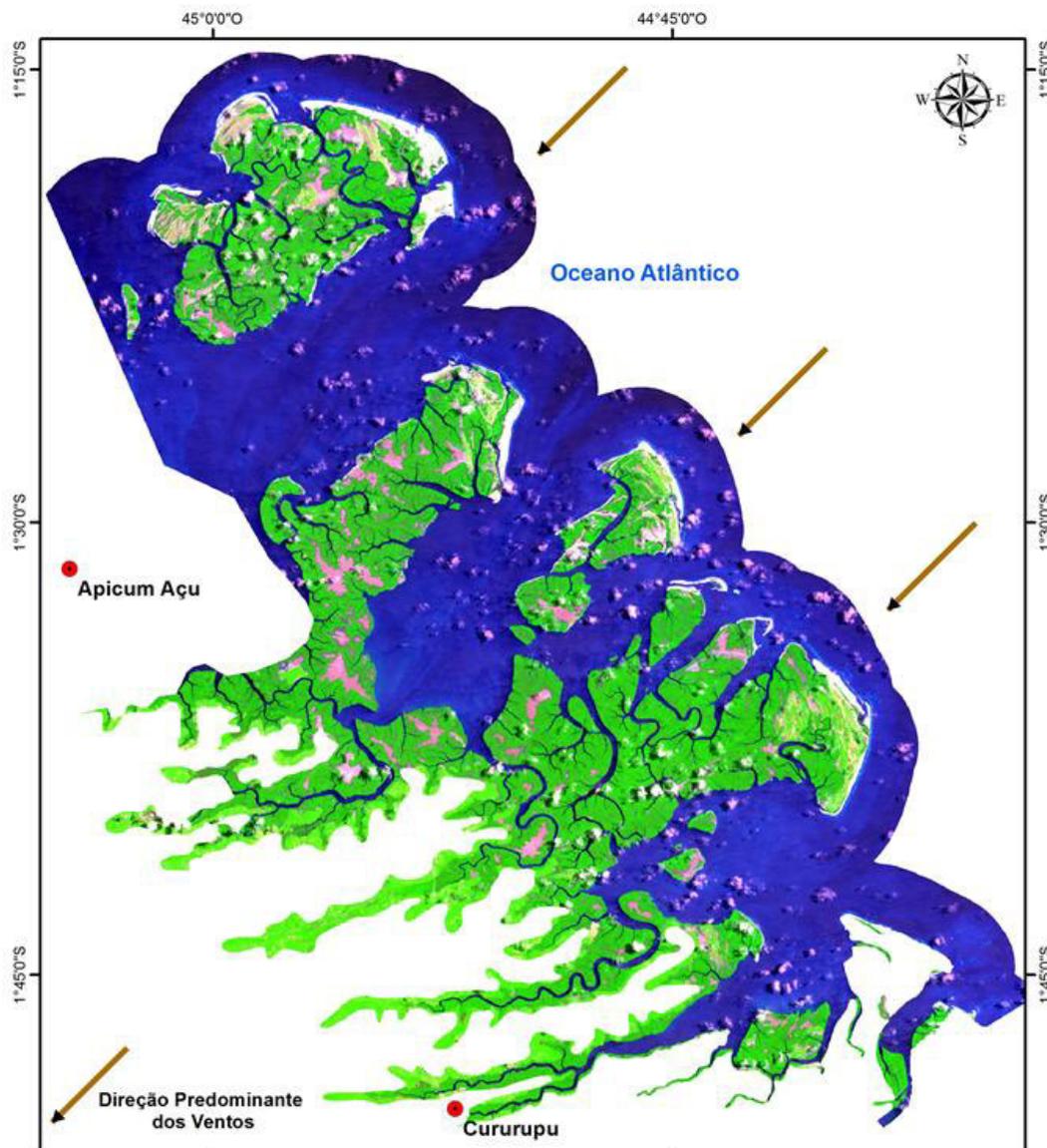
A Reserva Extrativista de Cururupu integra o Litoral Ocidental, que foi descrito por El-Robrini *et al.* (2006) como a região das “reentrâncias maranhenses”, exibindo importantes manguezais e profundos estuários.

Um recorte do litoral maranhense é influenciado pela dinâmica das marés, que durante os ciclos diários, inundam os canais e banham as áreas de manguezais, adentrando por quilômetros a costa ocidental maranhense, servindo de base para a economia pesqueira da microrregião.

Os manguezais, além dos serviços ecossistêmicos que realizam na área, possuem um papel hidrogeomorfológico importante, ao proteger algumas das faces

das ilhas do “Arquipélago de Maiaú” da ação direta das correntes e dos ventos (Figura 27).

Figura 27- Direção predominante dos ventos no arquipélago de Maiaú.



Fonte: Relatório de Pesquisa FAPEMA (REIS, 2018).

Em aspectos administrativos, políticos e de infraestrutura, ressalta-se o trabalho estruturado pelo IMESC (2012), que descreve e avalia as características populacionais e socioeconômicas dos municípios que compõem a microrregião geográfica do Litoral Ocidental.

A área estudada apresenta um alto grau de vulnerabilidade e alterações da paisagem, em função da intensa dinâmica sedimentar. Os manguezais estão presentes na paisagem das baías de Lençóis, Capim, Mutuoca, entre outras, todas

pontilhadas por ilhas de extensão e forma variadas, destacando-se como principais recortes do Litoral Ocidental (SOUZA; FEITOSA, 2009).

Diversos autores destacam a exuberância e a complexidade dos manguezais maranhenses. Cintrón e Schaeffer-Novelli (1983) já destacavam as particularidades da ecologia dos manguezais; Mochel *et al.* (2001), apresenta uma estimativa da área de manguezais de 1972 a 1993 especificamente para São Luís; porém, seu trabalho auxilia na compreensão dos tipos de bosques que se destacam também em outras áreas do litoral, como no litoral ocidental. Bosques mistos e homogêneos de mangue vermelho (*Rhizophora mangle*), de mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e com *Avicennia* são comuns na franja costeira e ao longo dos canais de maré.

O vento é um importante agente modelador da paisagem costeira e o potencial gerador de energia na costa brasileira, como retratado em Amarante *et al.* (2001). Na costa maranhense, o potencial eólico tem sido estudado e testado ao longo dos últimos anos, e especificamente, na Ilha de Lençóis, a instalação de torres eólicas é uma tentativa de diminuir a utilização de motores a diesel, que geram custos à comunidade e possuem por característica o odor, o ruído e a necessidade de aquisição de óleo desde as cidades vizinhas.

A ação dos ventos na Ilha de Lençóis e na franja costeira de ilhas vizinhas tem alterado a paisagem, soterrando os manguezais e, a partir de um fenômeno natural, remodelado a linha de costa da área em estudo. Por vezes, as comunidades que habitam essa região necessitam se deslocar para áreas em que o fronte de dunas não avance de forma tão intensa. Assim, áreas antes ocupadas pela população e ou caracterizadas pela presença de bosque de mangue, agora são ocupadas por dunas ativas, que possuem sua direção Nordeste – Sudoeste, a mesma direção predominante de incidência dos ventos. As praias são retilíneas, com uma considerável área de estirâncio, facilitando o deslocamento do grão de areia, formando uma zona de alimentação para as cadeias de dunas que se formam, que intercalam dunas e áreas mais baixas e úmidas, em que, no período chuvoso, formam-se as lagoas.

A comunidade de Lençóis possui uma escola, a Unidade Integrada São José, que atende as crianças e jovens da Ilha. A partir do uso de técnicas de Cartografia e mapeamento participativo, foi realizada uma oficina com crianças durante uma das visitas de campo. O objetivo era observar se ao realizar desenhos

sobre a Ilha, se e quais elementos da paisagem apareceriam com maior ou menor frequência, e qual seria a percepção da paisagem pelos estudantes sobre o local onde vivem.

A disposição das casas, o senso de localização e de espacialização dos elementos da paisagem - o canal, as localidades vizinhas, as ruas, as dunas e os barcos - estão presentes nos desenhos elaborados pelos estudantes. Em sua maioria, os alunos possuem contato direto com a realidade da pesca artesanal, já pescam ou são filhos e netos de pescadores, compreendem o ritmo imposto pelas marés e a necessidade de preservar os manguezais, como fonte de sobrevivência para a manutenção do que será pescado e como proteção da costa.

Para Acselrad (2008) a cartografia auxilia na compreensão e no estudo dos territórios, na medida em que as populações são ouvidas e possibilitadas de retratar seu território, grafando os elementos que consideram mais relevantes, sua dinâmica e seu cotidiano.

6.3 Problemas

São de diversas ordens os problemas existentes na RESEX. Em relação à infra-estrutura nas comunidades, as condições permanecem. Ao longo do recorte temporal considerado nessa pesquisa, não ocorreram mudanças significativas no sentido de solucionar os problemas indicados pelas comunidades.

A água é captada de poços artesanais. Quando as chuvas são escassas, a oferta de água é alterada. Existem poços comunitários (Figura 28) e algumas pessoas possuem poços em suas residências.

Em Lençóis, quando as chuvas conseguem encher as lagoas e essas permanecem por vários meses, a comunidade costuma reservar uma das lagoas para seu abastecimento. Na lagoa escolhida, não são permitidos banhos de pessoas e animais.

Na época da estiagem, predomina a água salobra (Hélio Ferreira Souza, 2017) de Peru.

Figura 28 – Poço comunitário de Lençóis



Fonte: Acervo fotográfico da pesquisa (Abril de 2018).

Em relação ao ensino, na Comunidade Peru, a oferta ocorre da seguinte maneira:

Em todas as comunidades só existem escolas de Ensino Fundamental. Em Peru foram ofertadas, em 2018, 1 turma do primeiro período ao primeiro ano, com 7 alunos e outra turma do segundo ao quinto ano com 8 alunos (Elenice de Jesus A. Pereira, 2017).

Em Lençóis, a escola foi tomada pelas dunas, assim como todas as edificações próximas. Atualmente, a escola funciona em uma casa situada de frente para o ancoradouro.

Guajerutiua e Caçacueira contam com escolas de portes maiores.

O fato de não possuírem escolas de Ensino Médio é apontado como um dos responsáveis pela migração de jovens, conforme relatam os comunitários abaixo:

- “Se tivesse o ginásio, a maioria ficava aqui. Muitas famílias estão indo embora para colocar os filhos pra estudar” (Adelmo Torres Amaral, 2017).
- Os professores Cecília Monteles e Monteiro Lago (Lençóis) destacam que a inexistência de escolas de Ensino Médio contribui para os pais mandarem seus filhos para estudar em outros municípios (como Apicum-Açu), na sede de Cururupu ou até outros estados como o Pará.

De acordo com o Roberto Wagner Ferreira Louzeiro (2016), de Guajerutua, a comunidade possuía três escolas municipais, mas uma foi abandonada. Com a redução da população, decidiram deixar apenas uma escola, pois os alunos estão indo estudar em outros lugares.

O abastecimento de luz se dá a partir da queima do óleo diesel, com horário para início e término. Somente em Lençóis há energia eólica, cuja implantação decorreu de um programa desenvolvido pela Universidade Federal do Maranhão em parceria com o Ministério de Minas e Energia.

O serviço de saúde funciona de forma precária. O posto fica sob a responsabilidade de uma técnica de enfermagem que mora na comunidade. Enfermeiros e médicos atendem a população poucas vezes durante o ano. Alguns relatam que a frequência é mensal. Outros dizem que não há época certa. Os materiais disponíveis são aqueles que atendem a necessidades simples, como pequenos curativos.

Questões relacionadas à pesca são apontadas com muita frequência pelos entrevistados. Destaca-se a fala de um pescador de Caçacueira:

Mudança pra gente que é pescador mesmo que nasceu e se criou com a pesca né, é que cada vez está ficando difícil. E aí se eles faz esse negocio de beneficio vai ser não sei como explicar esse negócio, esse beneficio uns conseguem e outros não tem a oportunidade de conseguir receber. E as vezes ainda gasta para botar seus documentos em dia, e aí essa viagem daqui para Cururupu é dispendiosa, e ainda fica mais dispendiosa ainda. Melhora não se pode dizer assim que evoluiu, né. Evoluiu porque a gente trabalha pode se dizer centrado (Ideilson Machado Santos, 2017).

Questionado sobre a que tipo de benefício estava se referindo, o pescador respondeu: “Esse que sai do seguro, do seguro-defeso, justamente [...]”. Perguntou-se, também: Mas o Sr. acha que esses que não recebem é porque falta documentação?

Não [...] tem um problema que acontece lá dentro que agente não sabe [...] A minha esposa aqui, desde quando ela começou o ano retrasado, a colocar todos os papeis dela em dias para quando chegasse a data. E quando foi o ano passado ela e sempre faltava uma coisa, ela ia acertava, quando chega lá tá acontecendo de novo inclusive agora ela tá para viajar para Belém aí foi tava tudo em dias, quando chegou lá não sei o que é isso gente até se aborrece, pela dificuldade agente não tá lá dentro; amanhece agente já vai correr atrás (Ideilson Machado Santos, 2017).

A fala do pescador expressa o desconhecimento que ele tem sobre a especificidade do seguro-defeso para pescadores de águas doces. No entanto, destaca a burocracia enfrentada para a aquisição de documentos. Outros entrevistados já fizeram referência às dificuldades para a obtenção de documentos, inclusive o Registro Geral de Pesca (RGP)¹⁴.

Para Eduardo Castro de Menezes Borba (2016), o grande gargalo da RESEX de Cururupu é a despesca. Ele considera que deve haver o estímulo a métodos alternativos de despesca¹⁵.

De acordo com Lailson James Silva Araújo (2016), de Lençóis, as localidades cujos barcos vão pescar nas águas da RESEX são: Porto Rico, Apicum-Açu, Pará, Bequimão, Ceará e Guimarães. “Há conflitos com pescadores de Apicum-Açu”.

Todos os pescadores entrevistados fazem referência a barcos de outros lugares que pescam na RESEX e colocam o fato como um problema que vem se mantendo e, para eles, prejudicando a atividade dos pescadores locais.

Segundo Wlysses de Jesus Oliveira Santos (2018), de Lençóis, a maioria dos pescadores trabalha em barcos que pertencem a outros. O fato de “pessoas de outros lugares pescarem aqui” se constitui em um problema, assim como a comercialização do camarão. No sistema de atravessamento, conforme ele, o camarão miúdo tem um comprador, já para o “graúdo” são 5 compradores.

“Tudo é gasto. O defeso só existe pra pesca em água doce”. Se esse benefício contemplasse a todos pescadores (de água salgada), já facilitaria a vida das famílias (Wlysses de Jesus Oliveira Santos, 2018).

Raimundo Costa Nogueira (2017), questionado sobre as possíveis mudanças nas atividades dos pescadores com a criação da RESEX, assim colocou a sua visão:

Não, o que eu acho, baseado na historia da pesca, é que agente já teve mais o peixe. Agora a pescaria era mais atrasada. Hoje a pescaria desenvolveu mais. Mas o peixe ficou “pequeno” (menor quantidade). É porque tem muita pescaria. A senhora sabe, na minha época de rapaz, nunca via uma rede dessa que pesca esse peixe graúdo – como se chama

¹⁴ O Registro Geral de Atividade do Pescador (RGP) está sitiado na Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura, do Ministério da Pesca e Aquicultura. Recebe inscrições de pescadores profissionais e aprendizes de pesca, que atendem às exigências estabelecidas por legislação específicas, para emissão de documento que torna legal a atividade exercida. A carteira do RGP tem validade de dois anos (Instrução Normativa nº 02, de 25 de janeiro de 2011).

¹⁵ Despesca refere-se ao processo de retirada dos peixes da água até a sua comercialização.

hoje, malhão - para a senhora ter uma ideia, hoje aqui baseado nessa historia que o peixe ficou pouco [...] é muito difícil, a produção do peixe ficou menos. Até porque, hoje a pescaria se desenvolveu assim, há muita pescaria, eu acho que pessoas que tem tanta condição; ele não quer empatar dinheiro dele em outra coisa, porque ele quer fazer dinheiro com a pescaria. Isso aí tem de mais. Aí você ver que desenvolveu muito e com isso diminuiu o peixe.

Rosanira Nogueira (2017), de Caçacueira, esposa do Raimundo Nogueira (Caçacueira), destaca:

Quando eu cheguei de São Luís, eu morava em São Luís eu via em “ruma de peixe”. E hoje eu não vejo os pescadores demoram trazer, nem para comer, (a senhora acredita!), tem vezes que a gente que mora aqui dentro dessa praia, passa semana sem como peixe. (É que é mesmo?). É porque não tem. Eu já olhei fatura aqui de peixe. Hoje não tem.

Raimundo Costa Nogueira (2017) rebate a esposa: “Ainda tem. É que aumentou muito numero de redes. (Muita rede!)”. Ele também faz referência à espécies da fauna que já não são encontradas como antes:

Baseado nessa historia que estou dizendo pra vocês de que se agente voltar a comparar a quantidade de peixe que tinha na época pra hoje, porque hoje, eu tenho filho de 40 anos que ele não conhece “cação espartate”! Eu conheci, peguei na minha rede lá fora. Outro dia passou na televisão o cara lá na Raposa que pegou um e deu maior problema. Então, “cação sacuri”, “sacuri da agulha preta” nesse canal tinha aí, que você via... ia pescar de linha, meu Deus do céu! Ele tava passando aí.

Deliane Costa Nogueira (2017), de Caçacueira, filha de Raimundo Nogueira e Rosanira Nogueira, expõe a sua idéia: “E a pesca não é feita de maneira sustentável. O pescador não se preocupa com isso, não se preocupou com isso no passado. E hoje a gente está tento o reflexo daquilo que foi feito no passado. Se pescava demais, que estragava”.

Segundo Jodeias Oliveira Fernandes (2017), de Caçacueira, quase todos os pescadores da comunidade possuem seus apetrechos e barcos. Relembra, ainda, que “no início a ação do IBAMA ficou a desejar. Em Mangue Seco estragavam muito peixe e o IBAMA não teve pulso para resolver o problema. A própria natureza transformou o lugar (aterrou)”.

A pesca é resultado e reflexo de contradições existentes na RESEX, que podem ser percebidas nas falas de muitos moradores locais (pescadores ou não). “A pesca está ficando cada vez mais difícil”. É o relato de Ideilson Machado Santos (2017), pescador de Caçacueira.

Vários entrevistados se referem a situações de escassez de espécies, como:

- Erivan Ribeiro (2017), de Caçacueira: “O sururu está muito escasso”.
- Inaildes Ferreira Fonseca (2017), de Caçacueira: “Há escassez de peixes”. “Antes, era encontrado peixe graúdo no canal”.

Outros abordam aspectos referentes à estrutura da cadeia produtiva da pesca. É o caso do ex-presidente da Colônia de Pescadores de Cururupu, Valdemir Silva: “O que falta é investir na pesca aqui em Cururupu”. “Quando não se tem estudo, o atravessador aparece”. Complementa que há um embate muito grande entre os pescadores das ilhas e do continente do município (Cururupu). Os da ilha não querem que os do continente pesquem na área da RESEX.

Conforme Hélio Ferreira Souza (2017), de Peru, a pescada está diminuindo, talvez pelo aumento dos apetrechos, talvez pela diminuição do berçário. Situação também relatada por Roberto Wagner Ferreira Louzeiro (2016) de Guajerutua: “A pescada amarela é a espécie mais pescada, mas está ameaçada. A população percebe a diminuição”. Segundo ele, uma ONG se interessou com a ameaça de extinção da pescada amarela. Fizeram campanhas envolvendo toda a comunidade.

Francisco Silva Azevedo (2017), de Guajerutua, reclama a existência de um projeto voltado para a proteção de uma única espécie (a pescada amarela). Ele cita várias outras espécies (de peixes e camarão) que estão escassas e afirma que as ações de proteção têm que ser para todas.

Em 02/06/2017, realizou-se uma etapa de campo incluindo Peru. Teve-se a oportunidade de participar de uma reunião, convocada pelo integrante do Conselho Gestor da RESEX representante dessa comunidade, Hélio Sousa. Na pauta da reunião, estavam: as técnicas de captura de peixes no canal e o seguro defeso. A reunião ocorreu na escola, contou com grande participação dos pescadores e de um advogado, nascido no lugar e que mora na sede municipal.

Em muitos momentos, a reunião teve discursos acalorados quando os pescadores reclamavam da ação de pescadores de outras localidades. Segundo eles, há pouco rigor para pescadores que vem “de longe” pescar nas proximidades da comunidade.

O conselheiro local queria debater sobre o Seguro Defeso com a assembléia, mas de imediato sua fala foi tolhida pelo advogado presente, que fundamentou sua posição no fato de que não existe o seguro defeso nesse caso.

Nessa situação, percebeu-se bem o que Foucault (2014) denomina de interdição do discurso. Não se pode falar de tudo. Ali, a palavra proibida foi “defeso”. Considerando que o discurso de alguns tem mais peso que dos demais, ou seja, é considerado como verdadeiro, os pescadores se silenciaram, pelo menos naquele momento, diante da colocação do advogado.

Se todos pudessem falar de tudo que lhes aflige, seria a situação colocada por Foucault (2014, p. 46):

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

A interdição do discurso pode se dar pelo tabu das circunstâncias (local), do objeto (tema) e do sujeito (pessoa). No caso em questão, a interdição foi em relação ao tema.

Outros problemas apontados pelos entrevistados são: “Avanço das dunas, assoreamento do canal entre Bate-Vento e Lençóis” (Lailson James Silva de Araújo, 2016).

Um pescador de Caçacueira estabeleceu diferenças entre comunidades e destacou um benefício que existe só em Guajerutua.

Hoje nessa ilha aqui [...] de primeiro a maior de Cururupu foi a de Guajeritua, hoje não. Hoje a maior de Cururupu é Caçacueira, aqui. É a ilha que mais tem aluno, que mais tem eleitor, que mais tem moradores. Então é assim, Guajerutua tem internet, na escola nós não temos. Tem muitas coisas, tem coisas que existe em Guajeritua que aqui não temos (Raimundo Costa Nogueira, 2017).

Rosielem Cereja Campos (2017), de Caçacueira, relata que muitos animais são criados soltos na comunidade e já se verificam problemas de pele associados a essa situação.

Thaís Santos (2017), de Caçacueira, destaca que a “morraria”¹⁶ próxima ao ancoradouro da comunidade está baixando.

¹⁶ Morraria é uma expressão usual, na localidade, para se referir às dunas.

As comunidades da RESEX se organizam para resolver alguns problemas como consumo e uso de drogas, furtos e assassinatos. À revelia do poder público, criaram o grupo de apoio (citado no capítulo 4) que atua a partir de normas próprias, estabelecidas no lugar, e punindo àqueles considerados infratores com expulsões, com surras (no dizer local, “dando uma coça”) ou, ainda, levando-os à delegacia da sede municipal. Guajerutua e Caçacueira foram as comunidades onde os entrevistados mais fizeram referências ao grupo de apoio.

Um pescador de Guajerutua, questionado sobre o que é um grupo de apoio, assim respondeu:

Essa comunidade já teve muito brabo como lhe falei, eu fui presidente do grupo de apoio, o primeiro presidente do grupo de apoio foi eu. Graças a Deus tenho minhas “coisinhas”, mas sou muito respeitado aqui. O grupo de apoio foi sugerido aqui para que se tivesse respeito aqui, o vandalismo tava demais dentro da comunidade. Roubavam ovo, roubavam galinha, roubavam coco, como aquele outro ali estava falando ainda pouco (o Manuel) cabrito roubavam, comiam, matavam tudo. Aí, criaram o grupo de apoio. Ai dentro de cinco, só o mais votado foi eu. Meu Deus! Aí eu recusei. Não! Não! Tem de ir! Ai eu fui. Pois bem, vou aceitar por uma proposta pra não passar a mão na cabeça de ninguém, nem se fosse meu filho! Tá feito! [...] Senhora, até rede nós “apreendimos”, e “multava” e os diabo a quatro... Deu até promotor aqui. Aí, ô baixou (Francisco Silva Azevedo, 2017).

No momento da entrevista, não havia mais o grupo de apoio em Guajerutua. No entanto, a insegurança no lugar persistia, conforme é destacado nos seguintes relatos:

Olha senhora vou lhe falar uma coisa, essa ilha aqui tá uma insegurança tão grande, antigamente você dormia com a porta aberta e janela pra pegar um ventinho natural, mas hoje? Eles botam dois cadeados e não é segurança ainda (Francisco Silva Azevedo, 2017).

Sobre isso a segurança é o que nos falta. Porque nós mesmos somos os nossos seguranças e Deus. Se tem uma festa e acontece qualquer coisa, não temos a quem recorrer porque não vem ninguém aqui, né. Então nós somos nossos seguranças. Aí diz assim cada um por si e Deus por todos. Que já tá um pouco perigoso já tá. Porque hoje você não pode mais sair e deixar sua casa porque quando você chega já levaram alguma coisa. Porque tem uns por aí, devido essa droga que entrou, drogas pesadas que já tem na nossa comunidade. E tem uns viciados que eles não querem trabalhar, aí pra sustentar os vícios deles, aí vai mexer com as coisas dos outros (Dorilene Ferreira, 2017).

Alguns relatam situações como:

- Liliane dos Santos Pereira (2016), de Caçacueira: “A comunidade resolve com as próprias mãos os casos de roubo, assassinato e etc.”.

- Luit Silva Filho (2016), de São Lucas: “As drogas estão tomando conta cada vez mais forte”.
- Erivan Ribeiro (2017), de Caçacueira: “Três vezes foi criado grupo de apoio”.
- Inaildes Ferreira Fonseca (2017), de Caçacueira: “Há tráfico de drogas”.

Em contrapartida, em outras comunidades, os entrevistados citam a inexistência do grupo, apesar da ocorrência de problemas como o uso de drogas. E em uma, foi destacada a sua tranquilidade, como será visto a seguir:

- “Não há grupo de apoio. Há casos de drogas e poucos furtos” (Wlysses de Jesus Oliveira Santos, 2018), de Lençóis.
- Elenice de Jesus A. Pereira (2017) relata que “Peru é tranquilo”.

A existência de grupos de apoio reflete a ação limitada do poder público no quesito segurança pública e reflete o que Bourdieu (1989) denominou de campo, que corresponde a um espaço específico, com regras que cada espaço social tem colocado em prática, de acordo com a posição que o agente se localiza. Cada campo possui regras próprias. É um campo de força entre os agentes que ocupam posições diferentes.

Os campos são lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso (BOURDIEU, 2004).

As regras específicas são as punições estabelecidas. E a correlação de forças se dá entre os integrantes do grupo de apoio e àqueles considerados infratores.

6.4 Potencialidades

Apesar dos relatos sobre as alterações nos estoques pesqueiros, a atividade ainda é citada por muitos como uma potencialidade local, além de ter a maior participação na economia local.

De acordo com Roberto Brito Costa (2017), coordenador de turismo do município de Cururupu, a pesca e o turismo são grandes potencialidades locais.

Lailson James Silva de Araújo é um grande entusiasta do turismo na RESEX, especialmente em Lençóis. Para ele, o Turismo Comunitário é uma possibilidade de proporcionar emprego e renda para a população local e divulgar, ainda mais, as belezas de da ilha para o mundo.

De acordo com Coriolano (2012, p. 124),

o turismo comunitário é aquele em que as comunidades, de forma associativa, organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele, o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, sejam de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios.

Concorda-se que o Turismo Comunitário ou de Base Local pode ser praticada no lugar, pelas especificidades do mesmo e pela organização social. Refere-se à experiência de realizar trabalho envolvendo grupos de pessoas, como a limpeza da comunidade; e o exercício do diálogo a partir das discussões realizadas nas assembléias do Conselho Gestor e da AMREMC, nas reuniões que organizam as festividades locais, entre outros. Convém lembrar que se fala de um Turismo diferente daquele praticado nos grandes centros desta atividade, conforme destacado a seguir:

As classes de menor poder aquisitivo descobrem o turismo social e as populações das regiões não direcionadas ao turismo global descobrem formas de inclusão na cadeia produtiva do turismo e nos roteiros de visitação, com um turismo alternativo. Assim, se chega aos lugares excluídos do modelo global, denotando a força de inércia e da inclusão em contraposição à força de exclusão. Isto fez surgir o chamado turismo solidário, participativo, comunitário, de inclusão, mostrando a dinâmica dessa atividade e a possibilidade de turistas para todos os segmentos (CORIOLANO, 2014, p.319).

No lugar estudado, habita uma população tradicional, categoria utilizada nesse trabalho considerando a conceituação de Diegues (2000). A resistência a situações socioeconômicas adversas, permanecendo no lugar e lutando por ele, é uma das características marcantes observadas. O Turismo Comunitário que, por princípio envolve a população do lugar, pode representar uma ampliação dos postos de trabalho e contribuir para muitos desistam de migrar.

Ainda na escala local pode constituir-se um outro tipo de território ao qual denominamos territórios de zonas de resistência que não foram capturados pelo processo de globalização. São territórios de abrigo e recurso, prenes de simbologia, onde predominam as relações de poder local, ancoradas nos princípios de liberdade e autonomia. Correspondem à categoria lugar, amplamente estudada pela Geografia Humanística (RODRIGUES, 2007, p. 18-19).

Na ilha de Lençóis, existem duas pousadas, com acomodações simples e um cardápio com base em peixes e crustáceos. Nas demais comunidades estudadas não foram observadas pousadas. Os visitantes costumam se hospedar com os moradores locais.

Ainda segundo Lailson James Silva de Araújo (Lençóis), estabelecendo um paralelo entre o comportamento do visitante antes da RESEX e atualmente: “hoje, há mais controle, respeito”.

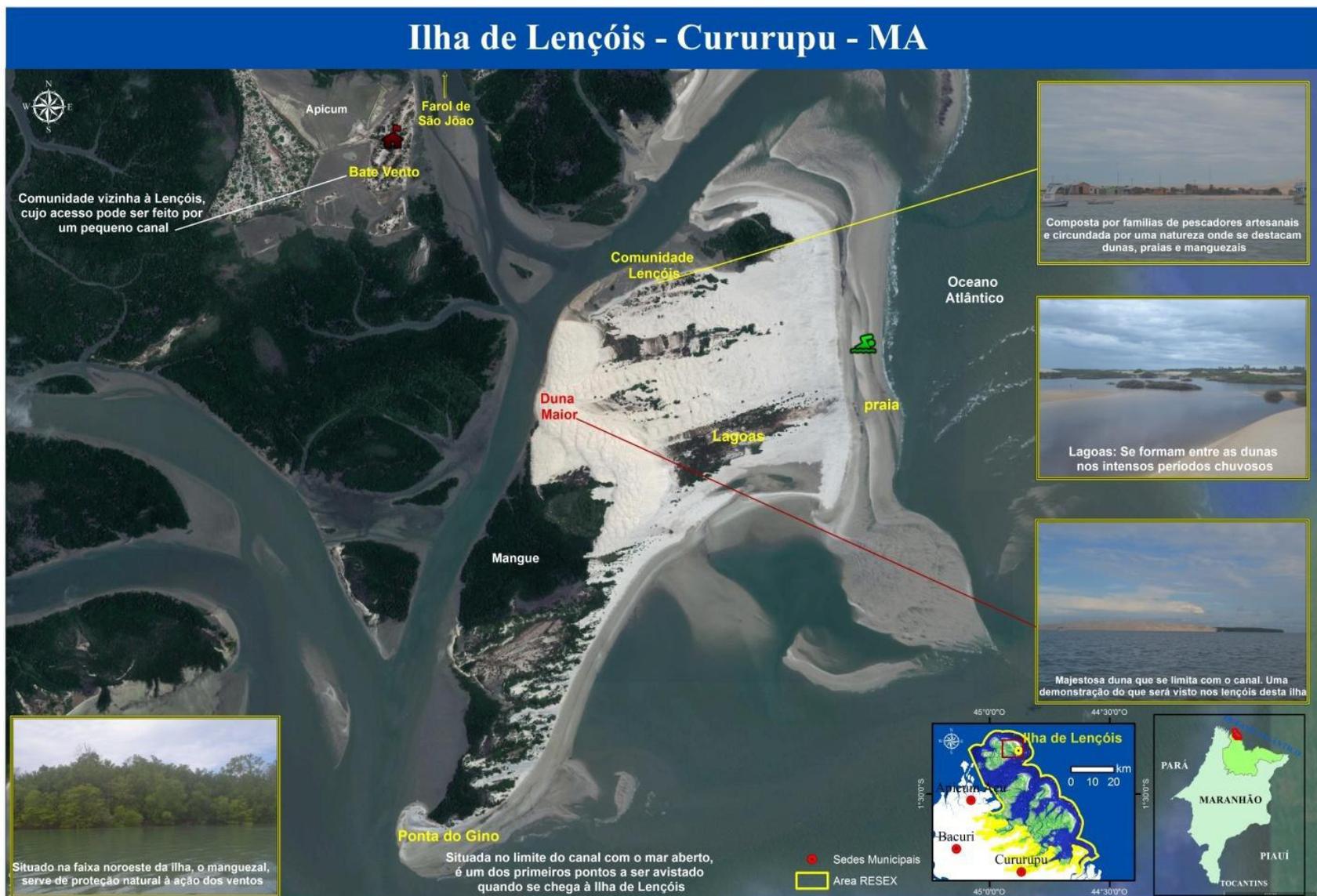
Os professores Cecília Monteles e Monteiro Lago (Lençóis) destacam que como a localidade está na rota marítima internacional, nela aportam embarcações do tipo veleiro e iate. Normalmente as pessoas dessas embarcações visitam as dunas; às vezes, fazem pequenas compras no comércio local, mas não se hospedam na ilha, ficando em suas embarcações. Pode-se confirmar esse relato por duas vezes.

Na etapa de campo realizada em Lençóis, em junho de 2018, foi desenvolvida a técnica do mapeamento participativo com alunos nos dois turnos da escola de Lençóis. A ideia era identificar como os jovens estudantes conseguem expressar, por meio de um desenho livre, o local onde vivem. Houve um grande envolvimento de todos para a confecção dos desenhos: alunos, diretora e professores. Teve-se a ideia de aspectos, elementos representativos para eles e que gostariam que os visitantes apreciassem.

Houve um pedido de Lailson James Silva de Araújo (Lençóis) ao grupo de pesquisadores de que fossem feitos mapas da localidade, incluindo a Ilha de Lençóis e o farol de Bate-Vento, para eles utilizarem quando da recepção dos visitantes. Seriam destacados, nos mapas, a sede da comunidade e os pontos de visitação como a Ponta do Gino, a praia, as dunas e o farol. Segundo Lailson James Silva de Araújo (Lençóis), com um mapa, o visitante já teria uma ideia melhor dos pontos a serem visitados e as distâncias de um para o outro. A equipe de pesquisadores realizou o trajeto de interesse, registrou as coordenadas de cada um. A ideia da produção de desenho da ilha pelos jovens foi no sentido de usar alguns elementos destacados por eles nos mapas.

O prof. Ulisses Denache Vieira Souza, Mestre em Geoprocessamento, elaborou mapas (Figura 29) no formato A-3, que foi entregue ao solicitante na reunião do Conselho Gestor da RESEX, em 25 de abril de 2019. Há um arquivo no formato de banner disponível, caso haja interesse de Araújo ou da comunidade.

Figura 29 – Ilha de Lençóis



Projeto: Avaliação dos Impactos Socioambientais da implantação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu.

Coordenação: Profa. Rosalva de Jesus dos Reis
 Elaboração: Ulisses Denache Vieira Souza

0 Escala 1 km

Sistemas de Coordenadas Geográficas SIRGAS 2000 Zona: 23S

Financiamento FAPEMA

O Turismo Comunitário, pretendido por Araújo, já é uma realidade em vários lugares do Brasil. Um dos primeiros estados a implementá-lo foi o Ceará (REZENDE, 2012). Como experiência, pode ser citada a da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM). Existe um extenso referencial teórico sobre essa temática e eventos científicos específicos como o Congresso Nacional de Turismo Comunitário e Simpósio de Turismo Sertanejo¹⁷. O duplo evento é coordenado pelo prof.º Dr. Giovanni de Farias Seabra, da Universidade Federal da Paraíba, e tem a participação de pesquisadores, professores, gestores e alunos (de graduação e pós-graduação) de diversos estados brasileiros. O evento é originário da Paraíba, mas já ocorreu na Bahia, Minas Gerais e Pernambuco. Em 2015, ele foi realizado em São Luís (Maranhão).

¹⁷ O III Congresso Nacional de Turismo Comunitário e o IX Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo tiveram como tema Os sertões brasileiros: diversidades e potencialidades; e foram coordenados, localmente, pelos professores Ulisses Denache Vieira Souza e a prof.ª Rosalva de Jesus dos Reis.

7 CONCLUSÃO

A relação dos seres humanos com os componentes ambientais de origem natural tornou-se, ao longo do tempo, predominantemente danosa. Essa relação culminou no ficou conhecido como problemas ambientais. Com a intensificação desses problemas, no século XX, as discussões sobre os mesmos também se intensificaram, a partir da década de 70 desse século, e permanecem em pauta até os dias atuais. Nesse contexto de discussões, surge a noção de desenvolvimento sustentável, posteriormente superada pela noção de sustentabilidade.

Os problemas ambientais que antes eram vistos na escala local, passaram a ser considerados como pertencentes à escala global. Muitas ações derivam dessas discussões, como exemplo: a elaboração de um arcabouço legal, a criação de órgãos para tratar especificamente da questão ambiental, a realização de eventos e a criação de áreas protegidas legalmente.

Entre as áreas protegidas, estão as Unidades de Conservação que surgem, inicialmente, como uma forma de deixar alguns espaços livres da (danosa) ação humana, para que as pessoas pudessem ter uma experiência contemplativa com a natureza. Nessa concepção, homem e natureza não fazem parte do mesmo universo.

A concepção de unidades de conservação vai se aprimorando e definem-se categorias desses espaços protegidos, cujas diferenciações se dão por aspectos como dominialidade das terras, permanência ou não das populações humanas, fins da UC (ex.: pesquisa científica), entre outros.

As unidades de conservação foram criadas com propósitos de garantir conservação dos recursos naturais e/ou humanos nelas existentes.

No Brasil, conforme estabelecido pelo SNUC, existem dois grandes grupos de unidades de conservação: unidades de conservação de uso indireto e as unidades de conservação de uso sustentável.

As RESEX enquadram-se no segundo grupo e, surgiram, no Brasil, a partir das lutas de seringueiros autônomos do estado do Acre pela posse da terra e pelo direito de continuar produzindo conforme seus costumes, mantendo suas famílias, e não conforme à implantação de projetos agropecuários e madeireiros. Nessas unidades, a conservação ambiental é tarefa, também, da comunidade

tradicional que nela vive. Nesse trabalho, utilizou-se a concepção de Diegues (2001).

A criação da RESEX de Cururupu se deu a partir de um processo diferente daquele que deu origem às primeiras UC dessa categoria no Brasil. Ela surgiu como derivação de ações políticas articuladas e com grande participação do poder público municipal. A participação da população tradicional das ilhas que compõem a unidade foi secundária.

Para se entender **quais aspectos sociopolíticos, econômicos e culturais favorecem ou dificultam a sustentabilidade ambiental na RESEX de Cururupu** e se os objetivos propostos para essa categoria foram alcançados, precisa ser levado em consideração o emaranhado de relações de ordem política, econômica, social e ecológica que permeiam as relações ali estabelecidas.

A RESEX de Cururupu, vista como resultado da ação de uma política pública de caráter ambiental, implementada pelo ICMBio, possui objetivos bem claros, expressos no Decreto Federal nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, e na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o SNUC, nessa pesquisa trabalhados em forma de questionamentos.

Retomando as questões secundárias que orientaram essa pesquisa tem-se, inicialmente: **são desenvolvidas ações no sentido de garantir a proteção aos meios de vida e cultura local?**

O principal meio de vida na localidade é a pesca, cuja cadeia produtiva ainda permanece de forma que os pescadores ainda desfrutem de poucos ganhos, considerando o que é gerado após a saída do pescado. A ação de atravessadores, das próprias ilhas e de outras localidades, é permanente. Esses são grandes privilegiados econômicos do sistema em detrimento dos pescadores.

As entidades representativas dos pescadores (Sindicatos e Colônias, tanto em Apicum-Açu, como em Cururupu) possuem grande número de pescadores. Seus diretores entrevistados demonstram conhecer bem a situação da pesca e dos pescadores, mas suas ações estão mais voltadas para a aquisição de benefícios como aposentadoria, seguro defeso que reestruturação da cadeia produtiva.

Técnicas danosas (tapagem de igarapé e zangaria), com proibição estabelecida no Acordo de Gestão (ou para o período do ano ou para o tipo de malha), ainda são praticadas no lugar. No caso da zangaria, a situação não é tão simples de se resolver, dado o envolvimento de quase todas as famílias no

processo. Uma comunidade como São Lucas depende economicamente desse tipo de arte de pesca. Jovens, mulheres e os pescadores são envolvidos na atividade e uma zangaria é responsável pela manutenção de inúmeras famílias. Quando as redes utilizadas são apreendidas e até queimadas (por estarem atuando fora do período legal), o impacto econômico e, por cadeia, social, é muito grande.

Há que ter alternativas para as comunidades que tradicionalmente praticam esse tipo de pesca e se mantêm a partir dela. A contradição está em que, se a situação permanecer, a questão socioeconômica é atendida (por um certo período de tempo), mas a ecológica não, pelo grande mortalidade de espécies comercialmente inexpressiva. Do ponto de vista da cadeia trófica, as espécies fadadas à morte são muito importantes.

A falta de reestruturação da cadeia produtiva contribui para que os níveis socioeconômicos tenham tido uma melhora pouco expressiva. Quem dá essa certeza são os dados do IBGE, disponíveis, nos Agregados e os relatos das pessoas entrevistadas durante as etapas de campo.

Observou-se que (de um período censitário para outro, 2000 a 2010), a população absoluta diminuiu. A renda do responsável pelo domicílio aumentou pouco, assim como a escolaridade do mesmo. Entre os fatores de redução populacional está a migração dos jovens pela inexistência de escolas de escolas. O desejo de proporcionar aos filhos uma formação escolar mais elevada e, posteriormente, pleitear melhores postos de trabalho (do ponto de vista econômico), faz com que muitos pais decidam colocar seus filhos para estudar nas sedes municipais mais próximas (de Apicum-Açu e Cururupu) ou locais mais distantes, como São Luís e Belém.

Além de uma oferta limitada de educação formal, há pouca diversificação da economia com funções e rendas atrativas para quem vai entrar no mercado de trabalho ou, ainda, para quem não quer ou não pode mais se dedicar à pesca. Uma alternativa viável é o Turismo Comunitário, que provoca baixo impacto ecológico e um retorno econômico para população. Esse tipo de turismo possibilita o engajamento de jovens, adultos e idosos em diversas funções, como condutores de trilhas, comerciantes de produtos locais, condutores de embarcações para chegar às praias, farol, outra ilha e outros locais de interesse do visitante, contadores de histórias e donos de pousadas e restaurantes, salvaguardando as características específicas de cada comunidade.

A paisagem de origem natural do lugar já é um grande atrativo, com suas praias, dunas (predominantes em Lençóis), pontas, manguezais, revoada de pássaros, pôr do Sol, mas o componente humano também tem sua importância. A observação da cata do sururu, das artes de pesca (como aquelas que são praticadas mais próximas de onde as pessoas moram) e o calendário de festas já existentes são fenômenos potenciais ao turismo.

O turismo comunitário não pode ser visto sob a perspectiva romântica. Não basta uma decisão dos comunitários para que ele dê certo. A RESEX é distante da capital estadual. O acesso a ela ocorre, principalmente, por meio de embarcações. Atualmente, as condições para a recepção de visitantes ainda ocorre de forma incipiente.

As experiências exitosas no Brasil derivam de planejamento, qualificação e investimento. As parcerias (com universidades, secretarias, ONG) podem ser muito interessantes. Nesse contexto, a participação do poder público municipal é primordial. Outra contribuição que pode ser positiva são as ações articuladas entre os diversos entes governamentais, por meio de ministérios e secretarias.

As dificuldades impostas pelos instrumentos legais para que pessoas de fora do lugar adquiram terras e construam no lugar é um aspecto que dificulta a edificação de grandes empreendimentos como *resort*, realidade que pode ser observada no entorno de outras unidades de conservação, como no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. É algo que dificulta a entrada do grande capital num modelo de turismo que não considera a comunidade local com seus saberes, seus fazeres e enquanto mão-de-obra permanente. Essa situação contribui para reforçar a possibilidade do Turismo Comunitário.

Não se avançou quanto à proteção dos aspectos culturais. Do que se pode apreender e analisar, a realização de manifestações culturais como o bumba-meu-boi, quadrilha, carnaval ficam à mercê de cada gestão municipal. Quanto à realização de outras festas, como aquelas em homenagem aos pais e santos padroeiros, as comunidades contam mais com doações dos próprios moradores. Um caso emblemático é do Memorial Rei Sebastião, em Lençóis. Até dezembro de 2018, data da finalização da pesquisa, não houve nenhuma ação efetiva no sentido de reconstruir a edificação onde funcionava o memorial, ou a destinação de outra casa adequada para abrigar o acervo composto de fotos, livros, objetos, indumentárias de festas. A proposta do memorial é manter viva a lenda do nobre

português, encantado nas areias da ilha, que aparece na forma de um touro. Essa lenda é um dos principais elementos simbólicos da RESEX e que tão bem identifica e individualiza, do ponto de vista cultural, a Ilha de Lençóis.

O Memorial Rei Sebastião contribuiria para disseminar a lenda para os visitantes e para as pessoas do lugar, principalmente as novas gerações.

É necessário saber se o uso dos recursos ocorre de forma a garantir a sustentabilidade dos mesmos.

Os manguezais, ecossistema de destaque na RESEX, são citados como ambientes que eram explorados de forma indiscriminada. A partir da criação da RESEX, passou a haver um ordenamento na exploração. A preservação de algumas porções de manguezais em Caçacueira, Guajerutiua e Lençóis são de importâncias vitais. Nas duas primeiras, protege as comunidades do livre avanço da água do mar. Na última, protege a área habitada do livre avanço da areia, que é particulada pelo trabalho do mar e transportada pelo vento.

A conscientização da importância dos manguezais, seguida de ações efetivas para a conservação desse ambiente, é garantir a sustentabilidade dos mesmos. Convém lembrar que os manguezais da RESEX são importantes para a reprodução e desenvolvimento de espécies locais e servem de pouso para as aves migratórias, em rota hemisférica.

O recolhimento dos resíduos das comunidades pelos mutirões foi uma excelente ação derivada do Programa Bolsa Verde. Mostrou a capacidade de organização das comunidades em prol de um bem comum. Nesse aspecto, destacam-se o protagonismo das mulheres e a inserção dos jovens. No entanto, a noção de limpeza não pode estar atrelada apenas à percepção de valores monetários. Ela tem que evoluir para a adoção de atitudes proativas e de hábitos de consumo menos danosos ou não danosos à natureza.

Entre as espécies consideradas pela população como escassa está a sardinha, que é um bioindicador. Quando as pessoas percebem muita sardinha, sabem que haverá fartura de peixes. É o que foi relatado, por muitos, na RESEX. Teve-se a oportunidade de observar grande cardume de sardinhas mortas na baía de Guajerutiua. Somando-se a essa observação, acompanharam-se relatos de pescadores sobre outros cardumes mortos da mesma espécie mais próximo das comunidades de São Lucas e Guajerutiua. A pescada amarela, o camarão, sururu, também são citados como escasso.

As causas da escassez apontadas pelos pescadores divergem. A maioria faz referência às técnicas de captura (artes de pesca), como a zangaria alta, a rede poitada, a tapagem de igarapé e a muruada. Outros se referem ao aumento na quantidade de pescadores, referindo-se ao fato de que não há um controle e fiscalização de quem pesca na RESEX. Portanto, barcos de vários municípios maranhenses, de outros estados brasileiros e até de outros países são citados pelos pescadores, como atuantes no local e dividindo os estoques pesqueiros.

Importa saber que uma realidade está posta: o anúncio da redução de estoques pesqueiros. Importa mais tomar as medidas necessárias para que a situação não se agrave e comprometa o ciclo de desenvolvimentos das espécies marinhas citadas, e outras, visto que o se dá em cadeia.

Monitoramento, fiscalização e educação ambiental são essenciais para o êxito desejado. Questionou-se se essas ações existem na RESEX. E, se existem, de forma tem ocorrido.

À Capitania dos Portos do Maranhão cabe fiscalizar as especificações das embarcações, denominada de inspeção naval, conforme informou o Capitão dos Portos do Maranhão. Muitos entrevistados confirmam a ação da capitania na RESEX. Quanto à fiscalização da navegação de embarcações na costa maranhense, compete ao Grupamento de Patrulha Naval do Norte, sediado em Belém (PA). Não se teve a oportunidade de estabelecer contato com esse setor da Marinha do Brasil.

O Capitão dos Portos entrevistado foi categórico em dizer que não cabe à Marinha do Brasil se manifestar sobre a gestão da RESEX, e que a mesma sempre estará disposta em realizar ação conjunta com os órgãos ambientais.

O órgão gestor da RESEX, o ICMBio, possui um número pequeno de funcionários para fiscalizar a unidade visto à sua extensão territorial e configuração em arquipélago. É um trabalho tenso porque podem ocorrer apreensões, o que deixa o pescador insatisfeito. A fiscalização demanda tempo, em decorrência da conformação em ilhas. Pode ocorrer o fato de que, enquanto a equipe de fiscalização está numa ilha, as demais podem ser avisadas da ação. Parcerias entre instituições, como o Batalhão de Polícia Ambiental, poderiam minimizar essas ações e os resultados poderiam ser melhores.

O aumento da necessidade de fiscalização é um indicativo de carências como uma educação ambiental capaz de levar à assimilação de novos hábitos, de

novas práticas e de uma concepção de ambiente tendo as pessoas como integrantes do mesmo e não como dominadoras dos demais.

Não foram observadas situações de educação ambiental. Não se teve conhecimento (mesmo a partir de entrevistas com duas gestoras escolares) de educação ambiental realizada nas escolas. Em contra partida, vários entrevistados citaram o projeto referente à preservação da pescada amarela realizado por uma ONG. Para a amplitude da RESEX, por sua importância ecológica e socioeconômica, é pouco. Outras ações se fazem necessárias e urgentes.

Como a comunidade se vê e como ela percebe a RESEX é de extrema importância para a compreensão das relações existentes na mesma. A percepção levou os moradores a compreender que, enquanto lugar, existem as situações próprias, particulares, singulares e as relações (harmônicas ou desarmônicas) estabelecidas. Esse lugar está inserido num espaço mais amplo, sentido as repercussões do que acontece nele, ou, ainda, provocando situações inversas.

Enquanto uma UC habitada por comunidade tradicional, a gestão participativa é a melhor forma de caminhar rumo à sustentabilidade.

Deve haver uma emancipação da população local para fazer valer o novo apresentado pelas RESEX. Uma gestão onde a população local é protagonista e está na linha de frente na luta pela conquista e ampliação dos seus direitos, e não mais na condição de subalternidade onde as decisões são alheias aos seus quereres; ou, ainda, conquista oriundas de barganha, de “benéncias” do poder público, como foi comum no processo de formação política, social e econômica do país. Emerge a necessidade de se romper com as velhas estruturas.

O caminho para a sustentabilidade deve ser pautado na busca pelos instrumentos legais já estabelecidos, visto que é uma política governamental. No entanto, a população local, assim como as comunidades das primeiras reservas criadas (no estado do Acre), pode empreender lutas no sentido de caminha rumo à sustentabilidade pretendida através de denúncias, apresentação de novas pautas e reivindicação de pautas já existentes e não efetivadas. A seu favor está o conhecimento da situação geral do lugar. Foram muitos os relatos sobre o conhecimento que cada comunidade tem do que está ocorrendo com as demais. Soma-se a esse fato o exercício do diálogo. A criação da AMREMC e do Conselho Gestor proporcionou uma rotina de discussões com representantes das diversas comunidades e com o órgão gestor.

Urge a expansão da ação de entidades representativas (sindicatos e colônias), no sentido de lutar pela efetivação de mais direitos dos pescadores como qualificação profissional, escolaridade, assistência técnica e acesso a financiamento e predisposição para assimilar outros hábitos, o que implica num modelo de consumo de produtos com materiais menos danosos ao ambiente.

O cuidado com o ambiente tem de ser encarado considerando seus múltiplos componentes, incluindo neles, as pessoas. Essas integram o ambiente, não estão apartadas do mesmo; elas têm grande participação no equilíbrio ecológico. A dimensão econômica está totalmente atrelada ao equilíbrio ecológico. É preocupante quando os pescadores e as donas de casa dizem que espécies estão diminuindo. Entre as espécies citadas, estão algumas de maiores valores econômicos (a pescada amarela) e que contribuem para a sustentação econômica de inúmeras famílias.

O pescado já sai do município com preço pequeno. Somando-se a essa situação, a falta de conhecimento da produção pesqueira real, conforme apontada por estudos citados, e a não tributação, pelo município, da sua produção pesqueira limita seus recursos.

Os entes governamentais devem dialogar mais e tomar decisões. Uma necessidade: suprimir a área da RESEX de Cururupu da Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses. Cabe ao governo do Estado do Maranhão e ao Governo Federal essa definição.

O governo estadual deve ser chamado à responsabilidade, como para a construção e manutenção das estradas e a instalação de postos de fiscalização.

No Capítulo 3, foram indicados vários projetos propostos para RESEX (conforme Plano de Manejo). Se todos forem implementados já se tornaria um grande ganho para a população local. O grande problema é quando esses projetos ficam apenas em nível de proposição. É importante que na definição das ações, a população local não apenas seja informada, mas consultada para que tenha a possibilidade de expressar seus anseios, dificuldades, problemas, aspirações. Essa categoria de UC, por conceituação, permite a permanente manifestação popular.

Ações articuladas com a gestão municipal devem ser permanentes, como por exemplo, para situações do dia-a-dia. Chegará um momento que o solo não suportará o os resíduos sólidos que nele são enterrados. Tem que haver uma destinação mais adequada.

As tensões geradas por furtos, consumo de drogas e assassinatos não podem continuar sendo dirimidas (se assim se pode dizer) por grupos locais. Há a instância do poder público constituído responsável pela segurança pública e cabe a ela dar conta das situações postas, e não um código de penalidades estabelecido localmente.

As pessoas não podem naturalizar as precárias condições de saúde, educação, recolhimento de resíduos e segurança. O município tem que ser chamado permanentemente à responsabilidade.

Tem-se clareza que a busca pela sustentabilidade na RESEX de Cururupu, por meio de uma gestão participativa, não é uma tarefa fácil pelos campos de força ali estabelecidos (BOURDIEU, 2004), pelos interesses envolvidos, pela riqueza gerada, e pelo que destaca Freitas (2012) de que todas as dimensões da sustentabilidade não são possíveis ao mesmo tempo no mesmo lugar. No entanto, é preciso buscar, é preciso caminhar porque as consequências da insustentabilidade ambiental são as piores para todos os seres vivos.

A realização dessa pesquisa foi enriquecedora por diversos aspectos. Entre eles está ampliação do conhecimento sobre a sustentabilidade, a categoria comunidades tradicionais e a vivência, mesmo que breve, com as comunidades selecionadas, a aproximação com entidades e órgãos. Somam-se a eles, as experiências vividas com a equipe de pesquisadores (alunos secundaristas, estudantes universitários, professores, gestor). Em cada etapa, muitas histórias de alegrias, aperreios, companheirismo e solidariedade.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Litoral do Brasil**. São Paulo: Meta Livros, 2002.

_____. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ed. Ateliê, 2003.

ACSELRAD, H. (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ACSELRAD, H. Mapeamentos, identidades e territórios. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2012. p. 9-32.

AGÊNCIA EUROPEIA DO AMBIENTE. O lixo nos nossos mares. 21 jul. 2014. Disponível em: <https://www.eea.europa.eu/pt/sinais-da-aea/sinais-2014/em-analise/o-lixo-nos-nossos-mares>. Acesso em: 15 abr. 2019.

ALMEIDA, Z. S.; NAHUM, V. J. I.; SANTOS, N. B.; PAZ, A. C. **Diagnóstico dos sistemas de produção pesqueiro artesanais do litoral do Maranhão**. São Luís: Ed. UEMA, 2010.

ALVES, J. E. D. **Considerações sobre projeções populacionais e econômicas para 2050 e seus impactos sobre a pobreza e o meio ambiente**. 2007. Disponível em: www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/popodesenvolvimentosustentavell_01maio07.pdf. Acesso em: 18 nov. 2018.

AMARANTE, O. A.; BROWER, M.; ZACK, J.; EOLICA, C. S. E. **Atlas do potencial eólico brasileiro**. Brasília: Ministério de Minas e Energia Eletrobras, 2001.

ARRUDA, R. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 79-92, 1999.

_____. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., Conferências e Palestras. Curitiba, 1997. **Anais...** Curitiba, 1997. v.1, p. 262-276.

ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 4 de ago. 2016.

BECKER, B. K. A Amazônia pós ECO-92: por um desenvolvimento regional responsável. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 129-143.

BECKER, B. K. *et al.* (Orgs.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BERNARDES, J. A.; FERREIRA, F. P. M. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira (Orgs.). **A questão ambiental**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico. Memória e sociedade**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1989.

_____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República da Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto n. 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 19 de abril de 2004. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 18 nov. 2018.

_____. **Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 1 mar. 2019.

_____. **Decreto n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990**. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D98897.htm. Acesso em: 18 jan. 2017.

_____. **Lei n. 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 18 jan. 2017.

_____. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2000a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 18 dez. 2014.

_____. Ministério da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura - Brasil - 2008 - 2009**. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2009.

_____. Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. Brasília: Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Biomass**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biomass/>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Sítios Ramsar**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADtios-ramsar.html>. Acesso em: 1 mar. 2019.

BRITO, F. A.; CÂMARA, J. B. D. **Democratização e gestão ambiental**: em busca do desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRESSAN, D. **Gestão racional da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CABRAL, M. S. C. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CABRAL, N. R. A. J.; RÖHM, S. A.; SOUZA, M. P. Políticas públicas de áreas protegidas: contribuição para sua implementação e manutenção da biodiversidade. In: WENDLAND, E.; SCHALCH, V. **Pesquisas em meio ambiente**: subsídios para a gestão de políticas públicas. São Carlos: RiMa, 2003.

CAMPOS, J. G. F. **Agenda 21**: da Rio 92 ao local de trabalho. São Paulo: Iglu, 1996.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTROGIOVANNI, A. (org.). **Ensino de geografia**: práticas e textualização no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CINTRÓN, G.; SCHAFFER-NOVELLI, Y. Mangrove Forests: Ecology and response to natural and man induced stressors. **Unesco reports in marine science**, v. 23, p. 87-113, 1983.

CORIOLOANO, L. N. M. T. (org.). **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CORIOLOANO, L. N. M. T. A utopia da sustentabilidade do turismo. In: _____. **O turismo e a relação sociedade - natureza**: realidades, conflitos e resistências. 2. ed. Fortaleza: EdUECE, 2014. p. 316-328.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. Geoecologia - o clima, os solos e a biota. *In*: ROSS, J. L.S. *et al.* **Geografia do Brasil**. 5. ed. rev. ampl. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p.67-208.

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (CCDRU). Cururupu, 2010.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e gestão ambiental. *In*: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.). **A questão ambiental**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

DAMIANI, A. L. O lugar na produção do cotidiano. *In*: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo. Contexto, 2002.

DIAS, G. F. **Ecopercepção**: um resultado dos desafios socioambientais. São Paulo: Gaia, 2004.

DIEGUES, A. C. S. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NAPUB-USP, 1995.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DIEGUES, A. C. S. (org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. Organizado por Antônio Carlos Diegues. São Paulo: NUPANB, USP, PROBIO, MMA, 2000.

DISCONZI, G. **Reserva Extrativista Marinha de Cururupu**: laudo biológico. Maranhão: CNPT/IBAMA, 2002.

EL-ROBRINI, M. *et al.* Maranhão. *In*: MUEHE, D. (org.). **Erosão e progradação do litoral brasileiro**: Maranhão. Brasília: MMA. 2006.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (Embrapa). Grupo de Inteligência Territorial Estratégica. **Matopiba**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/index.html>. Acesso em: 30 jun. 2017.

FEITOSA, A. C. **O Maranhão primitivo**: uma tentativa de reconstituição. São Luís: Ed. Augusta, 1983.

FIGUEIRÓ, A. Educação Ambiental para a criação de uma cidadania global. *In*: SEABRA, G. (org.). **A educação ambiental - o capital natural na economia global**. Ituiutaba: Barlavento, 2016. p. 75-88.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FRANCO, M. A. R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

FREITAS, J. **Sustentabilidade**: direito ao futuro. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GIRARDI, G. Oceanos recebem 25 milhões de toneladas de lixo por ano. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,oceanos-recebem-25-milhoes-de-toneladas-de-lixo-por-ano,70002235798>. Acesso em: 15 abr. 2019.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. **Dicionário geológico-geomorfológico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e Educação Ambiental. *In*: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (orgs.). **A Questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**: operação censitária. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/operacao-censitaria.html>. Acesso em: 9 jan. 2017.

_____. **Cururupu**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/cururupu/>. Acesso em: 1 mar. 2019a.

_____. **Mapas de biomas e de vegetação**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em: 24 nov. 2018.

_____. **Países**. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 nov. 2019b.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu / MA**. São Luís, 2016.

_____. Portaria nº 126, de 4 de dezembro de 2014. Aprova o perfil da família beneficiária da Reserva Extrativista de Cururupu. (Processo nº 02070.002293/2013-94). **Diário Oficial da União**, seção 1, n. 236, 5 dez. 2014a. p. 121.

_____. Portaria nº 122, de 06 de novembro de 2014. Aprova o acordo de gestão da Reserva Extrativista de Cururupu. Processo nº 02647.000001/2012-26. **Diário Oficial da União**, seção 1, n. 217, 10 nov. 2014b. p. 87-88. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Port_122.pdf. Acesso em: 1 mar. 2019.

_____. Portaria nº. 35, de 20 de maio de 2011. Cria o conselho deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu/MA. **Diário Oficial da União**, n. 97, Seção 1, p. 79, 23 maio 2011. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/747_20110711_162722.pdf. Acesso em: 1 mar. 2019.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS. **[Bioma amazônico]**. Disponível em: <http://imesc.ma.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2019.

_____. **Enciclopédia dos municípios maranhenses**: microrregião geográfica do litoral ocidental maranhense. São Luís: IMESC, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Queimadas**: situação atual de focos por estado e focos por bioma. Disponível em: <https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/situacao-atual>. Acesso em: 9 jan. 2017.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. p. 251-290 (Anuário Antropológico/2002-2003).

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOPES, R. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Ed. Fon-Fon Seleta, 1970.

MARANHÃO. **Decreto nº 11.901 de 11 de junho de 1991**. Cria, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses com limites que especifica e dá outras providências. São Luís, 11 jun. 1991a. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/anexos/304_20100823_150533.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Universidade Estadual do Maranhão. Laboratório de Geoprocessamento. **Atlas do Maranhão**. São Luís: GEPLAN/UEMA, 2002.

_____. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo. **Diagnóstico dos principais problemas ambientais do Estado do Maranhão**. São Luís: SEMATUR, 1991b.

MELLO, C. F.; MOCHEL, F. R. **Diagnóstico para avaliação e ações prioritárias para conservação da biodiversidade da Zona Costeira-Estuarina dos estados do Piauí, Maranhão, Pará e Amapá**. São Luís: UFMA, [200-].

MEMORIAL CHICO MENDES. **Chico Mendes**. Disponível em: <http://www.memorialchicomendes.org/chico-mendes/>. Acesso em: 15 abr. 2019.

MIRANDA, E. E. (coord.). **Brasil em relevo**. Campinas: Embrapa Monitoramento por Satélite, 2005.

MOCHEL, F. R. *et al.* Degradação dos Manguezais na ilha de São Luís (MA): processos naturais e impactos antrópicos. In: PROST, M. T. R. C.; MENDES, A. **Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental**. Belém: Museu Emílio Goeldi, 2001.

MOCHEL, F. R. Manguezais amazônicos: status para a conservação e a sustentabilidade na zona costeira maranhense. In: MARTINS, M. B.; OLIVEIRA, T. G. **Amazônia maranhense: diversidade e conservação**. Belém: MPEG, 2011.

_____. Manguezais amazônicos: status para a conservação e a sustentabilidade na zona costeira maranhense. In: MARTINS, M. B.; OLIVEIRA, T. G. [ed.]. **Amazônia Maranhense: diversidade e conservação**. Belém: MPEG, 2011. p. 94-116.

NERFIN, M. **Nem príncipe nem comerciante: cidadão - uma introdução ao terceiro sistema**. [S.l.]: Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento, 1987.

NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1989.

OLIVEIRA, M. A.; QUEIROZ, D. R. E.; SANTOS, M. L. A percepção como instrumento para a educação ambiental: estudo de caso aplicado aos moradores do bairro Tarumã em Maringá-PR. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 28, n. 2, p.65-81,2010.

PEREIRA, M. J. F. A "encantada" ilha dos lençóis no cenário do Ecoturismo: reflexões acerca do fenômeno turístico numa abordagem antropológica. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.6, n.12, 2009. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/65>. Acesso em: 17 ago. 2018.

POLETTI, I. **Biomassas do Brasil: exploração à convivência**. Brasília – Brasil. 2017. Disponível em: http://fmclimaticas.org.br/wp-content/uploads/2017/03/livro_BIOMASSAS_DO_BRASIL_2017_final.pdf. Acesso em: 30 jun. 2017.

PORTO GONÇALVES, C. W. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, B. K. *et al.* (Orgs.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 309-333.

REIS, R.J. (coord.) **Avaliação dos impactos socioambientais da implantação da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu**. Relatório de Pesquisa. São Luís: FAPEMA, 2018.

RESCHKE, G. A.; ELOI, C. M. A.; SILVA, R. M. Caracterização climática da Amazônia maranhense. In: MARTINS, M. B.; OLIVEIRA, T. G. **Amazônia maranhense: diversidade e conservação**. Belém: MPEG, 2011.

REZENDE, R. O. Abordagens teóricas sobre turismo comunitário. In: CORIOLANO, L. N. (org.). **Turismo, território e conflitos imobiliários**. Fortaleza: Eduece, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. B. Território, patrimônio e turismo com base local - uma relação inequívoca. In: SEABRA, G. (org.). **Turismo de base local**: identidade cultural e desenvolvimento regional. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2007. p. 15-30.

ROMARIZ, D. A. **Aspectos da vegetação do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Ed. da Autora, 1996.

ROSS, J. L. S. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucatec, 1996.

SILVA, C. A. **Política pública e território**: passado e presente na efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, C. A. (org.). **Educação socioambiental na escola**: algumas experiências do cotidiano à luz da metodologia de ensino da cartografia da ação social. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2011.

SILVA, J. S. V.; ABDON, M. M.; POTT, A. Cobertura vegetal do bioma no pantanal em 2002. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 23, 2007. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, out. 2007.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Mata Atlântica**: a casa da maioria dos brasileiros. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/nossas-causas/mata-atlantica/>. Acesso em: 2017.

SOUZA, U. D. V.; FEITOSA, A. C. Ocupação e uso da zona costeira do Estado do Maranhão. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA (EGAL), 12., 2009, Montevideu. **Anais**. XII EGAL, 2009. Trabalhos completos, p. 2415-2430. Disponível em: <http://www.egal2009.com/>. Acesso em: 22 dez. 2018.

TEIXEIRA, G.; PEREIRA, M. J. F. Institucionalização e recomposição territorial da reserva extrativista Marinha de Cururupu: aberturas e impasses da ação local e da gestão compartilhada. In: TEISSERENC, J. S. A.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; ESTERCI, N. (Orgs.). **Territórios, mobilização e conservação socioambiental**. São Luís: EDUFMA, 2016. p. 187-220.

TROPPEMAIR, H. **Biogeografia e meio ambiente**. Rio Claro, 1995.

TUAN, Y. **Opofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

WETTSTEIN, G. **Subdesenvolvimento e geografia**. São Paulo: Contexto, 1992.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevistas – Relação Nominal e Data

Local	Data	Relação Nominal
Sede de Apicum-Açu	19/02/2016	Carlos dos Santos (Sindicato dos Pescadores) Felipe Louzeiro da Silva (Sindicato dos Pescadores)
Lençóis	20/02/2016	Aluízio de Azeredo (Pescador e organizador do Bumba-meu-boi) Castro Álvares (Pescador) Cecília Monteles (Professora) Jessé Montelo (Pescador) Monteiro Lago (Professor)
São Luís	24/03/2016	Eduardo Castro de Menezes Borba (ICMBio)
Sede de Cururupu	20/05/2016	Joana Silva (Presidente da Colônia de Pescadores - Cururupu) Valdemir Ferreira Monteiro (Coordenador da Colônia de Pescadores - Cururupu)
Guajerutua, Peru, Caçacueira, São Lucas	21/05/2016	Arnaldo da Silva Gomes (Pescador - Peru) Roberto Wagner Ferreira Louzeiro (Pescador – Guajerutua - AMREMC) Liliane dos Santos Pereira (Comerciante – Caçacueira - Conselheira) Luti Silva Filho (Pescador – São Lucas - Conselheiro)
Lençóis	09/07/2016	Helena Silva (Contadora de História da lenda de D. Sebastião) Lailsom James Silva de Araújo
Sede de Cururupu	15/09/2016	Ivaldo Santos (Presidente do Sindicato dos Pescadores - Cururupu) José Dias de Azevedo (Secretário do Sindicato dos Pescadores - Cururupu) Maria de Jesus Mafra (CRAS - Cururupu)
Sede de Apicum-Açu	16/09/2016	Jocimar Monteiro Gatinho (Presidente da Colônia de Pescadores – Apicum-Açu)
São Luís	09/12/2016	Eduardo Castro de Menezes Borba (ICMBio)

Local	Data	Relação Nominal
Sede de Cururupu Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo	01/06/2017	Flávia Cristina Avelar (Bióloga, Coord. de Meio Ambiente - Cururupu) Mary Jane Costa Ferreira (Turismóloga, Coord. de Pesca - Cururupu) Roberto Brito Costa (Sociólogo, Coord. de Turismo - Cururupu)
Guajerutua	02/06/2017	Djalma Diniz Filho (Pescador) Djalma Diniz Neto (Pescador) Dorilene Ferreira Francisco Silva Azevedo (Pescador) Helena da Costa Alves Ferreira Lídia Maria Ferreira Monteiro Manoel Dias Lima (Pescador) Rafael Fernando Silva Santos (Conselheiro) Valmir Dias Cunha (Pescador) Wellito Carneiro Veras
Perus	02/06/2017	Adelmo Torres Amaral (Pescador) Elenilce de Jesus A. Pereira (Professora) Hélio Ferreira Sousa (CONSELHEIRO) Nélio Ferreira (Pescador) Vicente Nogueira (Pescador)
Caçacueira	03/06/2017	Delliane Costa Nogueira Erivan Ribeiro (Professor aposentado e Agente de Saúde) Ideilson Machado Santos (Pescador) Inaildes Ferreira Fonseca (Dona de Lanchonete) Jodeias Oliveira Fernandes (Barqueiro) Raimundo Costa Nogueira (Pescador Aposentado) Rosanira Nogueira Rosielem Cereja Campos (Gestora Escolar) Thaís Santos (Funcionária Pública Municipal)
Lençóis	29/04/2018	Antonio Carlos Lopes Antonio Nilson Rabelo Araujo Carlos do Carmo S. Azevedo Ivaney Silva (Conselheiro) Jorge Manoel dos Santos José Ribamar Ribeiro Araújo (Xengo) Lailsom James Silva de Araújo Mariene Ramos Oliveira (AMREMC) Wlysses de Jesus Oliveira Santos

Obs.: Nas primeiras entrevistas realizadas em Lençóis, ficou acordada a utilização de nomes fictícios para os entrevistados. Naquele momento, havia receio em relação ao uso das informações. Para que os entrevistados ficassem à vontade, foi sugerida essa forma de identificação. A partir das entrevistas seguintes, não houve mais necessidade desse artifício.

APÊNDICE B – Técnicas de Captura utilizadas na RESEX de Cururupu - Características de acordo com o Plano de Manejo da UC.

Camareira	Varia entre 70 a 150 metros, com malha não inferior a 36 (trinta e seis milímetros). É lançada na baixa mar, formando um semicírculo, com o centro na parte mais profunda, de onde é puxada para a beira, fechando o círculo. A pescaria é direcionada ao camarão e envolve geralmente entre 2 a 3 pessoas.
Curral	Armadilha fixa na forma de um “V” de esteiras, tecidas com varas e amarradas a mourões com cipó ou linha. É dividido em duas seções: ispia e chiqueiro. A sala é o lugar onde os peixes perdem a orientação e, devido à correnteza, não conseguem mais sair, ficando presos no chiqueiro. A pesca é feita na maré vazante e a despesca na baixa-mar, com a participação de 2 ou 3 pessoas. O Acordo de Gestão permite o uso do curral apenas com varas acima de 5 cm na ispia, malhas do chiqueiro a partir de 60 mm e espaçamento mínimo de 50 m entre um curral e outro.
Espinhel	Composição de linha e centenas de anzóis, para a pesca embarcada. Podem ser de fundo ou meia água. Captura pescadas (<i>Cynoscion</i> sp. e <i>Macrodon</i> sp.), uritinga (<i>Sciades proops</i>), bandeirado (<i>Bagre bagre</i>) cangatã (<i>Apistor quadriscutis</i>), corvina (<i>Micropogonias furnieri</i>), raia-pintada <i>Aetobatus narinari</i> raia-bicuda (<i>Dasyatis guttata</i>), peixe-pedra (<i>Genyatremus luteus</i>), tubarão-lixia (<i>Giglymostoma cirratum</i>) e outros tubarões. O número de pescadores varia entre 2 e 3, de acordo com o barco. O Acordo de Gestão limita o uso de espinhel com no máximo 3000 anzóis por embarcação.
Gozeira	Rede de emalhar de deriva de fundo, variando entre 500 e 1.000 metros de comprimento e 2 a 3 metros de altura. São dispostas no fundo, em mar aberto ou nas baías, dirigindo a pesca à captura da pescada (<i>Cynoscion microlepidotus</i>) e da pescada gó (<i>Macrodon ancylodon</i>). Envolve de 3 a 4 pescadores. O Acordo de Gestão limita o uso de gozeira para malhas a partir de 70 mm e comprimento máximo de 3000 m.
Linha de mão	Difusa por todas as comunidades da RESEX, é uma linha de nylon comprida, com um anzol na ponta. Pode levar outros anzóis, bóias e chumbadas. Há poucos lugares onde é a arte de pesca principal. Visa à captura de espécies de peixes pelágicos ou de fundo.
Malhadeira, Malhão, Pescadeira	Redes de emalhar, que variam entre 100 e 3.000 metros de comprimento e 4 a 6 metros de altura. São mantidas no sentido vertical da coluna d’água. A pesca é realizada em duplas, trios ou quartetos, utilizando botes ou bianas. São lançadas em águas mais profundas, objetivando capturar predominantemente as pescadas, como <i>Cynoscion acoupa</i> , <i>Macrodon ancylodon</i> e uritinga (<i>Sciades proops</i>). O Acordo de Gestão limita o uso de malhão para malhas a partir de 170 mm e comprimento de até 3.000 m.
Manzuá ou Munzuá	Uma armadilha de espera com estrutura de madeira coberta por uma malha de polietileno, em formato de caixa. É colocada nos poços e canais de maré. É trabalhada por apenas 1 pessoa.
Muruada	Armadilha de espera fixa com uma extremidade aberta e outra fechada. Possui em média 5 puçás, que em função da vazante da maré, captura peixes e camarões. Exige a manutenção constante de seus mourões, que sustentam os puçás. O pesqueiro, ou seja, a área de exploração é uma posse, sendo que sua localização e delimitação são definidas, muitas vezes, por herança, pioneirismo ou compra. O Acordo de Gestão limita o uso das redes de muruada para malhas a partir de 24 mm.

Puçá de arrasto	São redes em forma de funil com até 5 metros de comprimento. A rede é amarrada em dois pedaços de madeira, chamados de calões, a fim de que a mesma possa ser arrastada nas bordas dos lavados, igarapés e ao longo da costa. Geralmente é necessária a formação de duplas ou trios de trabalhadores. É uma arte destinada a pescar camarões e peixes, associada à subsistência (“mata fome”, na linguagem local) e à captura de iscas para outros tipos de pescaria, como o espinhel e a linha de mão. Sua presença é difusa em praticamente todas as comunidades. O Acordo de Gestão traz duas restrições quanto a esta arte: o uso do puçá de arrasto é proibido nos meses de abril e maio e só é permitido com malha a partir de 20 mm.
Rabiadeira	Rede de espera, perpendicular a linha de costa que possui uma extremidade fixada na praia e outra livre sobre a água.
Rede de lanço	É uma rede utilizada para cercar espécimes que se localizam nos “poços” capturados na baixamar. Apesar da prática, a rede de lanço é proibida através do Acordo de Gestão.
Redinha	Rede de arrasto sem saco, com aproximadamente 50 metros. Arrastada ao longo das margens rasas, praias e bancos de areia na baixa mar. Geralmente direcionada à captura de camarões, especialmente o camarão branco (<i>Litopenaeus schmitti</i>), é trabalhada por 2 pessoas.
Rede de Tapagem ou Tapagem de Igarapé	Arte de pesca ilegal e por isso proibida na RESEX, embora ainda muito utilizada. Configura-se por uma rede de seda com comprimento de 20-100 metros, sustentadas por estacas e fixadas nas bocas de cabeceiras. Na vasante da maré todos os pescados são capturados (de forma a não existir possibilidade de fuga) e a despesca ocorre na baixamar. Durante as reuniões abertas, corridas em fevereiro de 2015, a comunidade de Mirinzal citou como espécies capturadas: bagre, tainha e uriacica.
Serreira	É uma rede de monofilamento de emalhar de deriva flutuante (embora sejam observadas algumas ancoradas). Varia entre 800 a 1600 metros de comprimento e 4 a 5 metros de altura. Utilizada principalmente na plataforma continental, em águas rasas, objetivando a captura do peixe-serra (<i>Scomberomorus brasiliensis</i>). É operada por entre 2 a 6 pessoas. O Acordo de Gestão limita o uso de serreira para malha não inferior a 100mm (cem milímetros) e comprimento máximo de 3000 m.
Tainheira e Caiqueira	São redes cujo tamanho médio é de 160 metros. A tainheira, utilizada para capturar tainha, é utilizada nos canais de maré próximos ao manguezal. Já a caiqueira, utilizada para capturar a caíca, ocorre na costa. Em ambas, geralmente pescam de 2 a 3 pessoas. Embora o objetivo destas artes seja a captura da tainha e caíca, também são capturados camarões e outros peixes, como a pescada-gó (<i>Macrodon ancylodon</i>), cangatã (<i>Apistor quadriscutis</i>), uritinga (<i>Sciades proops</i>). O Acordo de Gestão limita o uso da tainheira para malhas não inferiores a 60mm (sessenta milímetros) e extensão não superior a 300m (trezentos metros) de comprimento; já a caiqueira é restrita para malhas não inferiores a 30mm (trinta milímetros) e extensão não superior a 200m (duzentos metros) de comprimento.
Zangaria	Armadilha fixa em forma de semicírculo. Sustentada por estacas, é colocada uma rede, que fica suspensa. O Acordo de Gestão limita o uso das redes de zangaria para malhas a partir de 50 mm e restringe o distanciamento entre as redes em, no mínimo, 100 m, com altura máxima de 2,5 m e comprimento máximo de 1500 metros. A zangaria, independente da altura da rede, não deve ser utilizada na beirada do mangue.

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevistas

1. Na Colônia de Pescadores de Cururupu.

- Nº de associados; mandato (quantos anos);
- Atividade pesqueira: espécies mais capturadas, comercialização, posse das embarcações/artefatos, avanços após criação da RESEX, articulação com governo (municipal, estadual, municipal), amparo legal para os associados.

2. Na Secretaria Municipal de Pesca, Turismo e Meio Ambiente

- Benefícios ao município com a criação da RESEX;
- Relação com o ICMBio;
- Tributação da pesca para o município.

3. Nas Comunidades

- Infra-estrutura: escolas, serviço de saúde, delegacia, energia, lixo;
- Economia: principais atividades econômicas; atividade pesqueira: espécies mais capturadas, comercialização, posse das embarcações/artefatos, avanços após a criação da RESEX, relação com o ICMBio, governos e ONG's;
- Cultura: Manifestações culturais, apoios;
- Associação Mãe: ações realizadas, diálogos entre as diversas comunidades.

APÊNDICE D – Registro fotográfico durante as entrevistas

Colônia de Pescadores de Apicum-Açu



Colônia de Pescadores de Cururupu



Sindicato dos Pescadores de Apicum-Açu



Sindicato dos Pescadores de Cururupu



Entrevista Gestores municipais de Cururupu



Entrevista em Peru



Entrevista Guajerutia



Entrevista Caçacueira



Entrevista Lençóis



ANEXOS

ANEXO A - Setores Censitários

CENSO 2010 (Divulgação - outubro/2011)		Página : 1 de 1 Data : 03-10-2011 Hora : 14:57:52 h
UF : Maranhão		21
MUNICÍPIO : Cururupu		03703
DISTRITO : Cururupu		05
SUBDISTRITO :		00
SETOR: 0034		0034
SITUAÇÃO : 50-RURAL		
AGÊNCIA :210860300-PINHEIRO		
AGLOMERADO :Caçacoelra		00016
UCA :RESEX DE CURURUPU		50333
Ponto Inicial e Ponto final:		
PORTO NA "BAIA DE CACA COEIRA"		
Descrição do Perímetro:		
DO PONTO INICIAL SEGUE PELA "BAIA DE CACA COEIRA" ATÉ DEFRONTAR COM O "LAGO DO CANCIO", DESTA PONTO ALINHAMENTO RETO ATÉ O "LAGO DO CANCIO" SEGUE ATÉ O SEU FINAL, SEGUE PASSANDO PELO "APICUM" ATÉ O "IGARAPE MATA FOME", SEGUE POR ESTE ATÉ A "BAIA DA CAÇA COEIRA", SEGUE POR ESTA ATÉ O PONTO INICIAL		
Setores a serem excluídos:		
NADA A REGISTRAR		
Agglomerados Rurais, Subnormais, Assentamentos Rurais Somente Identificados:		
NADA A REGISTRAR		



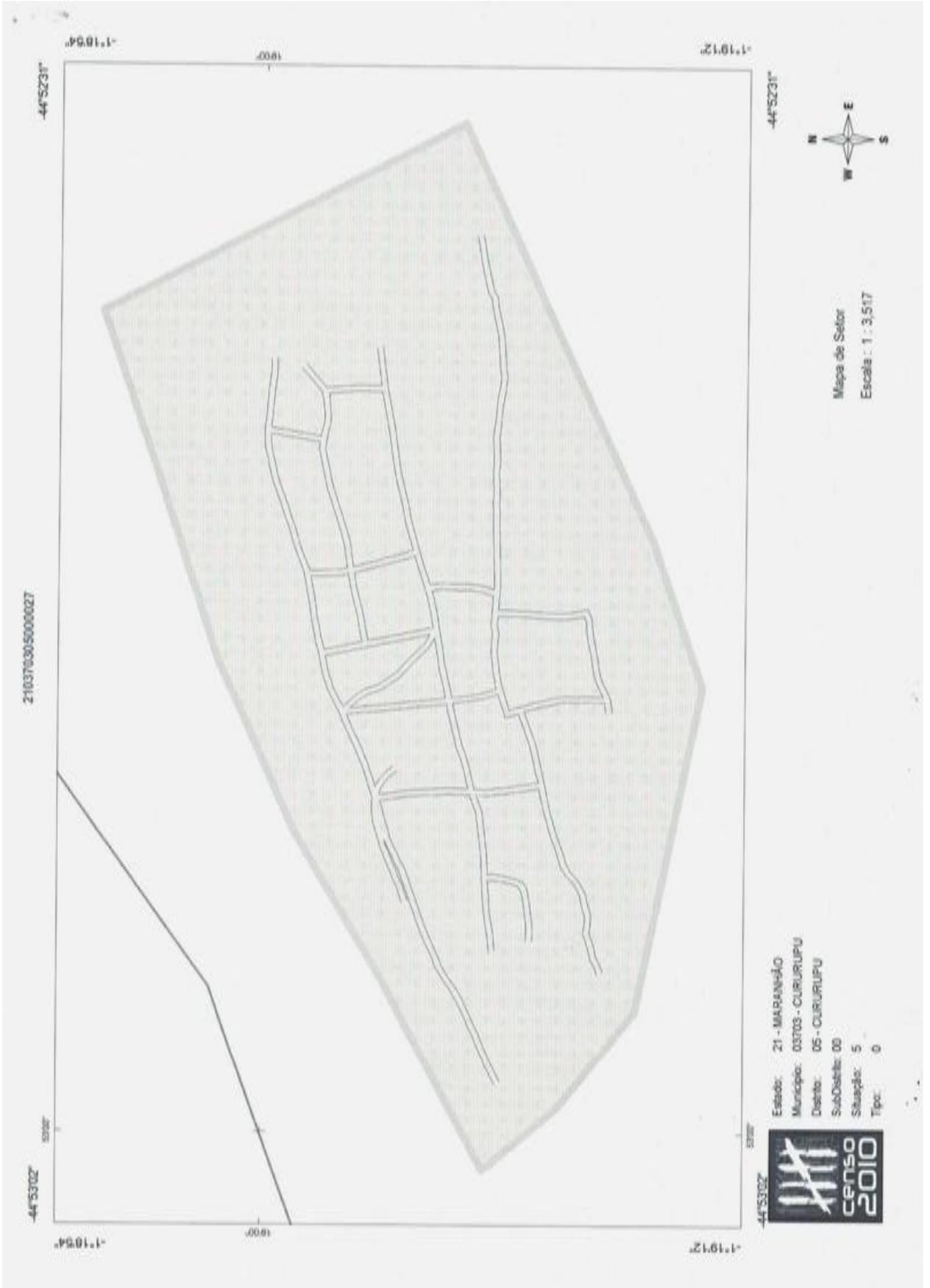
	CENSO 2010 (Divulgação - outubro/2011)		Página : 1 de 1
			Data : 03-10-2011 Hora : 14:56:08 h
UF : Maranhão			21
MUNICÍPIO : Cururupe			03703
DISTRITO : Cururupe			05
SUBDISTRITO :			00
SETOR: 0023			0023
SITUAÇÃO : 50-RURAL			
AGÊNCIA :210860300-PINHEIRO			
AGLOMERADO :Guajerutiva			00019
UCA :RESEX DE CURURUPU			50333
Ponto Inicial e Ponto final:			
JUNÇÃO DA "BAIA DE GUAJERUTIVA" NO FINAL DA "RUA HENRIQUE FERREIRA".			
Descrição do Perímetro:			
DO PONTO INICIAL PELA "BAIA DE GUAJERUTIVA" ATE "FURO DO TUCUM", "FURO DO TUCUM" ATE ALINHAR COM "CAMPO DE FUTEBOL", DAI LINHA RETA ATE CONFRONTAR COM "RUA DO COMERCIO", DAI RETA ATE "RUA DO COMERCIO", "RUA DO COMERCIO", "RUA HENRIQUE FERREIRA" ATE O PONTO INICIAL.			
Setores a serem excluídos:			
NADA A REGISTRAR.			
Agglomerados Rurais, Subnormais, Assentamentos Rurais Somente Identificados:			
NADA A REGISTRAR.			



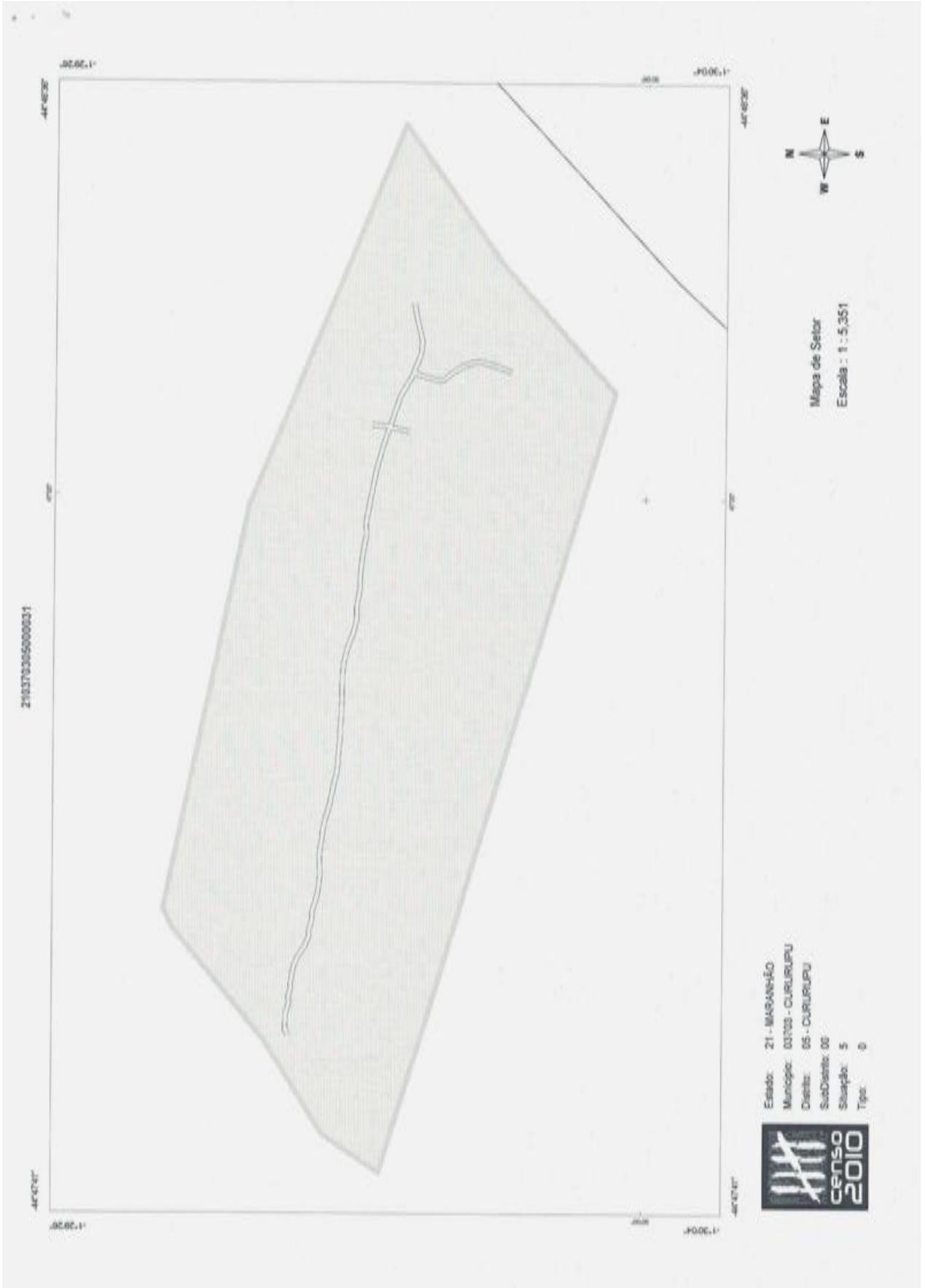
 CENSO 2010 (Divulgação - outubro/2011)		Página : 1 de 1 Data : 03-10-2011 Hora : 14:56:21 h
UF : Maranhão		21
MUNICÍPIO : Cururupu		03703
DISTRITO : Cururupu		05
SUBDISTRITO :		00
SETOR: 0024		0024
SITUAÇÃO : 50-RURAL		
AGÊNCIA :210860300-PINHEIRO		
AGLOMERADO :Guajerutiva		00019
UCA :RESEX DE CURURUPU		50333
Ponto Inicial e Ponto final:		
"BAIA DE GUAJERUTIUA" NO FINAL DA "RUA HENRIQUE FERREIRA".		
Descrição do Perímetro:		
DO PONTO INICIAL, SEGUE PELA " RUA HENRIQUE FERREIRA", "RUA DO COMERCIO" ATE SEU FINAL, RETA ATE FINAL DO "CAMPO DE FUTEBOL", RETA ATE "BAIA DE GUAJERUTIUA", POR ESTA ATE O PONTO INICIAL.		
Setores a serem excluídos:		
NADA A REGISTRAR.		
Agglomerados Rurais, Subnormais, Assentamentos Rurais Somente Identificados:		
NADA A REGISTRAR.		



 CENSO 2010 (Divulgação - outubro/2011)		Página :1 de 1 Data : 03-10-2011 Hora : 14:56:45 h
UF : Maranhão		21
MUNICÍPIO : Cururupu		03703
DISTRITO : Cururupu		05
SUBDISTRITO :		00
SETOR: 0027		0027
SITUAÇÃO : 50-RURAL		
AGÊNCIA :210860300-PINHEIRO		
AGLOMERADO :Lençóis		00024
UCA :RESEX DE CURURUPU		50333
Ponto Inicial e Ponto final:		
"FOZ DO FURO MATAU" NO "OCEANO ATLANTICO"		
Descrição do Perímetro:		
DO PONTO INICIAL SEGUE PELO "OCEANO ATLANTICO" ATE A "BAIA DOS LENÇÓIS" POR ESTA ATE DEFRONTAR COM O "FURO DO MATAU", DESTE PONTO SEGUE LINHA RETA ATE O PONTO INICIAL		
Setores a serem excluídos:		
NADA A REGISTRAR		
Agglomerados Rurais, Subnormais, Assentamentos Rurais Somente Identificados:		
NADA A REGISTRAR		



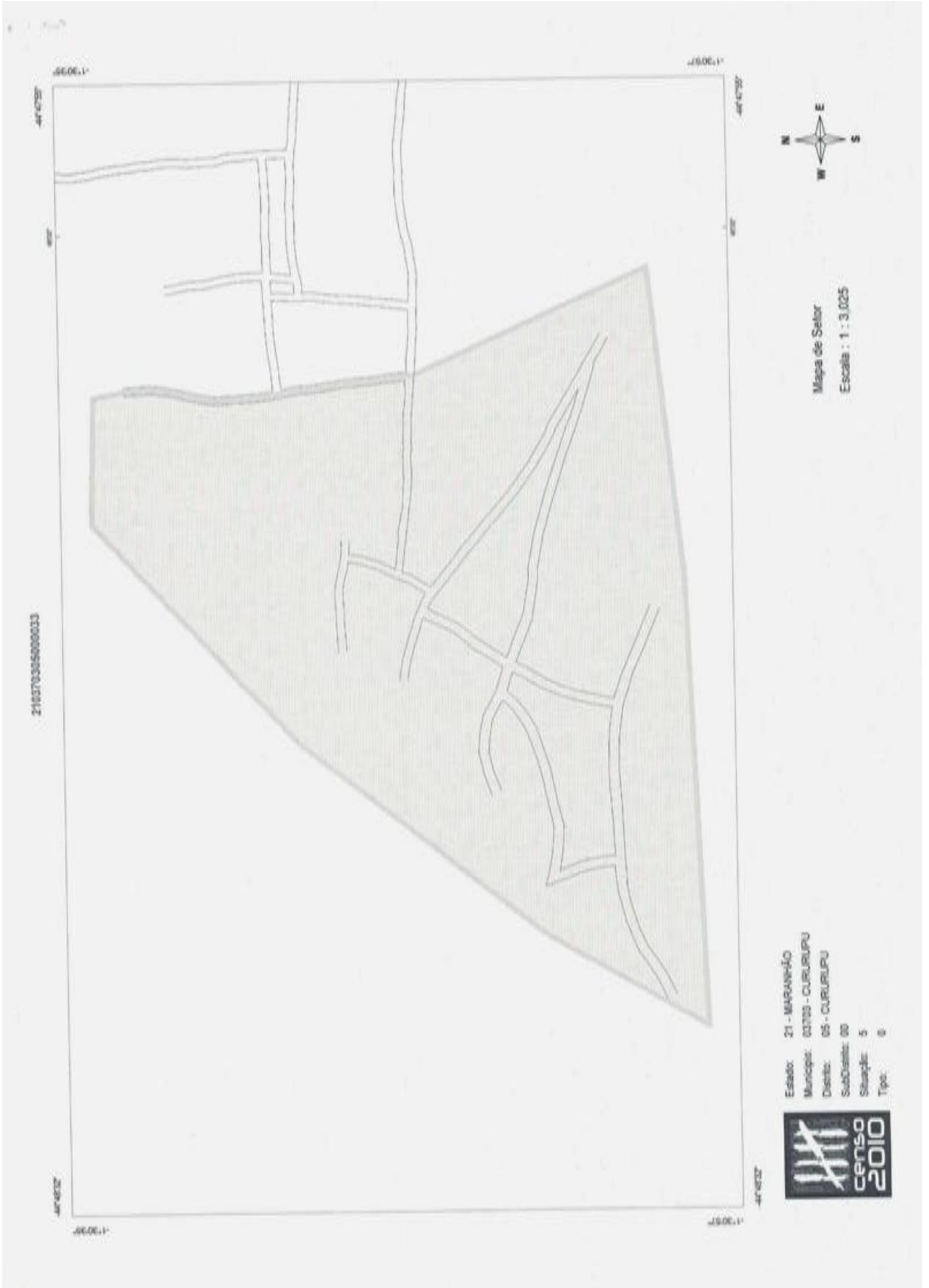
 CENSO 2010 (Divulgação - outubro/2011)		Página :1 de 1 Data : 03-10-2011 Hora : 14:57:09 h
UF : Maranhão		21
MUNICÍPIO : Cururupu		03703
DISTRITO : Cururupu		05
SUBDISTRITO :		00
SETOR: 0031		0031
SITUAÇÃO : 50-RURAL		
AGÊNCIA :210860300-PINHEIRO		
AGLOMERADO :Perus		00018
UCA :RESEX DE CURURUPU		50333
Ponto Inicial e Ponto final:		
FINAL DA "RUA GRANDE" PRÓXIMO A "BAIA DO CAPIM"		
Descrição do Perímetro:		
DO PONTO INICIAL SEGUE EM "ALINHAMENTO RETO NO SENTIDO SUL-NORTE" ATE A "BAIA DO CAPIM", SEGUE POR ESTA ATE DEFRONTAR O "CAMPO DE FUTEBOL", DESTE PONTO ALINHAMENTO RETO NO SENTIDO LESTE ATE O "IGARAPE SAO LUCAS", SEGUE POR ESTE ATE CONFRONTAR COM O "CAMPO DE FUTEBOL", DESTE ALINHAMENTO RETO ATE O PONTO INICIAL.		
Setores a serem excluídos:		
NADA A REGISTRAR		
Agglomerados Rurais, Subnormais, Assentamentos Rurais Somente Identificados:		
NADA A REGISTRAR		



 CENSO 2010 (Divulgação - outubro/2011)		Página :1 de 1 Data : 03-10-2011 Hora : 14:57:24 h
UF : Maranhão		21
MUNICÍPIO : Cururupu		03703
DISTRITO : Cururupu		05
SUBDISTRITO :		00
SETOR: 0032		0032
SITUAÇÃO : 50-RURAL		
AGÊNCIA :210860300-PINHEIRO		
AGLOMERADO :São Lucas		00017
UCA :RESEX DE CURURUPU		50333
Ponto Inicial e Ponto final:		
"PORTO DE SAO LUCAS" NA "BAIA DE CABECEIRA"		
Descrição do Perímetro:		
DO PONTO INICIAL SEGUE PELA "BAIA DE CAÇA COEIRA", SEGUE POR ESTA ATE DEFRONTAR COM A "TRAVESSA SEM DENOMINAÇÃO", DESTE PONTO ALINHAMENTO RETO ATE A "TRAVESSA SEM DENOMINAÇÃO", SEGUE POR ESTA ATE O "APICUM", SEGUE POR ESTE ATE DEFRONTAR A "BAIA DE CAÇA COEIRA", DESTE PONTO ALINHAMENTO RETO ATE A "BAIA DE CAÇA COEIRA", SEGUE POR ESTA ATE O PONTO INICIAL.		
Setores a serem excluídos:		
NADA A REGISTRAR		
Agglomerados Rurais, Subnormais, Assentamentos Rurais Somente Identificados:		
NADA A REGISTRAR		



CENSO 2010 (Divulgação - outubro/2011)		Página : 1 de 1 Data : 03-10-2011 Hora : 14:57:37 h
		21
UF : Maranhão		03703
MUNICÍPIO : Cururupu		06
DISTRITO : Cururupu		00
SUBDISTRITO :		0033
SETOR: 0033		
SITUAÇÃO : 50-RURAL		
AGÊNCIA :210860300-PINHEIRO		00017
AGLOMERADO :São Lucas		50333
UCA :RESEX DE CURURUPU		
Ponto Inicial e Ponto final:		
CRUZAMENTO DA "TRAVESSA SEM DENOMINAÇÃO" COM O FINAL DA "RUA DO PORTO"		
Descrição do Perímetro:		
DO PONTO INICIAL SEGUE PELA ATE A "BAIA DE CAÇA COEIRA", SEGUE POR ESTA ATE O "APICUM", SEGUE POR ESTE ATE A "TRAVESSA SEM DENOMINAÇÃO", POR ESTA ATE O PONTO INICIAL		
Setores a serem excluídos:		
NADA A REGISTRAR		
Agglomerados Rurais, Subnormais, Assentamentos Rurais Somente Identificados:		
NADA A REGISTRAR		



2103703050000033

Estado: 21 - MARANHÃO
Município: 02703 - CURURUPU
Distrito: 05 - CURURUPU
SubDistrito: 00
Situação: 5
Tipo: 0



ANEXO B - Ata da Assembléia Geral de Fundação, Eleição e Posse da Diretoria da Associação de Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu



ESTADO DO MARANHÃO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU
Ilha de Lençóis s/nº - 65268-000 - Cururupu-MA

**Ata da Assembléia Geral de Fundação
Eleição e Posse da Diretoria da Associação
de Moradores da Reserva Extrativista
Marinha de Cururupu**

Aos treze dias do mês de outubro do ano dois mil e dois, às oito horas, na sede da Escola Dr. José Amado, na ilha de Lençóis no município de Cururupu estado do Maranhão, reuniram-se moradores escolhidos em suas comunidades para representarem as praias e ilhas de: Iguará, Mirinzal, Retiro, Porto do Meio, Bate Vento, Lençóis, Porto Alegre, Valha-me Deus, Guajerutíua Ponta Seca, São Lucas, Peru e Caçacueira, para fundarem a Associação de Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu. E convidaram o senhor José Naido Monteiro, para presidir os trabalhos, que convidou a mim Elenilce de Jesus Amorim Pereira, para secretariar a Assembléia, logo após instalada a mesa, o presidente deu seguimento a assembléia, colocando em discussão a proposta de estatuto que após lido, debatido foi aprovado por todos sem emendas. Em para comporem uma chapa para Coordenação Geral da Associação, sendo: Caçacueira Gilberto e Domingos; Peru – Crescêncio e Jamilson; São Lucas – Célia e Osvaldo; Lençóis – Lailson e Joel; Valha-me Deus – Marluce, Washington, Manoel Branco; Guajerutíua – Silma e Wagner; Porto Alegre – Aderson e Raquel; Iguará – Mica e Ribamar Grande; Mirinzal – Ribamar; Porto do Meio – Dilmar; Bate Vento – João Batista Luceles. Após a composição da chapa, procedeu-se a eleição, sendo eleitos: Coordenador Geral – Roberto Wagner Ferreira Louzeiro, pescador residente na comunidade de Guajerutíua; Vice-Coordenador – Manoel Ferreira Silva, pescador, residente na comunidade de Valha-me Deus; Primeira Secretária: Maria de Lourdes Ribeiro; Segunda Secretária - Itamires Nascimento Câmara, professora, residente na comunidade de Iguará; Segunda Secretária – Marluce de R. Machado Sousa, marisqueira, residente na comunidade de Valha-me Deus; Primeira Tesoureira - Célia Maria Silva Costa, agente de saúde, residente na comunidade de São Lucas; Segundo Tesoureiro – Aderson Silva Lopes, professor, residente na comunidade de Porto Alegre para um mandato de

ELUC
-A



ESTADO DO MARANHÃO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU
Ilha de Lençóis s/nº - 65268-000 - Cururupu-MA

dois anos, no período que vai de outubro de dois mil e dois a outubro de dois mil e quatro, e para Conselho Fiscal com mandato coincidente ao da Coordenação Geral. Gilberto Luis Costa Fonsêca – primeiro Conselheiro, da comunidade de Caçacueira; segundo Conselheiro – Joel Santiago de Oliveira da comunidade de Lençóis; terceiro Conselheiro – Jamilson Dias Nogueira da comunidade de Peru; primeiro-suplente – João Batista Felix da Silva da comunidade de Bate Vento; segundo suplente – Dilmar M Fonsêca da comunidade de Porto do Meio; terceiro – suplente – José Ribamar da Silva da comunidade de Mirinzal, em seguida a Coordenação foi empossada juntamente com o Conselho Fiscal. Foi escolhido por votação que a primeira comunidade a sediar a Associação será Valha-me Deus, ficando definido que de acordo com o estatuto poderá ser mudado mediante deliberação em Assembléia. Estiveram presentes na Assembléia, Katia Regina Aroucha Barros, Mary Jane Costa Fonsêca, Ignacyjam Rômulo de Menezes Ribeiro do Projeto Gestão Integrada para as Ilhas de Cururupu, financiado pela NC-IUCN desenvolvido em parceria com o CNPT/IBAMA, José Edelmiro S. de Jesus representando a Colônia de Pescadores de Cururupu, José Naido Monteiro representando o Sindicato de Pescadores de Cururupu, que presidiu a Assembléia, Jocélia Maria da Silva Pinto representando a Agenda 21 de Cururupu, José Ribamar Santos – Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Cururupu e José dos Santos Amado – Prefeito Municipal de Cururupu. Sem mais nada a tratar, o presidente da assembléia deu por encerrada e eu Elenilce de Jesus Amorim, lavrei esta Ata, que após lida e achada conforme, foi assinada por todos.

Está conforme o original.

Lençóis – Cururupu(MA), 13 de outubro de 2002.

Angela Maria
Secretária

Roberto Wagner Ferreira Louzeiro
Presidente

Angela Maria
CURURUPU - MA
24/10
CARTÓRIO DO 1º
Reservado Per Arak.
Cururupu
Angela Maria
10x

ANEXO C - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) entre a AMREMC e o ICMBio



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, do Imóvel constituído por uma área de 185.046,00 ha, localizado nos municípios de Cururupu e Serrano, Estado do Maranhão, que entre si fazem, como outorgante CONCEDENTE, o INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, e como outorgada CONCESSIONÁRIA, a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU, conforme Processo nº 02070.001502/2010-30, na forma abaixo:

O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, autarquia federal, de personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, criada pela Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, CGC nº 08.829.974/0001-94, com sede à EQSW 103/104, Bloco C, Complexo Administrativo, Setor Sudoeste, CEP 70.670-350, Brasília/DF, e jurisdição em todo o território nacional, doravante denominado outorgante **CONCEDENTE**, neste ato representado por seu Presidente **RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO**, brasileiro, casado, Analista Ambiental, matrícula Siape nº 6885940, residente e domiciliado na QL 05, conjunto 07, Casa 15, Lago Norte, CEP 71.505-775, Brasília - DF, portador da carteira de identidade nº 2.629.419 - SSP/PA e inscrito no CPF sob o nº 083.585.082-04, nomeado pela Portaria/MMA nº 532, de 31 de julho de 2008, publicado no DOU de 31 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007; e como outorgada **CONCESSIONÁRIA**, a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU – AMREMC**, inscrita no CNPJ sob nº 05.947.605/0001-08, registrada no Cartório de Registro Civil de Cururupu - MA, no livro 06A, do Registro de Pessoa Jurídica nº de ordem 739, estabelecida na Praça do Carvalho nº 63 – Centro, CEP: 65.268-000, Cururupu – MA, representada pela sua presidente **JOSENILDE FERREIRA FONSÊCA**, portadora da Cédula de Identidade nº 1707808 – SSP/DF e do CPF nº 833.280.251-20, de ora em diante denominada simplesmente **CONCESSIONÁRIA**, pelo presente instrumento, e considerado o que consta do Processo Administrativo ICMBio nº 02070.001502/2010-30, têm entre si justa e acordada a **CESSÃO SOB O REGIME DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITO E RESOLÚVEL** de área situada nos limites da **RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU** abaixo descrita e caracterizada, com fundamento no art. 23, do § 1º e 2º item I, II e III da lei n.º 9985, de 18 de julho de 2000, no artigo 4º do Decreto n.º 4.340, de 22 de agosto de 2002 e no Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, sob às cláusulas e condições seguintes:

Página 1 de 6

[Assinatura]

*Fonseca
em mello*

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O **CONCEDENTE** constitui, em favor da **CONCESSIONÁRIA**, CESSÃO SOB O REGIME DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITO E RESOLÚVEL da área de 185.046,00 ha (cento e oitenta e cinco mil e quarenta e seis hectares), compreendido nos limites da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, situada nos Municípios de Cururupu, Estado do Maranhão, com os limites e confrontações conforme Memorial Descritivo contido no Decreto s/n de 2 de junho de 2004, que cria esta Unidade de Conservação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CESSÃO

A presente cessão sob o regime de concessão de direito real de uso é feita a título gratuito, resolúvel, intransferível e por tempo determinado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FINALIDADE

O presente pacto contratual tem por finalidade exclusiva, através da concessão de direito real de uso do imóvel discriminado na CLÁUSULA PRIMEIRA, assegurar as condições e os meios necessários à reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida das populações extrativista ou cuja existência baseie-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais do imóvel objeto deste Contrato, consoante o disposto no art. 2º, XI e XII da Lei nº 9.985/2000 e no Plano de Utilização.

CLAUSULA QUARTA – DO PLANO DE UTILIZAÇÃO E DO PLANO DE MANEJO

As atividades a serem desenvolvidas na área concedida serão regidas pelo Plano de Utilização, documento que estabelece as regras de uso dos recursos naturais e de convivência dos beneficiários, aprovado pelo Conselho Deliberativo da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, e cujo teor deverá observar o que dispõem o Plano de Manejo, a legislação vigente e os regulamentos da Unidade de Conservação.

PARÁGRAFO ÚNICO – As alterações no Plano de Utilização ou no Plano de Manejo da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU que contrariarem o disposto neste Contrato prevalecerão em relação à redação originária do presente instrumento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No caso da inexistência de Plano de Utilização, o **CONCEDENTE**, com o apoio do **CONCESSIONÁRIO**, terá o prazo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da assinatura do presente Contrato, para sua conclusão.

CLAUSULA QUINTA – DO CADASTRO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS

As famílias beneficiárias, que constituem a população tradicional usuária da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, serão aquelas identificadas por Cadastro, elaborado pelo **CONCEDENTE** com apoio da **CONCESSIONÁRIA**, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso da inexistência de Cadastro atualizado, o **CONCEDENTE** terá o prazo de 24 meses a contar da data da assinatura deste instrumento para sua conclusão.

Handwritten signature

Página 2 de 6

Proc. 4208110
 Rubrica
 Proc. 4208110
 1120

CLAÚSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – Constituem obrigações do **CONCEDENTE**:

- a) convocar o Conselho Deliberativo da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, sempre que for necessário, para garantir o cumprimento deste Contrato;
- b) fiscalizar a execução do presente Contrato;
- c) realizar, atualizar e confirmar, com o apoio da **CONCESSIONÁRIA**, o cadastramento dos beneficiários da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU;
- d) receber, analisar e se manifestar sobre atividades sujeitas a autorizações, conforme legislação vigente;
- e) cumprir as obrigações decorrentes deste Contrato.

II – Constituem obrigações da **CONCESSIONÁRIA**:

- a) preservar, recuperar, defender e controlar o imóvel cedido, tomando as providências administrativas para tal fim;
- b) zelar, na área objeto deste Contrato, pela recuperação do meio ambiente e conservação da natureza, através do uso sustentável dos recursos naturais;
- c) assegurar que a utilização do imóvel seja compatível com as finalidades sociais que motivaram a cessão objeto do presente Contrato, com o Plano de Utilização da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU e demais normas legais e infralegais vigentes; bem como se responsabilizar pelos encargos civis e administrativos que venham a incidir em caso de descumprimento, e sobre os encargos tributários decorrentes das atividades sujeitas a tributação;
- d) assegurar que as intervenções a serem realizadas na área tenham a prévia aprovação do **CONCEDENTE**, respeitados o Plano de Utilização, o Plano de Manejo da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, os demais regulamentos da Unidade de Conservação e a legislação ambiental vigentes;
- e) supervisionar a área concedida, assegurando o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis com vistas à melhoria da qualidade de vida dos associados, de suas famílias e das demais populações beneficiárias, facilitando o acesso destas últimas ao crédito e aos demais serviços indispensáveis ao seu progresso social e econômico;
- f) submeter ao **CONCEDENTE** e ao Conselho da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU as ações e atividades pertinentes ao cumprimento do presente Contrato, bem como o aporte de recursos e obrigações extras, quando relacionadas à sua execução;
- g) garantir às famílias beneficiárias, cadastradas pelo **CONCEDENTE**, independentemente de serem ou não associadas à **CONCESSIONÁRIA**, o direito ao uso da área objeto da presente concessão;
- h) outorgar Reconhecimento de Ocupação Gratuita de fração ideal, observado modelo de instrumento a ser aprovado pelo **CONCEDENTE**, a todo morador que expressamente aceitar as condições deste Contrato e comprovar que reside no local, não é proprietário de imóvel rural e se enquadra como população tradicional beneficiária da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU;
- i) emitir e fornecer declarações e outros documentos relativos à execução deste instrumento contratual somente às famílias beneficiárias da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, apenas em nome da mulher ou dos dois cônjuges, ressalvada a possibilidade

Francisca
 morada

- de emissão em nome do homem quando este não for casado ou não constituir união estável, hipótese que deverá constar expressamente na declaração;
- j) apoiar o **CONCEDENTE** no cadastramento das famílias beneficiárias;
- l) facilitar a atuação supervisora do **CONCEDENTE**, a fim de fiscalizar o devido cumprimento da legislação ambiental e das condições estipuladas neste instrumento, fornecendo, sempre que solicitado, amplo acesso às informações e documentos relacionados à execução do objeto do presente Contrato;
- m) não edificar construções que venham a descaracterizar a área objeto deste Contrato sem prévia e expressa autorização do **CONCEDENTE**;
- n) não fazer uso de espécies localmente ameaçadas de extinção ou de práticas que danifiquem os seus habitats;
- o) não realizar práticas ou atividades que impeçam a regeneração natural dos ecossistemas;
- p) executar, bem e fielmente, o Plano de Utilização, observando as demais obrigações decorrentes deste Contrato, o Plano de Manejo, a legislação ambiental e os demais regulamentos da Unidade de Conservação, assim como recuperar e/ou preservar o meio ambiente e os recursos naturais renováveis.

PARÁGRAFO ÚNICO – Ao **CONCEDENTE** é assegurado, nos termos do art. 1º, IV, da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o exercício do poder de fiscalizar e atuar administrativamente o **CONCESSIONÁRIO**, seus associados e demais ocupantes da área, quando forem constatadas práticas contrárias aos termos ora pactuados e que contrariem a legislação vigente, o Plano de Manejo, o Plano de Utilização da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU ou os demais regulamentos da Unidade de Conservação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE PARA A OBTENÇÃO DE CRÉDITO

O presente Contrato atesta a regularidade da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CURURUPU e de seus beneficiários perante o ICMBio para a obtenção dos créditos necessários aos fins a que se destina.

CLÁUSULA OITAVA – DA UTILIDADE PÚBLICA E CONCESSÃO ONEROSA

Com a finalidade de cumprir com os objetivos da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, definidos na Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, poderá o **CONCEDENTE** transferir a terceiros o direito de uso de frações do imóvel por meio da utilização de outros instrumentos, salvaguardada a oitiva da **CONCESSIONÁRIA** e do Conselho da Unidade de Conservação:

- a) cessão de uso gratuita ou onerosa, nos termos do art. 18 e 19 da Lei 9.636/1998;
- b) concessão de uso;
- c) locação ou arrendamento em condições especiais por prazo de até 20 anos, nos termos do art. 95 a 98 do Decreto-Lei 9.760/1946, para exploração dos frutos ou prestação de serviços em apoio à sustentabilidade econômica da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU;
- d) locação para residência de servidores, nos termos do art. 86 e seguintes do Decreto-Lei 9.760/1946, para atuação no interesse do serviço público necessário à gestão da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU;

F. Antunes

Décima 1 de 6

- e) permissão de uso em caráter temporário, gratuita ou onerosa, nos termos do art. 22 da Lei 9.636/1998;
- f) autorização de uso, em caráter unilateral e precário; e
- g) outras formas de transferência previstas em lei.

Fls. ~~109~~
 Proc. ~~4508/10~~
 116

PARÁGRAFO ÚNICO – A transferência de que trata o caput implicará a rescisão unilateral da Concessão de Direito Real de Uso em relação à fração transferida, o que deverá ser comunicado à **CONCESSIONÁRIA** e formalizado por meio de Termo Aditivo ao presente Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O presente Contrato terá vigência de 20 (vinte) anos, a contar da data de sua assinatura, sendo automaticamente prorrogado por iguais e sucessivos períodos, salvo quando houver manifestação de uma das partes, por escrito, com antecedência mínima de 3 (três) meses do término do prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

Ocorrerá rescisão do presente Contrato, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, se a **CONCESSIONÁRIA**, em conjunto ou individualmente, descumprir o disposto no presente Contrato, especialmente se der destinação diversa do ajustado à área em cessão ou se houver desrespeito ao Plano de Utilização ou Plano de Manejo da RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, bem como aos regulamentos vigentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não cabe à **CONCESSIONÁRIA** indenização ou ressarcimento algum, em ocorrendo inadimplência de qualquer obrigação assumida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Pelo descumprimento de quaisquer disposições e condições estipuladas neste instrumento, fica o **CONCEDENTE**, desde já, autorizado pela **CONCESSIONÁRIA**, a rescindi-lo unilateralmente, cancelando o Registro que houver sido feito e revertido, a seu favor, a posse e uso do imóvel objeto deste Contrato, perdendo, neste caso, a **CONCESSIONÁRIA** e/ou demais beneficiários, benfeitorias de quaisquer natureza.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de descumprimento deste Contrato, especialmente quando da ocorrência de danos e turbção possessória, bem como de irregularidades de representação, os representantes das partes responderão civil, penal e administrativamente, no que couber.

PARÁGRAFO QUARTO – Nos casos de denúncia, rescisão ou encerramento do presente Contrato, as tarefas em fase de execução, as atribuições, as responsabilidades, o patrimônio, as indenizações e as demais pendências serão definidas e resolvidas por meio de um Termo de Encerramento de Contrato, através do qual serão atribuídas responsabilidades relativas à conclusão ou extinção de obrigações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INDENIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS

Vencendo o Contrato e não havendo interesse em renovação pelas partes serão indenizadas as benfeitorias úteis e necessária, realizadas pela **CONCESSIONÁRIA** e/ou pelas famílias beneficiárias, cuja realização tenha sido, prévia e indispensavelmente, conhecida e autorizada pelo **CONCEDENTE**, conforme o caso.

 *Francisca Morais*

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RESPONSÁVEL INSTITUCIONAL PELO ICMBio

O Chefe da Unidade de Conservação de Uso Sustentável RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU fica designado como responsável institucional para, em nome do **CONCEDENTE**, implementar as ações concernentes ao monitoramento e cumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Contrato deverá ter caráter educativo, informativo e de orientação social, não podendo dela constar nomes, símbolos e imagens que caracterizem promoção pessoal nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO – Nas ações promocionais de que trata o caput será obrigatoriamente destacada a participação do **CONCEDENTE**.

CLAÚSULA DÉCIMA QUARTA – DA OMISSÃO

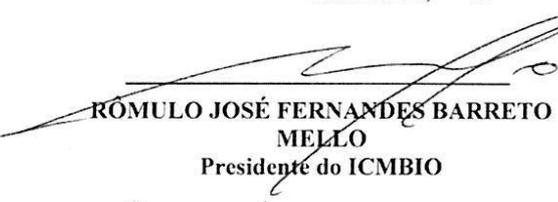
Os casos omissos ao presente Contrato serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

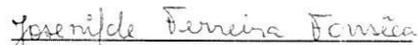
CLAÚSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

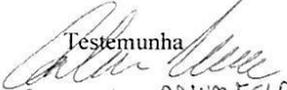
As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Maranhão, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato.

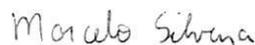
E, por estarem as partes em pleno acordo em tudo quanto se encontra disposto neste Instrumento Público, assinam-no na presença das testemunhas abaixo, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

BRASÍLIA/DF, DE DE 2010.


**RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO
 MELLO**
 Presidente do ICMBIO


JOSENILDE FERREIRA FONSECA
 Presidente da AMREMC

Testemunha

CARLOS MINC BAUMFELD
 CPF: 694.816.527-34
 RG: 023.814593 1FP/RJ

Testemunha

Maralio Silveira
 CPF: 005302113-51
 RG: 3977353 SSP/SC

ANEXO D - Resolução nº 01, de 25 de outubro de 2011

ANEXO I:



CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU
RESOLUÇÃO Nº 01, DE 25 DE OUTUBRO DE 2011.

Aprova o Regimento Interno
do Conselho Deliberativo da
Reserva Extrativista de Cururupu

O CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, no uso de suas competências previstas no inciso I, art. 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002;

Considerando o Art. 16 da Instrução Normativa do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade 02/2007 que trata da elaboração, discussão e aprovação do Regimento Interno pelo Conselho Deliberativo;

Considerando o Art. 3º da Portaria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nº 35 de 20 de maio de 2011 que cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu;

Considerando a decisão da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu, realizada na sede da cidade de Cururupu, nos dias 24 e 25 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu (em anexo).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marcelo Silveira

MARCELO SILVEIRA

Presidente do Conselho Deliberativo
da Reserva Extrativista de Cururupu

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º – O Regimento Interno do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu será regido pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, pelo Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 e pela Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007.

DOS OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS

Artigo 2º – O Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu, é uma instância colegiada com atribuições deliberativas, no âmbito da RESEX de Cururupu, instituída através do Decreto Federal de 02 de junho de 2004, em acordo com o parágrafo 2º, do Artigo 18, da Lei Federal nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.

Artigo 3º – São objetivos do Conselho, resguardados os preceitos da lei 9.985/2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e do Decreto n. 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o regulamenta:

I – realizar, junto com o ICMBio, a gestão da RESEX de Cururupu, incentivando a participação efetiva das populações tradicionais;

II – promover a preservação e contribuir com a conservação dos recursos naturais no interior da RESEX de Cururupu e contribuir para a conservação desses recursos em seu entorno;

III – promover e apoiar o desenvolvimento sustentável da RESEX de Cururupu;

IV – incentivar e valorizar as manifestações culturais e o conhecimento das populações tradicionais na RESEX de Cururupu.

Artigo 4º – São competências do Conselho, sem prejuízo daquelas constantes do artigo 20, do Decreto 4.340/2002:

I – elaborar, aprovar, alterar e implementar o seu regimento interno;

II – acompanhar a elaboração, aprovar e acompanhar a implementação e revisão do Plano de Manejo da RESEX, garantindo o seu caráter participativo e a clareza de seu conteúdo;

III – buscar a integração da RESEX com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com seu entorno;

IV – acompanhar o orçamento do ICMBIO e de outras fontes de recursos destinados a RESEX de Cururupu;

V – buscar e decidir sobre termos de parceria com OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), na hipótese de gestão compartilhada da Unidade e rescindir o contrato se houver irregularidade;

VI – discutir e decidir sobre as ações, obras e empreendimentos causadores de impacto na RESEX e no seu entorno;

VII – incentivar a participação de crianças e jovens e de formas de organização das populações tradicionais;

VIII – buscar a integração da população tradicional da Unidade com a população do entorno;

IX – acompanhar a implementação das políticas públicas na RESEX de Cururupu.

Artigo 5º – São competências dos conselheiros:

I – participar ativamente das reuniões e representar a comunidade ou a instituição nos espaços de decisão;

II – transmitir as informações à instituição ou a comunidade que representa;

III – levar ao Conselho Deliberativo as decisões discutidas nas comunidades;

IV – discutir nas comunidades e nas instituições os assuntos relacionados ao Conselho, apoiado em documentos que tenham linguagem clara e objetiva;

V – divulgar a RESEX junto às comunidades, instituições e a sociedade;

VI – ter compromisso como representante no Conselho;

VII – fiscalizar o cumprimento dos objetivos da RESEX;

VIII – propor pautas e votar durante as decisões do Conselho.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO, DAS ATRIBUIÇÕES E DA INDICAÇÃO DOS MEMBROS.

Artigo 6º – O Conselho será composto por representantes titulares e respectivos suplentes de diferentes segmentos das populações tradicionais da RESEX de Cururupu, de instituições públicas e da sociedade civil, organizado conforme portaria de criação do Conselho.

§ 1º – Na composição do Conselho, os representantes da população tradicional da RESEX de Cururupu terão a maioria de representantes (50% + 1).

§ 2º – Só haverá um titular e um suplente por entidade.

§ 3º – O titular e o suplente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade deverão ser indicados pela Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP) do Instituto Chico Mendes.

§ 4º – Os representantes comunitários serão escolhidos pela comunidade ou grupos que representam e reeleitos apenas uma vez.

§ 5º – Cada Conselheiro (a) só poderá representar uma comunidade ou uma instituição.

§ 6º – Os representantes das comunidades deverão morar na comunidade que representam há no mínimo dois anos.

§ 7º – Os conselheiros terão direito a voz e voto. Os suplentes terão direito a voto somente na ausência dos titulares.

§ 8º – O Conselho da RESEX de Cururupu poderá realizar alterações na sua composição, que deverão ser formalizadas em Diário Oficial da União.

CAPÍTULO III DAS REUNIÕES

Artigo 7º – As entidades conselheiras da RESEX de Cururupu, escolhidas com base no Artigo 17 do Decreto 4.340, nomeadas em portaria, reunir-se-ão em reuniões públicas ordinárias e extraordinárias.

Artigo 8º – As reuniões ordinárias serão semestrais e ocorrerão em datas fixadas, de acordo com o período lunar, no quarto minguante ou crescente.

Parágrafo único: A duração das reuniões ordinárias será de no máximo dois dias.

Artigo 9º – As reuniões ordinárias do Conselho Deliberativo deverão ocorrer alternadamente na sede do município de Cururupu e dentro da RESEX.

Artigo 10 – A pauta das reuniões ordinárias será enviada aos membros titulares ou suplentes com antecedência mínima de 30 dias em convocação realizada pelo órgão gestor da Unidade de Conservação.

Parágrafo único – Os conselheiros poderão, antes desse período, propor assuntos para a pauta.

Artigo 11 – As convocações devem ocorrer por meio de diferentes formas de comunicação, como ofício circular direcionado ao conselheiro titular ou suplente, correio eletrônico, telefones ou conforme definido em plano de ação.

Artigo 12 – O Conselho poderá reunir-se extraordinariamente, quando couber, por solicitação de sua presidência, ou de quaisquer de seus membros, por meio de encaminhamento oficial a sua presidência.

§ 1º – As reuniões extraordinárias do Conselho deverão ocorrer em local de fácil acesso, preferencialmente na sede do município de Cururupu, e somente serão efetivadas com a aceitação de pelo menos 1/3 de seus membros.

§ 2º – Nas reuniões extraordinárias a pauta deverá ser estabelecida em prazo de convocação com pelo menos 10 dias de antecedência.

Artigo 13 – As reuniões ordinárias e extraordinárias só poderão ocorrer com o mínimo de cinquenta por cento mais um dos membros efetivos em primeira convocação, e o mínimo de trinta por cento em segunda convocação após o prazo máximo de 6 horas, sendo a maioria representada pelos conselheiros das populações tradicionais, conforme previsto no anexo II da Instrução Normativa nº 2, de 18 de setembro de 2007.

Parágrafo único – Para a realização das reuniões buscar-se-á apoio das instituições parceiras e dos conselheiros.

Artigo 14 – A instalação de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, quando necessário, terá a aprovação do conselho.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 15 – O Conselho Deliberativo é constituído por representantes das comunidades tradicionais e representações institucionais, e é estruturado pelas seguintes instâncias:

I – Presidência

II – Secretaria Executiva

III – Tesouraria

IV – Plenária

V – Câmara Técnica

VI – Grupo de Trabalho

§ 1º – A presidência e sua suplência serão ocupadas por servidor do ICMBio, indicado por sua Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP), segundo o que determina o Artigo 18, § 2º, da Lei nº 9.985.

§ 2º – A plenária é instância soberana do Conselho.

§ 3º – As reuniões ordinárias e extraordinárias serão presididas pelo presidente do conselho ou pelo seu suplente.

§ 4º – O mandato dos conselheiros membros do conselho é de dois (02) anos, podendo haver recondução, por indicação do representante institucional ou da comunidade, por igual período.

§ 5º – A estrutura do conselho poderá sofrer alteração, em caso de necessidade, por meio de aprovação em reunião da maioria dos conselheiros presentes.

§ 6º – Nas deliberações terão direito a voto o presidente e os membros titulares do Conselho, ou, na ausência destes, seus respectivos suplentes.

§ 7º – O direito a voz será dado aos representantes de grupos organizados após aprovação pelo Conselho Deliberativo.

§ 8º – O voto será direto e, em caso de empate, será decidido pelo Presidente do Conselho.

Seção I Das Atribuições da Presidência

Artigo 16 – Cabe ao presidente do Conselho:

- I – convocar as reuniões;
- II – prestar apoio à participação dos conselheiros nas reuniões;
- III – presidir plenárias.

Seção II Das Atribuições da Secretaria Executiva

Artigo 17 – Compete à Secretaria Executiva do Conselho:

- I – redigir e relatar o que foi discutido nas reuniões do Conselho;
- II – elaborar e assinar as atas de reuniões e encaminhá-las para as instituições-membro do Conselho dentro do prazo máximo de 30 dias;
- III – apoiar a presidência nas questões administrativas do Conselho;
- IV – auxiliar na divulgação das atividades do Conselho;
- V – realizar a sistematização e comunicação das deliberações do Conselho para seus membros;
- VI – receber dos membros do Conselho sugestões de pauta a serem discutidas nas reuniões;
- VII – auxiliar o presidente do Conselho no que for preciso.

Seção III Das Atribuições da Tesouraria

Artigo 18 – Compete à Tesouraria administrar as questões relativas às finanças do conselho e apresentar relatório financeiro.

Seção IV Das Atribuições da Plenária

Artigo 19 – A Plenária deverá discutir e deliberar sobre as pautas pré-estabelecidas em ato convocatório.

Artigo 20 – À plenária compete:

- I – discutir e votar todas as matérias que lhe são submetidas;
- II – apresentar propostas, projetos e sugerir matérias para apreciação do Conselho;
- III – solicitar ao presidente a convocação de reuniões extraordinárias;
- IV – alterar e aprovar, quando necessário, o Regimento Interno;
- V – propor a criação de Câmaras Técnicas e/ou Grupos de Trabalho;
- VI – votar e ser votado para os cargos previstos neste Regimento Interno, à exceção da presidência do Conselho.

Seção V Das Câmaras Técnicas

Artigo 21 – A câmara técnica, composta por membros do conselho e convidados, será criada a depender da necessidade, e terá como atribuição discutir e apontar soluções para questões técnicas demandadas pelo conselho, aprovadas em plenária ou validadas pelo presidente.

Seção VI Dos Grupos de Trabalho

Artigo 22 – O grupo de trabalho, composto por membros do conselho, será criado a depender da necessidade, e terá como atribuição discutir e apontar soluções para questões específicas demandadas pelo conselho, aprovadas em plenária ou validadas pelo presidente.

CAPÍTULO V

DA HABILITAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

Artigo 23 – A admissão de novas representações interessadas em compor o Conselho Deliberativo será realizada por meio de solicitação e justificativa, as quais deverão ser submetidas à aprovação do Conselho no período de 60 dias que antecedem a finalização do mandato dos conselheiros.

Parágrafo único - A instituição a ser admitida deverá ter no mínimo 03 anos de atuação comprovada em áreas de interesse da RESEX para organizações da sociedade civil, exceto instituições governamentais.

Artigo 24 – O convite à participação de novas instituições no Conselho Deliberativo dar-se-á mediante comunicação formal do Instituto Chico Mendes, informando a necessidade de indicação de titular e suplente, com antecedência de até 60 dias da finalização do mandato dos conselheiros.

Artigo 25 – O mandato das instituições e comunidades será de 04 anos, podendo ser renovado.

Artigo 26 – A desistência da participação de uma entidade no Conselho deverá ser comunicada através de ofício, obedecendo ao prazo de no mínimo 90 dias antes da renovação do Conselho.

CAPÍTULO VI DA PERDA DE MANDATO

Artigo 27 – A entidade perderá o mandato em caso de ausência não justificada de seu representante em duas reuniões ordinárias de forma consecutiva.

§ 1º – Após a ausência não justificada em uma reunião ordinária do Conselho, será encaminhada comunicação formal, mediante ofício, à instituição ou organizações representativas das comunidades, advertindo de seu possível descredenciamento no Conselho.

§ 2º – Após a segunda falta consecutiva não justificada em reunião ordinária do Conselho, será comunicado o descredenciamento através de ofício à instituição ou organização representativa das comunidades.

§ 3º – A entidade que não contribuir para o alcance dos objetivos do Conselho poderá ser descredenciada após exposição de motivos e deliberação do Conselho.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28 – A representação do Conselho Deliberativo em fóruns será realizada por qualquer membro do Conselho indicado pela plenária.

Parágrafo único – Caso não se tenha tempo hábil de reunir o Conselho Deliberativo, a representação será indicada pelo seu Presidente.

Artigo 29 – A formalização das decisões do Conselho Deliberativo será realizada através de ata das reuniões devidamente assinada por seus conselheiros participantes.

Parágrafo único – As decisões do Conselho Deliberativo serão divulgadas através de resoluções normativas.

Artigo 30 – A alteração e aprovação do regimento será realizada em plenária mediante a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros em primeira convocação, e 50% +1 (cinquenta por cento mais um) em segunda convocação.

Artigo 31 – A sugestão de alteração do regimento interno poderá ser feita por qualquer membro do Conselho Deliberativo através de comunicação para inserção na pauta.

Artigo 32 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho.

Cururupu, 24 de agosto de 2011.

MARCELO SILVEIRA
Presidente do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de
Cururupu

ANEXO E - Descrição da Planta da sesmaria de Antonio Alves

81 SESMARIAS. Mapa. 1795

[Planta da sesmaria de Antonio Alves e outros na Vila de São José de Guimarães, no Maranhão] – Escala [ca.1:150.000] – [1795]. – 1 planta ms. :

desenho a tinta ferrogálica ; 40,5 x 53,5cm + 1 folio 34,5cm.

[Escala de] 3000 [braças?= 4,2cm].

Estão assinalados: *Primeira sismaria 9000 braças=3 legoas, B 3000 braças de largo, Gatos, Costa, Pedro. Vaz Fernandes, Rio Curupumirim, Jozé Antonio Lisboa, Manuel Caetano, Rio Curupu assú, Garape das Sallinas, Borges, Joze de Amorim Loureiro, Florentino e varioz moradores, Rio Cabello de[...] Ilha, Ignacio Alves, Antonio Alves, Marmorim, Borges, Borges Jose Gonçalves, Rio Najatuba, Ilhas de Mangue, ponta de Cazaqueira, Segunda cismaria 9000 braças= 3 legoas, D 3000 braças de largo H, Borges, Borges, Mangue Costa da Bahia, Toryrana, S. Joze Mirim, , Terceira sesmaria 9000 braças= 3 legoas, Garape do Irii Rio Tury Assú, Ilha de Mata, Carapanahy, Ponta do Banha, Ilha de São João, Garape, Ponta do Tauha.*

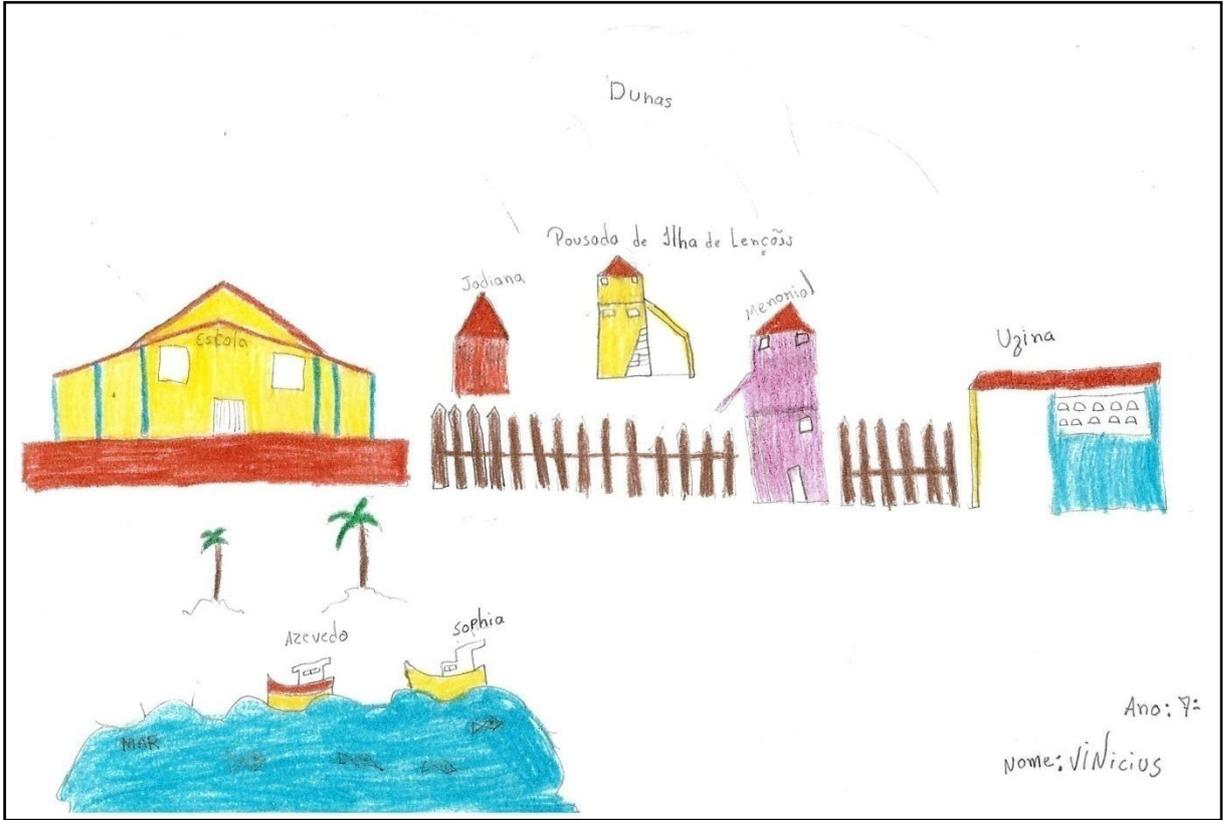
Possui uma legenda em outra folha onde esclarece a geografia dos terrenos e as demarcações dos sesmeiros.

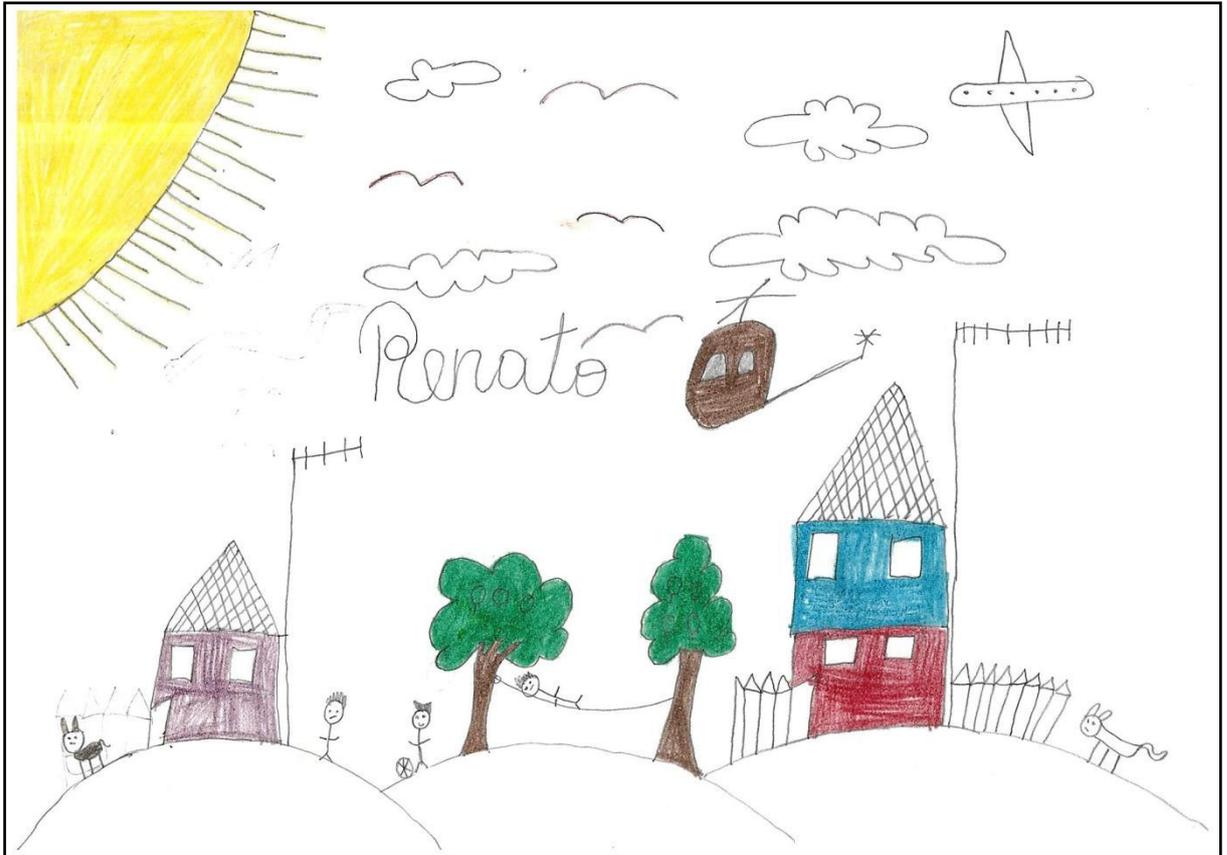
Marca d'água: Brasão com flor de lis, encimada com coroa de 5 pontas (2 com flores e uma com a flor de lis no centro), ao alto.

Ver documento em AHU_ACL_CU_009, Cx. 85, D.7170.

AHU_CARTm_009, D. 1277

ANEXO F – Produção gráfica dos alunos da Oficina de Mapeamento Participativo





ANEXO G – Ofício do Capitão dos Portos

CÓPIA



MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO
 Avenida Dom Pedro II, nº 02 – Centro
 CEP 65.010-450 – São Luís – MA
 Tel: (98) 2107-0109 – secom@cpma.mar.mil.br

Ofício nº 413/CPMA-MB
 JM/VH/20
 995

São Luís, 17 de junho de 2017.

A Sua Senhoria a Senhora
 QUÉSIA DUARTE DA SILVA
 Diretora do Curso de Geografia/CECEN
 Universidade Estadual do Maranhão - Cidade Universitária Paulo VI, s/nº - São Cristóvão
 65.055-000 – São Luís – MA

Assunto: Solicitação de reunião

Senhora Diretora,

1. Em resposta às questões contidas no Ofício nº 02/2017 CURSO DE GEOGRAFIA/UEMA, datado de 26 de maio de 2017, participo a Vossa Senhoria o seguinte:

a) Perguntado: "O que compete a Capitania dos Portos no território da RESEX de Cururupu?"
 Resposta: compete à Capitania dos Portos do Maranhão a fiscalização do tráfego aquaviário, visando à salva-guarda da vida humana no mar, à segurança da navegação e à prevenção da poluição hídrica a partir de embarcações e suas plataformas de apoio.

b) Perguntado: "Que ações a Capitania tem desenvolvido na RESEX de Cururupu?"
 Resposta: ações de fiscalização relativas aos tópicos descritos na pergunta anterior.

c) Perguntado: "A Capitania tem estabelecido parcerias com órgãos/instituições (federais, estaduais, municipais, privadas, ONG's, entidades de classe) para atuar na RESEX?"
 Resposta: quando são recebidas solicitações, as mesmas são submetidas ao Comando Superior para ratificação. Por exemplo, o ICMBio convidou a Capitania para uma audiência pública no município de Icatu - MA, onde foram abordados os assuntos sobre criação e fiscalização de RESEX.

d) Perguntado: "como tem ocorrido o contato dos pescadores artesanais com a Capitania?"
 Resposta: o contato, não específico, ocorre durante as inspeções navais, campanhas educativas e nos cursos de capacitação e habilitação de pescadores, realizados nas

63036.001129/2017-02
CPMA-224

MARINHA DO BRASIL

(Continuação do OfExt nº 413 /2017, da Capitania dos Portos do Maranhão.....)

localidades da jurisdição da Capitania dos Portos do Maranhão. Ocorre, também, no atendimento ao público na Capitania.

e) Perguntado: "Nas ações de patrulhamento da costa ocidental maranhense, a Capitania tem observado barcos de outros estados e nacionalidades nas águas da RESEX?"

Resposta: a capitania desenvolve ações de "Inspeção Naval", de caráter administrativo. As ações de "Patrulha Naval" são realizadas por Navios do Grupamento de Patrulha Naval do Norte, sediado em Belém-PA.

f) Perguntado: "Como tem ocorrido o diálogo com órgão gestor da RESEX, ICMBio?"

Resposta: a Marinha do Brasil está sempre pronta para atuar em conjunto com os órgãos ambientais. No caso da RESEX de Cururupu, o último apoio solicitado foi em 2012, para ações de fiscalização conjunta. Desde então, a Capitania realiza inspeções navais na área, mas não de forma conjunta.

g) Perguntado: "Que problemas podem ser apontados, pela Capitania, como entraves à boa gestão da RESEX?"

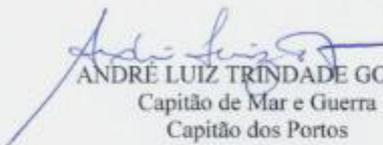
Resposta: à Marinha do Brasil cabe a fiscalização no que tange à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar e à prevenção da poluição hídrica a partir de embarcações, plataformas e suas unidades de apoio. Não temos como opinar sobre gestões de RESEX.

h) Perguntado: "Já se tem alguma proposta para a instalação de um posto da Capitania na região das recentrâncias?"

Resposta: até o presente momento, não.

2. Na oportunidade reitero os votos de elevada estima e distinta consideração e coloco à disposição para maiores esclarecimentos, o Capitão-Tenente VITOR e o Primeiro-Sargento JEAN, através dos contatos: Tel (98) 99144-6835 / 2107-0113 e e-mail: vitor@cpma.mar.mil.br e jean@cpma.mar.mil.br.

Atenciosamente,


ANDRÉ LUIZ TRINDADE GOMES
Capitão de Mar e Guerra
Capitão dos Portos

Cópias:
CP-20
CP-224
Arquivo

63036.001129/2017-02
CPMA-224

ANEXO H - Acordo de Gestão - Portaria nº 122, de 06 de novembro de 2014

ANEXO II:

**CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 17 DE MAIO DE 2013.**

Aprova o Acordo de Gestão destinado à implantação desta Unidade de Conservação.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU no uso de suas competências previstas na Instrução Normativa ICMBio nº 02 de setembro de 2007, e seu Regimento Interno, aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho em 24 de agosto de 2011; e,

Considerando o disposto no *caput* e nos § 1º e 2º do art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências;

Considerando o disposto nos incisos III e IV do art. 20 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências;

Considerando o disposto nos incisos I, II e III, art. 3º do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

Considerando o disposto nos incisos II, IV, X e XI, art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do *caput* e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora;

Considerando a Portaria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade nº 35, de 20 de maio de 2011, que cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu;

Considerando a decisão da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Cururupu realizada na Ilha de Bate-Vento, município de Cururupu/MA, no dia 16 de maio de 2013, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Acordo de Gestão da Reserva Extrativista de Cururupu, de acordo com a redação definida em anexo.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cururupu, 17 de maio de 2013.

EDUARDO CASTRO MENEZES DE BORBA
Presidente do Conselho Deliberativo
da Reserva Extrativista de Cururupu

ACORDO DE GESTÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE CURURUPU, ESTADO DO MARANHÃO.**CAPÍTULO I - DA PESCA**

1. Todas as embarcações que pratiquem a pesca na área da Resex de Cururupu devem pertencer e ser operadas por pescadores beneficiários da Resex e cadastrados pelo ICMBio.

1.1. Embarcações de não beneficiários ficam restritas a utilizar a área da Reserva apenas para abrigo e abastecimento.

2. Considera-se pesca, além das formas tradicionais de captura de pescados, as atividades de cata de caranguejo e demais mariscos.

3. Na Resex somente será a permitida a pesca artesanal que não utiliza tração motorizada para a captura e cujas embarcações não ultrapassem o peso de 10 toneladas líquidas de arqueamento.

4. Fica proibida a pesca industrial na área da Resex.

5. Ficam proibidos os usos dos petrechos tipo fuzarcão, rede de lanço e rede poitada dentro dos limites da Resex.

5.1. A introdução de nova arte ou tecnologia de pesca na Resex deverá ser submetida ao ICMBio, em primeira instância, com posterior apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO II - DOS APETRECHOS DE PESCA PERMITIDOS

6. Fica permitido o emprego dos seguintes apetrechos, equipamentos e métodos de pesca na Resex:

6.1. redes do tipo puçá de arrasto, com malha não inferior a 20mm (vinte milímetros);

6.1.1 Fica proibida a pesca com redes do tipo puçá de arrasto nos meses de abril, maio e junho, para proteger o recrutamento do camarão.

6.2. redes do tipo puçá de muruada, com malha não inferior a 24mm (vinte e quatro milímetros);

6.3. redes do tipo zangaria ou fuzarca, com malha não inferior a 50mm (cinquenta milímetros), desde que fixadas a uma distância mínima de 100m (cem metros) uma da outra, com altura máxima de 2,5m (dois metros e meio) e comprimento máximo de 1500m (mil e quinhentos metros);

6.4. redes do tipo tarrafa pesqueira, com malha não inferior a 50mm (cinquenta milímetros) para pescados em geral; e malha não inferior a 15mm (quinze milímetros) para iscas;

6.5. redes do tipo camaroeira com malha não inferior a 36 (trinta e seis milímetros), ou, na linguagem da comunidade, 18;

6.6. espinhel, na área estuarina e costeira, com quantidade de anzóis por embarcação não superior a 3000 (três mil) anzóis, e número compreendido entre 6 e 12;

6.7. currais, com as seguintes especificações: espaçamento entre as varas não inferior a 5cm (cinco centímetros) na ispia, malha de chiqueiro não inferior a 60mm (sessenta milímetros) e espaçamento mínimo de 50m (cinquenta metros) de um curral para outro, de forma a não causar embraço à navegação;

6.8. redes do tipo gozeira com malha não inferior a 70mm (setenta milímetros), equivalente a 35 na linguagem da comunidade; e comprimento máximo de 3000m (três mil metros) da barra para fora;

6.9. redes do tipo caiqueira ou pratiqueira com malha não inferior a 30mm (trinta milímetros) equivalente a 18 na linguagem da comunidade; e extensão não superior a 200m (duzentos metros) de comprimento;

6.10. redes do tipo tainheira, com malha não inferior a 60mm (sessenta milímetros), equivalente a 30 na linguagem da comunidade; e extensão não superior a 300m (trezentos metros) de comprimento;

6.11. redes do tipo malhão, com malha não inferior a 170mm (cento e setenta milímetros) e extensão não superior a 3000m (três mil metros) de comprimento;

6.12. redes do tipo serreira, com malha não inferior a 100mm (cem milímetros), equivalente a 50 na linguagem da comunidade; e extensão não superior a 3000m (três mil metros) de comprimento;

6.13. redes do tipo corvineira com malha não inferior a 150mm (cento e cinquenta milímetros) e extensão não superior a 3000m (três mil metros) de comprimentos;

6.14. armadilhas do tipo munzuá;

6.15. espinhel do tipo rabadela;

6.16. redes tipo rabiadeira;

6.17. linha de mão ou vara.

7. Considera-se como tamanho da malha, para fins de fiscalização, a medida tomada entre dois nós opostos da malha esticada, em milímetros.

8. A área ocupada por curral zangaria ou fuzarca e muruada que não for utilizada pelo período de três anos consecutivos, configura-se como área abandonada, estando sujeita a reversão a outro beneficiário da Resex, desde que haja comunicação prévia anual, por escrito, ao antigo proprietário. Na impossibilidade de comunicação prévia anual ao antigo proprietário, a reversão da área será decidida pela comunidade.

CAPÍTULO III - DA CATA DE CARANGUEJO E DEMAIS MARISCOS

9. É proibido o uso de redinha durante todo o ano.

10. É proibido o uso de gancho no período de outubro a dezembro.

11. A extração do caranguejo é permitida apenas dentro dos seguintes parâmetros:

11.1. Largura mínima da carapaça não inferior a 8 cm (oito centímetros), auferida pela medida tomada pela carapaça de uma margem lateral a outra.

12. A extração de caranguejos nas áreas próximas às beiras das casas ocorrerá mediante permissão dos moradores.

13. É proibido o uso de pás e de fogo na extração do sururu-de-pasta (*Mytella falcata*), sendo permitida apenas sua retirada manual exclusivamente por beneficiários da Resex. No ato da extração, devem ser preservados no mínimo 30% da área inicial do banco para a reprodução da espécie.

14. É permitida a retirada de sururu-de-dedo (*Mytella guianensis*) somente aos beneficiários da Resex, sem fins comerciais.

CAPÍTULO IV - DA FLORA

15. É permitida aos beneficiários residentes da unidade a coleta de frutos, casca e outras partes de plantas frutíferas e medicinais, inclusive para a comercialização.

16. Devem ser preservados (proibidas de corte) o muricizeiro, o barbatimão, o cajueiro, o mirinzeiro, o guajeruzeiro, o amesqueiro, a janaúba, o cajazeiro, o mapuí, bem como quaisquer vegetações fixadoras de dunas;

16.1. É permitida aos beneficiários a poda de espécies passíveis de rebrota, tais como mapuí e cajazeiro.

17. O corte de vegetação nativa somente é permitido aos beneficiários residentes para consumo próprio;

17.1. O corte das espécies maçaranduba, angelim, jatobá e tucuneiro será permitido somente com autorização do ICMBio.

CAPÍTULO V - DO MANGUEZAL

18. Aos beneficiários residentes da Resex é permitida a retirada de madeira de mangue com finalidade unicamente de subsistência. Exclui-se dessa retirada as porções de mangue denominadas de mangue-de frente ou quebra-maré.

CAPÍTULO VI - DOS ANIMAIS

19. É permitido o uso de jumentos, burros e cavalos para tração em meios de transporte, ficando a limpeza das fezes dos animais de inteira responsabilidade dos donos.

20. A criação de animais de pequeno porte na área da Resex é permitida aos beneficiários residentes, mediante as seguintes condições:

20.1. cabritos: devem ser mantidos presos no período da noite. Durante o dia fica proibida a circulação dos animais dentro da comunidade, exceto quando estiverem sendo conduzidos para as áreas de pastagem;

20.2. porcos: devem ser mantidos preso durante todo o tempo

21. Se necessário, o quantitativo máximo de animais por família será estabelecido em cada comunidade, em assembleias com a participação do ICMBio e apresentado por meio de atas ao Conselho Deliberativo.

Aves residentes e migratórias

22. É proibida a captura de aves migratórias e nativas, incluindo seus ovos, sendo vedado o corte de árvores que abrigam ninhos, ainda que estejam mortas ou velhas, na área da Resex.

CAPÍTULO VII - ZONAS DE USO RESTRITO

23. São consideradas zonas de uso restrito as áreas onde estão proibidos alguns tipos de práticas específicas:

23.1. Do Perical ao São João Mirim é proibido cortar manguezais, tendo em vista a proteção das praias da comunidade São Lucas;

23.2. Igarapé do Porto, na comunidade de Guajerutiua, é proibida a pesca do tipo arrasto-de camarão no verão (período de estiagem);

23.3. Na frente da praia de Guajerutiua é proibida a pesca com rede do tipo camaroeira nos locais em que se utiliza a rede do tipo puçá-de-arrasto;

23.4. No Igarapé do Porto de Caçacueira é proibida a pesca do tipo zangaria, devido aos transtornos a navegação;

23.5. Em todas as cabeceiras (locais em que findam os rios e enchem somente na preamar), está proibido o arrasto de camarão e a muruada durante todo o ano.

Atividades em áreas coletivas

24. Fica proibida a escora (arte de pesca) no igarapé do Porto de Guajerutiua.

25. Fica proibido jogar futebol na praça localizada no centro da comunidade de Guajerutiua.

26. Fica proibida a lavagem de roupas nos lagos e lagoas naturais formados nas comunidades.

CAPÍTULO VIII - CARVOEIRAS

27. São permitidas carvoeiras dentro das comunidades da Resex, para consumo próprio e comercialização em pequena escala, de modo a suprir as necessidades básicas da comunidade, e desde que feitas em locais isolados, fora do centro da comunidade e dos apicuns, de forma a não prejudicar a saúde coletiva.

CAPÍTULO IX - LIXO

28. Cada morador é responsável pelo seu próprio lixo e pela limpeza da área da sua residência.

28.1. O lixo orgânico (restos de vegetais e alimentos) deve ser enterrado ou usado para compostagem.

29. É permitida a queima de lixo dentro das comunidades da Resex, desde que seja feita no terreno de cada morador a partir das 18h (dezoito horas), ou queimado de forma coletiva, em locais isolados, fora do centro da comunidade a qualquer hora, de forma a não prejudicar a saúde, até que seja determinada outra forma mais adequada para a destinação do lixo local.

30. Fica proibida a colocação de lixo em áreas de apicuns, especialmente em vias transitáveis, no mar e nas lagoas;

31. Todas as embarcações autorizadas para pesca, frete ou para trânsito na Resex devem recolher seu próprio lixo para destinação adequada.

CAPÍTULO X - POLUIÇÃO SONORA

32. A utilização de sons em bares e em residências, bem como a atividade de soltar foguetes, são permitidas até o horário limite de 22h, desde que no limite tolerado pela vizinhança e que respeitado o horário de cultos religiosos;

32.1. O funcionamento dos bares é permitido apenas até as 22h30m diariamente, exceto em ocasiões de festejos.

CAPÍTULO XI - DAS FESTAS

33. Os pedidos de realização de festas na área da Resex devem ser analisados preliminarmente em reuniões comunitárias convocadas pelos conselheiros de cada comunidade, os quais poderão ser deferidos ou não;

33.1. Os organizadores serão responsáveis pela limpeza do lixo decorrente das festas, tanto em área residencial quanto área coletiva;

33.2. As festas obedecerão aos seguintes limites de horário: início a partir das 10h da manhã; redução do volume do som no máximo à 00:00 e encerramento no máximo às 4h da manhã; sendo ainda respeitados limites que forem determinados por outros órgãos públicos.

CAPÍTULO XII - PESQUISA E USO DE IMAGEM

34. Toda pesquisa científica realizada na Resex deve ter seus objetivos e resultados apresentados nas comunidades estudadas e no Conselho Deliberativo, podendo a apresentação ser realizada pelo ICMBio.

34.1. Deve ser entregue uma cópia de todo o material produzido na Resex ao Conselho Deliberativo e uma cópia à AMREMC (Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu) visando o conhecimento do seu conteúdo.

CAPÍTULO XIII - USO DO SOLO

35. É proibida a venda ou alienação, em qualquer de suas formas, de terrenos na área da Resex.

36. A venda de casa ou outra benfeitoria imóvel para uso no mesmo local em que está instalada somente é permitida para beneficiários residentes da Resex, desde que aprovada pela comunidade.

CAPÍTULO XIV - DISPOSIÇÃO TRANSITÓRIA

37. As normas contidas nesse acordo de gestão e não regulamentadas em outras leis, aplicáveis em toda a área da Resex, terão o prazo de 6 (seis) meses para serem cumpridas a partir da publicação do Acordo de Gestão;

37.1. Após esse período ficam os infratores sujeitos às penalidades cabíveis.

GLOSSÁRIO

chiqueiro: porção final do curral de pesca em que fica posicionada a malha onde os peixes ficam aprisionados.

escora: rede de pesca de espera, fixada por hastes de madeira de forma a impedir o retorno das águas após a enchente da maré.

espinhel tipo rabadela: tipo de espinhel de menor tamanho que utiliza até 100 anzóis, possui apenas uma poita posicionada na extremidade da linha, fazendo com que a linha oscile na correnteza.

fuzarca: rede de pesca de espera em formato cônico que possui três puçás em sua extremidade.

fuzarcão: rede de pesca de espera em formato cônico que possui somente uma puçá de grande dimensão em sua extremidade.

ispia: porção lateral do curral de pesca por onde os peixes são direcionados até a extremidade do curral.

mangue-de-frente ou mangue quebra-maré: porção do manguezal voltada à zona de incidência de ondas ou voltado à zona mais exposta à erosão marinha.

puçá de arrasto: rede manual de formato cônico, com uma extremidade aberta (boca) e outra fechada (rabo), usada por duas pessoas que seguram as hastes de madeira colocadas na boca da rede e assim o arrasta ao caminhar.

puçá de muruada: rede de pesca de espera com uma extremidade aberta e outra fechada, fixada por dois mourões posicionados nos canais de maré.

rede caiqueira ou rede pratiqueira: rede de deriva destinada à pesca de caica e afins.

rede camaroeira: rede de deriva destinada à pesca de camarões.

rede corvineira: rede de deriva destinada à pesca de corvinas.

rede de lanço: rede de emalhe de fundo, na qual são usadas inúmeras tralhas em seu cabo inferior. Esse tipo de rede é utilizado nas áreas denominadas de poços, aonde os pescadores o cercam no início da vazante e recolhem a rede na baixamar.

rede malhão: rede de deriva destinada à pesca de pescadas, camurins e afins.

rede poitada: rede de pesca de espera em que são utilizadas inúmeras poitas para fixá-la lateralmente nos canais de forma a impedir a livre circulação da água.